



**E-Legis**  
**Revista Eletrônica do Programa de**  
**Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**  
ISSN: 2175-0688

V. 12 - Número Especial – Pesquisas e Políticas  
sobre Esporte III

# E-Legis

V. 12 - Número Especial – Pesquisas e Políticas sobre Esporte III

## Sumário

<b>Editorial</b>	1-5
Deputado Dr. Luiz Ovando, Deputado Fábio Mitidieri	
<b>Expediente</b>	6-8
<b>Artigos</b>	
ENSINO DOS ESPORTES COLETIVOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA PRODUÇÃO BRASILEIRA <i>TEACHING OF COLLECTIVE SPORTS IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION: A SYSTEMATIC REVIEW IN BRAZILIAN PRODUCTION</i> Gilberto Feitosa da Silva, Diego Luz Moura	9-23
LEGADOS DAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES PARA O ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL <i>LEGACIES OF SCHOOL PARALYMPICS FOR PARALYMPIC SPORT IN BRAZIL</i> Giandra Ancesi Bataglion, Janice Zarpellon Mazo	24-47
ATIVIDADE FÍSICA E FORÇA MUSCULAR VENTILATÓRIA DE IDOSOS: UMA METANÁLISE <i>PHYSICAL ACTIVITY AND VENTILATORY MUSCLE STRENGTH IN THE ELDERLY: A META-ANALYSIS</i> Fabio Dutra Pereira, Patrícia Zaidan de Barros, Elirez Bezerra da Silva	48-64
PERDA DE PESO EM ATLETAS DE ELITE DO TAEKWONDO BRASILEIRO PÓS-IMPLANTAÇÃO DA PESAGEM RANDÔMICA <i>WEIGHT LOSS IN ELITE ATHLETES OF THE BRAZILIAN TAEKWONDO AFTER RANDOM WEIGHT IMPLANTATION</i> Mariela de Abreu, Juciane de Abreu Ribeiro Pereira, Marcelo Ângelo Cirillo	65-79
DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO DINÂMICO DE MONITORAMENTO DA CARGA NO BASQUETEBOL DE ALTO RENDIMENTO <i>DEVELOPMENT OF A DYNAMIC LOAD MONITORING MODEL IN HIGH PERFORMANCE BASKETBALL</i> Bruno Teobaldo Campos, Paulo Alberto de Paula, José Ricardo Claudino Ribeiro, Cláudio Olívio Vilela Lima	80-93
CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO NAS FEDERAÇÕES OLÍMPICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: FONTES DE INFORMAÇÕES E AGENTES EXTERNOS UTILIZADOS NA OBTENÇÃO DO CONHECIMENTO <i>CREATION OF KNOWLEDGE IN THE OLYMPIC FEDERATIONS OF THE STATE OF SÃO PAULO: SOURCES OF INFORMATION AND EXTERNAL AGENTS USED FOR OBTAINING KNOWLEDGE</i> Alexandre Ribeiro Arantes, Ivan Furegato Moraes, Flávia da Cunha Bastos	94-114

O PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO NO BRASIL <i>THE PROGRAM FORCES IN SPORTS AS A FACTOR OF SOCIAL INCLUSION AND SPORTIVE DEVELOPMENT IN BRAZIL</i> Pedro Georges Galvão, Renata Osborne, Roberto Ferreira dos Santos, Carla Isabel Paula da Rocha de Araujo	115-148
O DIRECIONAMENTO DO GASTO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE DE 2003 A 2018 <i>THE SPENDING DIRECTION OF THE MINISTRY OF SPORTS FROM 2003 TO 2018</i> Fernando Henrique Silva Carneiro	149-164
GESTÃO ESPORTIVA: A IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO CENÁRIO BRASILEIRO <i>SPORT MANAGEMENT: THE IMPORTANCE OF THE CORPORATIVE GOVERNANCE IN THE BRAZILIAN SCENARIO</i> Mateus David Finco	165-188

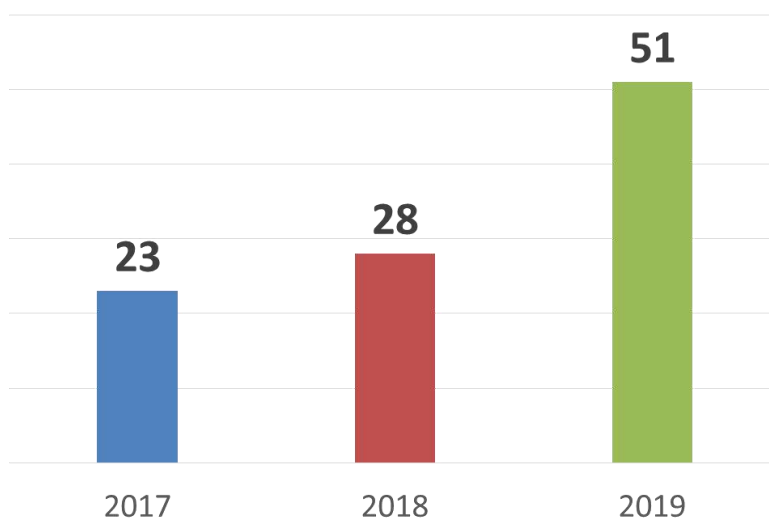


A ação da Comissão do Esporte no sentido de promover o desenvolvimento científico no contexto do esporte no Brasil tem sua continuidade na terceira edição do projeto Concurso de Artigos Científicos da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados.

O certame, instituído pelo requerimento nº 10/2019, de autoria do Deputado Dr. Luiz Ovando, aprovado na Reunião Deliberativa Ordinária da Comissão do Esporte de 27 de março de 2019, contemplou três temáticas:

1. **Esporte educacional e inclusão social:** esporte no sistema de ensino; esporte como inclusão social de jovens e adultos; esporte na terceira idade; esporte e promoção de saúde; gênero e esporte; legado social das olimpíadas.
2. **Esporte de rendimento:** formação para o esporte; pesquisas sobre desempenho no esporte de alto rendimento; legado esportivo das olimpíadas; gestão e marketing esportivo; cadeia produtiva do esporte; esportes eletrônicos e da mente.
3. **Políticas do esporte:** gestão pública do esporte, programas de incentivo ao esporte; financiamento do esporte; papel das entidades no esporte nacional.

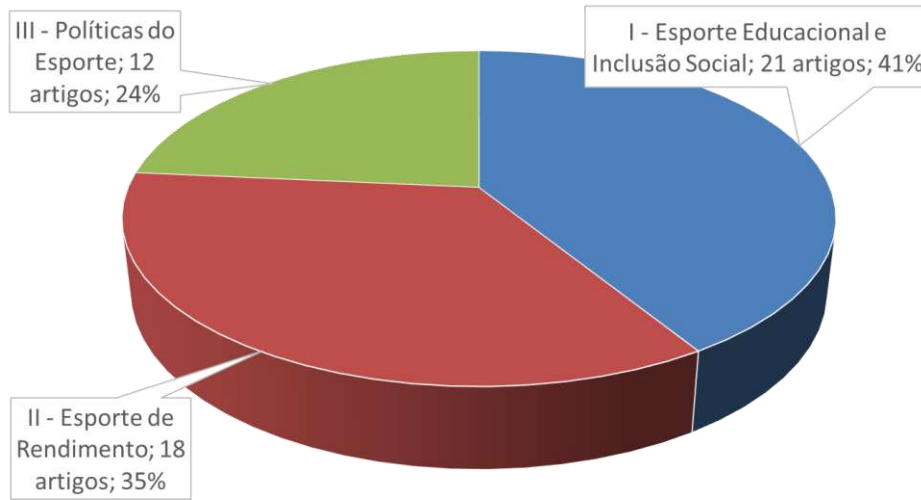
Encerrado o prazo para entrega dos trabalhos no dia 28 de junho de 2019, foram apresentados e homologados 51 artigos, uma marca que mostra que o concurso cresce a cada ano e incentiva a produção científica esportiva no nosso país. O Gráfico 1 abaixo demonstra esse crescimento.



**Gráfico 1:** Quantitativo de Artigos Apresentados e Homologados

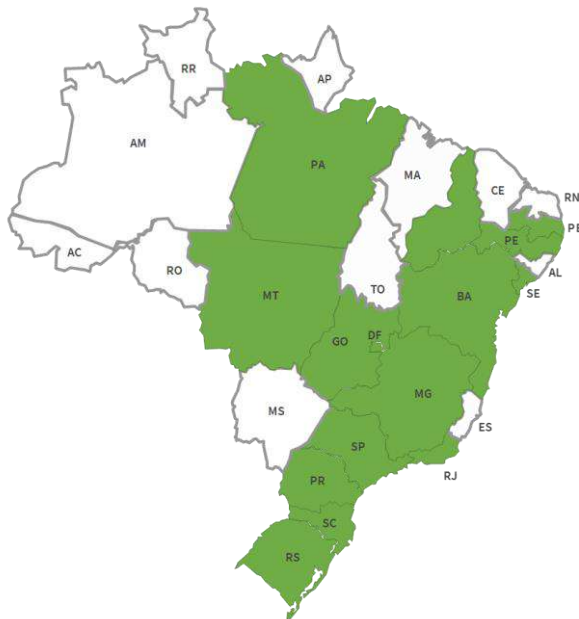
**Fonte:** Elaboração própria

Dos 51 artigos submetidos, 21 foram do tema Esporte Educacional e Inclusão Social, 18 de Esporte de Rendimento e Indústria do Esporte e 12 de Políticas Públicas do Esporte, conforme distribuição representada pelo Gráfico 2.



**Gráfico 2:** Quantitativo de Artigos por Tema  
**Fonte:** Elaboração própria

Outro aspecto interessante a ser observado é a distribuição dos artigos submetidos por estados brasileiros. Em 2017 e 2018 foram 11 unidades da federação representadas. Neste certame, foram 15 unidades da federação representadas, o que aponta o crescimento na diversidade regional dos participantes. A figura 1 abaixo demonstra essa distribuição.



**Figura 1:** Unidades das federações dos participantes  
**Fonte:** Elaboração própria

Assim, abrindo o número da publicação dos artigos, tratamos dos vencedores no tema **Esporte Educacional e Inclusão Social**. O trabalho elaborado por **Gilberto Feitosa da Silva**, de Juazeiro (BA), traz relevante contribuição no texto intitulado “**Ensino dos esportes coletivos na educação física escolar: uma revisão sistemática na produção brasileira**”, medalha de ouro na temática. Na sequência, a medalha de prata é da autora **Giandra Anceski Bataglion**, de Porto Alegre (RS), com o artigo “**Legados das parolimpíadas escolares para o esporte paralímpico no Brasil**”. O terceiro lugar da temática ficou com **Fabio Dutra Pereira**, de Rio de Janeiro (RJ), com o trabalho “**atividade física e força muscular ventilatória de idosos: uma metanálise**”.

Dando sequência à publicação com o tema **Esporte de Rendimento e Indústria do Esporte**, a medalha de ouro foi para o trabalho de **Mariela de Abreu**, de Lavras (MG), apresentando pesquisa sobre a “**Perda de peso em atletas de elite do taekwondo brasileiro pós implantação da pesagem randômica**”. A medalha de prata foi de **Bruno Teobaldo Campos**, de Ribeirão das Neves (MG), que analisa o “**Desenvolvimento de um modelo dinâmico de monitoramento da carga no basquetebol de alto rendimento**”. O terceiro lugar vai para **Alexandre Ribeiro Arantes**, de São José dos Campos (SP), que aborda “**Criação do conhecimento nas federações olímpicas do estado de São Paulo: fontes de informações e agentes externos utilizados na obtenção do conhecimento**”.

O bloco que fecha o número é o do tema **Políticas do Esporte**. O artigo “**O programa Forças no Esporte como fator de inclusão social e desenvolvimento esportivo no Brasil**” leva a medalha de ouro e seu autor é **Pedro Georges Galvão** (Resende-RJ). A medalha de prata no tema vai para **Fernando Henrique Silva Carneiro**, de Goiânia (GO), com o artigo intitulado “**O financiamento esportivo brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise**”. Finalizando, a medalha de bronze do tema políticas do esporte foi para o artigo “**Gestão esportiva: a importância da governança corporativa no cenário brasileiro**”, de **Mateus David Finco** (João Pessoa-PB).

Boa leitura!

**Deputado DR. LUIZ OVANDO**

Requerente do III Concurso de Artigos Científicos

**Deputado FÁBIO MITIDIÉRI**

Presidente da Comissão do Esporte



**Conselho Editorial**

Afredo Attié Júnior, Tribunal de Justiça de São Paulo – SP

Aloísio Krohling, Faculdade de Direito de Vitória – ES

André Freire da Silva, Câmara dos Deputados – Brasil

Andre Luiz Marengo dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS

Bruno Pasquarelli, Universidade do Sagrado Coração – SC

Bruno Rubiatti, Universidade Federal do Pará – PA

Edna Miola, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – PR

Elinaldo Leal Santos, Universidade Estadual do Sul da Bahia – BA

Fabiano Guilherme Mendes Santos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ

Fabiano Peruzzo Schwartz, Câmara dos Deputados – Brasil

Fabrizio Barbosa Maciel, Universidade Estadual do Norte Fluminense – RJ

Fernando Scheeffler, Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí – SC

Francisco Paulo Jamil Marques, Universidade Federal do Paraná – PR

Juliana Werneck de Souza, Câmara dos Deputados – Brasil

Lucio Remuzat Rennó Junior, Universidade de Brasília – DF

Manoel Leonardo Santos, Universidade Federal de Minas Gerais – MG

Maria Érica de Oliveira Lima, Universidade Federal do Ceará – CE

Maria do Rosário de Fátima e Silva, Universidade Federal do Piauí – PI

Milton Pereira da Silva Filho, Câmara dos Deputados – Brasil

Rachel Barreto, Universidade Federal de Minas Gerais – MG

Sayonara Leal, Universidade de Brasília – DF

Sérgio Soares Braga, Universidade Federal do Paraná – PR

Suylan de Almeida Midlej e Silva, Universidade de Brasília – DF

**Comissão Editorial**

**Editor científico:** Antonio Teixeira de Barros, Câmara dos Deputados – Brasil

**Editora científica adjunta:** Terezinha Elisabeth da Silva, Câmara dos Deputados – Brasil

**Editora executiva:** Tatyana de Azevedo Maia, Câmara dos Deputados – Brasil

### **Conselho Científico**

Ada Cristina Machado Silveira, Universidade Federal de Santa Maria – RS  
Adriano Codato, Universidade Federal do Paraná – PR  
Ana Cláudia Niedhardt Capella, Universidade Estadual Paulista – SP  
Andrea Maria Linhares da Costa, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – RN  
Aparecido Reis, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – MS  
Bruno de Castro Rubiatti, Universidade Federal do Pará – PA  
Bruno Pinheiro Wanderley Reis, Universidade Federal de Minas Gerais – MG  
Carmen Pineda Nebot, Instituto Nacional de Administracion Publica (Espanha)  
Claudio Reis, Universidade Federal da Grande Dourados – MS  
Cristina Leston-Bandeira, University of Leeds (Reino Unido)  
Ednaldo Aparecido Ribeiro, Universidade Estadual de Maringá – PR  
Eva Anduiza, Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha)  
Francisco Paulo Jamil Marques, Universidade Federal do Paraná – PR  
Guilherme Wagner Ribeiro, Assembleia Legislativa de Minas Gerais – MG  
Hemerson Luiz Pase, Universidade Federal de Pelotas – RS  
Isabele Baptista Mitozo, Universidade Federal do Paraná – PR  
Jairo Cesar Marconi Nicolau, Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ  
José Joaquim Dinis Reis, Universidade de Coimbra (Portugal)  
Marcelo Mella Polanco, Universidad de Santiago de Chile (Chile)  
Suzy dos Santos, Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ  
Sylvia Iasulaitis, Universidade Federal de São Carlos – SP  
Valdemir Aparecido Pires, Universidade Estadual Paulista – SP  
Vera Chaia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP  
Vitor Braga, Instituto Politécnico do Porto (Portugal)  
Willber Nascimento, Universidade Federal de Pernambuco – PE

### **Comissão Organizadora do III Concurso de Artigos da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados**

Alessandra Müller Vidal Guerra, Câmara dos Deputados – Brasil  
Lindberg Aziz Cury Junior, Câmara dos Deputados – Brasil  
Maria do Socorro Dias Aires de Carvalho, Câmara dos Deputados – Brasil  
Paola Mara Alves Silveira, Câmara dos Deputados – Brasil  
Regina Olímpia Figueira de Bessa, Câmara dos Deputados – Brasil  
Reynaldo Barbosa Lima, Câmara dos Deputados – Brasil  
Roberto Campos da Rocha Miranda, Câmara dos Deputados – Brasil



**Comissão Julgadora do III Concurso de Artigos da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados**

André Arantes, Centro Universitário UniCeub – Brasil

Carolina Cezar Ribeiro Galvão Diniz, Consultoria Legislativa/Câmara dos Deputados – Brasil

Deputado Dr. Luiz Ovando, Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados – Brasil

Evandro Cassiano de Lázari, Faculdade de Ciências Aplicadas/UNICAMP – Brasil

Fernando Mezzadri, Universidade Federal do Paraná – Brasil

Maurício Rodrigues, Centro de Referência em Inteligência Empresarial/COPPE/UFRJ – Brasil

Natalia Franco Netto Bittencourt, Centro Universitário de Belo Horizonte/UniBH – Brasil

Roberto Campos da Rocha Miranda, Centro de Documentação e Informação/Câmara dos Deputados – Brasil

Soraia Carvalho, Comitê Olímpico do Brasil – Brasil

**Comissão de Apoio do III Concurso de Artigos da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados**

Aline de Paula, Câmara dos Deputados – Brasil

Hudson Pereira de Lima, Câmara dos Deputados – Brasil

Nadia Teresinha Silva de Souza, Câmara dos Deputados – Brasil

**Revisão de Texto**

Ronaldo Santiago, Câmara dos Deputados – Brasil

**Projeto Gráfico**

Márcia Xavier Bandeira, Câmara dos Deputados – Brasil

Marina Camargo Guimarães, Câmara dos Deputados – Brasil

**Fotografias**

Banco de imagens – SEFOT/SECOM, Câmara dos Deputados – Brasil



## ENSINO DOS ESPORTES COLETIVOS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA PRODUÇÃO BRASILEIRA<sup>1</sup>

### TEACHING OF COLLECTIVE SPORTS IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION: A SYSTEMATIC REVIEW IN BRAZILIAN PRODUCTION

### ENSEÑANZA DE LOS DEPORTES COLECTIVOS EN LA EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA EN LA PRODUCCIÓN BRASILEÑA

Gilberto Feitosa da Silva<sup>2</sup>

Diego Luz Moura<sup>3</sup>

**Resumo:** O esporte é um dos conteúdos mais tradicionais da educação física escolar, sendo utilizado por muitos professores com ênfase no ensino das habilidades motoras e dos gestos técnicos. Todavia, estudos reconhecem a importância desse conteúdo para além da sua prática, priorizando os valores e princípios educacionais. O objetivo do artigo foi analisar as produções acadêmicas sobre o ensino dos esportes coletivos na educação física escolar. A metodologia utilizada foi a revisão sistemática, buscando as publicações em oito revistas no período de 2006 a 2016. Foram analisados 26 estudos. Constatou-se que a baixa produção acadêmica e, conseqüentemente, as poucas propostas de intervenção podem ser alguns dos motivos das críticas que muitos autores fazem ao esporte. Apontamos a necessidade de mais estudos que auxiliem a prática pedagógica do professor, buscando compreender o cotidiano escolar e apresentando possibilidades para superar os dilemas presentes no ensino dos esportes na educação física escolar.

**Palavras-chave:** Educação. Ensino. Esportes coletivos. Educação física escolar.

**Abstract:** Sport is one of the most frequent indexes of School Physical Education, being used by many teachers with emphasis in the teaching of motor and gestural skills. However, students recognize their importance in this regard beyond their practice, prioritizing educational values and principles. The paper of the article was analyzed as academic production on the teaching of sports. Overall methodology was systematically reviewed, seeking the publications in eight journals from 2006 to 2016. Twenty-six studies were studied. Competitive production statistics and, consequently, small opportunities for action may be some of the reasons for the criticisms that make up much of the sport. What is easier to study than the pedagogical help of the teacher, the search for daily schooling and the presentation of tasks for the beginning of the dilemma do not present themselves in the teaching of sports in the School Physical Education.

**Keywords:** Education. Teaching. Collective sports. School physical education.

**Resumen:** El deporte es uno de los índices más frecuentes de la Educación Física escolar, siendo utilizado por muchos profesores con énfasis en la enseñanza de las habilidades motoras y gestuales. Sin embargo, los estudiantes reconocen su importancia en este sentido más allá de su práctica, priorizando los valores y principios educativos. El papel del artículo fue analizado como producción académica sobre la enseñanza

---

<sup>1</sup> O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

<sup>2</sup> Graduado e mestre em Educação Física, especialista em Treinamento Desportivo, professor do Estado da Bahia; foi coordenador do programa Segundo Tempo; é pesquisador do Laboratório de Estudos Culturais e Pedagógicos da Educ. Física; autor/coautor da coleção "Dialogando sobre o ensino da Educação Física". (gilfeitosa1@hotmail.com)

<sup>3</sup> Mestre e doutor em Educação Física. Realizou estágio de pós-doutorado em Ciências do Exercício e do Esporte. É professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco. Coordena o projeto de extensão Dialogando sobre o Ensino da Educação Física e promove espaços de formação permanente para professores. (lightdiego@yahoo.com.br)

de los deportes. Metodología general fue revisada sistemática, buscando las publicaciones en ocho revistas en el período de 2006 a 2016. Se estudiaron 26 estudios. Las estadísticas de producción competitiva y, por consiguiente, las pequeñas oportunidades de acción pueden ser algunos de los motivos de las críticas que hacen gran parte del deporte. Lo que es más fácil de ser estudiado que la ayuda pedagógica del profesor, la búsqueda del cotidiano de escolaridad y la presentación de tareas para el inicio del dilema no se presentan en la enseñanza de deportes en la Educación Física escolar.

**Palabras-clave:** Educación. Enseñanza. Deportes colectivos. Educación física escolar.

## 1 Introdução

Os conteúdos esportivos foram inseridos nas aulas de educação física do Brasil no início da década de 1950, com o Método Desportivo Generalizado. Entretanto, a sua ênfase como conteúdo quase que exclusivo se deu a partir da década de 1960 (COLETIVO DE AUTORES, 1992). Nesse período, o ensino dos esportes na escola foi elaborado a partir do Método Tradicional, cujo enfoque visava a desenvolver as técnicas esportivas, utilizando-se do modelo de alto rendimento com repetições de gestos técnicos.

Acompanhado do desenvolvimento tecnológico, o esporte se tornou um fenômeno de consumo, sendo utilizado como meio de promoção da saúde, instrumento de educação, lazer e formação de atletas. Todavia, foi introduzido na escola com característica excessiva de desempenho e exclusão dos menos habilidosos (MOURA, 2012; DARIDO, 2003). Para Paes (2001), a escola é um local em que deve haver a promoção e divulgação da cultura, portanto é um importante ambiente para o ensino do esporte.

A partir do final da década de 1970, uma série de autores começa a apontar a necessidade de modificar a forma como a educação física escolar vinha sendo estruturada (MOURA, 2012; CAPARROZ, 1997). Tomando como base as teorias críticas da educação, o principal aspecto defendido pelos autores era aproximar a educação física de um debate mais crítico, questionando o modelo de ensino que apenas reproduzia os moldes do esporte de rendimento.

Segundo Paes (2006, p.225) neste início do século XXI, a pedagogia do esporte apresenta-se como mediadora dessa discussão acadêmica e orientadora de novos procedimentos e intervenções profissionais, visando proporcionar à relação ensino e aprendizagem esportiva um embasamento cada vez mais científico.

Os esportes coletivos são um elemento cultural da humanidade, e a sua prática no contexto educacional carece de ressignificação para atender à função social da escola. Marco e Melo (2002) enfatizam que o esporte deve ser pautado pelos pressupostos metodológicos de uma pedagogia que respeite a faixa etária, as motivações e os interesses de seus praticantes. Para Moura (2012), a alta adesão nas atividades esportivas e competições é um fenômeno que movimenta toda a escola e é responsável por criar intensa sociabilidade e um sentimento de pertencimento.

Para Kunz (2001, p. 73), a escola se configura como um dos espaços de organização social onde as práticas esportivas acontecem, cabendo ao professor da educação física proporcionar,

pela tematização do seu conteúdo específico, uma compreensão crítica das práticas esportivas, potencializando os sujeitos a estabelecer vínculos com o contexto sociocultural em que estão inseridos.

As discussões nesse sentido têm avançado na área de educação física escolar, e apesar de ainda distantes da realidade do professor que atua na escola (PAES, 1997), já é possível encontrar na literatura propostas metodológicas sobre modelos de ensino dos esportes coletivos educacionais. Essas propostas apresentam-se pautadas em atividades com situações-problema a partir de jogos (SADI, 2005; GRAÇA; MESQUITA, 2007) e métodos situacionais focando processos cognitivos (GRECO; BENDA, 1998; GRECO, 2001).

Apesar dos inúmeros avanços no debate sobre os esportes coletivos, Moura (2012) relata que tais produções pouco impactaram no cotidiano das escolas. Assim, o presente estudo tem por objetivo analisar as produções acadêmicas acerca do ensino dos esportivos coletivos na educação física escolar.

## 2 Procedimentos metodológicos

Utilizamos o método de revisão sistemática, que consiste em realizar uma análise das contribuições relevantes de produções acadêmicas no período de 2006 a 2016. Apesar dos intensos debates que ocorreram nos anos 1990 e 2000 sobre o esporte na educação física escolar, optamos por analisar os últimos dez anos por se tratar das publicações mais recentes. Não foram incluídos também no recorte os anos de 2017, destinado para coleta, intervenção e escrita, e 2018, ano da minha defesa de mestrado, períodos que provavelmente tenham estudos relevantes sobre a temática.

Segundo Sampaio e Mancini (2007), uma revisão sistemática é realizada a partir de cinco etapas: definição da pergunta; busca de evidências científicas; revisão e seleção dos conteúdos; análise da qualidade metodológica dos estudos e apresentação dos resultados. Como primeira fase, formulamos a pergunta que originou o presente estudo: **Quais as contribuições acadêmicas da literatura nacional sobre o ensino dos esportivos coletivos na educação física escolar?** Diante deste questionamento, passamos para a segunda fase, que foi a delimitação da busca nas revistas científicas.

As revistas selecionadas apresentam publicações na área da educação física e estavam classificadas nos extratos entre A1 e B2 no *WebQualis*. A busca dos artigos foi realizada por dois pesquisadores que, de forma independente, buscaram artigos sobre o tema nas seguintes revistas nacionais: *Motriz*, *Movimento*, *Motrivivência*, *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, *Revista da Educação Física – UEM* e *Revista Pensar a Prática*.

A terceira etapa da pesquisa foi a seleção dos artigos a serem analisados. Os critérios de inclusão foram: a) tematizar o ensino dos esportes coletivos na educação física escolar; c) ter sido publicado no arco temporal de 2006 a 2016; d) configurar-se como artigo original, artigo de revisão, ensaio ou relato de experiência. Utilizamos como descritores: ensino, educação e esportes coletivos. Através de uma leitura inicial do título e do resumo foram selecionados 85 artigos, sendo que 59 foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão. Apresentamos na Tabela 1 a distribuição dos artigos encontrados entre os periódicos nacionais.

**Tabela 1.** Número inicial de artigos encontrados nos periódicos nacionais

<b>Descritores</b>	<b>Ensino / Educação / Esportes coletivos</b>		
	<b>Encontrados</b>	<b>Excluídos</b>	<b>Analisados</b>
<b>Periódicos Nacionais</b>			
RBCE	04	0	<b>04</b>
RBCM	03	01	<b>02</b>
RBEFE	10	06	<b>04</b>
UEM	07	05	<b>02</b>
PENSAR A PRÁTICA	19	16	<b>03</b>
MOTRIVIVÊNCIA	05	01	<b>04</b>
MOVIMENTO	24	19	<b>05</b>
MOTRIZ	13	11	<b>02</b>
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>59</b>	<b>26</b>

**Fonte:** próprios autores.

Ao final das buscas foram selecionados 26 artigos para o presente estudo. Na quarta fase, os artigos foram analisados com base em dois pontos: a metodologia utilizada pelos autores e as contribuições apresentadas para o ensino dos esportes coletivos na escola. Desta forma, a partir da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011), categorias foram criadas com base na leitura dos artigos, visando agrupar as semelhanças entre as pesquisas e as suas contribuições para o ensino dos esportes coletivos nas aulas de educação física escolar. Como quinta e última fase, a revisão sistemática apresenta os resultados obtidos por meio das análises dos estudos selecionados, presentes na próxima seção.

### **3 Resultados e discussão**

Nesta seção apresentaremos os resultados da análise dos artigos. Construímos quatro

categorias para melhor organizar os dados: a) Sistematização; b) Esporte educacional; c) Jogos e brincadeiras; d) Formação docente. Essas categorias foram construídas após a análise dos textos, como uma estratégia didática para facilitar a compreensão do debate.

### 3.1 Sistematização

Nessa categoria, encontram-se 16 artigos que relacionam as estratégias de organização do processo de ensino e aprendizagem dos esportes coletivos, além dos caminhos de tematização desse conteúdo. Desses artigos, quatro são revisões de literatura e 12 pesquisas de campo. O argumento central está relacionado com planejamento das aulas, estruturação de tarefas, organização e distribuição de conteúdos esportivos em unidades didáticas.

Diversos autores (MEDEIROS, 2007; SAWITZKI, 2008; PINA, 2010; PIMENTA; HONORATO, 2010; BARROSO; DARIDO, 2010; 2015) apontam a necessidade de problematizar e sistematizar o ensino dos esportes coletivos nas aulas. O processo pedagógico apresentado não só destacou o caráter seletivo, excludente, competitivo e mercadológico com que o esporte é revestido, como também a apropriação de elementos culturais para atribuir novos significados ao esporte (PINA, 2010). Nesse sentido, Pimenta e Honorato (2010) procuraram identificar e problematizar os conceitos do esporte, sistematizando-os com temas como sociedade, grandes empresas, mídia, violência, economia e a cultura brasileira.

A necessidade de planejamento e sistematização das ações desenvolvidas pelos professores na abordagem com os esportes coletivos é um consenso entre os artigos analisados nessa categoria (MEDEIROS, 2007; SAWITZKI, 2008; BARROSO; DARIDO, 2009; 2010; GALLATI *et al.*, 2010; SOUZA JÚNIOR; DARIDO, 2010; PINA, 2010; PIMENTA; HONORATO, 2010; IMPOLCETO; DARIDO, 2011; CARLAN; KUNZ; FENSTERSEIFER, 2012; QUADROS; STEFANELLO; SAWITZKI, 2014; LUGUETTI *et al.* 2015; COSTA, NASCIMENTO; VIEIRA, 2016). No entanto, as formas de intervenção, as estratégias e os objetivos a serem alcançados durante esse processo são diversos, o que demonstra a falta de consenso da área no que se refere ao que ensinar e como ensinar. Além disso, o professor de educação física ainda restringe os conteúdos da disciplina aos jogos esportivos coletivos e apresenta poucos indícios de sistematização desse conteúdo na escola.

Costa, Nascimento e Vieira (2016) argumentam que os esportes de invasão podem ser planejados e sistematizados através de unidades didáticas. Quadros, Stefanello e Sawitzki, (2014) e Costa, Nascimento e Vieira, (2016) estruturaram suas aulas em uma lógica de melhoria dos domínios motor, cognitivo e afetivo, e as tarefas foram previamente esquematizadas por uma lógica de dificuldade crescente. Carlan, Kunz e Fensterseifer (2012) também procuraram organizar e planejar uma unidade didática em que o tema foi o futebol de sete. Entretanto, Carlan, Kunz e Fensterseifer (2012) se diferenciam de Costa, Nascimento e Vieira, (2016) e Quadros,

Stefanello e Sawitzki, (2014) ao desenvolverem um processo de ensino e aprendizagem que busca superar o ensino do esporte pautado nos modelos de rendimento e da busca apenas por saberes corporais em detrimento de saberes sociais. Para eles, o futebol de sete foi além do que simplesmente ensinar a praticá-lo, pois utilizou como forma de sistematização e organização didático-metodológica o diagnóstico, a hierarquização de problemas, os objetivos de ensino e a sequência de temas. É importante ressaltar que as duas abordagens são exemplos de alternativas válidas contra a falta ou pouco planejamento e organização nas aulas de esportes coletivos.

Medeiros (2007), Sawitzki (2008), Barroso e Darido (2009) e Souza Júnior e Darido (2010) propõem uma sistematização através de jogos. Souza Júnior e Darido (2010) aprofundam-se no tema “resgate de jogos” com o objetivo de apontar um conjunto de temas do conteúdo futebol que possam servir de subsídios para propostas de sistematização. Observaram os conhecimentos sistematizados a partir da utilização de textos, vivências, debates, pesquisas e outras estratégias de ensino dos esportes coletivos, buscando tornar as aprendizagens mais significativas. Foram apresentados nove temas que discutem aspectos relevantes do futebol, tais como suas relações com a arte, sua história e o contexto do futebol feminino. Por fim, o tema relativo aos jogos da cultura popular relacionados ao futebol foi aprofundado por meio do futebol de tampinhas e do futebol de botão, incluindo aprendizagens como a construção de regras, a interpretação de competições e a valorização da cultura popular.

Barroso e Darido (2009) constataram que as propostas dos autores da pedagogia do esporte têm forte tendência de ensino para utilização do jogo como recurso pedagógico. Para eles, o conhecimento deve ir além da aprendizagem de movimentos esportivos específicos. Para isso, deve haver a participação efetiva de todos, sem exclusão dos menos habilidosos, utilização de brincadeiras da cultura popular, realização de jogos em espaços menores e número reduzido de integrantes, além da realização de alterações em um jogo, aumentando gradativamente as dificuldades e desafios.

O livro didático é outra proposta de sistematização dos esportes coletivos sugerida por alguns autores (GALLATI *et al.*, 2010; IMPOLCETO; DARIDO, 2011). Impolceto e Darido (2011) apontam que, para tecerem conclusões mais efetivas sobre a sistematização do voleibol, seria necessário elaborar um material didático. Indicaram como principais temas a história da modalidade, os fundamentos técnicos, os sistemas táticos, os jogos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem, discussões sobre a relação desse esporte com a mídia e o vôlei sentado. No mesmo sentido, Gallati *et al.*, (2010) concluem que uma formação aliada à utilização de um livro didático facilita o processo de ensino e aprendizagem dos esportes coletivos. Os autores propõem um livro didático organizado por módulos, considerando dois referenciais: um técnico-tático e outro socioeducativo, buscando proporcionar a aprendizagem conceitual desse conteúdo. A utilização do livro didático pode auxiliar o professor no processo de ensino e aprendizagem, entretanto não deve ser a única fonte de pesquisa ao qual o professor recorra para planejar suas

aulas, tampouco ser um material que venha para limitar as possibilidades de sistematização dos conteúdos.

Santos e Nista-Piccolo (2011) investigaram a visão dos professores sobre a aplicação do esporte em suas aulas, a partir de uma entrevista com dez professores, buscando compreender suas percepções, concepções e significados sobre a relação esporte/ educação física. Os resultados apresentados apontam o esporte relacionado às seguintes temáticas: esporte e educação; esporte e competição; esporte como um aspecto cultural; esporte na perspectiva das modalidades tradicionais; esporte e inclusão. Constatou-se uma carência de sistematização adequada de conhecimentos da educação física no Ensino Médio, o que, conseqüentemente, nos leva ao entendimento de que as ações governamentais, atuais propostas e currículos não modificaram em quase nada as aulas de educação física no Ensino Médio.

Entretanto, os esportes coletivos também podem ser abordados e sistematizados através de diferentes estratégias. Medeiros (2007) organiza uma sequência didática para o ensino do futebol através do “jogo dos seis quadrados”, estimulando o protagonismo dos alunos no processo educativo, tendo autonomia para organizar suas equipes e elaborar regras, tornando-se uma estratégia pedagógica inovadora para uma ressignificação do esporte. No caso do voleibol, Barroso e Darido (2010; 2015) apresentam uma proposta com base nas dimensões conceitual, procedimental e atitudinal, discutindo a relação entre a alteração do sistema de pontuação no voleibol de quadra e o tema transversal trabalho e consumo.

Os jogos escolares também são outro importante fator sobre os esportes coletivos. Sawitzki (2008) investigou se há coerência entre o planejamento e as práticas esportivas na escola. Entrevistou professores, diretores, coordenadores pedagógicos, alunos e a comunidade escolar. No estudo, constatou-se discordância entre o planejamento e a prática, bem como significativa influência do sistema esportivo. O autor propõe uma sistematização/organização alternativa desses eventos com uma maior participação da comunidade escolar. No entanto, para que isso seja possível é necessário que os esportes estejam articulados com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Luguetti *et al.* (2015) analisaram o planejamento das práticas esportivas escolares e constataram que a ausência de um programa específico que as organizem e as sistematizem dificulta a inter-relação com outros componentes curriculares. Os professores apresentaram dificuldades de planejar e articular as ações relacionadas aos esportes coletivos na escola.

A elaboração de propostas de sistematização/organização dos conteúdos esportivos nas aulas de educação física pode auxiliar os professores no desenvolvimento de seus planejamentos, encontrando caminhos que possam adequar-se melhor às realidades e possibilidades de vivenciar esses conteúdos de forma significativa. De acordo com Antunes e Dantas (2010), na área da educação física escolar observa-se a ausência de propostas de organização curricular claramente definidas e testadas, situação que induz os docentes a elaborar por si próprios a sistematização



dos conteúdos ou simplesmente não elaborar nenhuma proposta, dificultando o processo de ensino e aprendizagem.

É importante ressaltar que a sistematização dos conteúdos da educação física na escola ainda é uma lacuna na área, conforme observamos em diversas propostas, através da intervenção pedagógica, de experiências práticas, da iniciação esportiva, dos jogos, da utilização do livro didático ou seqüências didáticas, de temas transversais e conceituais, etc.

### **3.2 Esporte educacional**

Nesta categoria foram encontrados 12 artigos, sendo cinco revisões de literatura e oito pesquisas de campo. O foco está no debate sobre atividades esportivas voltadas para a construção e compreensão dos princípios e valores educacionais e culturais do esporte.

Reis *et al.* (2015) realizaram uma revisão sistemática sobre a educação física e ciências do esporte no período de 1998 a 2013, visando conhecer a discussão sobre o esporte educacional no Brasil. Os resultados apresentaram um desequilíbrio, com supremacia de estudos analíticos em detrimento de estudos propositivos. Há uma ausência de referenciais críticos e propositivos que auxiliem os professores sobre o esporte no contexto educacional. Rodrigues e Darido (2008) investigaram a concepção da técnica esportiva no ensino da educação física. Os autores apontam que é possível identificar novas finalidades quanto ao ensino das técnicas esportivas. Consideram o repertório cultural desses alunos, propondo que as aulas não se restrinjam à realização desses movimentos, mas também incluam o conhecimento do universo social, político, econômico e cultural das manifestações esportivas. Apontam que os gestos técnicos sejam um meio para alcançar outras finalidades educativas e não a única aprendizagem necessária.

Assim como Rodrigues e Darido (2008), Pina (2010) também se preocupou com a baixa interação social e as implicações pedagógicas dos esportes coletivos na escola. Além desses autores, Pimenta e Honorato (2010) se destacaram ao problematizar os esportes durante as aulas, pois através dessa intervenção seus alunos passaram a compreender o fenômeno esportivo de forma mais crítica e reflexiva. Nesse sentido, Pina (2010) buscou, a partir do conhecimento dos alunos sobre essa temática, estabelecer uma relação com a educação dos indivíduos e com a produção e circulação de mercadorias. O estudo não só destacou o caráter alienante com que o esporte é revestido, como também possibilitou a apropriação de elementos culturais para atribuir novos significados ao esporte, vivenciando as modalidades esportivas, de modo que a competição, a concorrência, o rendimento e a disputa sejam substituídos por valores que socializem, garantam a solidariedade e respeito, dentre outros.

Sawitzki (2008), Reverdito *et al.* (2008) e Frizzo (2013) analisaram as competições escolares destacando o caráter educativo do esporte. Sawitzki (2008) propõe uma organização alternativa para as práticas esportivas escolares fundamentada em princípios pedagógicos de

formação humana e desenvolvimento da cidadania. Assim como Frizzo (2013), Sawitzki (2008) acredita na prática esportiva e nos jogos esportivos escolares como uma atividade capaz de contribuir para o desenvolvimento individual e social dos alunos. Entretanto, percebeu-se que os jogos escolares reforçam princípios e valores opostos àqueles idealizados pelo esporte educacional.

No mesmo sentido, Reverdito *et al.* (2008) refletem sobre o papel da competição e apresentam uma proposta com base na educabilidade do sujeito. Esta proposta foi sistematizada por princípios pedagógicos e metodológicos como totalidade, co-educação, cooperação, participação, autonomia, pluralidade cultural e valores sociais. Para esses autores (SAWITZKI, 2008; REVERDITO *et al.*, 2008), o processo de ensino e aprendizagem pode ser realizado através do ambiente competitivo. Nesse caso, a vitória não deve ser tratada apenas como a única finalidade da competição.

As formas como são abordados os esportes coletivos também foram destaque em algumas pesquisas. Costa, Nascimento e Vieira (2016) destacam que o processo de intervenção pedagógica tendo como referência os princípios do Modelo Desenvolvimentista<sup>4</sup> e Modelo de Educação Desportiva<sup>5</sup> contribuem para o desenvolvimento dos alunos. Já para Freire e Goda (2008), os professores podem usar oficinas de jogos na prática pedagógica, pois são capazes de produzir repercussões nas demais aprendizagens escolares, potencializando o pensamento, a motricidade, a sociabilidade, a moralidade, a afetividade etc. (FREIRE; GODA, 2008).

Medeiros (2007) aponta outra possibilidade de ressignificar o esporte apoiado numa concepção problematizadora que estimule a formação da cidadania crítica e emancipada, desenvolvendo a tolerância e aceitação das diferenças, respeito, satisfação, cooperação e companheirismo, tornando essa experiência mais significativa.

Também utilizando o futebol como veículo de aprendizagem, Faria (2014) apontou que se devem diversificar as formas de trabalhar um conteúdo, o que permite que um esporte tradicional como o futebol possa interagir de formas diferentes e que vão além do gesto técnico da modalidade. Isso envolve a incorporação de formas de agir, de movimentar o corpo, aspectos implícitos referentes à dimensão identitária, à prática coletiva, aos significados, às emoções, aos valores e a outros aspectos que possam surgir.

Os artigos dessa categoria enfatizam o caráter educacional com foco na formação e desenvolvimento de valores a partir do ensino do esporte. Podemos perceber que grande parte dos estudos realizou suas conclusões a partir de experiências fruto de práticas pedagógicas, o que

---

<sup>4</sup> O Modelo Desenvolvimentista para o ensino dos jogos esportivos foi elaborado na realidade norte-americana pela professora Judith Rink, nos anos de 1990, e divulgada em diversos países. Esse modelo preconiza uma progressão de tarefas tratadas didaticamente pelo professor.

<sup>5</sup> O Modelo de Educação Desportiva, por outro lado, é um modelo que preconiza o potencial educativo, buscando uma formação de alunos capazes de compreender o sentido do jogo, oportunizando a prática das modalidades esportivas e os aspectos afetivos evidenciados em cada prática.

aproximam as proposições das práticas concretas dos professores. Todavia, observamos a falta de mais estudos propositivos, pois o debate sobre esporte educacional parece ter ficado mais no campo das ideias e menos no campo das ações, deixando de fornecer subsídios pedagógicos que possam auxiliar mais os professores no seu cotidiano escolar. Ainda assim, destacamos as propostas de Sawitzki (2008), Reverdito *et al.*, (2008) e Frizzo (2013), que apresentaram uma alternativa para as competições escolares enfatizando o caráter educativo do esporte, e Costa, Nascimento e Vieira, (2016), Freire e Goda (2008) e Medeiros (2007), que utilizam intervenções pedagógicas para ensinar os esportes coletivos na escola.

### 3.3 Jogos e brincadeiras

Dos oito artigos presentes nessa categoria, temos duas revisões de literatura e seis pesquisas de campo. Todos os artigos presentes nessa categoria (MEDEIROS, 2007; FREIRE; GODA, 2008; SAWITZKI, 2008; BARROSO; DARIDO, 2009; SOUZA JÚNIOR; DARIDO, 2010; QUADROS; STEFANELLO; SAWITZKI, 2014; ANDRÉ; HASTIE; ARAÚJO, 2015) atribuem aos jogos e brincadeiras a otimização do processo de ensino e aprendizagem dos esportes coletivos.

Vários autores utilizaram a oficina de jogos como estratégia de ensino, sugerindo formas de intervenção, como criação de pequenos jogos, agrupando meninos e meninas; construção de acordos com os alunos; construção de material didático alternativo; iniciação esportiva através de jogos; aulas diversificadas para estimular a participação dos alunos; criação de jogos e regras pelos alunos etc. (MEDEIROS, 2007; FREIRE; GODA, 2008; QUADROS; STEFANELLO; SAWITZKI, 2014; ANDRÉ; HASTIE; ARAÚJO, 2015). Medeiros (2007) faz uma abordagem diferenciada do trabalho com o futebol, criando uma estratégia chamada de **futebol de seis quadrados**. Esta proposta possibilita aos alunos autonomia para organizar suas equipes, elaborar as regras, as punições e a dinâmica do jogo, estimulando os menos habilidosos a participar das aulas. Essa experiência pode proporcionar uma aprendizagem mais significativa e atribuir um novo olhar sobre a forma de abordar o futebol nas aulas.

Outros artigos também abordam o futebol como tema central (SOUZA JÚNIOR; DARIDO, 2010; FARIA, 2014). Para Souza Júnior e Darido (2010), o futebol pode ser vivenciado através de jogos que representem esse esporte, como o futebol de botão e o futebol de tampinha. É importante que as aulas representem não somente o esporte em seu formato original, mas também as variações presentes na cultura popular (SOUZA JÚNIOR; DARIDO, 2010). Já Faria (2014) aponta que o futebol precisa ser enfatizado a partir da realidade escolar local e explorado através de jogos e brincadeiras. A escassez de intervenções pedagógicas nas práticas futebolísticas não impede o diálogo entre diferentes maneiras de aprender no cotidiano escolar (FARIA, 2014),

além de gerar motivação e prazer, favorecendo o ambiente da aprendizagem (BARROSO; DARIDO, 2009).

### 3.4 Formação docente

Nesta categoria foram selecionados seis artigos, sendo uma revisão de literatura e cinco pesquisas de campo. O foco dos artigos se concentra em analisar os dilemas da formação docente relacionados com o ensino dos esportes coletivos.

A formação inicial necessita ser avaliada e modificada para que o professor seja capaz de se relacionar com o ambiente educacional de forma mais segura e confiante (LUGUETTI *et al.*, 2015). Os autores sugerem uma atenção às políticas de formação continuada e à organização curricular dos cursos de formação inicial. Apontam a necessidade de melhor articulação entre teoria e prática, além de uma aproximação mais adequada da realidade profissional. De acordo com os autores, diante do perfil dos professores investigados, foi possível observar também que tal fato possivelmente não ocorre, pois, em sua maioria, os docentes não usufruem de um programa de formação profissional adequado a essa finalidade. Além disso, os professores descrevem que o esporte ministrado está distante do projeto político pedagógico das escolas (LUGUETTI *et al.*, 2015). Todavia, existem pesquisas que procuram auxiliar o professor na busca pela melhoria na sua prática docente, como é o caso da pesquisa de Barroso e Darido (2010). Os autores, juntamente com os professores, construíram, implementaram e avaliaram uma proposta de intervenção sobre o ensino do voleibol na escola. Essa assessoria permitiu aos professores evoluir em sua prática docente, além de oportunizar que os olhares sobre o trabalho do professor de educação física sejam percebidos positivamente na escola (BARROSO; DARIDO, 2010).

As pesquisas colaborativas ajudaram a identificar e intervir sobre as lacunas do processo de ensino e aprendizagem dos esportes coletivos na escola. Gonzáles e Borges (2015) realizaram uma pesquisa-ação com sete docentes. Os resultados apontam que existem possibilidades de mudança na atuação de professores que participam de experiências de pesquisa-ação, mas, pouco se sabe sobre quais os caminhos e dificuldades para ajudar os professores a mudarem sua forma de trabalho no que se refere ao ensino dos conteúdos procedimentais dos esportes.

Outro fator que pode auxiliar na superação dos obstáculos da formação inicial são os estágios. Ramos, Graça e Nascimento (2006) desenvolveram uma pesquisa com estagiários. Os dados foram obtidos a partir de observações, entrevistas e planejamentos construídos por três estudantes de licenciatura. Apesar das semelhanças verificadas quanto aos conteúdos e às metodologias empregadas na iniciação do basquetebol, identificaram-se propósitos pessoais distintos para o ensino, diretamente relacionados à experiência pessoal com a prática desportiva. Já Coutinho e Silva (2009) buscaram identificar os professores universitários em nove instituições de São Paulo. Os autores comprovaram que o método tradicional é destacadamente o mais

conhecido entre os professores pesquisados; por outro lado, com relação aos métodos da linha crítica, houve um alto índice de desconhecimento desses métodos. A formação inicial e continuada do professor de educação física necessita maior destaque nos programas de valorização do docente. O planejamento de ações voltadas para a formação docente é de vital importância para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos esportes coletivos na escola. Caso contrário, as aulas de educação física apenas reproduzirão o esporte de rendimento e as práticas tradicionais.

#### **4 Considerações finais**

O presente estudo analisou as produções acadêmicas sobre o ensino dos esportes coletivos na educação física escolar no período entre 2006 e 2016. Utilizamos a revisão sistemática com propósito de encontrar na literatura elementos que indicassem as contribuições acadêmicas acerca do ensino dos esportes coletivos para a educação física escolar.

Ao analisarmos os artigos sobre o ensino dos esportes coletivos, observamos que a sistematização, o esporte educacional, os jogos e brincadeiras e a formação docente surgem como principais temas discutidos.

Podemos observar que a sistematização dos conteúdos da educação física na escola ainda é uma lacuna na área. Ainda há uma ideia de sistematização relacionada apenas com a aprendizagem do esporte. Todavia, coexistem propostas de sistematização de temas transversais, atividades diferenciadas, dimensões de conteúdos e utilização de livros didáticos.

Os artigos que tratam do esporte educacional trazem como foco a formação e desenvolvimento de princípios e valores a partir do ensino do esporte, tendo como premissa a inclusão e a formação esportiva e cidadã. Porém, esse discurso precisa sair do campo das ideias, tornando-se, de fato, uma intervenção no campo prático, uma vez que já existem estudos que enfatizam a pedagogia do esporte como metodologia capaz de superar a hegemonia da abordagem tradicional de ensino dos esportes, buscando aproximar a relação entre teoria e prática.

Os jogos e brincadeiras destacam-se pelo potencial do componente lúdico na aprendizagem, capazes de produzir repercussões nas demais aprendizagens, e são sugeridos por diversos autores como uma ferramenta relevante para o ensino dos esportes. Já a formação docente sinalizou uma carência de estudos que abordem o contexto da formação inicial e continuada do professor de educação física, principalmente no trato com o ensino do esporte. Nesse sentido, é fundamental aumentar o número de pesquisas com os professores na escola para que a formação dialogue com os seus dilemas reais.

É importante salientar que, apesar de o esporte ser o conteúdo hegemônico das aulas de educação física, encontramos poucos estudos propositivos na literatura acerca do ensino do esporte na escola. Logo, são necessários mais estudos, principalmente no contexto escolar.

Esperamos que este artigo possa servir de auxílio e orientação para outros estudos e investigações sobre o ensino do esporte na escola.

## Referências

- ANDRÉ, Mauro H; HASTIE, Peter; ARAÚJO, Rui F. **O desenvolvimento da compreensão holística do jogo por meio da criação do jogo.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 37, n. 4, p. 323-332, 2015.
- ANTUNES, Fábila H. C; DANTAS, Luiz. **Sistematização do conhecimento declarativo em educação física escolar de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental.** Revista Brasileira de Educação Física e Esporte; 24(2): 205-221. 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** 3. reimp. Lisboa: Edições, v. 70, 2011.
- BARROSO, André L. R; DARIDO, Suraya C. **A pedagogia do esporte e as dimensões dos conteúdos: conceitual, procedimental e atitudinal.** Revista da Educação Física/UEM, v. 20, n. 2, p. 281-289, 2009.
- BARROSO, André L. **Voleibol escolar: uma proposta de ensino nas dimensões conceitual, procedimental e atitudinal do conteúdo.** Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 24, n. 2, p. 179-194, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O sistema de pontuação no voleibol de quadra e o tema transversal trabalho e consumo: possibilidades pedagógicas.** Pensar a Prática, v. 18, n. 1, mar. 2015.
- CAPARROZ, Francisco E. **Entre a educação física da escola e a educação física na escola.** Campinas: Autores associados; 1997.
- CAPARROZ, Francisco E; BRACHT, Valter. **"O tempo e o lugar de uma didática da educação física."** Revista Brasileira de Ciências do Esporte 28.2 (2007).
- CARLAN, Paulo; KUNZ, Elenor; FENSTERSEIFER, Paulo E. **O esporte como conteúdo da Educação Física escolar: estudo de caso de uma prática pedagógica "inovadora".** Movimento, v. 18, n. 4, p. 55-75, 2012.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia, do ensino de educação física.** São Paulo: Cortez, 1992.
- COSTA, Luciane C. A; NASCIMENTO, Juarez V; VIEIRA, Lenamar F. **Ensino dos esportes coletivos de invasão no ambiente escolar: da teoria à prática na perspectiva de um modelo híbrido.** Revista da Educação Física/UEM, v. 27, n. 1, 2016.
- COUTINHO, Nilton F; SILVA, Sheila A. P. S. **Conhecimento e aplicação de métodos de ensino para os jogos esportivos coletivos na formação profissional em educação física.** Movimento, v. 15, n. 1, p. 117-144, 2009.
- DARIDO, Suraya C. **Educação física na escola: questões e reflexões.** Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2003.
- FARIA, Eliene L. **Quando "rola a bola": reflexões sobre as práticas futebolísticas e a forma escolar nas aulas de educação física.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 36, n. 2, 2014.
- FREIRE, João B; GODA, Ciro. **Fabricando: as oficinas do jogo como proposta educacional nas séries iniciais do ensino fundamental.** Movimento, v. 14, n. 1, p. 111-134, 2008.
- FRIZZO, Giovanni. **Os jogos escolares como mecanismos de manutenção e eliminação: uma crítica à lógica esportiva na escola.** Movimento, v. 19, n. 4, p. 163-180, 2013.
- GALATTI, Larissa R. *et al.* **Pedagogia do Esporte: livro didático aplicado aos Jogos Esportivos Coletivos.** Motriz, 2010.
- GONZÁLEZ, Fernando J; BORGES, Robson M. **Diálogos sobre o ensino dos esportes na Educação Física escolar: uma pesquisa-ação na formação continuada.** Motrivivência, v. 27, n. 45, p. 172-188, 2015.

- GONZÁLEZ, Fernando J; FENSTERSEIFER, Paulo E. **Educação Física e cultura escolar: critérios para a identificação do abandono docente**. Congresso de Educación Física “Repensar la Educación Física”. IPEF. Córdoba, Septiembre. 2006.
- GRAÇA, Amândio; MESQUITA, Isabel. **A investigação sobre os modelos de ensino dos jogos desportivos**. Revista portuguesa de ciências do desporto, v. 7, n. 3, p. 401-421, 2007.
- GRECO, Pablo J. **Métodos de ensino-aprendizagem-treinamento nos jogos esportivos coletivos**. Temas atuais em educação física e esportes, p. 48-72, 2001.
- GRECO, Pablo J; BENDA, Rodolfo N. **Iniciação esportiva universal**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- IMPOLCETTO, Fernanda M; DARIDO, Suraya C. **Sistematização dos conteúdos do voleibol: possibilidades para a Educação Física escolar**. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 19, n. 2, p. 90-100, 2011.
- KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí, RS: Ed. da Unijuí, 2001.
- LUGUETTI, Carla N. *et al.* **O planejamento das práticas esportivas escolares no ensino fundamental na cidade de Santos**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 37, n. 4, p. 314-322, 2015.
- MARCO, Ademir de; MELO, José P. Desenvolvimento Humano, educação e esporte. In: MOREIRA, W.W; SIMÕES, R. (Org.). **Esporte como fator de qualidade de vida**. 2. ed. Piracicaba: Unimep, 2002.
- MEDEIROS, Francisco E. **O futebol de seis “quadrados” nas aulas de educação física: uma experiência de ensino com princípios didáticos da abordagem crítico-emancipatória**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 28, n. 2, 2007.
- MOURA, Diego L. **Cultura e Educação Física Escolar: da teoria à prática**. São Paulo: Phorte, 2012.
- PAES, Roberto R. **Aprendizagem e competição precoce: o caso do basquetebol**. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Educação física escolar**. Editora da ULBRA, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do Esporte: Especialização Esportiva Precoce**. In: TANI, GO; BENTO, Jorge Olímpio; PETERSEN, Ricardo Demétrio de Souza. **Pedagogia do Desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 219-226.
- PIMENTA, Thiago; HONORATO, Tony. **Esporte moderno e mediação pedagógica nas aulas de educação física**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 493-505, 2010.
- PINA, Leonardo D. **Pedagogia histórico-crítica e transmissão do conhecimento sistematizado sobre o esporte na educação física**. Motrivivência, v. 20, n. 31, p. 115-131, 2010.
- QUADROS, Roberta B; STEFANELLO, Daniela; SAWITZKI, Rosalvo L. **A prática da cultura esportiva nas aulas de Educação Física**. Motrivivência, v. 26, n. 42, p. 238-349, 2014.
- RAMOS, Valmor; GRAÇA, Amândio B. S; NASCIMENTO, Juarez V. **A representação do ensino do basquetebol em contexto escolar: estudos de casos na formação inicial em educação física**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 20, n. 1, p. 37-49, 2006.
- REIS, Nadson S. *et al.* **O esporte educacional como tema da produção de conhecimento no periodismo científico brasileiro: uma revisão sistemática**. Goiânia: Pensar a Prática, v. 18, n. 3, 2015.
- REVERDITO, Riller S. *et al.* **Competições escolares: reflexão e ação em pedagogia do esporte para fazer a diferença na escola**. Goiânia: Pensar a prática, v. 11, n. 1, p. 37-45, 2008.
- RODRIGUES, Heitor A; DARIDO, Suraya C. **A técnica esportiva em aulas de educação física: um olhar sobre as tendências socioculturais**. Movimento, v. 14, n. 2, p. 137-154, 2008.
- SADI, Renato S. **Educação Física, trabalho e profissão**. Komedi, 2005.

SAMPAIO, Rosana F; MANCINI, Marisa C. **Systematic review studies: a guide for careful synthesis of the scientific evidence.** Brazilian Journal of Physical Therapy, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTOS, Marco A. G. N; NISTA-PICCOLO, Vilma L. **O esporte e o ensino médio: a visão dos professores de educação física da rede pública.** Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, v. 25, n. 1, p. 65-78, 2011.

SAWITZKI, Rosalvo L. **Esporte Escolar: aspectos pedagógicos e de formação humana.** Motrivivência, v. 20, n. 31, p. 132-142, 2008.

SOUZA JÚNIOR, Osmar M; DARIDO, Suraya C. **Refletindo sobre a tematização do futebol na Educação Física escolar.** Motriz: Revista de Educação Física, p. 920-930, 2010.

Artigo recebido em: 28/06/2019

Artigo aceito para publicação em: 09/09/2019





**LEGADOS DAS PARALIMPIADAS ESCOLARES PARA O ESPORTE  
PARALÍMPICO NO BRASIL**

**LEGACIES OF SCHOOL PARALYMPICS FOR PARALYMPIC SPORT IN BRAZIL**

**LEGADOS DE LAS PARALIMPIADAS ESCOLARES PARA EL DEPORTE  
PARALÍMPICO EN BRASIL**

Giandra Anceski Bataglion<sup>1</sup>  
Janice Zarpellon Mazo<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa foi verificar como se constituiu a participação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares no período de 2010 a 2018 e suas ressonâncias para o esporte paralímpico escolar no estado. Para tanto, foram coletadas informações em documentos oficiais e em mídias digitais que veicularam notícias sobre o tema. A análise documental das informações coletadas evidenciou que em 2010 o estado enfrentou dificuldades para participar da competição, tendo em vista a carência de ações no âmbito do esporte voltadas aos estudantes com deficiência. Contudo, a partir do ano seguinte, em 2011, iniciativas governamentais foram implementadas. As ações parecem ter contribuído na promoção de tais práticas nas escolas, associações e clubes esportivos do estado, produzindo um gradual incremento do desempenho nas Paralimpíadas Escolares, com destaque para a edição de 2018.

**Palavras-chave:** Paralimpíadas Escolares. Esporte Paralímpico Escolar. Estudantes com Deficiência. Estudo Sociocultural. História do Esporte.

**Abstract:** The objective of this research was to verify how Rio Grande do Sul's participation in the School Paralympics was constituted in the period from 2010 to 2018, and its resonances for the paralympic sport in the state. For that, information was collected in official documents and in digital media, which provided news about the theme. The documentary analysis of the

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Centro de Memória do Esporte (CEME), do Observatório do Esporte Paralímpico e do Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física (NEHME), da UFRGS. Pesquisa sobre os temas: Esporte para Pessoas com Deficiência, Esporte Paralímpico Escolar e Esportes Surdos. (giandraanceski@gmail.com)

<sup>2</sup> Professora Doutora da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança e do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Centro de Memória do Esporte (CEME), do Observatório do Esporte Paralímpico e do Núcleo de Estudos em História e Memória do Esporte e da Educação Física (NEHME), da UFRGS. Pesquisa sobre os temas: História do Esporte e da Educação Física, Esporte para Pessoas com Deficiência e Esportes Surdos. (janice.mazo@ufrgs.br)

information collected showed that in 2010, the state faced difficulties to participate in the competition, due to the lack of actions in the field of sport, aimed at students with disabilities. However, from the following year, in 2011, government initiatives were implemented. The actions seem to have contributed to the promotion of such practices in schools, associations and sports clubs of the state, reflecting a gradual increase in performance in the Paralympics School, with emphasis on the 2018 edition.

**Keywords:** School Paralympics. School Paralympic Sport. Students with Disabilities. Sociocultural Study. History of Sport.

**Resumen:** El objetivo de esta investigación fue verificar cómo se constituyó la participación de Rio Grande do Sul en las Paralimpíadas Escolares, en el período de 2010 a 2018, y sus resonancias para el deporte paralímpico escolar en el estado. Para ello, se recogieron informaciones en documentos oficiales y en medios digitales, que transmitieron noticias sobre el tema. El análisis documental de las informaciones recolectadas evidenció que en 2010, el estado enfrentó dificultades para participar en la competición, teniendo en cuenta la carencia de acciones en el ámbito del deporte, dirigidas a los estudiantes con discapacidad. Sin embargo, a partir del año siguiente, en 2011, se implementaron iniciativas gubernamentales. Las acciones parecen haber contribuido en la promoción de tales prácticas en las escuelas, asociaciones y clubes deportivos del estado, reflejando en un gradual incremento del desempeño en las Paralimpíadas Escolares, con destaque para la edición de 2018.

**Palabras clave:** Paralimpíadas Escolares. Deporte Paralímpico Escolar. Estudiantes con discapacidad. Estudio Sociocultural. Historia del Deporte.

## 1 Introdução

Paralimpíadas Escolares<sup>3</sup> é uma competição esportiva composta por distintas modalidades paralímpicas<sup>4</sup>, na qual participam estudantes com as deficiências<sup>5</sup> física, visual e

---

<sup>3</sup> Para as edições do evento realizadas até o ano de 2011, utilizamos o termo Paraolimpíadas Escolares, em conformidade com o termo originalmente utilizado nas respectivas edições. A partir do ano de 2012, passou-se a utilizar o termo Paralimpíadas Escolares, em consonância com o termo Paralímpico adotado pelo CPB no ano de 2011, atendendo à padronização proposta pelo *International Paralympic Committee* (IPC), em língua portuguesa denominado Comitê Paralímpico Internacional. Desta forma, das edições do ano de 2012 a 2018, utilizamos o termo oficial e atual do evento, qual seja: Paralimpíadas Escolares.

<sup>4</sup> As modalidades paralímpicas disputadas nas Paralimpíadas Escolares até o ano de 2018 são: atletismo, basquete em cadeira de rodas, bocha, futebol de cinco, futebol de sete, *goalball*, judô, natação, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas e vôlei sentado (PARALIMPÍADAS..., 2018). As modalidades disputadas nas Paralimpíadas Escolares integram o programa dos Jogos Paralímpicos.

<sup>5</sup> Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental,

intelectual. O evento é uma ação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) que congrega estados brasileiros (SILVA, 2017), os quais são responsáveis pela organização de suas delegações a cada edição da competição (BATAGLION; MAZO, 2019). É permitida a participação de estudantes dos sexos masculino e feminino, na faixa etária dos 12 aos 18 anos, os quais devem estar regularmente matriculados e frequentando instituição de ensino fundamental, médio ou especial, pública ou privada, reconhecida pelo Ministério da Educação (PARALIMPÍADAS..., 2018).

Esta competição é promovida pelo CPB desde o ano 2006, tendo o Projeto Paraolímpicos do Futuro como seu precursor (CARDOSO, 2016; GORLA; CALEGARI, 2017; HAIACHI et al., 2018). Todavia, as duas primeiras edições foram realizadas com as seguintes denominações: I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação (2006) e II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro (2007). No ano de 2008 o evento não foi realizado e, a partir do ano seguinte, em 2009, passou a realizar-se anualmente com a denominação “Paraolimpíadas Escolares”. Atualmente, podemos dizer que o evento conquistou ampla abrangência, mobilizando todas as unidades federativas do país para a vinculação de suas delegações às Paralimpíadas Escolares (SCHERER; GOULART; SERON, 2018).

Os estudos de Silva (2017) e Furtado (2017) enfocaram as Paralimpíadas Escolares como um evento circunscrito, prioritariamente, ao alto rendimento esportivo, dadas as características de seleção e as intenções direcionadas à detecção de futuros talentos paralímpicos. Com base nas afirmações das autoras citadas, é possível considerar as Paralimpíadas Escolares como uma das portas de entrada para o esporte paralímpico de alto rendimento. De tal modo, nas unidades federativas do país, o evento é formatado visando à seleção daqueles que têm o melhor desempenho esportivo para disputar a competição nacional.

Por sua vez, Resende (2018) ressaltou a relevância da participação dos estudantes com deficiência nas Paralimpíadas Escolares, apontando influências em seus planos futuros, no que se refere à prática de modalidades paralímpicas, bem como no sentimento de pertencimento social, a partir do reconhecimento de suas potencialidades em seus contextos. Assim, a autora destaca que as oportunidades no esporte paralímpico escolar suscita ressignificações nas vidas das crianças e jovens com deficiência. Neste sentido, afora as representações atreladas ao alto rendimento esportivo, a competição trabalha com objetivos na esfera da inclusão social<sup>6</sup>, tendo isto como uma perspectiva de longo prazo (SENATORE, 2006), a ser traçada por intermédio de

---

intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2009, p. 27).

<sup>6</sup> Em nosso estudo, a inclusão social deve ser pensada para além do mero compartilhamento de espaços e tempos. Logo, compreende-se que os estados devem assegurar que as crianças com deficiência possam, em condições iguais às de seus pares sem deficiência, participar de práticas esportivas, inclusive no contexto escolar (BRASIL, 2009). Ademais, devem promover e oportunizar o engajamento em modalidades específicas aos tipos de deficiência, “incentivando a provisão de instrução, treinamento e recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”, de acordo com a Convenção

práticas estabelecidas em nível estadual e municipal, extrapolando as dimensões do evento nacional (BRASIL, 2011). Isso significa, nos dizeres de Haiachi et al (2018), que a inclusão precisa circunscrever um desafio/movimento constante no ambiente esportivo, pois “não se trata apenas de aceitar um diferente em nosso meio” (p. 164), mas, sim, de construir as condições para a sua efetiva participação esportiva em qualquer espaço.

Em vista da representatividade alcançada ao longo de suas edições, as Paralimpíadas Escolares são referidas como a maior competição esportiva do mundo para estudantes com deficiência (CARDOSO, 2016; SILVA, 2017; GOULART, 2017; HIPÓLITO; WINCKLER, 2018), todavia, acreditamos na relevância de se investigar as peculiaridades que circunscrevem as composições históricas desse evento em cenários regionais. Isto porque ações no âmbito estadual e municipal acerca do esporte paralímpico escolar<sup>7</sup> integram as conformações da participação de cada estado brasileiro nas Paralimpíadas Escolares. Nesta esfera há distintos cenários. Algumas ocasiões apresentam ações esportivas para estudantes com deficiência, as quais antecedem e prosseguem na mera participação no evento nacional, isto é, com objetivos de longo prazo. Em outras situações, as iniciativas são realizadas de modo emergencial e passageiro, possibilitando apenas a formação de delegações para o evento sem, no entanto, promover e oferecer as condições necessárias para a inclusão permanente desses estudantes na prática de modalidades paralímpicas (ANDRADE et al., 2014; REIS; SOUSA, 2015; NETO; ABRAHÃO; MOURA, 2017; MACHADO et al., 2017).

O estudo de Cardoso (2017) traz o exemplo do estado de Roraima, que, até a edição de 2016, teve uma única participação nas Paralimpíadas Escolares, no ano de 2013. O autor atribuiu isso à ausência de oportunidades para o desenvolvimento do esporte paralímpico escolar e de alto rendimento no referido estado e sugeriu a implementação de ações no campo a partir de políticas públicas estaduais. Por sua vez, no estado do Rio Grande do Sul, são referidas contribuições de ações governamentais e não governamentais nas composições das Paralimpíadas Escolares em nível regional (GUIMARÃES et al., 2014; ROMERO, 2017; MALANOVICZ; MARTINS; MALANOVICZ, 2017). Cabe mencionar que a maior parte dos participantes das Paralimpíadas Escolares é oriunda de instituições de ensino regular públicas, seguidos por representantes de escolas privadas e, em menor percentual, de instituições de ensino especiais (REIS; SILVA; MEZZADRI, 2017), sobrelevando a relevância do desenvolvimento de políticas públicas nessa área.

Nessa direção, há de se considerar os elementos socioculturais e político-econômicos que circunscrevem as composições históricas das Paralimpíadas Escolares em cada contexto do

---

dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2009, p. 60).

<sup>7</sup> Neste estudo, compreendemos o esporte paralímpico escolar como todas as ações em que crianças e jovens com deficiência, matriculados em instituições de ensino fundamental ou médio, participam, regularmente, da prática esportiva em modalidades paralímpicas, seja em contexto escolar ou em associações, clubes, projetos sociais, etc.

país. Nesta perspectiva, o recorte espacial de nosso estudo se limita ao estado do Rio Grande do Sul, o qual teve sua primeira participação nas Paralimpíadas Escolares no ano de 2010, não participando das três primeiras edições da competição. Há vestígios de que, desde as décadas de 1960 e 1970, aproximadamente, alguns esportes eram praticados por pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul (BEGOSSI; MAZO, 2016), por intermédio de instituições como o Instituto Santa Luzia e a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS), ambas referência em atendimento à população com deficiência visual. Nos espaços da primeira entidade citada, em especial, sabe-se que estudantes com deficiência contavam com a prática de esportes como o futebol e o atletismo. Não obstante, a instituição recepcionou, ainda na década de 1970, a primeira competição esportiva para pessoas com deficiência visual do país.

Pondera-se, também, sobre as associações de pais e amigos dos excepcionais (APAES) do Rio Grande do Sul, que atuam nas áreas da educação física, desporto e lazer, especialmente, com atividades direcionadas à população com deficiências intelectuais e múltiplas, através do assessoramento da Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul (FEAPAES-RS), fundada em 1993 (A FEDERAÇÃO..., 2019). Entretanto, é possível que práticas esportivas tenham sido desenvolvidas nesses espaços em décadas anteriores.

Nas décadas seguintes, principalmente a partir do ano de 2000, entidades foram fundadas, assumindo, também, a tarefa de promover o esporte para as pessoas com deficiência no estado (MAZO et al., 2018). Dentre elas, podemos citar alguns exemplos: RS Paradesporto; Associação de Servidores da Área de Segurança, Portadores de Deficiências, do Rio Grande do Sul (ASASEPODE); Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade (APABB); Federação de Paradesporto do Estado do Rio Grande do Sul (FEPARGS), Associação Gaúcha de Futebol para Cegos (AGAFUC).

Embora os indícios apontem que, em um primeiro momento as práticas esportivas para as pessoas com deficiência tiveram representações marcadas pela participação e, inclusive, pela competição entre estudantes de instituição educacional para cegos do Rio Grande do Sul, estudos realizados sobre o assunto permitem considerar que as crianças e jovens com deficiência do estado não foram imediatamente inseridas nas iniciativas esportivas das demais entidades mencionadas (BEGOSSI; MAZO, 2016; MAZO et al., 2018). Igualmente, até o ano de 2011, o estado não contemplava o esporte paralímpico escolar em suas políticas públicas de esporte (TONDIN; VIDAL; FEIX, 2014). Desta feita, especialmente no âmbito da prática de modalidades paralímpicas de forma estruturada e contínua, ponderamos que as crianças e jovens estudantes com deficiência sul-rio-grandenses conquistaram visibilidade e oportunidades em períodos bastante recentes. Assim, levamos em consideração que o tema do esporte paralímpico escolar faz parte de uma memória esportiva do tempo presente no estado.

Conforme procuramos retratar nos parágrafos supracitados, talvez em decorrência das características de composição do campo, inicialmente o estado do Rio Grande do Sul enfrentou

dificuldades para participar das Paralimpíadas Escolares, o que estimulou a estruturação de ações governamentais, visando ao desenvolvimento do esporte paralímpico escolar nos municípios do estado (BATAGLION; GUIMARÃES; MAZO, 2018). Partindo da identificação da carência de ações ligadas ao esporte para estudantes com deficiência, agentes de órgãos governamentais responsáveis por essa esfera ampliaram suas redes, buscando ligação com distintas localidades do Rio Grande do Sul (SEHBE, 2014; GUIMARÃES, 2014), de modo a fortalecer as tramas dessa composição. Após a primeira participação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares, em 2010, três ações governamentais foram planejadas no estado, com foco no fomento ao esporte paralímpico escolar, as quais passaram a ser desenvolvidas a partir de 2012, sendo elas: a) Clínica de Esportes Paralímpicos - ação de capacitação de professores de educação física; b) Festival Paralímpico do Rio Grande do Sul - evento pautado em oficinas de esportes paralímpicos para a participação de crianças e jovens com deficiência; e c) Campeonato Paradesportivo Estudantil do Rio Grande do Sul (PARACERGS) - competição seletiva às Paralimpíadas Escolares. Paralelamente a essas ações, escolas, associações e clubes esportivos foram incentivados a promover a inserção de estudantes com deficiência na prática de modalidades paralímpicas (BATAGLION; GUIMARÃES; MAZO, 2018). Diante de tais considerações, o objetivo desta pesquisa, a qual faz parte de uma tese de doutorado, é verificar como se constituiu a participação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares, no período de 2010 a 2018, e suas ressonâncias para o esporte paralímpico escolar no estado.

O tema do esporte paralímpico escolar faz parte de uma memória esportiva do tempo presente no Rio Grande do Sul. Talvez, por isso, os registros em acervos institucionais são um tanto escassos, até mesmo por motivos políticos que envolvem mudanças de governo e, muitas vezes, o apagamento de ações, por meio de diversas estratégias das administrações. Um dos intuitos deste estudo é, além de asseverar a importância de registro, preservação e divulgação da memória sobre o esporte paralímpico nos diferentes âmbitos, alertar para os discursos circulantes que silenciam sobre a prática esportiva para crianças e adolescentes com deficiência na escola. Há indícios de como fatores políticos e, de certa forma, econômicos, influenciaram as composições das ações dirigidas ao esporte paralímpico escolar e, inclusive, as representações que foram construídas acerca do fenômeno no contexto sociocultural do estado.

## **2 Procedimentos metodológicos**

Para o desenvolvimento deste estudo sociocultural sobre o esporte, foram coletadas informações nos boletins oficiais das Paralimpíadas Escolares, do período de 2010 a 2018, acessados por meio do *site* oficial do CPB. Além disso, utilizamos documentos oficiais da Secretaria Estadual do Esporte e Lazer (SEL) do Rio Grande do Sul referentes ao desenvolvimento de ações no campo do esporte paralímpico escolar. Por fim, reunimos um

conjunto de notícias veiculadas no *site* do Governo do estado, acerca da participação dos estudantes sul-rio-grandenses, nas edições das Paralimpíadas Escolares. Para além de tais materiais, realizamos uma revisão bibliográfica sobre o objeto de estudo investigado, a qual indicou um número reduzido de pesquisas sobre o tema.

A técnica de análise documental foi aplicada para a interpretação dos materiais coletados. Desse modo, as informações passaram pelas etapas de fichamento, incluindo a disposição em categorias; análise, contextualizando e decifrando as informações de acordo com o contexto e o período de sua elaboração; e cruzamento dos materiais, confrontando os indícios oriundos de cada um deles (BARROS, 2012). A análise resultou na elaboração do capítulo apresentado abaixo, o qual foi discutido à luz da revisão bibliográfica realizada sobre o objeto de estudo em questão.

### **3 Paralimpíadas Escolares: representações e legados no Rio Grande do Sul**

A participação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares pode ser caracterizada em três fases, conforme nomeamos: 1) Fase Elementar; 2) Fase da Conformação; 3) Fase de Incremento. A primeira, demarcada no ano de 2010, caracterizou-se pelas dificuldades relacionadas à falta de recursos financeiros para enviar a pequena delegação, composta por quatro estudantes e seis membros da equipe técnica, para a competição realizada em São Paulo/SP. Na ocasião, os representantes disputaram provas na modalidade do atletismo paralímpico e obtiveram a 22ª colocação final na competição. Tais indícios revelaram a carência de iniciativas do esporte para estudantes com deficiência no estado naquela época. De tal modo, a primeira participação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares sucedeu de forma tímida, tendo em vista as dificuldades enfrentadas para a viabilização da organização e o deslocamento da pequena delegação sul-rio-grandense ao evento. Essa conjuntura, após o retorno da delegação ao estado, suscitou representações que enfatizavam os “feitos dos atletas e técnicas gaúchos” (PARAOLIMPÍADAS..., 2011). Afora valorizar o empenho e a garra da delegação, tais representações estimularam, no ano seguinte, em 2011, o apoio da Fundação de Esporte e Lazer do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDERGS) e da Secretaria Estadual do Esporte e Lazer (SEL) para a participação do estado nas Paralimpíadas Escolares 2011.

A Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS, ao mesmo tempo que planejava as ações direcionadas ao esporte paralímpico escolar, que seriam implementadas no estado no ano seguinte, atuou em articulações nas esferas governamentais, buscando apoio financeiro para a viagem de delegação do RS ao evento nacional, conforme as metas traçadas em documento elaborado pela Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS), da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH), e pela FUNDERGS. Iniciou-se, assim, a segunda fase, da

conformação, marcada pelo início dos incentivos governamentais, por meio de ações articuladas que ampliaram as oportunidades esportivas aos estudantes com deficiência, especialmente nas escolas. Essa fase caracteriza-se, também, pelo aumento no número de estudantes que passaram a compor as delegações, além de expressar melhorias no desempenho durante a competição.

Desta maneira, na edição das Paralimpíadas Escolares de 2011, além do atletismo paralímpico, o Rio Grande do Sul teve representantes nas modalidades de judô, natação e tênis de mesa, totalizando 44 integrantes na delegação, sendo 20 estudantes e 24 membros da equipe técnica, os quais conquistaram a 16ª colocação na classificação geral do evento. Vale a ressalva de que, nesse momento, o estado ainda não contava com competição seletiva estadual, conforme regra do evento nacional, tendo a sua delegação composta a partir do “encontro” de interessados a participar, incluindo estudantes e professores/técnicos. Na Figura 1 estão os representantes do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares 2011. Além dos estudantes com deficiência, constam na imagem professores de educação física e agentes de órgãos do governo do Rio Grande do Sul, como Pedro Paulo da Silva Guimarães (FUNDERGS) e Cláudia Alfama (FADERS).



**Figura 1** – Delegação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares 2011 – imagem ilustrativa.

**Fonte:** Acervo do Observatório do Esporte Paralímpico - NEHME/PARALÍMPICO.

No ano seguinte, com as ações Clínica de Esportes Paralímpicos, Festival Paralímpico e PARACERGS já implantadas no estado, a delegação do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares foi composta por 73 pessoas – 39 estudantes e 34 integrantes da equipe técnica. Além das modalidades já disputadas na edição anterior, em 2012, o estado contou com representantes nas disputas de bocha paralímpica. Os resultados do Rio Grande do Sul nessa edição do evento



trouxe representações, as quais podem ser evidenciadas em notícia veiculada pelo jornal *Folha de São Borja*, meio de comunicação em formato impresso do município de São Borja/RS. As representações podem ser evidenciadas nos dizeres da reportagem que anunciava a conquista de medalha de bronze na corrida com cadeira de rodas, na distância de 300 metros, e a medalha de ouro na disputa de arremesso de pelota: “O estudante Willian Silva Guasso, 13 anos, foi recebido com muita festa em São Borja. Ele teve direito a carreta pela cidade na segunda-feira, dia 22, e a recepção calorosa na Escola Estadual João Goulart, bairro Pirahy, onde estuda” (ATLETA DE SÃO BORJA..., 24 out. 2012). Na notícia é possível evidenciar que a representação do estudante nas Paralimpíadas Escolares se deu por intermédio do vínculo escolar. O acompanhamento do professor de educação física Anderson Jungton a Willian no evento nacional (Figura 2) traz indícios de que a preparação do estudante para as disputas nas provas do atletismo sucedeu em contexto escolar, em consonância com os pressupostos das ações implementadas pela FUNDERGS/SEL no estado naquele mesmo ano. Em continuação, registrou-se que o estudante conquistou vaga para as Paralimpíadas Escolares a partir da conquista dos primeiros lugares ao disputar, no PARACERGS, as modalidades supramencionadas.



**Figura 2** – O professor de educação física Anderson Jungton e o estudante Willian Silva Guasso, de São Borja/RS, nas Paralimpíadas Escolares 2012 – imagem ilustrativa.

**Fonte:** Imagem da notícia veiculada pelo jornal *Folha de São Borja* em 24 de outubro de 2012. Acervo do Observatório do Esporte Paralímpico - NEHME/PARALÍMPICO.

Ainda a referida reportagem faz uso de palavras do vereador da Câmara Municipal de São Borja, Beto Silva, o qual protocolou moção com votos de congratulações ao estudante Willian em função de seu feito esportivo, destacando: “é justa porque a vitória dele foi a vitória

da superação, e sua conquista serve de exemplo para todos nós”. A fala do vereador parece carregar representações comumente evidenciadas no campo do esporte paralímpico, em que as conquistas dos atletas são pautadas pelos ideais de superação da condição patológica da deficiência e de feitos heróicos, em detrimento do desempenho esportivo na modalidade disputada. Nesta direção, o estudo de Lins et al (2019) menciona a importância de se valorizar as experiências e os sentimentos de cada atleta com deficiência, mas também enfatizam a necessidade de se reconhecer que esses atletas não são casos individuais de superação e sucesso. Em vez disso, eles fazem parte de um movimento social mais amplo, no caso, o movimento paralímpico, em que o grupo de pertencimento conquista e reconstrói um lugar dentro dessa representação. Romper com os estereótipos “individualizantes e patologizantes” que ainda permeiam o universo do esporte paralímpico, evidenciados frequentemente em veículos de comunicação, poderia colaborar para se avançar nos pressupostos da inclusão social das pessoas com deficiência por meio do esporte, seja em nível escolar ou no alto rendimento.

No ano de 2013, o número de representantes do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares teve novo aumento, contando com 49 estudantes e 38 membros da equipe técnica. Nesta edição, pela primeira vez o estado conseguiu compor equipe para competir em uma modalidade coletiva, qual seja: *goalball*, sendo esta a única que contou com equipe representante do estado até o ano de 2017, quando o estado conseguiu compor equipe de futebol de sete (BOLETIM..., 2013; BOLETIM..., 2017). Há indícios de que Cláudia Romero, professora de educação física do município de Novo Hamburgo/RS, atuou na composição de equipes de *goalball* para representar o estado nas Paralimpíadas Escolares (ALFAMA, 26 nov. 2018). Vale referir que reunir o número suficiente de estudantes com deficiência para “treinar” as devidas modalidades, conforme os critérios de elegibilidade de cada uma, não é uma tarefa fácil para os estados. Isto porque os estudantes com as características necessárias para cada modalidade, muitas vezes, residem em municípios distintos, dificultando o encontro para a realização de “treinos”.

A delegação sul-rio-grandense, de 87 integrantes, conquistou a 13ª colocação na classificação final do evento nacional em 2013. Representações que emergiram do incremento do desempenho do estado nas Paralimpíadas Escolares, talvez, motivaram a criação, no mesmo ano, do projeto “Esporte+ Paradesporto Escolar” com a finalidade de preparar estudantes com deficiência para competições esportivas paralímpicas, incluindo, especialmente, o PARACERGS e as Paralimpíadas Escolares (MALANOVICZ; MARTINS; MALANOVICZ, 2017a). Tal projeto é vinculado à Associação Esporte +, também fundada em 2013, em Porto Alegre/RS, pelas professoras de educação física Ana Paula Vieira Malanovicz, Aline Vieira Malanovicz e Fernanda Michaelsen Martins, com objetivos direcionados à inclusão social de estudantes com e sem deficiência, oriundos de comunidades carentes, por meio da prática

esportiva das modalidades do atletismo e da natação (MALANOVICZ; MARTINS; MALANOVICZ, 2017b). Tais ações são de cunho não governamental.

Apesar das conquistas e representações construídas no Rio Grande do Sul ao longo das três participações consecutivas nas Paralimpíadas Escolares, no ano de 2014, em congruência com a ruptura evidenciada no evento nacional, o número de integrantes da delegação sul-riograndense caiu para 39, ou seja, menos da metade dos participantes da edição do ano anterior. Em contexto regional, uma possível explicação para isso pode estar relacionada à mudança de gestão política que se processava no Rio Grande do Sul. Isto, possivelmente, impactou na organização da sua delegação, que era realizada por órgão do governo desde o ano de 2011. Tal descontinuidade não causou prejuízos em termos do desempenho da delegação participante do evento, a qual conquistou a 10ª colocação na classificação geral final, sendo esta a melhor posição do estado desde a primeira participação.

Com a efetivação de nova gestão política no estado em 1º de janeiro de 2015, novo órgão é discriminado para atuar no campo do esporte, da cultura, do turismo e do lazer, denominado Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEDACTEL). Esta secretaria, deste modo, configurou o novo órgão responsável pelo desenvolvimento das ações no âmbito do esporte paralímpico escolar, contemplando tanto as atividades de capacitação profissional quanto de promoção da participação dos estudantes com deficiência na prática e na competição de modalidades paralímpicas. A organização e a viabilização da participação de delegação sul-riograndense fica, a partir de então, sob responsabilidade da SEDACTEL.

Dadas as referidas mudanças de governo, a partir do ano de 2015, a quantidade de representantes do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares volta a crescer, apresentando 57 participantes nesse ano e 59 em ambos os subseqüentes. Porém, em 2016, o Rio Grande do Sul não contou com representantes na modalidade do *goalball*, assim como em 2017, no tênis de mesa, refletindo dificuldades em sua composição, ainda que tais modalidades tivessem sido representadas por estudantes do estado nos anos anteriores. Nesse cenário, vale referir que, ao completar 18 anos de idade ou ao encerrar o vínculo escolar, os jovens com deficiência não atendem mais aos critérios para inscrição nas Paralimpíadas Escolares. Com isso, muitas vezes, o estado deixa de contar com representantes que competiram nas distintas modalidades em edições do evento. Por outro lado, apresentando desempenho de destaque, tais indivíduos podem se engajar em outras competições e oportunidades no campo do esporte paralímpico.

Entre as edições das Paralimpíadas Escolares de 2014 e 2017, as delegações do estado do Rio Grande do Sul assumiram a 9ª e a 10ª colocações na classificação geral final do evento. Para além das representações oriundas das escolas, a partir do ano de 2014 começam a emergir indícios de modificações no cenário do esporte paralímpico escolar no estado com a inserção de entidades esportivas nesse campo. Um exemplo advém dos estudantes com deficiência que recebem suporte para treinamento no Projeto Esporte+ Paradesporto Escolar, da Associação

Esporte+. Segundo as diretoras da entidade, os integrantes do projeto obtiveram destaque em competições esportivas paralímpicas regionais, como o PARACERGS, conquistando índices para a competição nacional:

[...] Os resultados são as convocações de atletas e técnicos para compor a delegação gaúcha nas Paralimpíadas Escolares nos anos de 2014, 2015 e 2016, convocação de atleta para Seleção Brasileira de Jovens, convocação de atleta para o Open Internacional Loterias Caixa e reconhecimento de técnicas e atletas como destaques em âmbito estadual (MALANOVICZ; MARTINS; MALANOVICZ, 2017b, p. 55).

Desta feita, nota-se a construção de representações que se aproximam do esporte paralímpico de alto rendimento, uma vez que a ênfase é colocada nas conquistas e no reconhecimento social resultante disso às “técnicas” e aos “atletas” no contexto do estado. As autoras supracitadas, também técnicas da referida associação, ressaltaram em seu estudo que, apesar de o Projeto Esporte+ Paradesporto Escolar dispor de poucos recursos financeiros, em três anos de desenvolvimento oportunizou benefícios aos seus participantes, tendo em vista as suas conquistas nas competições disputadas, com destaque para as Paralimpíadas Escolares.

Em termos das representações circunscritas no universo das escolas, nota-se que a mudança governamental sucedida em 2015 acarretou o enfraquecimento das ações implementadas na gestão anterior, particularmente no que diz respeito à Clínica de Esportes Paralímpicos e ao Festival Paralímpico, devido à ruptura das articulações entre estado e municípios para o desenvolvimento das ações. Desta maneira, as iniciativas nesse âmbito passaram a depender de vontade política local. Conforme Vidal (2014), é fundamental que as ações esportivas, em nível estadual, sejam construídas em estreita relação com órgãos municipais, pois cada localidade possui necessidades específicas. Respeitar tais singularidades deve constituir responsabilidade primeira de qualquer ação no âmbito esportivo. Ademais, é preciso que as ações implementadas em nível estadual, sejam adotadas pela esfera municipal, compreendendo-a como responsabilidade mútua, pois são os agentes regionais que, antes e após a participação nas ações estaduais, têm a possibilidade de desenvolver trabalhos que atendam às necessidades e potencialidades presentes em seus contextos de atuação, contemplando objetivos de longo prazo.

Nesta perspectiva, encontramos vestígios de capacitação de professores de educação física promovida em âmbito local, no município de Novo Hamburgo/RS, durante o período de fevereiro a dezembro de 2016, visando a instrumentalizar a atuação docente junto aos estudantes com deficiência nas escolas, bem como o desenvolvimento de festivais e oficinas com o intuito de que a prática esportiva paralímpica pudesse ganhar forças nos ambientes de ensino regular e, também, ultrapassá-los ao serem adotadas como práticas cotidianas dos estudantes (ROMERO, 2017). Segundo a autora, além de estimular e inclusão social, essa

iniciativa resultou na ampliação do número de inscritos do referido município no PARACERGS, contribuindo para o incremento da seletiva estadual do Rio Grande do Sul às Paralimpíadas Escolares. Ao identificar que a maior parcela dos estudantes participantes do evento nacional possui vínculo com instituições de ensino públicas, o estudo de Reis, Silva e Mezzadri (2017) reforça a importância da capacitação de professores de educação física, de modo que estes estejam preparados para trabalhar as modalidades paralímpicas no interior desses contextos. Todavia, não descartamos a igual relevância dos trabalhos realizados em associações e projetos sociais, entre outros.

**Quadro 1** – Informações sobre as delegações do estado do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares.

Ano	Modalidades	Estudantes	Equipe técnica	Delegação	Classificação Geral Final
2010	Atletismo	4	6	10	22°
2011	Atletismo Judô Natação Tênis de Mesa	20	24	44	16°
2012	Atletismo Judô Natação Tênis de mesa Bocha	39	34	73	18°
2013	Atletismo Judô Natação Tênis de mesa Bocha <i>Goalball</i>	49	38	87	13°
2014	Atletismo Judô Natação Tênis de mesa Bocha <i>Goalball</i>	21	18	39	10°
2015	Atletismo Judô Natação Tênis de mesa Bocha <i>Goalball</i>	31	26	57	9°
2016	Atletismo Judô Natação Tênis de mesa Bocha	34	25	59	10°
2017	Atletismo Judô Natação Bocha	*	*	59	9°

	<i>Goalball</i> Futebol de sete				
2018	Atletismo Judô Natação Tênis de mesa Bocha Futebol de cinco Futebol de sete	55	*	*	6º

**Fonte:** Informações obtidas nos boletins das edições de 2010 a 2018 das Paralimpíadas Escolares.

**Legenda:** \*= Informação não localizada nas fontes analisadas.

Os vestígios obtidos a partir da análise das informações coletadas apontam que, após ser inserido nas políticas públicas de esporte e lazer do estado, o esporte paralímpico escolar passou a contar com práticas que, no ano de 2018, posicionaram o estado entre os seis primeiros colocados na classificação geral das Paralimpíadas Escolares (PARALIMPÍADAS..., 2018). Notamos, de tal modo, o início da terceira fase – a fase de incremento –, na qual o estado apresentou modificações em suas representações nas Paralimpíadas Escolares. Após finalizar quatro edições consecutivas da competição com a 9ª e a 10ª colocação final, o estado deu um salto quantitativamente relevante em termos de desempenho da delegação nas modalidades. Além da representatividade em termos quantitativos, as composições do objeto no Rio Grande do Sul suscitaram iniciativas (governamentais, não governamentais e privadas), promovendo a inclusão de estudantes com deficiência em diversas modalidades paralímpicas que integram a competição nacional.

No período de oito anos, após a primeira participação do estado no evento, os estudantes com deficiência do Rio Grande do Sul passaram da invisibilidade nas Paralimpíadas Escolares para a condição de destaques na edição de 2018. A partir do desempenho nas Paralimpíadas Escolares 2018, apenas na modalidade da natação, seis estudantes sul-rio-grandenses vinculados à Associação Esporte+ foram selecionados para integrar o Camping Escolar Paralímpico<sup>8</sup> 2019, além de representantes de outras modalidades disputadas. Ademais, dois estudantes foram convocados para participar da 1ª Fase de Treinamento - Seleção Sub-18 de Natação, na condição de atletas, no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, em São Paulo.

Na ocasião da finalização da competição, o governo do estado veiculou notícia em seu site: “Das 69 medalhas gaúchas nas Paralimpíadas Escolares 2018, 35 são de ouro, 20 prata e 14

<sup>8</sup> O Camping Escolar Paralímpico consiste na realização de duas semanas de treinamento intensivo com os estudantes que se destacam nas edições das Paralimpíadas Escolares. Nesse período, os estudantes selecionados são hospedados no setor residencial do Centro de Treinamento Paralímpico, em São Paulo, sendo acompanhados em termos de treinamento, avaliação, alimentação e segurança. Tal ação foi implantada pelo CPB no ano 2018, contando com duas fases de realização por ano (CAMPING ESCOLAR..., 30 jan. 2019).

bronze. Destas, 35 foram obtidas no atletismo, 27 na natação, uma no judô, uma na bocha, três no tênis de mesa, uma no futebol de 7 e uma no futebol de 5” (PARALIMPÍADAS..., 26 nov. 2018). Na sequência da reportagem, é possível constatar que a delegação do estado obteve medalhas em todas as provas nas quais competiu. Todavia, salvo a coordenação da delegação por órgão do estado, não são apresentados os nomes dos agentes e instituições envolvidos nas conquistas, exceto o ressaltado: “A judoca Lauren Lannes de Melo ganhou prêmio de destaque da categoria A (12 a 14 anos). O alto desempenho dos atletas gaúchos chamou atenção das seleções nacionais das modalidades”. Desse modo, nossa compreensão é a de que a competição Paralimpíadas Escolares motivou o estabelecimento de práticas que suscitam as atuais representações do esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, ou seja, representações que se aproximam do esporte paralímpico de alto rendimento.

Outrossim, nas Paralimpíadas Escolares 2018, o Rio Grande do Sul apresentou o diferencial de disputa nas modalidades coletivas do futebol de cinco, pela primeira vez, e futebol de sete, com o destaque de integrantes da equipe. A composição das equipes foi viabilizada pelo trabalho desenvolvido por entidades e profissionais de educação física do estado: A Associação Gaúcha de Futsal para Cegos (AGAFUC), de Canoas/RS, em parceria com o professor de educação física Felipe de Oliveira Motta, de Rio Grande/RS, formaram a equipe de futebol de cinco com três estudantes com deficiência visual de cada município. A equipe sul-rio-grandense de futebol de cinco conquistou o troféu de bronze em sua primeira participação nas Paralimpíadas Escolares. Na ocasião, a AGAFUC postou mensagem em rede social, parabenizando os integrantes da equipe pela conquista. Além da representação em torno dos “atletas”, foram destacados os nomes do técnico da AGAFUC, Rafael Astrada, e do professor Felipe de Oliveira Motta, os quais acompanharam a equipe no evento nacional (AGAFUC..., 23. nov. 2018).

Por sua vez, a equipe de futebol de sete foi organizada pela coordenadora da área de educação física da FADERS, Cláudia Alfama, que assumiu a posição de técnica da modalidade desde 2017 e acompanhou os integrantes nas Paralimpíadas Escolares. Em 2018 foram reunidos 10 estudantes com as deficiências elegíveis para a modalidade, oriundos de instituições de ensino de distintos municípios do estado: Porto Alegre, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Sapiranga, Campo Bom e Alvorada. O grupo realizou treinos da modalidade em Porto Alegre nos meses de setembro, outubro e novembro, quando sucedeu o evento nacional, edição 2018. Na ocasião, a equipe de futebol de sete (Figura 3) conquistou a primeira medalha em modalidade coletiva das Paralimpíadas Escolares para o estado do Rio Grande do Sul. Ao realizar gol no primeiro jogo da competição, contra a equipe do estado de São Paulo, a técnica sul-rio-grandense relembra a manifestação da equipe: “fizemos nosso primeiro gol... e comemoramos como final de mundial” (ALFAMA... 26. nov. 2018). Como em toda competição esportiva, as disputas no evento paralímpico escolar investigado causam sentimentos,

manifestados em representações coletivas imediatamente no ato de acertos e erros. A Figura 3 ilustra o momento de registro da conquista de medalhas pela equipe. Além dos 10 estudantes que integraram a equipe, estão na imagem a técnica Cláudia Alfama e a auxiliar técnica Ana Andrioli.



**Figura 3** – Equipe da modalidade do futebol de sete, representante do Rio Grande do Sul nas Paralimpíadas Escolares 2018 – imagem ilustrativa.

**Fonte:** ALFAMA (26 nov. 2018).

Ao final das Paralimpíadas Escolares 2018, a equipe sul-rio-grandense de futebol de sete conquistou o troféu de prata na classificação final da modalidade. Além disso, o estudante Ricardo Laranjeira recebeu o troféu de artilheiro, após 10 gols feitos na competição. Com os resultados obtidos, ele e mais dois “atletas” da equipe foram selecionados para o Camping Escolar Paralímpico 2019. Sobre isso, Cláudia Alfama publicou em sua rede social: “[...] Sobre 27/11/2018... Sobre Paralimpíadas Escolares... Sobre Oportunidades... Sobre Sonhos... Muito orgulho de ter feito parte do sonho de VOCÊS.. Bora lá dia 29/01 em São Paulo e conquistem tudo o que é direito de VOCÊS!!! [...]” (ALFAMA..., 23 jan. 2019).

Na postagem supracitada é possível evidenciar a compreensão das Paralimpíadas Escolares como um evento que materializa “oportunidades” e “sonhos”, em especial àqueles que apresentam o desempenho desejado pelos “olheiros” do CPB. Nessa conjuntura é que integrantes da delegação sul-rio-grandense foram selecionados para mais um evento promovido pela entidade nacional, que, nas ocasiões, busca talentos paralímpicos. A fala de Cláudia Alfama traz, ainda, representações das oportunidades no seio do movimento paralímpico brasileiro, enquanto um direito das crianças e jovens com deficiência, isto é, o sonho da carreira paralímpica pode depender do talento, mas também da efetivação do direito à inclusão social da



pessoa com deficiência por meio do esporte, direito este garantido pela Lei Brasileira de Inclusão – Lei federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015).

Vale referir que a equipe sul-rio-grandense a disputar a modalidade do futebol de sete nas Paralimpíadas Escolares 2018 contou com duas integrantes do sexo feminino, atendendo a obrigatoriedade presente no regulamento do evento. Ao divulgar foto das três estudantes mulheres em rede social, a professora de educação física Cláudia Romero, do município de Novo Hamburgo/RS, relatou orgulho das “gaúchas do futebol de sete”: “Muito orgulho dessa foto: mulheres poderosas, guerreiras estreando o futebol de sete nas Paralimpíadas Escolares São Paulo 2018. E tem gaúcha nessa história, aliás, duas gaúchas. Parabéns meninas, vocês me representam!” (ROMERO, 30 nov. 2018). Segundo informação veiculada, o estado do Rio Grande do Sul foi o único que teve estudantes do sexo feminino participando em tempo integral de todas as partidas disputadas por sua equipe, demonstrando seu efetivo engajamento na competição e não o mero cumprimento da regra exposta.

Ao serem veiculadas publicações em mídias sociais sobre a participação da equipe de futebol de sete nas Paralimpíadas Escolares 2018, professoras de educação física de distintos municípios do estado, como Ana Andrioli, de Sapiranga/RS, Cláudia Romero, de Novo Hamburgo/RS, e Fernanda Michaelson, de Porto Alegre/RS, registraram o seu agradecimento à Cláudia Alfama pelo empenho em formar e treinar a equipe. Fernanda Michaelson ainda revelou o seu orgulho como professora: “Muito orgulhosa desses meus alunos e atletas Ricardo Laranjeira e Pedro Lucas, da Escola Estadual Sarmiento Leite. Obrigada, meus anjos, por me darem tanta felicidade!” (MICHAELSON, 27 nov. 2018). A professora também agradeceu ao CPB, pelas vagas concedidas aos estudantes sul-rio-grandenses para o Camping Escolar Paralímpico, e a Cláudia Alfama por ter “treinado os estudantes com êxito”.

Por sua vez, Cláudia Alfama publicou mensagem lembrando os primórdios das composições históricas das Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul, indicando que as conquistas alcançadas em 2018 somente foram possíveis porque práticas e representações foram negociadas e renegociadas ao longo de um processo de oito anos:

“[...] Essa conquista só foi possível porque em 2010 duas profissionais de educação física de Passo Fundo, Margarete Trombini e Doris Flores e Souza iniciaram a participação do RS nas Paralimpíadas Escolares com quatro atletas na modalidade de atletismo. Em 2011 a Faders Acessibilidade Inclusão cumpriu com seu papel de articuladora da Política Pública para Pessoas com Deficiência e Altas Habilidades e levou a Secretaria Estadual de Esporte e Fundergs a importância de uma efetiva política pública na área do esporte para pessoas com deficiência, iniciando, assim, parceria entre Faders, Fundergs, Associações Esportivas e entidades para efetivação da política pública e construção do Festival Paralímpico, Parajirg’s, Paracerg’s, Jasrs e participação de alunos com deficiência intelectual, física e visual nas

Paralimpíadas Escolares - Etapa Nacional [...]” (ALFAMA, 26 nov. 2018).

Além do reconhecimento das profissionais que incitaram a organização do estado para a sua vinculação nas Paralimpíadas Escolares, o trecho do discurso supracitado busca registrar a atuação dos referidos órgãos governamentais, reafirmando a FADERS enquanto articuladora e, talvez, desencadeadora, das políticas públicas desenvolvidas no campo do esporte paralímpico escolar, demarcando, particularmente, o período de gestão política que teve início no ano de 2011. Contudo, não deixou de registrar agradecimento a Fernanda Makvitz Rieger, do departamento de esporte das SEDACTEL, órgão substituto à SEL a partir de 2015, pelo intenso apoio concedido à delegação sul-rio-grandense no ano de 2018. Além disso, expôs o fundamental apoio de empresa privada do estado para a confecção dos uniformes esportivos para a equipe de futebol de sete e da Futpark Humaitá por ceder espaço físico para os seus treinos, trazendo indícios da ausência de apoio governamental para essas finalidades.

Logo, consideramos que as Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul fazem parte de um processo histórico que é atravessado por tensionamentos entre as entidades (secretarias, fundações, escolas, associações, clubes, entre outras) e os agentes envolvidos (dirigentes/coordenadores de órgãos públicos, professores, técnicos, estudantes com deficiência, familiares e outros), por vezes manifestos em meios de comunicação. De tal rede de relações emergem representações acerca do esporte paralímpico escolar. As representações são figuradas nos resultados de uma construção social que se dá a partir de indivíduos dotados de características ou interesses comuns, atuando em uma relação circunscrita na interseção da harmonia e do conflito, onde o poder, flutuante entre grupos, é constantemente anunciado. Os significados disso muitas vezes são evidenciados nas representações que discorrem ou silenciam sobre determinados órgãos, entidades e agentes no processo histórico das composições das Paralimpíadas Escolares no Rio Grande do Sul.

A análise das fontes relativas às ações implementadas pela FUNDERGS/SEL na gestão governamental de 2011 a 2015 trazem vestígios das intenções de que houvesse aproximação entre distintos agentes e instituições para a composição do campo do esporte paralímpico escolar no estado do Rio Grande do Sul, onde as Paralimpíadas Escolares figuram com papel preponderante. Tais evidências se fazem presentes no estabelecimento e no convite para parcerias com escolas, universidades, associações, clubes, incluindo seus agentes, em especial os professores de educação física e técnicos de modalidades paralímpicas.

As informações obtidas a partir da análise e do confronto das fontes revelam que essas relações não apenas foram materializadas, como modificaram o cenário e as representações do esporte paralímpico escolar no estado. Isto se dá, principalmente, nas e pelas Paralimpíadas Escolares, onde representações emergentes do desempenho dos atletas significam e ressignificam as práticas no contexto regional. De tal modo, nota-se que nosso objeto de estudo

teve os primeiros arranjos de suas composições históricas amparados, especialmente, no ambiente escolar, o qual foi o foco inicial das ações governamentais que apostaram na capacitação profissional e na promoção do esporte paralímpico nesses espaços.

A disseminação inicial do objeto no estado foi sustentada, sobremaneira, em decorrência da articulação entre as ações de capacitação (clínicas de esportes paralímpicos), participação (festival paralímpico) e competição (PARACERGS), que visavam às Paralimpíadas Escolares. A concretização gradativa do melhor desempenho do estado na competição logo causou transformações nas composições do campo com a aderência de entidades esportivas na constituição das suas tramas. Vestígios obtidos nos permitem supor que a fundação da Associação Esporte+, no ano de 2013, contou com intensas motivações das representações construídas nas/pelas Paralimpíadas Escolares acerca dos potenciais de alto rendimento esportivo dos estudantes com deficiência do estado. Relevante relatar que tal fundação sucedeu pela iniciativa de professoras de educação física de escolas de municípios do estado, revelando, talvez, dificuldades para se desenvolver os objetivos do esporte paralímpico apenas por meio do contexto escolar.

Além da referida associação, entidades atuantes no campo do esporte paralímpico em período anterior à vinculação do estado às Paralimpíadas Escolares passaram a desenvolver projetos direcionados às crianças e jovens com deficiência – como exemplos, podemos citar a Associação RS Paradesporto e a AGAFUC. Afora a participação destas entidades, clubes esportivos passaram a colaborar por meio da cessão de espaços físicos para treinamentos. É o caso do Grêmio Náutico União de Porto Alegre/RS, com o qual a Associação Esporte+ possui parceria para a realização dos treinos de natação em piscina do clube. Embora essas novas instituições e seus agentes tenham adentrado as composições do objeto estudado no Rio Grande do Sul, aquelas que figuraram nos primórdios dessa construção permanecem atuando, de modo que, atualmente, podemos evidenciar uma rede de inter-relações nas/pelas Paralimpíadas Escolares no estado. Agentes e instituições que estiveram presentes desde as primeiras participações do estado na competição, como Cláudia Alfama (FADERS) e Felipe de Oliveira Motta (Prefeitura de Rio Grande/RS), continuam agindo no campo, apresentando estreita relação com as entidades e os agentes que ingressaram mais recentemente. Nesse cenário, as práticas e representações são constantemente (re)negociadas, convergindo, nos últimos anos, para caminhos que conectam o esporte paralímpico escolar e o alto rendimento esportivo. Índícios concretos disto foram conformados nas Paralimpíadas Escolares 2018.

#### **4 Conclusão**

Nossos resultados buscaram discorrer sobre o esporte paralímpico escolar no Rio Grande do Sul, enfocando, especificamente, como ocorreu a construção de ações que

convergir para fomentar a representação do estado nas Paralimpíadas Escolares. A análise das informações coletadas para este estudo corroborou com o fato de que as representações advindas da participação das delegações sul-rio-grandenses nas Paralimpíadas Escolares consistiram em um componente catalizador para o desenvolvimento do campo do esporte paralímpico escolar no estado. Assim, com a implementação de ações governamentais, os estudantes com deficiência passaram a contar com maior visibilidade e oportunidades de acesso ao esporte em escolas do estado. Por sua vez, a aderência de associações e clubes na oferta do esporte paralímpico ampliou as possibilidades de prática/treinamento dos estudantes em modalidades específicas, talvez mirando no alto rendimento esportivo e nas perspectivas de carreira paralímpica. Considera-se que o Rio Grande do Sul utilizou positivamente as representações procedentes das Paralimpíadas Escolares, conformando alterações no cenário do esporte para os estudantes com deficiência em distintos espaços.

Embora nem todos os estados do país, até o presente momento, desenvolvam iniciativas esportivas de longo prazo para estudantes com deficiência, acredita-se que as Paralimpíadas Escolares representem um importante incentivo para que tal panorama seja modificado, uma vez que o evento dá visibilidade a esse grupo e estimula a criação de oportunidades para a prática de esportes em seu contexto social. Nessa direção, no Rio Grande do Sul, as Paralimpíadas Escolares representam um evento catalizador para a construção e modificação de práticas aos estudantes com deficiência.

## Referências

A FEDERAÇÃO – Quem somos. *In*: Portal da Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul (FEAPAES-RS). Porto Alegre. Disponível em: <http://www.apaers.org.br/federacao.asp?id=1>. Acesso em: 19 mar. 2019.

AGAFUC CANOAS. **Hoje encerrou as Paralimpíadas Escolares 2018**. Canoas, 23. nov. 2018. Facebook: Agafuc Canoas. Disponível em: <https://www.facebook.com/agafucfutebolde5>. Acesso em: 20 fev. 2018.

ALFAMA, Cláudia. **Se VOCÊS três pensam que eu esqueci de VOCÊS.... tenho algo à dizer.... BEM CAPAZ!!!** Porto Alegre, 23 jan. 2019. Facebook: Cláudia Alfama. Disponível em: <https://www.facebook.com/claudia.alfama.9/posts/2464934240215057>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ALFAMA, Cláudia. **Sobre 23/11/18 (sexta-feira) às 10h:45**. Porto Alegre, 26. nov. 2018. Facebook: Cláudia Alfama. Disponível em: <https://www.facebook.com/claudia.alfama.9/posts/2348274415214374>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ANDRADE, Andresa Caravage; ALMEIDA, Marco Bettine; ANDRADE, Douglas Roque; MONTEIRO, Carlos Bandeira. Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência no Brasil: Perspectivas para as Paralimpíadas Rio-2016. **Revista Gestão e Políticas Públicas**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 106-127, jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/114318/112192>. Acesso em: 1 mar. 2019.

ANDRIOLI, Ana. **Ainda sobre a participação nas Paralimpíadas Escolares, quero registrar meu agradecimento e reconhecimento à técnica da equipe de futebol de 7 PC Cláudia Alfama**. Sapiranga, 30 nov. 2018. Facebook: Ana Andrioli. Disponível em: <https://www.facebook.com/ana.andrioli.50/posts/2057297257650010>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ATLETA de São Borja ganhou duas medalhas na Paraolimpíada Escolar. São Borja: Folha de São Borja, 24 out. 2012. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion: Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle**, Canoas, n. 12, p. 129-159, mai./ago. 2012. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/viewFile/332/414>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BATAGLION, Giandra Anceski; GUIMARÃES, Pedro Paulo da Silva; MAZO, Janice Zarpellon. O paradesporto escolar no estado do Rio Grande do Sul e a sua vinculação nas Paralimpíadas Escolares (2010-2017). In: VI CONGRESSO PARADESPORTIVO INTERNACIONAL, 6., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018. p. 98.

BATAGLION, Giandra Anceski; MAZO, Janice Zarpellon. Paralimpíadas Escolares (2006-2018): Evidências em mídias digitais acerca do evento esportivo. **Recorde - Revista de História do Esporte**, v. 12, n. 1, p. 1-42, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/25670/14055>. Acesso em: 26 out. 2019.

BEGOSSI, Tuany Defaveri.; MAZO, Janice Zarpellon. O percurso esportivo das mulheres pioneiras no cenário paralímpico sul-rio-grandense. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 24, n. 4, p. 143-155, 2016. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/6815>. Acesso em: 5 jun. 2018.

BOLETIM final das Paralimpíadas Escolares 2013. In: Site oficial do CPB, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/web/guest/paralimpiadas-escolares>. Acesso em: 5 mai. 2018.

BOLETIM final das Paralimpíadas Escolares 2017. In: Site oficial do CPB, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/web/guest/paralimpiadas-escolares>. Acesso em: 5 mai. 2018.

BRASIL. **A educação física escolar especial, a inclusiva e as paraolimpíadas**. n. 435. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 191 p. Série ação parlamentar. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5930>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.949/2009. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaoopessoacomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 05 ago. 2018.

CAMPING Escolar Paralímpico começa nesta quarta com atividade em 11 modalidades. In: Site oficial do CPB, São Paulo, 30 jan. 2019. Disponível em: [http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset\\_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/id/125468](http://www.cpb.org.br/noticias/-/asset_publisher/IU3LNvrdeyoz/content/id/125468). Acesso em: 30 jan. 2019.

CARDOSO, Vinícius Denardin. Os desafios e as possibilidades do esporte paralímpico no estado de Roraima. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR, 1., 2017, São Paulo, **Anais [...]**. São Paulo: CPB/APB, 2017. p. 18.

CARDOSO, Vinícius Denardin. **O desenvolvimento da carreira esportiva de atletas paraolímpicos no Brasil**. 2016. 2017 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande

do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/149557>. Acesso em: 5 mai. 2018.

FURTADO, Sabrina. **As ações, os projetos e o financiamento do Comitê Paralímpico Brasileiro no período de 2010 a 2015**. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47463/R%20-%20D%20-%20SABRINA%20FURTADO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 mar. 2019.

GORLA, José Irineu; CALEGARI, Décio Roberto. O esporte como ferramenta de reconhecimento e valorização da pessoa com deficiência no Brasil. **Conexões: Educação física, esporte e saúde**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 257-270, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8649230/16500>. Acesso em: 1 mar. 2019.

GOULART, Leonardo Roberto. **Trajatória das Paralimpíadas Escolares de 2009 a 2016**. 48p. 2017. Monografia (Graduação). Departamento de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/177629>. Acesso em: 13 dez. 2018.

GUIMARÃES, Pedro Paulo; *et al.* Clínicas Paralímpicas. *In: TONDIN, Gilmar; VIDAL, José Rogério; FEIX, Eneida. Esporte e Lazer no Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos*. 2014. **Esporte e Lazer no Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos**. 2014. Canoas, Porto Alegre: CORAG, 2014. p. 243-244.

HAIACHI, Marcelo de Castro; *et al.* O projeto paradesportivo de Sergipe e o legado social para as pessoas com deficiência. **Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS) – Especial Section, “Disability, Education, Technology and Sport”**. v. 11, n. 1, p.160-175, jan-mar., 2018. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/o-projeto-paradesportivo-de-sergipe-e-o-legado-social-para-as-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 3 jan. 2019.

HIPÓLITO, Verônica Silva; WINCKLER, Ciro. Desenvolvimento dos atletas das Paralimpíadas Escolares – Estudo Piloto. *In: CONGRESSO PARADESPORTIVO INTERNACIONAL*, 6., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez. 2019 p. 67.

LINS, Samuel; MELO, Cynthia, F; ALVES, Sara G; SILVA, Rúben L. “Our voices, our meaning”: The social representations of sports for brazilian athletes with disabilities. **Adapted Physical Activity Quarterly**, United States of America, v. 36, n. 1, p. 1-19, jan. 2019. Disponível em: <https://journals.humankinetics.com/doi/full/10.1123/apaq.2017-0206>. Acesso em: 1 mar. 2019.

MACHADO, Mariana Campos Martins; *et al.* Paradesporto escolar no município de Blumenau/SC: inclusão e acessibilidade para todos. **Extensio UFSC: Revista Eletrônica de Extensão**. Florianópolis, SC, v. 14, n. 25, p. 103-123, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2017v14n25p103>. Acesso em: 9 jun. 2018.

MALANOVICZ, Ana Paula Vieira; MARTINS, Fernanda Michaelen; MALANOVICZ, Aline Vieira. Associação Esporte+ inclusão social de pessoas com deficiência. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR*, 1, 2017, São Paulo, **Anais [...]**. São Paulo: CPB/APB, 2017b. p. 54.

MALANOVICZ, Ana Paula Vieira; MARTINS, Fernanda Michaelen; MALANOVICZ, Aline Vieira. Treinamento desportivo na Associação Esporte + de pessoas com deficiência em idade escolar para competições de alto rendimento. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR*, 1, 2017, São Paulo, **Anais [...]**. São Paulo: CPB/APB, 2017a. p. 55.

MAZO, Janice Zarpellon; BEGOSSI, Tuany Defaveri; BERTOLDI, Rafaela; ASSMANN, Alice Beatriz. Jogos Paralímpicos Rio 2016: memórias esportivas de atletas sul-rio-grandenses.

- Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS) - Especial Section, "Disability, Education, Technology and Sport"**. v. 11, n. 1, jan-mar. 2018. Disponível em: <http://www.brajets.com/index.php/brajets/article/download/455/246>. Acesso em: 9 nov. 2018.
- MICHAELSEN, Fernanda. **CONVOCADOS!!!** Porto Alegre, 27 nov. 2018. Facebook: Fernanda MichaelSEN. Disponível em: <https://www.facebook.com/fernanda.michaelsen.52/posts/2042552995767343>. Acesso em: 20 fev. 2019.
- NETO, Alvaro Rego Millen; ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; MOURA, Diego Luz. Os megaeventos esportivos na agenda das políticas para a educação física escolar no estado do Rio de Janeiro. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fe/article/view/41509/pdf>. Acesso em: 1 mar. 2019.
- OBSERVATÓRIO DO ESPORTE PARALÍMPICO. *In*: Site oficial do NEHME.Paralímpico. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nehmeparalimpico/>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- PANCOTTO, Heloísa Pereira. O esporte na agenda governamental das políticas públicas para pessoas com deficiência. **Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde**, Campinas: SP, v. 15, n. 2, p. 142-171, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8647453>. Acesso em: 9 mar. 2018.
- PARALÍMPIADAS Escolares 2018 encerra com alto desempenho gaúcho. *In*: Portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 26 nov. 2018. Disponível em: <http://cultura.rs.gov.br/paralimpiadas-escolares-2018-encerramento>. Acesso em: 18 fev. 2019.
- PARALÍMPIADAS Escolares 2018. Regulamento Geral. *In*: Site oficial do CPB, São Paulo, 2018, p. 9. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/documents/20181/0/regulamento+novo+-+escolares+v4/5a9f36f7-8664-4291-93b4-9082583bbe00>. Acesso em: 08 jan. 2019.
- PARAOLÍMPIADAS escolares 2011 – Etapa Nacional. Relatório [da] SJDH e [da] SEL. Porto Alegre, 2011, 20 p. [Acervo pessoal do coordenador de Divisão de Esporte Educacional da FUNDERGS no período de 2011 a 2015].
- REIS, Rafael Estevam; MEZZADRI, Fernando Marinho; SILVA, Marcelo Moraes e. As políticas públicas para o esporte paralímpico no Brasil: apontamentos gerais. **Corpoconsciência**, Cuiabá: MT, v. 21, n. 1, p. 58-69, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/4706>. Acesso em: 07 jul. 2018.
- REIS, Rafael Estevam; SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da; MEZZADRI, Fernando Marinho. Esporte paralímpico escolar: Um mapeamento das escolas responsáveis pelos atletas participantes das paralímpiadas escolares. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR, 1., 2017, São Paulo, **Anais [...]**. São Paulo: CPB/APB, 2017. p. 87.
- RESENDE, Mariana Corrêa de. **Análise do perfil psicológico de participantes brasileiros de paradesporto em nível escolar: Motivação e resiliência**. 2018. 96 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2018. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgpsi/Publicacoes/Dissertacoes/Mariana%20Correa%20de%20Resende.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2019.
- ROMERO, Cláudia da Rosa. Paradesporto escolar: inclusão, oportunidades e possibilidades. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR, 1., 2017, São Paulo, **Anais [...]**. São Paulo: CPB/APB, 2017. p. 83.
- ROMERO, Cláudia. **Muito orgulho dessa foto, mulheres, poderosas, guerreiras estreando o futebol de sete nas Paralímpiadas Escolares São Paulo 2018**. Novo Hamburgo, 30 nov. 2018. Facebook: Cláudia Romero. Disponível em: <https://www.facebook.com/claudia.romero.50702/posts/2062124777201717>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SCHERER, Roger Lima; GOULART, Leonardo Roberto; SERON, Bruna Barboza. Trajetória das Paralimpíadas Escolares de 2009 a 2017. In: Congresso Paradesportivo Internacional, 6., 2018, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 128.

SEHBE, Kalil. Rio Grande do Sul: uma nova realidade para o esporte. In: TONDIN, Gilmar; VIDAL, José Rogério; FEIX, Eneida. **Esporte e Lazer no Brasil: Divisão de responsabilidades entre os entes federativos**. 2014. **Esporte e Lazer no Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos**. 2014. Canoas, Porto Alegre: CORAG, 2014. p. 150-155.

SENATORE, Vanilton. Paraolímpicos do futuro. In: CONDE, Antonio João Manescal; SOBRINHO, Pedro Américo de Souza; SENATORE, Vanilton. **Manual de Orientação para os Professores de Educação Física: Introdução ao Movimento Paraolímpico**. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006, 1CD-ROM.

SILVA, Evelyn Andressa Gavioli da. **Projeto Paralimpíadas Escolares: Intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro**. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em:

<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/47150/R%20-%20D%20-%20EVELYN%20ANDRESSA%20GAVIOLI%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 mar. 2019.

TONDIN, Gilmar; VIDAL, José Rogério; FEIX, Eneida. **Esporte e lazer no Brasil: Divisão de responsabilidades entre os entes federativos**. Porto Alegre: CORAG, 2014.

VIDAL, José Rogério. Fórum regional de gestão do esporte e lazer: uma estratégia na construção de sistemas municipais de esporte do RS. In: TONDIN, Gilmar; VIDAL, José Rogério; FEIX, Eneida. **Esporte e Lazer no Brasil: divisão de responsabilidades entre os entes federativos**. 2014. Canoas, Porto Alegre: CORAG, 2014. p. 1193-1198.

Artigo recebido em: 26/06/2019

Artigo aceito para publicação em: 09/09/2019





**ATIVIDADE FÍSICA E FORÇA MUSCULAR VENTILATÓRIA DE IDOSOS:  
UMA METANÁLISE**

**PHYSICAL ACTIVITY AND VENTILATORY MUSCLE STRENGTH IN THE  
ELDERLY: A META-ANALYSIS**

**ACTIVIDAD FÍSICA Y FUERZA MUSCULAR VENTILATORA DE ANCIANOS:  
UN METANALISIS.**

Fabio Dutra Pereira<sup>1</sup>  
Patrícia Zaidan de Barros<sup>2</sup>  
Elirez Bezerra da Silva<sup>3</sup>

**Resumo:** Dinapenia da musculatura ventilatória reduz a higienização brônquica, incrementa as complicações pós-operatórias e os óbitos advindos de cirurgias toraco-abdominais em idosos.

**Objetivo:** medir o efeito da atividade física sobre a força dos músculos ventilatórios de idosos.

**Metodologia:** consultou-se *PubMed*, *Cochrane*, *PEDro*, *Scirus* e *Lilacs*; artigos elegíveis e selecionados por *PICOS* e *STROBE*; metanálise de modelo de efeito aleatório e nível de significância  $P \leq 0,05$ . **Resultados:**  $PI_{máx}$  ( $WMD = -14,63 \text{ cmH}_2\text{O}$  e  $P = 0,000$ ) e  $PE_{máx}$  ( $WMD = 14,30 \text{ cmH}_2\text{O}$  e  $P = 0,000$ ) para idosos fisicamente ativos sobre os sedentários. **Conclusão:** o exercício cardiorrespiratório nas mais variadas modalidades esportivas pode produzir o aumento da força dos músculos ventilatórios de idosos; os fisicamente ativos têm a  $PI_{máx}$  e  $PE_{máx}$  significativamente superiores aos sedentários.

**Palavras-chave:** Exercício físico. Músculos respiratórios. Envelhecimento. Revisão sistemática.

**Abstract:** Ventilatory muscle dynapenia reduces bronchial hygiene, increases postoperative complications and deaths from thoracic-abdominal surgeries in the elderly. **Objective:** to measure

---

<sup>1</sup> Doutor em ciências do exercício e do esporte (UERJ); mestre em ciência da motricidade humana; especialista em fisiologia do exercício e reabilitação pneumofuncional avançada; líder do grupo de pesquisa METANGRUPO. (m.g@metangrup.com)

<sup>2</sup> Doutora e mestra em ciências do exercício e do esporte (UERJ); coordenadora da pós-graduação em fisioterapia pélvica (UNESA-RJ); colaboradora dos ambulatórios urologia/ginecologia/proctologia (HFSRJ). (patriciazaidan@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor e mestre em educação física (UGF); docente do programa de pós-graduação *stricto sensu* em ciências do exercício e do esporte (UERJ); líder do grupo de pesquisa ciência do exercício e da saúde (GPCES). (elirezsilva@cosmevelho.com.br)

the effect of physical activity on the strength of the ventilatory muscles of the elderly. **Methodology:** consulted PubMed, Cochrane, PEDro, Scirus and Lilacs; articles eligible and selected by PICOS and STROBE; meta-analysis of the random effect model and significance level  $P \leq 0,05$ . **Results:** MIP (WMD = -14,63 cmH<sub>2</sub>O and  $P = 0,000$ ) and MEP (WMD = 14,30 cmH<sub>2</sub>O and  $P = 0,000$ ) for physically active elderly over the sedentary. **Conclusion:** the cardiorespiratory exercise in the most varied sports modalities can produce the increase of the strength of the ventilatory muscles of the elderly, the physically active ones have MIP and MEP significantly superior to the sedentary ones.

**Keywords:** Physical exercise. Respiratory muscles. Aging; Systematic review.

**Resumen:** La disnea muscular de ventilación reduce la higiene bronquial, aumenta las complicaciones postoperatorias y las muertes por cirugías toracoabdominales en ancianos. **Objetivo:** medir el efecto de la actividad física sobre la fuerza de los músculos ventilatorios de los ancianos. **Metodología:** se consultó a PubMed, Cochrane, PEDro, Scirus y Lilacs; artículos elegibles seleccionados por PICOS y STROBE; modelo de efecto aleatorio metanálisis y nivel de significación  $P \leq 0,05$ . **Resultados:** P<sub>Imáx</sub> (WMD = -14.63 cmH<sub>2</sub>O y  $P = 0.000$ ) y P<sub>Emáx</sub> (WMD = 14.30 cmH<sub>2</sub>O y  $P = 0.000$ ) para los ancianos físicamente activos sobre los sedentarios. **Conclusión:** el ejercicio cardiorrespiratorio en las más variadas modalidades de-portivas puede producir un aumento de la fuerza de los músculos ventilatorios de los ancianos, los físicamente activos tienen P<sub>Imáx</sub> y P<sub>Emáx</sub> significativamente más altos que los sedentarios.

**Palabras clave:** Ejercicio físico. Músculos respiratorios. Envejecimiento. Revisión sistemática.

## 1 Introdução

A senescência ocasionará o decréscimo de aspectos biológicos, psicológicos e sociais, que irá tornar o idoso mais suscetível às doenças (UNICOVSKY, 2004). Especificamente sobre o aspecto biológico, esse processo inevitavelmente acarretará algum tipo de incapacidade funcional no decorrer dos vinte e dois anos de expectativa de vida a partir dos sessenta anos de idade (CAMARGOS, PERPÉTUO e MACHADO, 2005; ALENCAR et al., 2017). Sabe-se ainda que uma dessas inexoráveis alterações decorrentes do envelhecimento, a sarcopenia, destaca-se por acometer o sistema musculoesquelético, resultando no decréscimo de parâmetros anátomo-fisiológicos e funcionais (FANCIULLI, DELITALA e DELITALA, 2009; PÍCOLI, FIGUEIREDO e PATRIZZI, 2011).

Assim, a disnea, uma das consequências funcionais da sarcopenia, caracteriza-se pela específica redução da força muscular devido ao envelhecimento (MARZETTI et al., 2010; CLARK e MANINI, 2012), predispondo os idosos a maior risco às limitações das atividades da

vida diária e mortalidade (MANINI et al., 2007; ARTERO et al., 2011). Sobre sua extensão, é reconhecido seu caráter generalizado, atingindo inclusive os músculos ventilatórios, que são responsáveis pela inspiração e expiração, tanto em homens quanto em mulheres (JANSSENS, 2005; SIMÕES et al., 2007; SIMÕES et al., 2009; SIMÕES et al., 2010).

Quando a dinapenia acomete especificamente a musculatura ventilatória, sugere-se uma maior atenção a esta condição antes de uma cirurgia toraco-abdominal, uma vez que a fraqueza ventilatória está diretamente associada ao tempo de internação pós-operatório, que pode aumentar de  $8,7 \pm 2,7$  para  $15,5 \pm 8,3$  dias, diferença percentual ( $\Delta\%$ ) = 78,2 com P-valor (P) = 0,04 (GUEDES, BARBOSA e HOLANDA, 2009) e, conseqüentemente, elevar a incidência das complicações pós-operatórias em até 20% e também a um risco relativo de 5,5 (Intervalo de confiança = 2,19 – 13,82) (BELLINETTI e THOMSON, 2006; OLIVEIRA et al., 2008), viabilizando, assim, as infecções respiratórias, sobretudo a pneumonia, que pode representar 35,8% dos óbitos totais por infecção hospitalar em idosos (GUIMARÃES et al., 2011). Ainda neste sentido, quando pacientes eleitos para cirurgia toraco-abdominal são submetidos ao treinamento pré-operatório específico da musculatura ventilatória, o incremento da força muscular advindo de seu desfecho antes da cirurgia poderá auxiliar na prevenção de morbidades e mortalidade pós-operatória (FELTRIM, JATENE e BERNARDO, 2007; DE MIRANDA, PADULLA e BORTOLATTO, 2011; FRANÇA et al., 2012).

Talvez, uma outra possibilidade de treinamento muscular ventilatório é que durante o exercício, nas mais variadas modalidades esportivas, ocorre a adaptação aguda do sistema respiratório, em que o sistema nervoso autônomo (SNA) ajusta o ritmo e a duração do tempo ventilatório para garantir a homeostase sérica arterial de gás carbônico ( $\text{CO}_2$ ) e oxigênio ( $\text{O}_2$ ) (NEDER e NERY, 2002; LOPES, BRITO e PARREIRA, 2005). Em função do aumento da frequência ventilatória, número de incursões ventilatórias por minuto, e da elevação no padrão toraco-abdominal, maior expansão do tórax e abdome, advindos do exercício, seria coerente admitir a existência de uma possível sobrecarga de treinamento para os músculos ventilatórios. Logo, a prática regular das mais variadas modalidades de atividade física e esportivas, que é fortemente reconhecida por seus inúmeros benefícios (WARBURTON, NICOL e BREDIN, 2006; SILVA et al., 2010), poderia também produzir algum impacto sobre a musculatura ventilatória, provocando incrementos de força na musculatura inspiratória e expiratória, expressadas respectivamente pelas pressões inspiratória máxima (P<sub>Imáx</sub>) e expiratória máxima (PE<sub>máx</sub>), quando mensuradas pela manovacuometria (AMERICAN THORACIC SOCIETY e EUROPEAN RESPIRATORY SOCIETY, 2002).

Tal hipótese, se verdadeira, tornaria a prática regular da atividade física e esportiva, em suas mais variadas modalidades, uma alternativa de promoção de saúde e prevenção de doenças à terceira idade, especificamente, na redução de morbidades e mortalidade pós-operatória advindas de cirurgia toraco-abdominal.

Desta feita, esta metanálise objetivou verificar o efeito da atividade física sobre a força dos músculos ventilatórios de idosos.

## 2 Metodologia

Metanálise desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências do Exercício e do Esporte da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Brasil. Redigida a partir de *The PRISMA Statement for Reporting Systematic Reviews and Meta-Analyses* (LIBERATI et al., 2009), dispondo seu protocolo em [www.crd.york.ac.uk/prospero](http://www.crd.york.ac.uk/prospero) sob o registro: CRD42013005151.

### Critérios de elegibilidade

Ter como variável independente a prática regular de atividade física nas diversas modalidades não especificamente prescrita à musculatura ventilatória; ter como variável dependente a força dos músculos ventilatórios (P<sub>Imáx</sub> e/ou a P<sub>Emáx</sub>); amostra composta por participantes declarados não portadores de doença, com idade média  $\geq 60$  anos. Optou-se pelo corte 60 anos, pois no Brasil esta é a idade classificatória para o idoso, e, dos sete estudos selecionados, cinco foram de população brasileira (DOS DEPUTADOS, 2003).

### Estratégia de busca

Determinaram-se os descritores *physical activity*, *respiratory muscles* e *elderly*, disponíveis nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e no *Medical Subject Headings* (MeSH). Com intuito de potencializar a busca, utilizou-se os sinônimos: atividade motora, exercício, força muscular respiratória, P<sub>Imáx</sub>, P<sub>Emáx</sub>, função muscular respiratória, função muscular, velho e adultos mais velhos.

Respeitando as particularidades operacionais de cada base de dados, em maio de 2017 – na principal base consultada *PubMed* – optou-se pela busca: “Advanced Search”; no campo primário para sugestões de pesquisa, selecionou-se “Title/Abstract”; utilizaram-se os conectivos “or” intrassinônimos e “and” interdescritores. Assim, executou-se a busca ((*physical activity or motor activity or exercise*) and (*respiratory muscles or respiratory muscle strength or MIP or MEP or respiratory-muscle function or respiratory function*) and (*elderly or aged or older adults*)). Estabeleceram-se ainda os limites tipo de artigo “Clinical trial”, espécie “Human” e datas de publicação “2001 to 2017”. O corte do ano inicial de 2001 foi adotado, pois pretendia-se encontrar estudos controlados e randomizados com maior qualidade metodológica, já que a primeira proposta do “*Consolidated Standards of Reporting Trials - CONSORT 2001*” foi proposta a partir desse ano (MOHER, SCHULZ e ALTMAN, 2001). Utilizaram-se ainda as bases de dados *Cochrane*, *PEдро*, *Scirus* e *Lilacs*.

Em abril de 2019, com intuito de atualização de dados, realizou-se uma última busca com a estratégia já descrita, mas com limite de datas de publicação de “2017 a 2019”. Entretanto, não se identificou novo estudo a ser incluído na presente metanálise.

Durante a busca, dois dos autores realizaram de forma independente a triagem dos registros disponíveis, identificando e excluindo os duplicados. Em seguida, analisando os títulos e resumos que, atendiam aos critérios de elegibilidade estabelecidos pela presente metanálise, fazia-se uma recuperação “*full text*” desses registros e iniciava-se a seleção.

### **Crítérios de seleção**

Conjuntamente, dois autores, considerando a força de evidência de cada um dos artigos recuperados, identificavam risco de vieses que pudessem comprometer a validade interna, externa e a interpretação de seus resultados. Depois, em ação independente e seguindo a taxa de um artigo por dia, analisavam a qualidade metodológica desses artigos, considerando participantes, intervenções, comparações, resultados, delineamento metodológico (*PICOS*) e a *Statement of cross-sectional studies - STROBE*, quando optou-se pelo corte de 13 itens, no mínimo, do total de 22 propostos (VON ELM *et al.*, 2007; FUCHS e PAIM, 2010; DA SILVA, 2012).

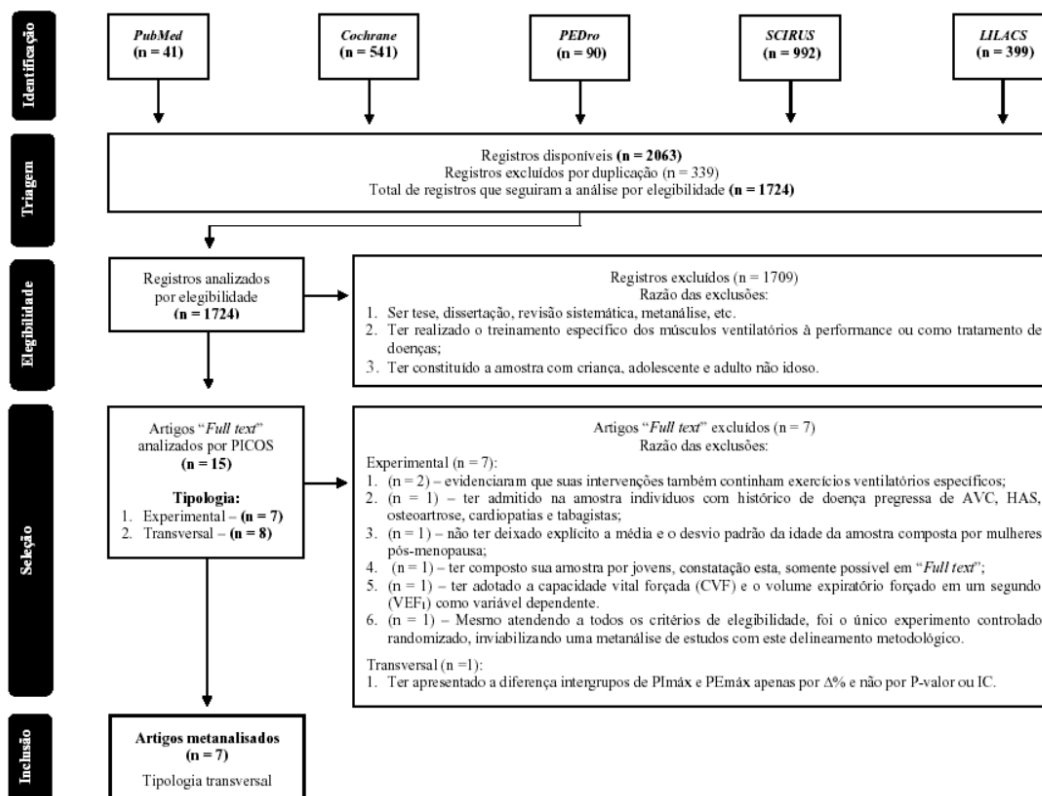
Finalizando, os dois autores, novamente em ação conjunta, confrontavam seus resultados de seleção e, nos casos em que não houvesse consenso, um terceiro autor e coordenador da presente pesquisa decidia pela seleção ou não do artigo. Uma vez selecionado, era incluído para a metanálise.

### **Análise estatística**

Utilizou-se o *Software Stata Statistical SE/11.0 (StataCorp LP, 2009 - College Station, TX, EUA)* para inserir número amostral, média e desvio padrão das P<sub>Imáx</sub> e P<sub>Emáx</sub> dos grupos fisicamente ativos e sedentários. Rodou-se uma metanálise de modelo de efeito aleatório, pois a heterogeneidade verificada pelo teste de inconcistência foi de  $I^2 > 25\%$  (DOS SANTOS e CUNHA, 2013). A medição da força dos músculos ventilatórios foi realizada em mesma escala, optando-se assim pela diferença de média ponderada. O nível de significância adotado foi  $P \leq 0,05$ .

## **3 Resultados**

A Figura 1 apresenta as etapas de identificação, triagem, elegibilidade, seleção e inclusão dos sete artigos transversais metanalisados. Explicitam-se também as razões da não inclusão de alguns artigos nesta metanálise.



Fonte: próprios autores.  
**Figura 1:** Diagrama de fluxo.

Os resultados dos referidos artigos encontram-se no Quadro 1. Neste, das dez comparações da P<sub>Imáx</sub> intergrupos realizadas, nove evidenciaram superioridade estatisticamente significativa do grupo idosos fisicamente ativos (GIFA) sobre o grupo idosos sedentários (GIS), frequência relativa (FR) = 90%, e, das oito da P<sub>Emáx</sub>, cinco tiveram o GIFA significativamente superior ao GIS = 62,5%.

**Quadro 1:** Resultados dos artigos transversais incluídos na metanálise.

Artigos Transversais Incluídos	FMV (cmH <sub>2</sub> O)	GIFA (n) x±dp	GIS (n) x±dp	P-valor (B)
Watsford et al. (2005)	PImáx	(18 <sub>M</sub> ) -98,30±16,10	(18 <sub>M</sub> ) -86,30±18,30	0,04*
	PEmáx	(18 <sub>M</sub> ) 140,20±20,90	(18 <sub>M</sub> ) 112,20±35,40	0,01*
	PImáx	(18 <sub>F</sub> ) -66,90±23,00	(18 <sub>F</sub> ) -52,30±19,00	0,04*
	PEmáx	(18 <sub>F</sub> ) 83,90±30,80	(18 <sub>F</sub> ) 68,70±26,70	ÑS
Gonçalves et al. (2006)	PImáx	(43 <sub>F1</sub> ) -56,28±23,25	(32 <sub>F1</sub> ) -40,94±8,65	0,0001*
	PEmáx	(43 <sub>F1</sub> ) 59,53±14,09	(32 <sub>F1</sub> ) 56,88±12,09	0,1969
	PImáx	(24 <sub>F2</sub> ) -49,58±16,93	(13 <sub>F2</sub> ) -38,46±7,46	0,004*
	PEmáx	(24 <sub>F2</sub> ) 62,92±14,81	(13 <sub>F2</sub> ) 50,77±14,83	0,01*
	PImáx	(12 <sub>F3</sub> ) -47,27±16,96	(12 <sub>F3</sub> ) -35,00±5,64	0,02*
	PEmáx	(12 <sub>F3</sub> ) 61,25±15,54	(12 <sub>F3</sub> ) 47,50±10,97	0,01*
Cader et al. (2006)	PImáx	(8 <sub>F</sub> ) -70,00±6,41	(8 <sub>F</sub> ) -53,13±6,33	0,0001*
Cader et al. (2007)	PImáx	(10 <sub>F</sub> ) -77,00±7,30	(10 <sub>F</sub> ) -51,50±19,40	0,015*
Summerhill et al. (2007)	PImáx	(12 <sub>MF</sub> ) -99,00±32,00	(12 <sub>MF</sub> ) -75,00±14,00	0,03*
	PEmáx	(12 <sub>MF</sub> ) 130,00±44,00	(12 <sub>MF</sub> ) 80,00±24,00	0,002*
Freitas et al. (2010)	PImáx	(35 <sub>MF</sub> ) -66,90±21,10	(26 <sub>MF</sub> ) -66,90±17,80	0,99
	PEmáx	(35 <sub>MF</sub> ) 81,70±24,00	(26 <sub>MF</sub> ) 73,90±19,40	0,17
Santos e Travensolo (2011)	PImáx	(8 <sub>MF</sub> ) -85,50±12,08	(8 <sub>MF</sub> ) -61,00±12,04	0,001*
	PEmáx	(8 <sub>MF</sub> ) 70,50±13,84	(8 <sub>MF</sub> ) 52,00±15,71	0,02*

FMV = forçados músculos ventilatórios; (cmH<sub>2</sub>O) = unidade de medida de pressão em centímetros de água; (n) x±dp = número amostral, média e desvio padrão; (B) = intergrupos; PImáx = pressão inspiratória máxima; PEmáx = pressão expiratória máxima; M = amostra de sexo masculino; F = amostra de sexo feminino; \* = diferença intergrupo estatisticamente significativa (P ≤ 0,05); ÑS = diferença intergrupo estatisticamente não significativa; F1, 2 e 3 = amostra de sexo feminino faixas etárias (65 a 69, 70 a 74 e 75 a 79 anos, respectivamente); MF = amostra mista em ambos os sexos.

**Fonte:** próprios autores.

**Quadro 2:** Sumário dos artigos transversais incluídos na metanálise.

<b>Artigos metanalisados [Itens STROBE]</b>	<b>Participantes</b>	<b>Atividade Física Praticada</b>	<b>Limitações</b>
Watsford et al. (2005) [14 itens]	Foram alocados 72 sujeitos em GIMFA (n = 18; 64,6 ± 8,8 anos), GIFFA (n = 18; 64,6 ± 8,8 anos), GIMS (n = 18; 65,2 ± 8,7 anos) e GIFS (n = 18; 65,2 ± 10,3 anos).	Os GIMFA e GIFFA praticavam o mínimo de três sessões ou cinco horas de treino por semana, com intensidade moderada. As atividades foram caminhada, ciclismo, corrida, tênis e squash. Os GIMS e GIFS podiam praticar até duas sessões de atividade física de intensidade moderada por semana.	Não foi explicitado o <i>Follow up</i> para as atividades físicas praticadas pelos idosos ativos. Não evidenciou-se o volume das atividades, e a intensidade, ainda que relatada, é subjetiva. Permitiu-se que os grupos de idosos sedentários apresentassem histórico esportivo de até duas sessões semanais.
Gonçalves et al. (2006) [16 itens]	Foram alocados 136 sujeitos em GIFFA1 (n = 43; 65 a 69 anos), GIFFA2 (n = 24; 70 a 74 anos), GIFFA3 (n = 12; 75 a 79 anos), GIFS1 (n = 32; 65 a 69 anos), GIFS2 (n = 13; 70 a 74 anos) e GIFS3 (n = 12; 75 a 79 anos).	Os GIFFA 1, 2 e 3 praticavam o mínimo de duas sessões de caminhada livre por semana. Os GIFS 1, 2 e 3 não praticavam atividade física sistematizada.	Não explicitou-se <i>Follow up</i> , volume e a intensidade para a atividade física praticada pelas idosas ativas.
Cader et al. (2006) [13 itens]	Foram alocados 16 sujeitos em GIFFA (n = 8; 65,0 ± 2,43 anos) e GIFS (n = 8; 69,0 ± 2,06 anos).	O GIFFA praticava hidroginástica com <i>Follow up</i> mínimo de três meses. O GIFS não praticava atividade física sistematizada.	Não foi evidenciado volume e intensidade para a atividade física praticada pelas idosas ativas. O número amostral para o referido delineamento metodológico é considerado pequeno.
Cader et al. (2007) [13 itens]	Foram alocados 20 sujeitos em GIFFA (n = 10; 63,2 ± 2,5 anos) e GIFS (n = 10; 68,2 ± 5,8 anos).	O GIFFA praticava hidroginástica, no mínimo três sessões semanais, com volume de 60 minutos e com <i>Follow up</i> de pelo menos três meses.	Não explicitou-se a intensidade para a atividade física praticada pelas idosas ativas. O número amostral para o referido delineamento metodológico é considerado pequeno.



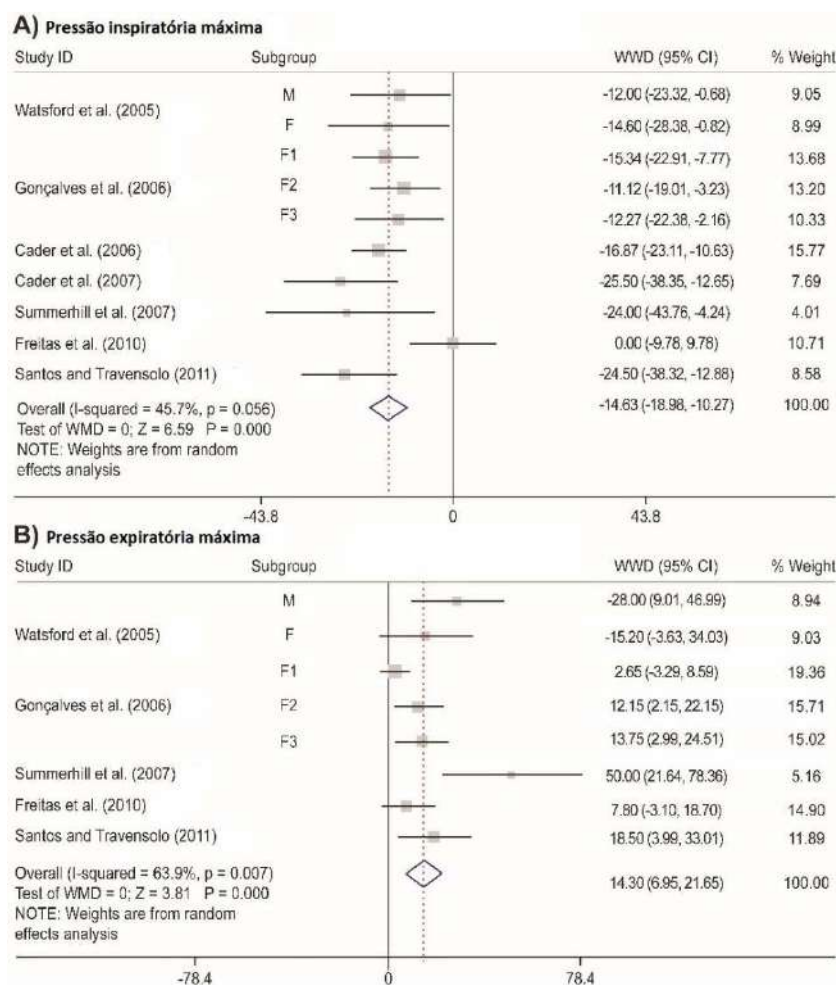
<p>Summerhill et al. (2007) [14 itens]</p>	<p>Foram alocados 24 sujeitos em GIMFFA (n = 12; 75 ± 5 anos) e GIMFS (n = 12; 73 ± 4 anos).</p>	<p>O GIFS não praticava atividade física sistematizada.</p> <p>O GIMFFA praticava atividade cardiorrespiratória de endurance, no mínimo três sessões semanais, com volume maior que 30 minutos e intensidade vigorosa.</p> <p>O GIMFS podia praticar atividade física sistematizada, desde que inferior aos parâmetros descritos ao GIMFFA.</p>	<p>Não evidenciou-se o <i>Follow up</i> para a atividade física praticada pelos idosos ativos, e o volume e a intensidade, ainda que relatados, são subjetivos.</p> <p>Não especificou-se a modalidade da atividade física praticada.</p> <p>Permitiu-se que o grupo de idosos sedentários apresentasse histórico esportivo, diferenciando-o do ativo de forma subjetiva.</p> <p>O número amostral para o referido delineamento metodológico é considerado pequeno.</p> <p>Constituiu-se a amostra com ambos os sexos de forma não dicotomizada.</p>
<p>Freitas et al. (2010) [18 itens]</p>	<p>Foram alocados 61 sujeitos em GIMFFA (n = 35) e GIMFS (n = 26), ambos os grupos com idade média superior a 60 anos.</p>	<p>O GIMFFA praticava no mínimo três sessões semanais, com volume maior que 30 minutos. As atividades praticadas foram natação, caminhada, corrida, ginástica e ciclismo.</p> <p>O GIMFS podia realizar atividade física sistematizada desde que inferior aos parâmetros descritos ao GIMFFA.</p>	<p>Não foi explícito o <i>Follow up</i> e a intensidade para as atividades físicas praticadas pelos idosos ativos e, o volume, ainda que relatado, é subjetivo.</p> <p>Permitiu-se que o grupo de idosos sedentários apresentasse histórico esportivo, diferenciando-o do ativo de forma subjetiva.</p> <p>Constituiu-se a amostra com ambos os sexos de forma não dicotomizada.</p> <p>Não evidenciou-se a média da idade dos grupos.</p>

<p>Santos e Travensolo (2011) [16 itens]</p>	<p>Foram alocados 16 sujeitos em GIMFFA (n = 8; 69,70 ± 8,17 anos) e GIMFS (n = 8; 66,20 ± 8,29 anos).</p>	<p>O GIMFFA praticava atividade física no mínimo três sessões semanais, com volume de 40 a 60 minutos e intensidade moderada. O GIMFS não praticava atividade física.</p>	<p>Não foi explicitado o <i>Follow up</i> para a atividade física praticada pelos idosos ativos, e a intensidade, ainda que relatada, é subjetiva. Não especificou-se a modalidade da atividade física praticada. O número amostral para o referido delineamento metodológico é considerado pequeno. Constituiu-se a amostra com ambos os sexos de forma não dicotomizada.</p>
--	--	---	--

GIMFA = grupo idoso masculino fisicamente ativo; n = tamanho amostral; GIFFA = grupo idoso feminino fisicamente ativo; GIMS = grupo idoso masculino sedentário; GIFS = grupo idoso feminino sedentário; GIFFA1, 2 e 3 = grupo idoso feminino fisicamente ativo, faixas etárias (65 a 69, 70 a 74 e 75 a 79 anos, respectivamente); GIFS1, 2 e 3 = grupo idoso feminino sedentário, faixas etárias (65 a 69, 70 a 74 e 75 a 79 anos, respectivamente); GIMFFA = grupo idoso ambos os sexos fisicamente ativo; GIMFS = grupo idoso ambos os sexos sedentário; *Follow up* = acompanhamento.

**Fonte:** próprios autores.

Quanto ao Quadro 2, é oportuno fazer saber que nenhum dos artigos incluídos nesta metanálise informaram como foi calculado o número amostral. Um outro fato importante é que, com excessão do artigo (SANTOS e TRAVENSOLO, 2011), os outros descreveram os procedimentos de medição da força muscular ventilatória, sendo similares em seus protocolos. Em todos os artigos metanalisados, apesar de utilizarem instrumentos de medição da P<sub>Imáx</sub> e P<sub>Emáx</sub> de diferentes marcas e modelos, a escala e a unidade de medida foram a mesma (cmH<sub>2</sub>O). Mesmo respeitando a autonomia dos autores dos artigos (CADER et al., 2006; CADER et al., 2007), esses não mediram a P<sub>Emáx</sub>, oportunidade perdida, e desse modo abriu-se precedentes para o viés de publicação.



Fonte: próprios autores.

**Figura 2:** metanálise da força dos músculos ventilatórios entre idosos fisicamente ativos e sedentários.

A Figura 2 evidencia os resultados metanalíticos para a PImáx e PEmáx considerando a identificação dos estudos (*Study ID*), as análises subgrupos (*Subgroup*), as diferenças de médias ponderadas intergrupos com intervalo de confiança de 95% (*WWD 95% CI*), o peso percentual em análise para efeito aleatório (*% Weight*), o teste de inconcistência (*I-squared*) e a diferença de média ponderada (*WMD*). Logo, subdivide-se em:

Figura 2A, que apresenta a metanálise da comparação da PImáx entre idosos fisicamente ativos (n = 188) e sedentários (n = 157), totalizando n = 345. Nela, pode-se observar a medida metanalítica da diferença de média ponderada estatisticamente significativa (*WMD* = -14,63 cmH<sub>2</sub>O e P = 0,000) de superioridade dos idosos fisicamente ativos.

A Figura 2B apresenta a metanálise da comparação da PEmáx entre idosos fisicamente ativos (n = 170) e sedentários (n = 139), totalizando n = 309. Nela também se pode observar a referida medida metanalítica (*WMD* = 14,30 cmH<sub>2</sub>O e P = 0,000) de superioridade significativa dos idosos fisicamente ativos.

#### 4 Discussão

Os idosos fisicamente ativos apresentaram a força muscular ventilatória (PI<sub>máx</sub> e PE<sub>máx</sub>) significativamente maior que os sedentários (Figuras 2A e 2B). Tal fato pode ter ocorrido pela própria prática regular da atividade física, pois na adaptação aguda ao exercício, o sistema respiratório aumenta o ritmo e a duração do tempo ventilatório para manter as pressões parciais de CO<sub>2</sub> e O<sub>2</sub> no sangue arterial em níveis fisiológicos (NEDER e NERY, 2002; LOPES, BRITO e PARREIRA, 2005). Esse ajuste pode corresponder a um incremento de 3,0, 3,75 e 4,7 vezes da ventilação minuto de repouso quando em exercício de volume de apenas cinco minutos e intensidades 60 a 65, 70 a 75 e 80 a 85 por cento da frequência cardíaca máxima, respectivamente (ABRANTES et al., 2004). Logo, isso sugere uma possível sobrecarga de treinamento aos músculos ventilatórios, pois claramente há o incremento do trabalho da musculatura ventilatória.

Neste sentido, destacam-se por suas medidas metanálíticas a favor dos idosos fisicamente ativos, na PI<sub>máx</sub> ( $WWD = -16,87$  cmH<sub>2</sub>O,  $CI = -23,11$  a  $-10,63$  e  $Weight = 15,77\%$ ) o artigo “CADER et al., 2006” e na PE<sub>máx</sub> ( $WWD = 12,15$  cmH<sub>2</sub>O,  $CI = 2,15$  a  $22,15$  e  $Weight = 15,71\%$ ) o subgrupo F2 do artigo “GONÇALVES et al., 2006”. Segundo o Quadro 2, a periodização com no mínimo duas sessões semanais em um *Follow up* de três meses poderia justificar esses desfechos. Entretanto, a condição do grupo de idosos sedentários de não realizar nenhuma atividade física parece ser a evidência mais forte para diferenciá-los dos idosos fisicamente ativos.

Tal evidência também se apoia no artigo “FREITAS et al., 2010”, pois, no Quadro 2, descreve-se que o grupo de idosos sedentários também realizava atividade física sistematizada regularmente, fato que justificaria a não diferença significativa intergrupos, tanto para PI<sub>máx</sub> ( $WWD = 0,00$  cmH<sub>2</sub>O,  $CI = -9,78$  a  $9,78$  e  $Weight = 10,71\%$ ) quanto para PE<sub>máx</sub> ( $WWD = 7,80$  cmH<sub>2</sub>O,  $CI = -3,10$  a  $18,70$  e  $Weight = 14,90\%$ ).

De modo geral, na Figura 2A, com exceção do artigo “FREITAS et al., 2010”, todos os outros artigos expressaram significativa superioridade da PI<sub>máx</sub> dos idosos fisicamente ativos sobre a dos sedentários (FR = 90%), e na Figura 2B, os artigos “WATSFORD et al., 2005; SUMMERHILL et al., 2007; GONÇALVES et al., 2006; SANTOS e TRAVENSOLO, 2011” expressaram significativa superioridade da PE<sub>máx</sub> (FR = 62,5%). A esse respeito, o Quadro 2 evidencia exclusividade na prática das atividades cardiorrespiratórias com variação em sua prescrição no volume (30 a 60 minutos) e na intensidade (moderada a vigorosa) e na periodização (2 a 3 sessões semanais com *Follow up* de três meses), parâmetros que poderiam justificar esse desfecho.

Uma outra possibilidade de justificativa para tal desfecho seria a eficácia de uma determinada modalidade praticada, apesar da notória diversidade expressa no Quadro 2. Um fato merece especial atenção: os artigos “CADER et al., 2006; CADER et al., 2007”, que apenas mediram a PI<sub>máx</sub> e adotaram especificamente como variável independente a hidroginástica, obtiveram diferença significativa da

PI<sub>máx</sub> intergrupos, e deve-se ainda destacar o artigo “CADER et al., 2006” pelo seu maior peso metanalítico (*Weight* = 15,77%). Neste sentido, é possível admitir que as propriedades físicas do meio aquático teriam imposto uma sobrecarga aos músculos inspiratórios dos idosos fisicamente ativos (IDE, BELINI e CAROMANO, 2005), tornando a hidroginástica a modalidade possivelmente mais eficaz à PI<sub>máx</sub>.

Quanto à PE<sub>máx</sub>, não se pode destacar uma modalidade específica, pois no Quadro 2 os artigos “WATSFORD et al., 2005; GONÇALVES et al., 2006”, além de serem diversificados nas modalidades praticadas, apresentaram desfechos contrários em seus subgrupos, e os artigos “SUMMERHILL et al., 2007; SANTOS e TRAVENSOLO, 2011” não informaram que modalidade específica era praticada. Porém, é oportuno comentar que a PE<sub>máx</sub> parece ser mais influenciada pelo número de sessões semanais de treino, volume e intensidade das atividades praticadas. Isto porque os artigos “WATSFORD et al., 2005; GONÇALVES et al., 2006”, que foram comuns na significativa superioridade dos idosos fisicamente ativos, evidenciaram três sessões por semana, volume de 30 a 60 minutos e intensidade moderada a vigorosa.

A partir dos resultados apresentados e da discussão desta metanálise, faz-se necessário expor suas limitações: não foram encontrados experimentos controlados randomizados suficientes à metanálise; apenas sete artigos transversais foram metanalisados; alguns dos artigos transversais metanalisados tinham tamanho amostral pequeno, não informaram frequência, volume e intensidade de treinamento, além de possuir vieses de publicação; nenhum dos artigos metanalisados apresentou o seu cálculo amostral; na ausência consensual do conceito de sedentarismo, os artigos metanalisados eram heterogêneos para os idosos assim classificados; não considerou-se potenciais de comorbidades.

Mesmo considerando as limitações desta metanálise, é possível inferir que o exercício não prescrito à musculatura ventilatória, especificamente a atividade física cardiorrespiratória em suas mais variadas modalidades esportivas, possa produzir o aumento da PI<sub>máx</sub> e PE<sub>máx</sub> e que idosos fisicamente ativos, sobretudo os praticantes de hidroginástica, têm a força dos músculos ventilatórios significativamente superior à dos sedentários.

## **5 Conclusão**

Conclui-se que o exercício cardiorrespiratório pode produzir o aumento da força muscular ventilatória de idosos e que a PI<sub>máx</sub> e a PE<sub>máx</sub> dos idosos fisicamente ativos são significativamente superiores às dos sedentários. Entretanto, entende-se que a aceitabilidade e o impacto da atividade física cardiorrespiratória em suas mais variadas modalidades esportivas na prevenção e tratamento da dinapenia ventilatória não possam ser determinados com robustez metodológica ainda na fase investigativa. Sugere-se, assim, a realização de experimentos controlados randomizados sobre este assunto, a fim de aumentar o nível de evidência atual.

Contudo, recomenda-se à população idosa a seguinte aplicação clínica para a promoção da saúde e prevenção de doenças: realizar três sessões de exercício cardiorrespiratório por semana, com volume de 30 a 60 minutos e intensidade moderada a vigorosa por no mínimo três meses. Deve-se saber que a prescrição e a periodização, sobretudo o controle da referida intervenção, serão determinantes para a eficiência e a segurança da mesma. Cabe ao professor de educação física, profissional legalmente habilitado para este ofício, o dever de assim exercer a sua profissão.

À Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, espera-se subsidiá-la com informações oriundas dos achados desta metanálise, proporcionando-a alternativas inovadoras não só no âmbito das ações de manutenção e promoção da saúde por ela desenvolvidas em esfera federal, mas também na prevenção de fatores determinantes e ou condicionantes de doenças relacionadas ao idoso que também poderiam ser disseminadas nas esferas estaduais e municipais. Neste sentido, é oportuno recomendar que seria conveniente que o treinamento específico da musculatura ventilatória fosse incluído em futuros projetos destinados à terceira idade. Tal fato se justifica em função de não representar nenhum custo adicional ao orçamento público, e somente pela especificidade desse treinamento poderia ser indubitavelmente garantido aos idosos a manutenção ou o aumento das forças musculares inspiratória e expiratória. Por conseguinte, seria possível a redução do tempo de internação pós-operatório e as complicações respiratórias advindas de cirurgias toraco-abdominais, que são fatores etiológicos dos óbitos de idosos por infecção respiratória nosocomial.

## Referências

- ABRANTES, C. I.; SAMPAIO, J. E.; REIS, A. M.; DUARTE, J. A. **Resposta aguda cardio-respiratória a quatro modos de exercício realizado em ergômetros**. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto. Porto, v. 4, n.1, p. 66-77, jan./jun. 2004.
- ALENCAR, N. A.; SOUZA JÚNIOR, J. V.; ARAGÃO, J. C. B.; FERREIRA, M. A.; DANTAS, E. H. M. **Nível de atividade física, autonomia funcional e qualidade de vida em idosos ativas e sedentárias**. Fisioterapia em Movimento. Curitiba, v. 23, n. 3, p. 473 - 481, jul./set. 2017.
- AMERICAN T. S.; EUROPEAN, R. S. **ATS/ERS Statement on respiratory muscle testing**. American journal of respiratory and critical care medicine. New York, v. 166, n. 4, p. 518-624, aug. 2002.
- ARTERO, E. G.; LEE, D.; RUIZ, J. R.; SUI, X.; ORTEGA, F. B.; CHURCH, T. S.; LAVIE, C. J.; CASTILLO, M. J.; BLAIR, S. N. **A prospective study of muscular strength and all-cause mortality in men with hypertension**. Journal of the American College of Cardiology. Washington, v. 57, n. 18, p. 1831-1837, may. 2011.
- BELLINETTI, L. M.; THOMSON, J. C. **Avaliação muscular respiratória nas toracotomias e laparotomias superiores eletivas**. Jornal brasileiro de pneumologia. São Paulo, v. 32, n.2, p. 99-105, mar./abr. 2006.
- CADER, S. A.; VALE, R. G. S.; PEREIRA, F. F.; DANTAS, E. H. M. **Comparação da P<sub>Imáx</sub> e da qualidade de vida entre idosos sedentárias, asiladas e praticantes de hidroginástica**. Fitness & Performance Journal, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 102-108, mar./abr. 2006.

- CADER, S.A.; PEREIRA, F. D.; VALE, R. G. S.; DANTAS E. H. M. **Comparación de la fuerza de la musculatura inspiratória entre mujeres mayores sedentárias y practicantes hidrogimnasia.** Revista Española de Geriatria y Gerontologia. Barcelona, v.42, n. 5, p. 271-275, sep. 2007.
- CAMARGOS, M. C. S.; PERPÉTUO, I. H. O.; MACHADO, C. J. **Expectativa de vida com incapacidade funcional em idosos em São Paulo, Brasil.** Revista Panamericana de Salud Publica. Washington, v.17, n.5/6, p. 379-86, mai./jun. 2005.
- CLARK, B. C.; MANINI, T. M. **What is dynapenia?** Nutrition. Amsterdã, v. 28, n. 5, p. 495-503, may. 2012.
- DA SILVA, T. R. S. R. **Fatores de risco maternos não biológicos para o baixo peso ao nascer na América Latina: revisão sistemática de literatura com meta-análise.** Einstein. São paulo, v. 10, n. 3, p. 308-385, jul./set. 2012.
- DE MIRANDA, R. C. V.; PADULLA, S. A. T.; BORTOLATTO, C. R. **Fisioterapia respiratória e sua aplicabilidade no período pré-operatório de cirurgia cardíaca.** Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular. São José do Rio Preto, v. 26, n. 4, p. 647-652, out./dez. 2011.
- DOS DEPUTADOS, C. **Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 out. Seção I, p. 1.2003.
- DOS SANTOS, E. J. F.; CUNHA, M. **Interpretação crítica dos resultados estatísticos de uma meta-análise: Estratégias metodológicas.** Millenium. Viseu, v. 44, n. 18, p. 85-98, jan./jun. 2013.
- FANCIULLI, G.; DELITALA, A.; DELITALA, G. **Growth hormone, menopause and ageing: no definite evidence for ‘rejuvenation’ with growth hormone.** Human reproduction update. Oxford, v. 15, n. 3, p. 341-358, may./jun. 2009.
- FELTRIM, M. I. Z.; JATENE, F. B.; BERNARDO, W. M. **Em pacientes de alto risco, submetidos à revascularização do miocárdio, a fisioterapia respiratória pré-operatória previne as complicações pulmonares?** Revista da Associação Médica Brasileira. São Paulo, v. 53, n. 1, p. 8-9, jan./fev. 2007.
- FRANÇA, E. É. T.; FERRARI, F.; FERNANDES, P.; CAVALCANTI, R.; DUARTE, A.; MARTINEZ, B. P.; AQUIM, E. E.; DAMASCENO, M. C. P. **Fisioterapia em pacientes críticos adultos: recomendações do Departamento de Fisioterapia da Associação de Medicina Intensiva Brasileira.** Revista Brasileira de Terapia Intensiva. São Paulo, v. 24, n. 1, p. 6-22, jan./mar. 2012.
- FREITAS, F. S.; IBIAPINA, C. C. ALVIM, C. G. BRITTO, R. R.; PARREIRA, V. P. **Relação entre força de tosse e nível funcional em um grupo de idosos.** Revista Brasileira de Fisioterapia. São Carlos, v. 14, n. 6, p. 470-476, nov./dez. 2010.
- FUCHS, S. C. P. C.; PAIM, B. S. **Revisão sistemática de estudos observacionais com metanálise.** Revista HCPA. Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 294-301, 2010.
- GONÇALVES, M. P.; TOMAZ, C. A. B.; CASSIMINHO, A. L. F.; DUTRA, M. F. **Avaliação da força muscular inspiratória e expiratória em idosas praticantes de atividade física e sedentárias.** Revista brasileira de ciência e movimento. Brasília, v. 14, n. 1 p. 37-44, jan./mar. 2006.
- GUEDES, G. P.; BARBOSA, Y. R. A.; HOLANDA, G. **Correlação entre força muscular respiratória e tempo de internação pós-operatório.** Fisioterapia em movimento. Curitiba, v. 22, n. 4, p. 605-614, out./dez. 2009.
- GUIMARÃES, A. C.; DONALISIO, M. R.; SANTIAGO, T. H. R.; FREIRE, J. B. **Óbitos associados à infecção hospitalar, ocorridos em um hospital geral de Sumaré-SP, Brasil.** Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília, v. 64, n. 5, p. 864-869, set./out. 2011.
- IDE, M. R.; BELINI, M. A. V.; CAROMANO, F. A. **Effects of an aquatic versus non-aquatic respiratory exercise program on the respiratory muscle strength in healthy aged persons.** Clinics. São Paulo, v. 60, n. 2, p. 151-158, abr. 2005.
- JANSSENS, J. P. **Aging of the respiratory system: impact on pulmonary function tests and adaptation to exertion.** Clinics in Chest Medicine. Amsterdã, v. 26, n. 3, p. 469-484, sep. 2005.
- LIBERATI, A.; ALTMAN, D. G.; TETZLAFF, J.; MULROW, C.; GOTZSCHE, P. C.; LOANNIDIS, J. P. A.; CLARKE, M.; DEVEREAUX, P. J.; KLEIJNEN, J.; MOHER, D. **The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care**

- interventions: explanation and elaboration.** PLoS medicine. San Francisco, v. 6, n. 7, p. e1000100, jul. 2009.
- LOPES, R. B.; BRITO, R. R.; PARREIRA, V. F. **Padrão Respiratório durante o exercício: revisão literária.** Revista brasileira de ciência e movimento. Brasília, v.13, n.2, p. 153-160, abr./jun. 2005.
- MANINI, T. M.; VISSER, M.; WON-PARK, S.; PASTEL, K. V.; STROTMAYER, E. S.; CHEN, H.; GOODPASTER, B.; REKENEIRE, N.; NEWMAN, A. B.; SIMONSICK, E. M.; KRITCHEVSKY, S. B.; RYDER, K.; SCHWARTZ, A. V.; HARRIS, T. B. **Knee extension strength cutpoints for maintaining mobility.** Journal of the American Geriatrics Society. New Jersey, v. 55, n. 3, p. 451-457, mar. 2007.
- MARZETTI, E.; HWANG, J. C. Y.; LEES, H. A.; WOHLGEMUTH, S. E.; DUPONT-VERSTEEGDN, E. E.; CARTER, C. S.; BERNABEI, R.; LEEUWENBURGH, C. **Mitochondrial death effectors: relevance to sarcopenia and disuse muscle atrophy.** Biochimica Biophysica Acta. Amsterdã, v. 1800, n. 3, p. 235-244, mar. 2010.
- MOHER, D.; SCHULZ, K. F.; ALTMAN, D. G. **The CONSORT statement: revised recommendations for improving the quality of reports of parallel group randomized trials.** BMC medical research methodology. New York, v. 1, n. 1, p. 2, abr. 2001.
- NEDER, J. A.; NERY, L. E. **Teste de exercício cardiopulmonar.** Jornal de Pneumologia. São Paulo, v. 28, n. Supl 1, p. S166-S206, out./dez. 2002.
- OLIVEIRA, K. T. S.; DIOGENES, T. P. M.; BORJA, R. O.; MENDONÇA, K. M. P. P. **Pressões respiratórias máximas e predição de risco pós-operatório em cirurgia cardíaca com CEC.** Revista Brasileira de Fisioterapia. São Carlos, v. 12, n. Supl., p. 45-45. 2008.
- PÍCOLI, S. T.; DE FIGUEIREDO, L. L.; PATRIZZI, L. J. **Sarcopenia e envelhecimento.** Fisioterapia em movimento. Curitiba, v. 24, n. 3, p.455-462, jul./set. 2011.
- SANTOS, T. C.; TRAVENSOLO, F. C. **Comparação da força muscular respiratória entre idosos sedentários e ativos: estudo transversal.** Revista Kairós: Gerontologia. São Paulo, v. 14, n. 4, p. 107-121, dez. 2011.
- SILVA, R. S.; SILVA, I.; SILVA, R. A.; SOUZA, L.; TOMASI, L. **Atividade física e qualidade de vida.** Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 115-120, jan./fev. 2010.
- SIMÕES, L. A.; DIAS, J. M. D.; MARINHO, K. C.; PINTO, C. L. L.; BRITO, R. R. **Relação da função muscular respiratória e de membros inferiores de idosos comunitários com a capacidade funcional avaliada por teste de caminhada.** Revista Brasileira de Fisioterapia. São Carlos, v. 14, n. 1, p. 24-30, jan./fev. 2010.
- SIMÕES, R. P.; AUAD, M. A.; DIONÍSIO, J.; MAZZONETTO, M. **Influência da idade e do sexo na força muscular respiratória.** Fisioterapia e pesquisa. São Paulo, v. 14, n. 1, p. 36-41, jan./mar. 2007.
- SIMÕES, R. P.; CASTELLO, V.; AUAD, M. A.; DIONÍSIO, J.; MAZZONETTO, M. **Prevalência de redução da força muscular respiratória em idosas institucionalizadas.** São Paulo Medical Journal. São Paulo, v. 127, n. 2, p. 78-83, mai./jun. 2009.
- SUMMERHILL, E. M.; ANGOV, N.; GARBER, C.; MCCOOL, F. D. **Respiratory muscle strength in the physically active elderly.** Lung. New York, v. 185, n.6, p. 315-320, oct. 2007.
- UNICOVSKY, M. A. R. **Idoso com sarcopenia: uma abordagem do cuidado da enfermeira.** Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília, v. 57, n. 3, p. 298-302, mai./jun. 2004.
- VON ELM, E.; ALTMAN, D. G.; EGGER, M.; POCOCK, S. J.; GOTZSCHE, P. C.; VANDENBROUCHE, J. P. **The Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology (STROBE) statement: guidelines for reporting observational studies.** Annals of Internal Medicine, v. 147, n. 8, p. 573-577, oct. 2007.
- WARBURTON, D. E. R.; NICOL, C. W.; BREDIN, S. S. D. **Health benefits of physical activity: the evidence.** Canadian Medical Association Journal. Ottawa, v. 174, n. 6, p. 801-809, mar. 2006.
- WATSFORD, M. L.; MURPHY, A. J.; PINE, M. J.; COUTTS, A. J. **The effect of habitual exercise on respiratory-muscle function in older adults.** Journal of Aging and Physical Activity. Illinois, v. 13, n.1, p. 34-44, jan. 2005.



Artigo recebido em: 26/06/2019

Artigo aceito para publicação em: 09/09/2019



## PERDA DE PESO EM ATLETAS DE ELITE DO TAEKWONDO BRASILEIRO PÓS- IMPLANTAÇÃO DA PESAGEM RANDÔMICA

### WEIGHT LOSS IN ELITE ATHLETES OF THE BRAZILIAN TAEKWONDO AFTER RANDOM WEIGHT IMPLANTATION

### PÉRDIDA DE PESO EN LOS ATLETAS DE ELITE DEL TAEKWONDO BRASILEÑO DESPUÉS DE LA IMPLANTACIÓN DE PESO ALEATORIO

Mariela de Abreu<sup>1</sup>  
Juciane de Abreu Ribeiro Pereira<sup>2</sup>  
Marcelo Ângelo Cirillo<sup>3</sup>

**Resumo:** A perda de peso no **Taekwondo** é uma estratégia utilizada por atletas que almejam lutar em categorias de peso mais leves, acreditando na possibilidade de terem alguma vantagem sobre o oponente. Entretanto, muitas vezes, a perda de peso ocorre de forma brusca e pode trazer prejuízos ao desempenho. Recentemente foi introduzida a pesagem randômica nas competições oficiais dessa modalidade, a qual ocorre no dia da competição, em que o atleta pode apresentar 5% de seu peso acima de sua categoria. Portanto, este estudo objetivou analisar as estratégias utilizadas por atletas brasileiros de **Taekwondo** para perda de peso no período que antecede as competições e seus efeitos no período de pré e pós-pesagem, posteriormente à implementação da pesagem randômica.

**Palavra-chave:** Perda de peso. desconfortos. taekwondo. pesagem.

**Abstract:** Weight loss in **Taekwondo** is a strategy used by athletes who seek to fight in lighter weight categories, believing they may have some advantage over the opponent. However, weighing was introduced in the official competitions of this modality, which occurs on the day of the competition and that the athlete can present 5% of weight above its category. Therefore, this study aimed at analyzing the strategies used by Brazilian athletes of **Taekwondo** for weight loss in the period before the competitions and their effects in the pre and post-weighing period, after the implementation of the random weighing.

---

<sup>1</sup> Graduada em educação física com licenciatura pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) em 2011 e graduanda do curso de nutrição (13º período) pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). (marieladeabreu@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduada em nutrição pela Universidade Federal de Alfenas (2005), mestrado (2008) e doutorado (2013) em ciências dos alimentos pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Docente adjunta da Universidade Federal de Lavras, atuando nas áreas de composição de alimentos, nutrição e metabolismo e nutrição esportiva. (juciane.pereira@ufla.br)

<sup>3</sup> Graduado em estatística pela UNESP (1999), mestrado (2003) e doutorado (2006) em estatística e experimentação agropecuária pela UFLA e pós-doutorado pela USP (2012). Docente permanente no Departamento de Estatística, membro do colegiado da pós-graduação e bolsista de produtividade (CNPq). (macufla@gmail.com)

**Keywords:** Weight loss; discomforts; taekwondo, weighing.

**Resumen:** La pérdida de peso en **Taekwondo** es una estrategia utilizada por los atletas que quieren pelear en categorías de peso más ligero, creyendo que pueden tener alguna ventaja sobre el oponente. Sin embargo, la pérdida de peso a menudo ocurre de manera abrupta y puede llevar a pérdidas de rendimiento. Recientemente, el pesaje aleatorio se introdujo en las competiciones oficiales de esta modalidad, que se produce el día de la competición y que el atleta puede presentar el 5% de su peso por encima de su categoría. Por lo tanto, este estudio tuvo como objetivo analizar las estrategias utilizadas por los atletas brasileños de **Taekwondo** para perder peso en el período anterior a las competiciones y sus efectos en el período previo y posterior al pesaje, después de la implementación del pesaje aleatorio.

**Palabras clave:** Perdida de peso. Malestar. Taekwondo. Pesar.

## 1 Introdução

O Taekwondo é um esporte de combate que vem crescendo no cenário internacional, principalmente em países em desenvolvimento. Nas lutas, para que haja uma competição justa e equilibrada entre os atletas, uma das regras determinadas por seus órgãos administrativos é a divisão de categorias por peso e faixa etária (RIBAS et al., 2008).

Na principal categoria do Taekwondo, a adulta, há duas divisões por peso, a oficial e a olímpica. A categoria oficial é a mais utilizada em competições nacionais e internacionais. Já a categoria olímpica é utilizada nos Jogos Olímpicos, Jogos Pan-americanos e outras competições. Ela é a que pode trazer maiores dificuldades e sofrimento para perda de peso, pois os limites de uma categoria para a outra variam de 10 a 12 kg no masculino e de 8 a 10 kg no feminino (COMPETITION & RULES, 2018).

Como todo esporte de luta, no Taekwondo é muito comum a tentativa de perda de peso rápida em período pré-competitivo por parte dos atletas para se enquadrarem em categorias mais leves. Muitas vezes, realizam tal estratégia por acreditarem que, lutando em categorias de peso inferiores à sua, teriam algum tipo de vantagem sobre seu oponente, criando, assim, uma cultura da perda de peso (SUNDGOT-BORGEN et al., 2013).

As estratégias mais utilizadas pelos atletas para obterem perda de peso rápida são restrições calóricas e hídrica, jejum até o momento da pesagem, aumento na intensidade do treinamento, uso de roupas emborrachadas, agasalhos, saunas e a utilização de substâncias termogênicas, laxantes e diuréticos. Da última década até os dias atuais, estes dois últimos são menos praticados devido à realização de exames antidoping (COSTA e SAMULKI, 2005; FABRINI et al., 2010).

Reações negativas sobre essa perda de peso já foram observadas e relatadas por atletas. O cansaço, aumento da ansiedade, diminuição do rendimento durante os treinos, redução do vigor físico, falta de paciência, tontura e propensões a resfriados e infecções são os sintomas de

maiores queixas (FLEMING e COSTARELLI, 2009).

Outros prejuízos apresentados na literatura são perda de massa muscular, redução de força, diminuição do tempo de resistência ao exercício, alteração do volume sanguíneo e plasmático, redução do consumo máximo de oxigênio, depleção dos estoques de glicogênio, além de outras alterações como perda de concentração e memória e, em alguns casos, problemas com relação à alimentação como anorexia, bulimia e compulsões alimentares (FABRINI et al., 2010).

É importante ressaltar a diferença de comportamento entre os sexos durante a perda de peso. Atletas do sexo feminino tendem a ter reações mais adversas em relação aos atletas do sexo masculino. Isso pode ocorrer devido às oscilações hormonais, principalmente no período pré-menstrual (MANORE, 2002; BRENTANO et al., 2008 e DATSON et al., 2014).

Para minimizar a perda de peso brusca que muitos atletas têm utilizado para conseguir lutar em categorias de peso mais leves, a World Taekwondo, órgão que gerencia o esporte em âmbito internacional, passou a utilizar recentemente uma nova estratégia no intuito de preservar a integridade física dos atletas: a pesagem randômica. Atualmente, em competições oficiais, nacionais e internacionais, os atletas são submetidos a duas pesagens. A primeira pesagem é realizada um dia antes da competição, e a segunda pesagem, a randômica, no dia da competição, sendo que o atleta poderá ter somente um acréscimo de 5% de peso corporal em relação à primeira pesagem. Com esse novo sistema de pesagem, o atleta deverá manter uma categoria de peso mais próxima de seu peso habitual (COMPETITION & RULES, 2018).

O estado nutricional adequado é crucial para que o atleta consiga suportar intensas cargas de treino, por isso é essencial, no pós-exercício, que o atleta reabasteça suas reservas energéticas para que auxilie o corpo no processo de recuperação (POOLE et al., 2010). O atleta precisa suprir todas as suas necessidades metabólicas para uma recuperação muscular correta e dos estoques de glicogênio (NASCIMENTO e ALENCAR, 2007 e PERON et al., 2009).

Nesse contexto, torna-se importante avaliar se a introdução da pesagem randômica em competições oficiais de Taekwondo modificou o comportamento dos atletas em relação às estratégias de perda de peso, bem como sobre a quantidade de peso perdido. Além disso, os estudos com atletas de Taekwondo relacionados às estratégias de perda de peso são escassos.

Por fim, enunciamos o objetivo deste trabalho na proposta de estudo que visa a analisar as estratégias utilizadas por atletas brasileiros de Taekwondo para a perda de peso no período que antecede as competições e seus efeitos no período pré e pós-pesagem, posteriormente à implementação da pesagem randômica.

Em virtude do que foi mencionado, considerando que as respostas foram obtidas por meio de um questionário, portanto, de natureza categórica, a determinação do perfil do atleta, pelas estratégias de pesos e desconfortos pré e pós-pesagem, foi realizada pela metodologia estatística dada pela técnica de análise de correspondência múltipla, descrita em síntese a seguir.

## 2 Metodologia

O plano de amostragem foi definido por um estudo observacional transversal, realizado com 44 atletas de Taekwondo, de ambos os sexos, das categorias sub 21 (18 a 21 anos) e adulta, faixas pretas, filiados à Confederação Brasileira de Taekwondo e que estão atuantes em competições em nível nacional e internacional.

Foi definido o público de interesse da pesquisa, representado por atletas que estejam participando das competições mais importantes no cenário nacional, como campeonato brasileiro, copa do brasil e *grand slam* e/ou competições internacionais como campeonatos pan-americanos, campeonatos mundiais, *grand prix*, Jogos Olímpicos e *opens* internacionais, descartando aqueles atletas que competem somente em competições estaduais.

A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário *on line*, que foi preenchido por meio da plataforma de questionários Google Forms. O questionário utilizado foi adaptado do questionário original “*Diseño y validación de contenido de un cuestionario sobre Pérdida de Peso en Deportes de Combate*” (PPDC) (MARTÍNEZ-ABELLÁN et al., 2016), a partir do qual foram utilizadas as questões que englobam o perfil do atleta, métodos utilizados para a perda de peso, orientação profissional e desconfortos no pré e pós-pesagem. Seguindo o procedimento definido pelo protocolo do comitê de ética nº 3.165.014, a pesquisa realizou um levantamento sobre as estratégias utilizadas para perda de peso em atletas de elite do Taekwondo brasileiro no período que antecede as competições e suas consequências no período pré e pós-pesagem.

Para análise do questionário, foi realizado um levantamento dos pontos mais relevantes das questões, o qual foi condensado em três problematizações: perfil do atleta, métodos utilizados para a perda de peso e desconfortos pré e pós-pesagem.

### 2.1 Descrição da técnica de análise de correspondência múltipla.

Para validação dos resultados, utilizou-se a técnica da análise de correspondência múltipla. O objetivo desta técnica consiste em definir um novo espaço geométrico, representado pelos mapas perceptuais, cuja porcentagem da variação amostral seja explicada nos dois primeiros eixos que formam o mapa em duas dimensões. Para a construção desse mapa, utiliza-se a matriz das variáveis indicadoras, conhecidas como Tabela Burt (GREENACRE e BLASIUS, 2006), contextualizada neste trabalho pela combinação das questões, simbolicamente representadas por  $X_j$ , ( $j=1, \dots, J$ =número total de questões avaliadas). Assim, unificando todas as questões em uma única tabela, temos a representação dada por  $X=[X_1|X_2|\dots|X_j]$ .

Seguindo a especificação desta matriz, a tabela Burt é obtida por  $B=XtX$ , de modo que o resultado final corresponde a uma matriz simétrica formada por blocos retangulares  $X_{ti}X_j$ , em que as características da  $i$ -ésima variável é relacionada com a característica da  $j$ -ésima variável,

a exemplificar X1 e X2.

Após a construção dessa matriz é aplicado um procedimento algébrico, mais especificamente a decomposição de valores singulares, mencionada por Greenacre e Blasius (2006), de modo que, com algumas operações de cálculo matricial, as coordenadas para cada nível das variáveis categóricas são obtidas e plotadas no gráfico. As coordenadas localizadas no mesmo quadrante podem indicar alguma associação entre os atletas. A obtenção dos resultados e a confecção dos gráficos foram feitas utilizando-se o *software* R (CORE TEAM, 2016).

### **3 Resultados e discussões**

#### **3.1 Estatística descritiva do perfil do atleta**

A amostra foi composta por 44 atletas de Taekwondo com idade média de 22,37 anos, sendo 21 atletas (47,7%) do sexo masculino e 23 (52,3%) do sexo feminino. Quanto ao nível competitivo, os atletas participaram de competições em nível olímpico, mundial, pan-americano e competições nacionais.

O percentual obtido (59%) dos atletas que recebem orientação de um nutricionista é relativamente baixo, uma vez que esses atletas são considerados a elite do Taekwondo brasileiro.

É importante ressaltar que um acompanhamento nutricional é de extrema importância para que haja um planejamento adequado para a perda de peso, pois ele irá elaborar um plano alimentar de acordo com a necessidade energética do atleta. É necessário que o nutricionista elabore um plano alimentar considerando as diversas fases do treinamento, com intuito na recuperação, manutenção e competição, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 600 (BRASIL, 1991, 8234).

De acordo com o Código de Ética de Conduta do Nutricionista, o profissional tem como compromisso zelar pelo bem-estar e pela saúde de seu paciente, bem como alertá-lo sobre os possíveis prejuízos que porventura poderão ocorrer durante a fase de perda de peso, deixando-o ciente de possíveis riscos (BRASIL, 2018, p. 182).

Observou-se que 41% dos atletas tendem a perder de 0 a 2kg no período pré-competitivo. Outros 45,4% relataram que perdem de 3 a 6kg, e 13,6%, que tendem a perder de 7 a 9kg no período que antecede a competição.

Com esse resultado, pode-se observar que, mesmo com a pesagem randômica, a qual ocorre no dia da competição e durante a qual o atleta pode apresentar 5% de peso acima de sua categoria, 59% dos atletas tendem a perder uma alta quantidade de peso corporal. Levando em consideração que os atletas das categorias mais leves são os que realizam maiores perdas de peso, a perda de 3, 4 ou 5kg para esses atletas é considerada um percentual significativo de perda.

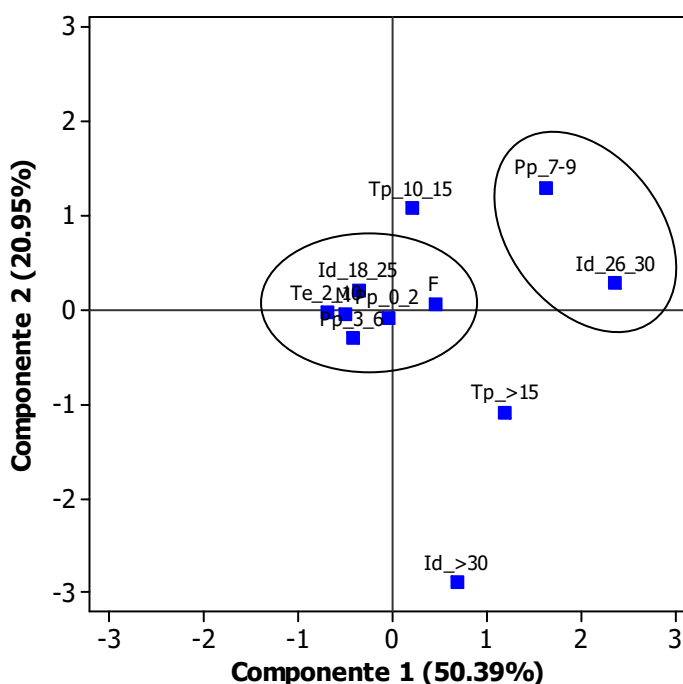
Um estudo realizado com atletas londrinos de Taekwondo antes da introdução da

pesagem randômica mostrou que ambos os sexos tendem a realizar o processo de perda de peso num período de 15 dias que antecede o dia da competição com o objetivo de perderem uma quantidade significativa de peso corporal para se enquadrarem em suas respectivas categorias (FLEMING e COSTARELLI, 2009), sendo uma perda brusca de peso. Essa situação se mantém atualmente com os atletas de Taekwondo, mesmo com a implementação da pesagem randômica, fato que pode vir a prejudicar ainda mais o desempenho dos atletas, pois dificultou a recuperação mais imediata do peso corporal.

De acordo com o Gráfico 1, pode-se observar que o sexo dos atletas não interferiu na amostra, ou seja, ambos os sexos apresentam tempo de prática, idade e quantidade de perda de peso semelhantes entre eles.

Observa-se que Pp\_7-9 está no mesmo quadrante que Id\_26-30; assim, há evidências para afirmar que a maior experiência do atleta está relacionada à maior quantidade de peso corporal que ele tende a perder no período pré-competitivo.

**Gráfico 1:** Mapa perceptual para determinação do perfil do atleta.



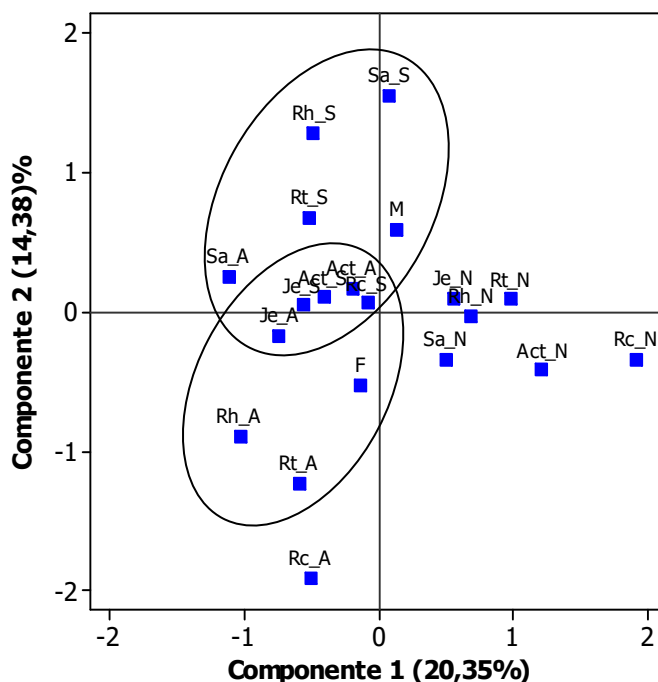
**Legenda:** M: masculino; F: feminino; Pp: perda de peso; Id: idade; Tp: tempo de prática; Te: tempo de experiência.

### 3.2 Métodos utilizados para perda de peso

Após análise realizada sobre os métodos utilizados para a perda de peso, pode-se observar que atletas do sexo feminino têm em seu perfil a opção pela restrição calórica (Rc\_S), jejum (Je\_A), aumento da carga de treinamento (Act\_S), uso de roupa térmica (Rt\_A) e a

restrição hídrica (Rh\_A) em pelo menos algum momento durante a fase pré-competitiva. Já com relação aos atletas do sexo masculino, há uma tendência em associar a restrição calórica (Rc\_S), aumento da carga de treinamento (Act\_S), o uso de roupa térmica (Rt\_S), restrição hídrica (Rh\_S) e sauna (S\_S) – foram os métodos mais utilizados por eles – bem como praticam com mais frequência os métodos relatados pelas mulheres (Gráfico 2).

**Gráfico 2:** Mapa perceptual para determinação dos métodos utilizados para perda de peso.



**Legenda:** M: masculino; F: feminino; Rh: restrição hídrica; Rc: restrição calórica; Rt: roupa térmica; Je: Jejum; Sa: sauna; Act: aumento de carga de treinamento; S: sim; N: não; A: às vezes.

Os métodos relatados corroboram o estudo sobre as consequências da rápida redução de peso corporal em atletas de esporte de combate e a importância da nutrição: uma revisão, a qual mostrou que a restrição calórica, aumento da carga de treinamento, restrição hídrica, sauna, jejum e o uso de roupa térmica são os métodos mais utilizados para a redução da massa corporal (ZANDONÁ et al., 2018).

Com esses resultados, pode-se afirmar que a desidratação é uma opção utilizada entre os atletas de ambos os sexos, seja através da restrição hídrica, uso de roupa térmica ou de sauna. Observa-se no Gráfico 2 que atletas do sexo feminino, pelo menos alguma vez, utilizaram a restrição hídrica (Rh\_A) e roupa térmica (Rt\_A) como método alternativo para redução de peso corporal. Já atletas do sexo masculino optaram por restrição hídrica (Rh\_S) e o uso de roupa térmica (Rt\_S) em algum momento, sendo a sauna (Sa\_S) o método mais utilizado entre os



homens.

Porém, deve-se levar em consideração os riscos da desidratação, principalmente num período primordial, como a fase de treinamento pré-competitivo. A desidratação acarreta prejuízos fisiológicos no organismo, interferindo no desempenho físico e psicológico do atleta. Ela pode afetar a dissipação de calor do corpo, diminuindo assim a volemia cardíaca e afetando o fluxo sanguíneo, levando a um prejuízo no desempenho do atleta ou, até mesmo, em casos mais graves, a um choque volêmico (MOREIRA et al., 2006 e RIBEIRO e LIBERALI, 2010).

A diminuição do volume plasmático proveniente da desidratação intencional afeta a termorregulação do atleta, aumentando sua temperatura corporal central durante o repouso e durante o exercício, dificultando o retorno a homeostasia. Essa termorregulação descompensada pode acarretar problemas cardiovasculares (ARTIOLI et al., 2006 e PERON et al., 2006).

As alterações do fluxo sanguíneo que ocorrem devido à diminuição da volemia cardíaca irão acarretar um aumento da frequência cardíaca e diminuição do débito cardíaco, interferindo, assim, na captação de nutrientes pelo músculo do atleta. Outro fator que merece atenção é que, com a captação deficiente de nutrientes, a remoção de metabólitos também será prejudicada, uma vez que o atleta não será capaz de realizar excreção de tais metabólitos durante o exercício, favorecendo uma fadiga precoce (GONZÁLEZ-ALONSO et al., 2008).

Além disso, a desidratação merece ter uma atenção especial, pois está relacionada à alteração da percepção subjetiva de esforço, podendo influenciar diretamente na fase de treinamento e causar dificuldade ao atleta em suportar cargas de treinos mais intensas (MOREIRA et al., 2006).

A restrição calórica (Rc\_S) é uma opção bastante utilizada por atletas de ambos os sexos. Observa-se no Gráfico 2 que os atletas têm uma preferência expressiva por tal prática, pois o ponto Rc\_S se encontra no centro do gráfico. Estes dados são similares ao estudo realizado com atletas jovens de Taekwondo, em preparação para seletiva para formação da seleção gaúcha, em que observaram que a restrição calórica é um dos métodos mais utilizados (ROSSANO et al., 2014). Ela consiste em consumir alimentos com baixa caloria ou realizar até mesmo o jejum. Neste contexto, uma das principais fontes de energia para os atletas fica comprometida. É importante ressaltar que a alimentação influencia diretamente a promoção de saúde, a manutenção do peso e o rendimento esportivo de atletas (PERON et al., 2009).

Sabe-se que o atleta, para suportar altas cargas de treinamento, precisa de um aporte nutricional adequado capaz de suprir todas as necessidades metabólicas, proporcionando um armazenamento adequado de glicogênio muscular, auxiliando na recuperação dos músculos e retardando possíveis fadigas (NASCIMENTO e ALENCAR, 2007).

É importante estar atento à síntese de glicogênio, principalmente no período pós-exercício, pois ele é crucial para o reabastecimento das reservas energéticas e manutenção de recuperação adequada (POOLE et al., 2010 e ROSSI et al., 2010). A reposição energética é de

extrema importância, principalmente em modalidades como o Taekwondo, pois se utilizam vias aeróbias e anaeróbias durante o combate (BRIDGE et al., 2014).

Sabe-se que os carboidratos são requerentes energéticos essenciais para o organismo. Nas lutas, é importante estar atento à síntese de glicogênio muscular, principalmente no período pós-exercício, pois o reabastecimento das reservas energéticas para a manutenção e recuperação do atleta é crucial neste período (POOLE; WILBORN e TAYLOR, 2010 e ROSSI et al., 2010).

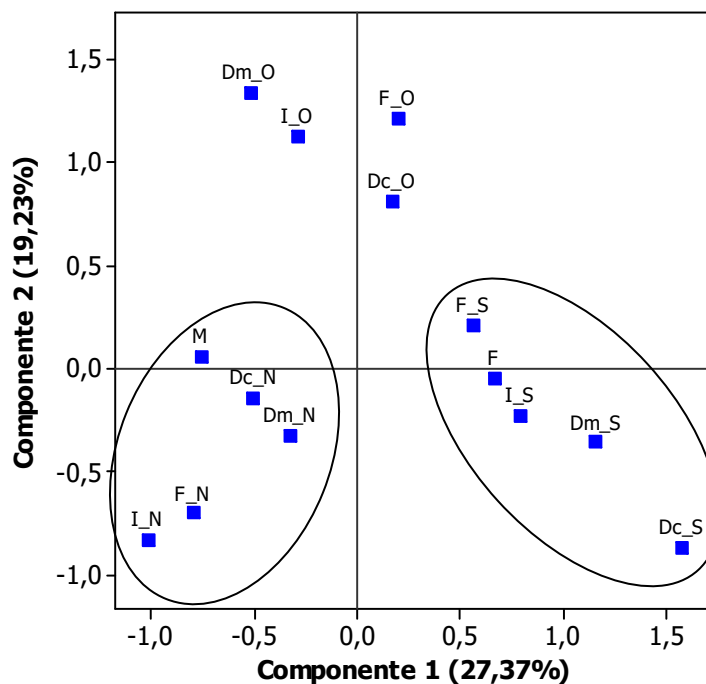
As proteínas também são importantes para a manutenção do organismo, pois estão diretamente ligadas às funções metabólicas, motoras, estruturais, hormonais e até imunológicas. No corpo, elas estão constantemente realizando síntese e degradação, no qual o organismo precisa realizar uma manutenção diária. Para os atletas que são submetidos a intensos esforços físicos, a ingestão proteica deve exercer um papel de auxiliar numa melhor manutenção muscular e renovação celular (FABRINI et al., 2010).

É importante ressaltar que os prejuízos mais comuns que a literatura apresenta sobre a perda de peso, independentemente do método, são perda de massa muscular, redução de força, redução da resistência ao exercício, alteração do volume sanguíneo e plasmático, redução do consumo máximo de oxigênio e depleção dos estoques de glicogênio (ARTIOLI et al., 2007).

### **3.3 Desconfortos pré-pesagem**

Foram avaliados os possíveis desconfortos que os atletas porventura venham a apresentar durante a prática de métodos para perda de peso. Como mostra o Gráfico 3, atletas do sexo feminino apresentaram sintomas mais evidentes em relação ao sexo masculino, como irritação (I\_S), fadiga (F\_S), dor muscular (Dm\_S) e dor de cabeça (Dc\_S). Já o sexo masculino não apresentou desconfortos expressivos antes da pesagem geral.

**Gráfico 3:** Mapa perceptual para determinação do desconforto pré-pesagem.



**Legenda:** M: masculino; F: feminino; Dc: dor de cabeça; Dm: dor muscular; F: fadiga; I: irritação; S: sim; N: não; O: às vezes.

É importante ressaltar a diferença entre os sexos, pois é um fator que pode influenciar diretamente o desempenho de atletas do sexo feminino (DATSON et al., 2014). Observa-se que as mulheres estão mais susceptíveis a tais desconfortos devido às oscilações hormonais. Um estudo realizado com atletas do sexo feminino observou diferenças no rendimento de tais atletas durante a fase do ciclo menstrual. Esse fator, associado a modificações no hábito alimentar, como a restrição calórica, estresse e altas cargas de treinamento pode acarretar efeitos indesejáveis (BRENTANO et al., 2008 e MANORE, 2002).

O estresse promovido pela restrição calórica e aumento da carga de treinamento, aliado a uma expectativa pelo ótimo desempenho esportivo, tende a fazer com que as atletas busquem reduzir a gordura corporal, acarretando diversos efeitos negativos a seu organismo (ALVES, 2017).

Em modalidades onde a preocupação com a composição corporal é primordial, algumas atletas tendem a desenvolver distúrbios devido ao constante estresse, a alterações no hábito alimentar e a cargas de treinamento extenuantes. A Tríade da Mulher Atleta é um fato que

merece total atenção, principalmente em atletas jovens, o qual se refere a três condições clínicas, como o déficit energético relativo, podendo ser devido a distúrbios alimentares, dietas restritivas e outros; disfunção menstrual causada pelas alterações hormonais e baixa densidade mineral óssea, podendo interferir diretamente no mecanismo de recuperação de lesões; e até no desenvolvimento de patologias (Matzkin e Curry, 2015).

A restrição calórica é uma das grandes responsáveis por efeitos indesejáveis aos atletas. Sabe-se que uma nutrição adequada está diretamente relacionada ao bom desempenho físico; entretanto a restrição calórica pode ocasionar fadiga muscular precoce, pois os estoques de glicogênio estão comprometidos, uma vez que este é uma das principais fontes de energia durante a prática esportiva (CYRINO e ZUCAS, 1999). A fadiga muscular foi um dos desconfortos pré-pesagem relatados em grande proporção pelas mulheres do presente estudo. Além disso, a baixa ingestão de vitaminas e minerais, especialmente os antioxidantes, pode acarretar um aumento no acúmulo de radicais livres em seu corpo, levando ao estresse oxidativo e comprometendo ainda mais seu desempenho esportivo (ANDREATO et al., 2012).

Diante dos resultados, sugere-se que a restrição hídrica possa ser um dos métodos relacionados à ocorrência de tais desconfortos, pois os sintomas relatados pelos atletas do sexo feminino, tais como irritação, fadiga, dor muscular e dor de cabeça são característicos de desidratação (SCHWELLNUS, 2009).

Um estudo com atletas de Judô que competem em nível nacional também mostrou que a desidratação pode afetar diretamente o desempenho dos atletas, bem como sua saúde. Os atletas relataram fadiga, mudança de humor, anorexia e outros desconfortos durante a prática de perda de peso (LOPES et al., 2012).

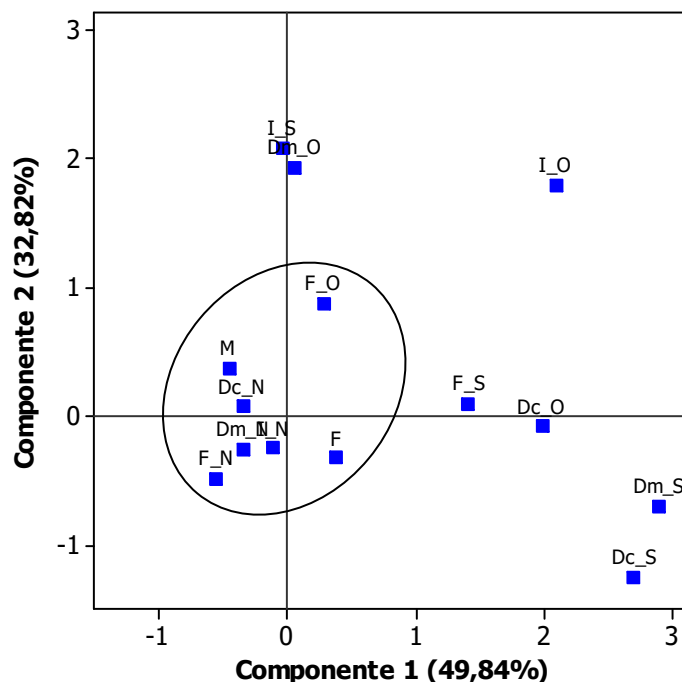
Os desconfortos para as mulheres no período pré-pesagem relatados neste estudo, como fadiga, irritação, dor muscular e dor de cabeça, são referenciados por Artioli, Franchini, Lancha Junior (2006) sobre esporte de combate de domínio, em que elucidam que a desidratação e a restrição calórica como prática de perda de peso acarretam tais efeitos.

Adicionalmente, outros efeitos relatados por esses autores incluem também queda na eficiência do sistema cardiorrespiratório, redução dos estoques de glicogênio muscular, aumento da acidose muscular devido a um desequilíbrio do sistema de tamponamento, alteração da temperatura corporal e dificuldade de termorregulação. Esses desconfortos estão diretamente ligados à perda de força, potência muscular e fadiga precoce, causando uma queda no desempenho do atleta e, assim, afetando sua *performance* durante a luta (ARTIOLI et al., 2007).

### **3.4 Desconfortos pós-pesagem**

Em relação aos desconfortos decorrentes da perda de peso no período pós-pesagem, ambos os sexos não apresentaram sintomas relevantes. Entretanto, fadiga (F\_O) foi relatada como um desconforto ocorrido de forma ocasional em alguns atletas, como mostra o Gráfico 4.

**Gráfico 4:** Mapa perceptual para determinação do desconforto pós-pesagem.



**Legenda:** M: masculino; F: feminino; Dc: dor de cabeça; Dm: dor muscular; F: fadiga; I: irritação; S: sim; N: não; O: às vezes.

Como relatado por grande parte dos atletas, não houve desconfortos pós-pesagem relevantes em ambos os sexos. Entretanto, supostamente, dados os levantamentos históricos das competições de Taekwondo, a fadiga se apresentou como um desconforto ocasional (F\_O), o que pode prejudicar fortemente o desempenho dos atletas nas competições.

Grande parte dos atletas continua realizando perdas bruscas de peso (59%), mesmo após a introdução da pesagem randômica, e, por esse motivo, podem não ter tempo suficiente para realizar reposições hídrica e energética adequadas no período pós-pesagem. Assim, com essa atitude, acredita-se, muitos acabam competindo com seus estoques energéticos e hídricos baixos, causando fadiga. Essa atitude pode interferir na *performance* durante a luta, uma vez que o atleta poderá realizar seu combate logo após a pesagem randômica e competir em vários momentos num mesmo dia.

#### 4 Conclusão

Observou-se que, mesmo com a pesagem randômica, muitos atletas apresentam perdas bruscas de peso corporal intencionalmente para lutarem em categorias mais leves. As estratégias

de perda de peso mais utilizadas entre as mulheres são a restrição calórica e o aumento da carga de treinamento. Entre os homens foram restrição calórica, aumento da carga de treinamento, uso de roupa térmica e sauna.

Os relatos dos atletas evidenciaram que os desconfortos pré-pesagem são os mais frequentes, principalmente em atletas do sexo feminino, como fadiga, irritação, dor muscular e dor de cabeça. Os desconfortos pós-pesagem foram pouco frequentes em ambos os sexos. Entretanto, a fadiga pode ocasionar desconforto de forma ocasional em alguns atletas de ambos os sexos após a pesagem.

Outro fator que merece atenção é que, devido à pesagem randômica, supõe-se que muitos atletas tendem a permanecer com tais estratégias até o dia da competição, podendo prejudicar o desempenho, uma vez que muitos iniciam sua participação na competição logo após a pesagem, não havendo tempo para a recuperação, além de realizarem vários combates num mesmo dia.

Por fim, ressalta-se a importância de acompanhamento nutricional para que haja adequado planejamento para perda de peso e, conseqüentemente, minimização de desconfortos e manutenção de desempenho esportivo do atleta nos períodos pré-competitivo e competitivo.

## Referências

- ALVES, F. O treino intensivo em nadadores e a “tríade da mulher atleta”. **Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física**, n. 30-31, p. 43-53, 2017.
- ANDREATO, L.V.; FRANCHINI, E.; MORAES, S.M.F.D.; ESTEVES, J.V.D.C; PASTÓRIO, J. J.; ANDREATO, T. V.; GOMES, T.L.M.; VIEIRA, J.L.L. Perfil Morfológico de Atletas de Elite de Brazilian Jiu-Jitsu. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Vol. 18. Num. 1. 2012. p.46-50.
- ARTIOLI, G.G.; FRANCHINI, E.; LANCHÁ JUNIOR, A.H. Perda de Peso em Esportes de Combate de Domínio: Revisão e Recomendações Aplicadas. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**. Vol. 8. Num. 2. 2006. p.92-101.
- ARTIOLI, G.G.; SCAGLIUSE, F.B.; POLACOW, V.O.; GUALANO, B.; LANCHÁ JUNIOR, A.H. Magnitude e Métodos de Perda Rápida de Peso em Judocas de Elite. **Revista de Nutrição**. Vol. 20. Num. 3. 2007. p.307-315.
- BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. **Lei Federal nº 8237**, Brasília, DF, 17 de setembro de 1991.
- BRASIL. Conselho Federal de Nutricionistas. Resolução nº 599, de 25 de fevereiro de 2018. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 182, abril, 2018.
- BRENTANO, M. A.; CADORE, E. L.; SILVA, E. M.; SILVA, R. F.; KRUEL, L. F. M. Estimativa de força máxima em exercícios de musculação baseados em parâmetros antropométricos de homens e mulheres fisicamente ativos. **Revista Brasileira de Motricidade**. Vol. 2, nº. 4, p. 294-301, 2008.
- BRIDGE, C., DA SILVA Santos, J. F., CHAABÈNE, H., PIETER, W. y FRANCHINI, E. (2014). Physical and physiological profiles of taekwondo athletes. **Sport Med**, 44(6), 713-733.
- BRITO et al. Methods of Body-Mass Reduction by Combat Sport Athletes. **Internacional Journal of Sport Nutrition and Exercise Metabolism**, v. 22, p. 89-97, 2012.

- COSTA, L. O. P.; SAMULKI, D. M. Overtraining em atleta de alto nível – uma revisão literária. **Revista Brasileira e Ciência e Movimento**. 2005. 13(2). p. 123-134.
- CYRINO E. S.; ZUCAS S. M. Influência da ingestão de carboidratos sobre o desempenho físico. **Revista da Educação Física/UEM**, 1999; 10:73-9.
- DATSON, N.; HULTON, A.; ANDERSSON, H.; LEWIA, T.; WESTON, M.; DRUST, B.; GREGSON, W. Applied physiology of female soccer: an update. **Sports Med**. Vol. 44. Num. 9. p.1225-1240. 2014.
- DINIZ R.; BRAGA L. C.; DEL VECCHIO F. B. Perda de peso rápida em jovens competidores de Taekwondo. **Scientia Medica**. 2014. 24(1): 54-60.
- DO NASCIMENTO, O. V.; ALENCAR, F. H. Perfil do estado nutricional do atleta adulto. **Fitness Performance Journal**. 2007. 6(4): 241-6.
- FABRINI, S. P.; BRITTO C. J.; MENDES E. L.; SABARENSE C. M.; MARINS J. C. B.; FRANCHINI E. Práticas de redução de massa corporal em judocas nos períodos pré competitivos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esportes**. 2010; 24(2): 165-177.
- FLEMING, S.; COSTARELLI, V. Eating behaviours and general practices used by Taekwondo players in order to make weight before competition. **Nutr. Food. Sci**. 2009; 39(1): 16-23.
- GONZÁLEZ-ALONSO J, CRANDALL C. G, JOHNSON J. M. The cardiovascular challenge of exercising in the heat. **J Physiol**. 2008; 586: 45-53.
- GREENACRE, M.; BLASIUS, J. Multiple Correspondence Analysis and Related Methods. Statistics in the Social and Behavioral Sciences Series, **Chapman & Hall/CRC**; 2006, 581p.
- LOPES, M. Q., MAZZOCANTE, R. P., BROWNE, R. A.V., BARTHOLOMEU NETO, J., SOTERO, R. C., SALES, M. M, et al. Estratégias de perda de peso em judocas de nível nacional. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, 2012;6:268---74.
- MANORE, M. M.; Dietary recommendations and athletic menstrual cycle. **Sports Med**. 2002; 32(14):887-901.
- MARTÍNEZ-ABELLÁN, A., CONESA-ROS, E., MORÁN-NAVARRO, R., PALLARÉS, J.G., de la CRUZ-SÁNCHEZ, E., ORTEGA, E. y LÓPEZ-GULLÓN, J.M. Diseño y validación de contenido de un cuestionario sobre Pérdida de Peso en Deportes de Combate (PPDC). **Cuadernos de Psicología del Deporte, Facultad de Ciencias del Deporte, Universidad de Murcia, Murcia, España**. vol. 16, 3, 113-122, 2016.
- MATZKIN, E., CURRY, E. J. WK. Female Athlete Triad: Past, Present, and Future. **J Am Acad Orthop Surg**. 2015;23(7):424–32.
- MOREIRA, C.A.M.; GOMES, A.C.V.; GARCIA, E.S.; RODRIGUES, L.O.C. Hidratação Durante o Exercício: A Sede é Suficiente? **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**. Vol. 12. Num. 6. 2006. p.405-409.
- NASCIMENTO, O. V.; ALENCAR, F. H. Perfil do estado nutricional do atleta adulto. **Fit Perf J**; 6 (4): 241-246, 2007.
- PERON, A.P.O.N.; ZAPRONHA FILHO, W.; GARCIA, L.S.; SILVA, A. W.; ALVAREZ, J.F.G. Perfil Nutricional de Boxeadores Olímpicos e Avaliação do Impacto da Intervenção Nutricional no Ajuste de Peso para as Categorias de Lutas. **Mundo Saúde**. Vol. 33. Num. 3. 2009. p.352-357.
- POOLE, C.; WILBORN, C.; TAYLOR, L.; KERKSICK, C. The role of post-exercise nutrient administration on muscle protein synthesis and glycogen synthesis. **Journal of Sports Science and Medicine**; 9: 354-363, 2010.
- RIBEIRO, J. P. S.; LIBERALI, R. Hidratação e Exercício Físico – Revisão Sistemática. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, 4 (24): 506-514, 2010.
- R CORE TEAM (2016). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <https://www.R-project.org/>.

ROSSI, L.; ABE, T.; Souza, L.; MARCHESAN, D.; MARTINS, R.; CARVALHO, L.; MENEGOTTO, K. Perfil antropométrico e nutricional de atletas de kung fu. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**; 9 (2): 83-89, 2010.

SCHWELLNUS, M. P. Cause of exercise associated muscle cramps (EAMC): altered neuromuscular control, dehydration or electrolyte depletion? **Br J Sports Med**; 43: 401-8, 2009.

SUNDGOT-BORGEN, J.; MEYER, N.L.; LOHMAN, T.G.; ACKLAND, T.R.; MAUGHAN, R.J.; STEWART, A.D.; MULLER, W. How to minimise the health risks to athletes who compete in weight-sensitive sports review and position statement on behalf of the Ad Hoc Research Working Group on Body Composition, Health and Performance, under the auspices of the IOC Medical Commission. **British Journal of Sports Science**. Vol. 47. Num. 16. 2013. p. 1012-1022.

ZANDONÁ, B.A.; MACEDO, A.C.G.; OLIVEIRA, C.S.; PERIN, S.C.; ALVES, R.C.; Smolarek, A.C.; Souza Junior, T.P.; Navarro, A.C. Consequências da rápida redução de peso corporal em atletas de esportes de combate e a importância da nutrição: uma revisão. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**. Vol. 12. Num. 70. 2018. p. 143-159.

WORLD TAEKWONDO, Competition Rules & Interpretation. C 2018. Página inicial. Disponível em <http://www.worldtaekwondo.org/wp-content/uploads/2018/06/Revision-WT-Competition-Rules-Interpretation-Hammamet-040520181.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2018.

Artigo recebido em: 26/06/2019

Artigo aceito para publicação em: 09/09/2019





## DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO DINÂMICO DE MONITORAMENTO DA CARGA NO BASQUETEBOL DE ALTO RENDIMENTO

### DEVELOPMENT OF A DYNAMIC LOAD MONITORING MODEL IN HIGH PERFORMANCE BASKETBALL

### DESARROLLO DE UN MODELO DINÂMICO DE MONITOREO DE CARGA EN BALONCESTO DE ALTO RENDIMIENTO

Bruno Teobaldo Campos<sup>1</sup>  
Paulo Alberto de Paula<sup>2</sup>  
José Ricardo Claudino Ribeiro<sup>3</sup>  
Cláudio Olívio Vilela Lima<sup>4</sup>

**Resumo:** No basquetebol as respostas de fadiga aguda e crônica impactam no desempenho e planejamento do treinamento a longo prazo. Dessa forma, o objetivo do presente estudo é demonstrar o monitoramento longitudinal das variáveis de carga e recuperação durante a temporada competitiva de uma equipe profissional e propor um modelo dinâmico de análise e tomada de decisão para o planejamento do treinamento. Os atletas foram submetidos a um monitoramento diário da carga durante 34 semanas. O monitoramento foi composto por variáveis neuromusculares, fisiológicas e perceptivas. A partir de uma análise de regressão múltipla, identificamos uma significância estatística da influência da carga e recuperação fisiológica no desempenho neuromuscular. A partir disso, foi proposto um modelo dinâmico de interpretação da carga e recuperação que permite ajustes diários no planejamento.

**Palavra-chave:** Basquetebol. Monitoramento da Carga. Variabilidade da Frequência Cardíaca. Salto com Contramovimento. Carga Interna.

**Abstract:** In basketball, acute and chronic fatigue responses have an affect on performance and long-term training planning. Thus, the objective of the present study is to demonstrate the longitudinal monitoring of the load and recovery variables during the competitive season of a professional team and to propose a dynamic model of analysis and decision making for training planning. Athletes were monitored daily for 34 weeks. The monitoring measures consisted of neuromuscular, physiological and perceptual variables.

---

<sup>1</sup> Mestre em ciências do esporte (UFMG) e fisiologista do Minas Tênis Clube (MTC). (bruno.campos@minastc.com.br)

<sup>2</sup> Especialista em fisiologia e nutrição esportiva (Passo 1 Uberlândia) e preparador físico de basquetebol do Minas Tênis Clube (MTC). (paulo.alberto@minastc.com.br)

<sup>3</sup> Mestre em ciências da educação (FMH Lisboa) e gerente multidisciplinar do Minas Tênis Clube (MTC). (jose.ricardo@minastc.com.br)

<sup>4</sup> Mestre em ciências do esporte (UFMG) e coordenador das ciências do esporte do Minas Tênis Clube (MTC). (claudio.olivio@minastc.com.br)

From a multiple regression analysis, we identified a statistical significance of the influence of load and physiological recovery on neuromuscular performance. From this, it was proposed a dynamic model of load and recovery interpretation that allows daily adjustments in planning.

**Keywords:** Basketball. Monitoring training load. Heart rate variability. Counter movement jump. Internal load.

**Resumen:** En el baloncesto, las respuestas de fatiga aguda y crónica afectan el rendimiento y la planificación del entrenamiento a largo plazo. Por lo tanto, el objetivo del presente estudio es demostrar el monitoreo longitudinal de las variables de carga y recuperación durante la temporada competitiva de un equipo profesional y proponer un modelo dinámico de análisis y toma de decisiones para la planificación del entrenamiento. Los atletas fueron monitoreados diariamente durante 34 semanas. Las medidas de monitoreo consistieron en variables neuromusculares, fisiológicas y perceptivas. A partir de un análisis de regresión múltiple, identificamos una significación estadística de la influencia de la carga y la recuperación fisiológica en el rendimiento neuromuscular. A partir de esto, se propuso un modelo dinámico de interpretación de carga y recuperación que permite ajustes diarios en la planificación.

**Palabras clave:** Baloncesto. Monitoreo de carga de entrenamiento. Variabilidad de la frecuencia cardíaca. salto de contraataque. Carga interna.

## 1 Introdução

O basquetebol é considerado um esporte intermitente de alta intensidade que requer a utilização do metabolismo aeróbico e anaeróbico, no qual o metabolismo aeróbico predomina durante as ações de baixa intensidade, enquanto o metabolismo anaeróbico (lático e alático) se mostra importante durante as ações de alta intensidade essenciais para um desempenho de sucesso no jogo (CASTAGNA et al., 2010; HOFFMAN et al., 2000; NARAZAKI et al., 2009). As ações de alta intensidade durante o jogo dependem da resposta neuromuscular dos membros inferiores, demonstrada pela elevada quantidade de saltos por jogo, cerca de,  $44 \pm 7$  saltos ao longo da partida (BEN ABDELKRIM et al., 2007; PLIAUGA et al., 2015) e podendo chegar a 105 *sprints* em uma partida oficial, percorrendo de 952 a 1.329 metros em altas velocidades (TAYLOR et al., 2017). Nesse sentido, uma partida de basquetebol pode ocasionar respostas de fadiga agudas e crônicas que perturbam o processo recuperativo.

Essas respostas pós-jogo são inerentes ao processo de treinamento e precisam ser contempladas no planejamento e nas tomadas de decisão. A aplicação da carga de treinamento ocasiona também respostas de fadiga agudas e crônicas, que podem influenciar o desempenho e aumentar o risco de lesões. Um estudo prévio que investigou a relação da carga de treinamento com lesões em atletas de alto rendimento mostrou que picos de variações semanais superiores a 15% da carga interna (CI) podem representar um aumento no risco de lesões em atletas

(GABBETT, 2016).

Como explicitado acima, faz-se necessário um processo de registro e monitoramento das respostas fisiológicas da carga de treinamento com propósitos de se alcançar o melhor rendimento esportivo. Com avanços na tecnologia a partir do início da década de 1980 (monitores de frequência cardíaca por telemetria, analisadores bioquímicos portáteis, analisadores de gases respiratórios, analisadores de movimento - GPS), a comunidade científica conseguiu fornecer melhores biomarcadores das respostas fisiológicas e mecânicas durante os treinamentos e as competições (FOSTER et al., 2017), como creatina quinase, imunoglobulinas, relação testosterona-cortisol, concentração de amônia, ureia, variabilidade da frequência cardíaca, entre outros (CARDINALE & VARLEY, 2017; HEIDARI et al., 2018; LEE et al., 2017).

Nesse contexto, tem-se utilizado o monitoramento da resposta do sistema nervoso autônomo (SNA) através da variabilidade da frequência cardíaca (VFC) a fim de controlar a recuperação e adaptação utilizando uma ferramenta não invasiva (BUCHHEIT, 2014), rápida e imparcial em relação ao avaliador e ao avaliado. A VFC descreve matematicamente as oscilações dos intervalos entre batimentos cardíacos consecutivos (intervalos R-R) e depende do controle do SNA sobre o nódulo sinusal (TASK FORCE, 1996). A VFC se relaciona com a fadiga mental (MIZUNO et al., 2011; 2014), com respostas ao treinamento de força (PANISSA et al., 2016), com o treinamento aeróbico (NAKAMURA et al., 2005), com a adaptação à carga de treinamento em esportes coletivos (NAKAMURA et al., 2015) e com a recuperação à carga de treino (BUCHHEIT et al., 2007; CATALDO et al., 2016; NAKAMURA et al., 2016). Além da identificação da associação entre a VFC e respostas agudas à carga de treinamento, já foram encontradas evidências de maior evolução do desempenho aeróbico em atletas que modularam a carga de treinamento a partir das respostas de VFC (VESTERINEN et al., 2016). Entretanto, a utilização da VFC como ferramenta de controle da recuperação às variações da carga de treinamento não responde adequadamente a todas as situações, e discute-se se esta variável é capaz de identificar todas as formas de manifestação da fadiga (BELLENGER et al., 2016) e se pode ser utilizada como variável para tomada de decisão de direção da carga de treinamento.

Outra ferramenta, comumente utilizada como biomarcador de recuperação e fadiga, é a avaliação da altura de salto com contramovimento (SCM), que reflete o desempenho de força explosiva (TWIST & HIGHTON, 2013). O desempenho do SCM é influenciado diretamente pelo ciclo de alongamento-encurtamento (CAE), que, por sua vez, pode ser afetado pela fadiga. Essa redução de desempenho em decorrência da fadiga observada no CAE pode ser afetada por modificações agudas em fatores centrais e periféricos, mas também pode ser influenciado por fatores estruturais, sendo mostrado que, de 24 a 72 horas após a última sessão de treinamento, pode estar associado a processos inflamatórios ligados ao dano muscular (CLAUDINO et al., 2012; KOMI, 2000; NICOL et al., 2006). Nesse sentido, estudos prévios investigaram a

utilização dessa variável como uma ferramenta de monitoramento em diversos esportes e verificaram que as medidas relacionadas ao desempenho do SCM se mostraram eficazes para identificar variações no desempenho após os jogos durante períodos competitivos (CORMACK et al., 2008; OLIVER et al., 2015; RONGLAN et al., 2006; SPITERI et al., 2013).

Com explicitado acima, a literatura tem considerado a VFC como um possível marcador de recuperação e o SCM como um marcador de desempenho afetado pela fadiga. Mas, no processo de monitoramento, necessita-se de uma variável que registre a variação da carga percebida pelos atletas ao longo do tempo, sendo que o monitoramento da carga de treinamento acontece através da mensuração da carga interna e/ou da carga externa. A carga externa pode ser entendida como o trabalho completado pelo atleta medido independentemente da sua característica interna (WALLACE et al., 2009). Já a carga interna de treinamento é representada pelo estresse fisiológico imposto ao atleta e pode ser avaliada através do produto da Percepção Subjetiva de Esforço da sessão de treinamento pela duração total da sessão de treinamento, em minutos (FOSTER, 1998).

Contudo, a literatura não demonstrou até o momento como deveriam ser as tomadas de decisão a partir de oscilação dessas variáveis de monitoramento da carga ao longo de uma temporada competitiva com o objetivo de manter o desempenho próximo do máximo na maior parte do tempo. Dessa forma, o objetivo do presente estudo é, a partir de uma análise observacional de uma temporada competitiva de uma equipe de basquetebol profissional, demonstrar o comportamento longitudinal das variáveis, suas respectivas associações e a dinâmica de análise em um cenário real do esporte de alto rendimento. Com base nestes dados, pretende-se propor o nível de influência das variáveis de carga e recuperação no desempenho (SCM) e propor um modelo dinâmico de interação entre o monitoramento da carga e o planejamento das atividades em longo prazo.

## **2 Método**

### *Sujeitos*

A amostra deste estudo foi composta por 10 atletas profissionais de basquetebol do sexo masculino (idade,  $27,9 \pm 5,3$  anos; altura,  $196,0 \pm 8,7$  cm; massa corporal  $96,3 \pm 15,7$  kg; percentual de gordura,  $9,7 \pm 2,8\%$ ), que disputaram o principal campeonato da modalidade no Brasil.

### *Desenho Experimental*

Os atletas passaram por uma pré-temporada de 14 semanas, sendo que a temporada completa teve uma duração de 34 semanas, consistindo em treinamento técnico-tático e treinamento físico. Durante o estudo os atletas realizaram saltos com contramovimento (SCM) antes do primeiro treino da semana e mediram a VFC três vezes por semanas antes do primeiro treino do dia. Além disso, após o início da temporada competitiva, os atletas voltavam a treinar aproximadamente 48 horas após os jogos, sendo realizadas as medidas sempre a partir deste

momento.

Sessões de treinamento técnico-tático ocorreram uma ou duas vezes por dia, com média de nove sessões por semana. Enquanto as sessões de treinamento físico ocorreram uma vez por dia, com média de cinco sessões por semana. As medidas de percepção de recuperação e esforço foram realizadas antes e após o término de cada sessão de treinamento respectivamente, bem como o registro da duração de cada sessão. Os atletas estavam familiarizados com todos os procedimentos.

#### *Procedimentos*

**Carga Interna** – A percepção subjetiva de esforço da sessão (PSEs) (FOSTER, 1998) é mensurada através de uma escala que abrange o intervalo de 0 a 10, sendo o número 0 associado ao repouso, e o número 10 associado ao esforço máximo. A partir desse resultado, a carga interna de treinamento foi calculada, determinada pelo produto entre o valor indicado na escala e a duração do treinamento em minutos. O valor resultante foi expresso em unidades arbitrárias. Dessa forma, as unidades arbitrárias de cada sessão de treinamento foram registradas e, ao final da semana, as cargas de cada unidade de treino foram somadas, obtendo-se a carga interna total semanal.

**Salto com contramovimento (SCM)** – Para medir a potência muscular dos membros inferiores, o SCM foi realizado em uma placa de contato denominada Plataforma Jumpstest® (Hidrofit Ltda, Brasil) de 50x60cm, conectada ao software Multisprint® (Hidrofit Ltda, Brasil). Os atletas fizeram 3 tentativas com pausa de 15 segundos entre elas, registrando a altura de cada SCM. A análise dessa variável foi realizada pelo maior valor alcançado entre os três saltos. O atleta posicionou-se sobre o tapete de contato com os pés paralelos, com as mãos apoiadas na crista ilíaca, a cabeça para cima e o olhar para frente. Os atletas foram instruídos a não retirar a mão dessa posição a qualquer momento durante o salto e que os joelhos deveriam ser estendidos durante a fase de voo. Ao ouvir o comando "saltar", o indivíduo flexionou o joelho na medida em que ele se sentiu mais confortável e saltou imediatamente para cima o mais alto possível. Durante o teste foram considerados apenas saltos que atendiam a esses requisitos.

**Variabilidade da Frequência Cardíaca (VFC)** – As medidas da VFC foram realizadas antes da primeira sessão de treinamento. Os voluntários permaneceram deitados em decúbito dorsal e foram instruídos a permanecer calmos e quietos com respiração espontânea e com mínimo movimento corporal. Um cardiofrequencímetro (Polar® RS810i, Finlândia) foi utilizado para aquisição de dados. Os dados foram exportados para o Polar Precision Performance Software (Polar Electro Oy) e os intervalos RR foram exportados em formato ASCII para posterior análise. Os intervalos RR foram analisados no *software* de análise Kubios HRV, versão 2.0 (Biosignal Analysis e Medical Imaging Group - Universidade de Kuopio, Kuopio, Finlândia). Todos os dados foram inspecionados visualmente para remover batimentos ectópicos e, quando identificados, o filtro "low" do software Kubios foi utilizado (os intervalos

analisados não tinham mais do que 3% da seção removida) (TARVAINEN et al., 2014). Essas seções removidas manualmente foram substituídas pela interpolação dos intervalos RR adjacentes (TASK FORCE, 1996).

A variável da VFC analisada no domínio do tempo foi a raiz quadrada da soma dos quadrados dos intervalos RR adjacentes (simbolizada pela sigla RMSSD – Figura 1). Foi realizado um registro de 5 minutos sendo que os últimos 2 minutos foram utilizados para análise (BUCHHEIT, 2014). Para análise ao longo das semanas, a média das 3 gravações foi calculada com base em um estudo anterior que demonstrou ser a melhor maneira de realizar a análise (NAKAMURA et al., 2015).

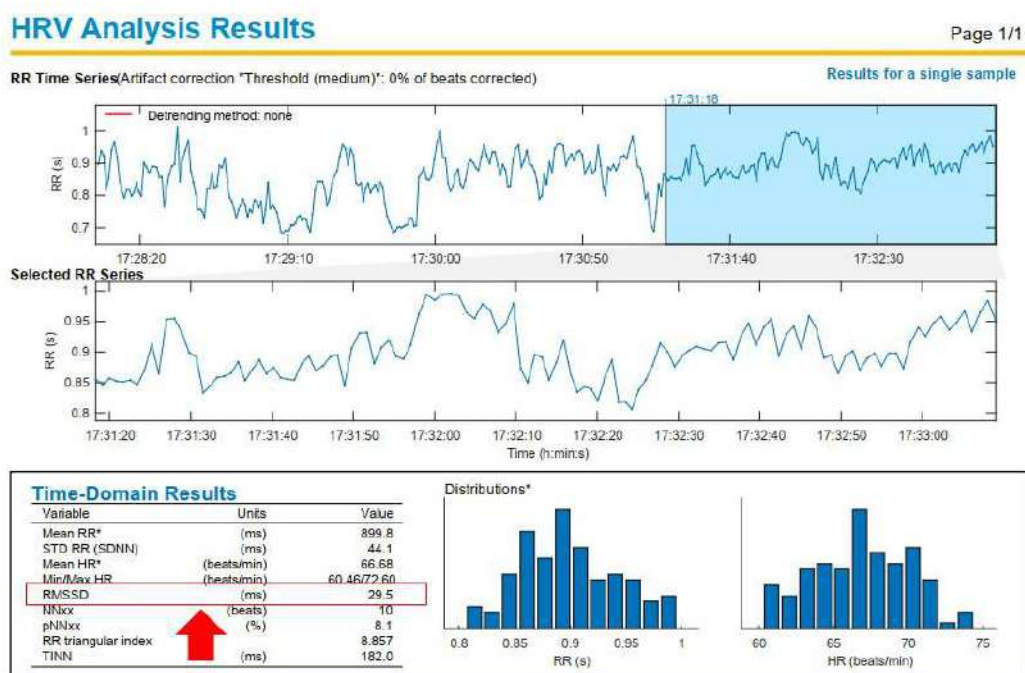
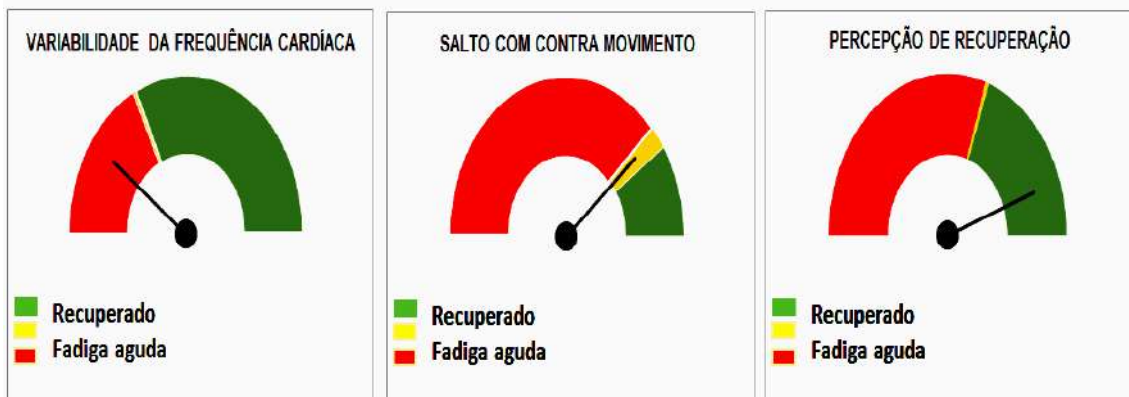


Figura 1 – Exemplo de Dashboard para análise da VFC no programa Kubios.

Percepção de Recuperação (PSR) – A percepção de recuperação era coletada diariamente através de uma escala que variava de 6 a 20, na qual o número 6 era ancorado pela frase “muito mal recuperado”, e o 20, “muito bem recuperado”.

Dinâmica do Monitoramento – A cada inserção de dado no sistema de monitoramento, o *dashboard* de cada atleta é atualizado para que os integrantes da comissão técnica e a equipe multidisciplinar possam acompanhar e avaliar o cenário atual de forma quase que instantânea, conforme o comportamento de cada atleta, ilustrado na Figura 2. O limite inferior (início da faixa vermelha, à esquerda de cada painel) se refere ao pior valor da variável no intervalo de tempo do “janelamento”, neste caso, quatro semanas; a outra extremidade, verde, simboliza o

melhor valor da variável no mesmo período; e a faixa central é o intervalo da Mínima Diferença Detectável (HOPKINS et al., 2009), onde não seria possível inferir melhoria ou piora do comportamento.



**Figura 2** – Exemplo de dashboard individual da VFC, SCM e da PSR.

Com base na interação destas variáveis, somada ao comportamento da carga interna, a equipe técnica promoverá os ajustes necessários a cada circunstância que se apresenta.

#### *Análise Estatística*

Foi verificada inicialmente a normalidade e homocedasticidade dos dados obtidos através dos testes Shapiro-Wilk e Levene. Os dados foram descritos em média  $\pm$  desvio padrão. Todas as variáveis foram transformadas em percentual do seu valor máximo. A cada entrada de dado esse valor era atualizado em relação ao novo máximo, caso houvesse, em intervalos de 8 semanas. Foi realizada a correlação de Pearson para testar a associação entre as variáveis e uma análise de regressão múltipla utilizando como variável dependente o desempenho no SCM e como variáveis independentes os dados de carga interna, VFC, minutos jogados e percepção de recuperação. Adotou-se um nível de significância de  $p \leq 0,05$ . Todos os dados foram plotados e analisados pelo pacote estatístico SPSS, versão 20.0.

### **3 Resultados**

Todas as variáveis apresentaram normalidade e homocedasticidade ( $p > 0,05$ ). A Figura 3 apresenta o comportamento da carga interna total semanal e do tempo jogado total na semana. A Figura 4 apresenta o comportamento das variáveis de recuperação coletadas semanalmente (VFC, SCM PSR).

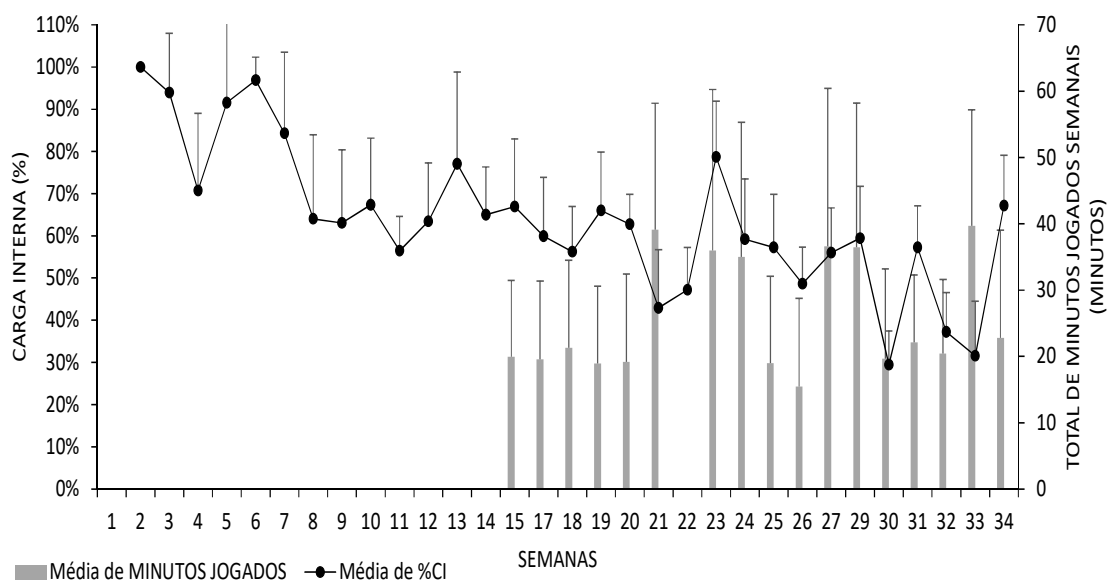


Figura 3 – Variáveis de carga e tempo de jogo (média ± desvio padrão).

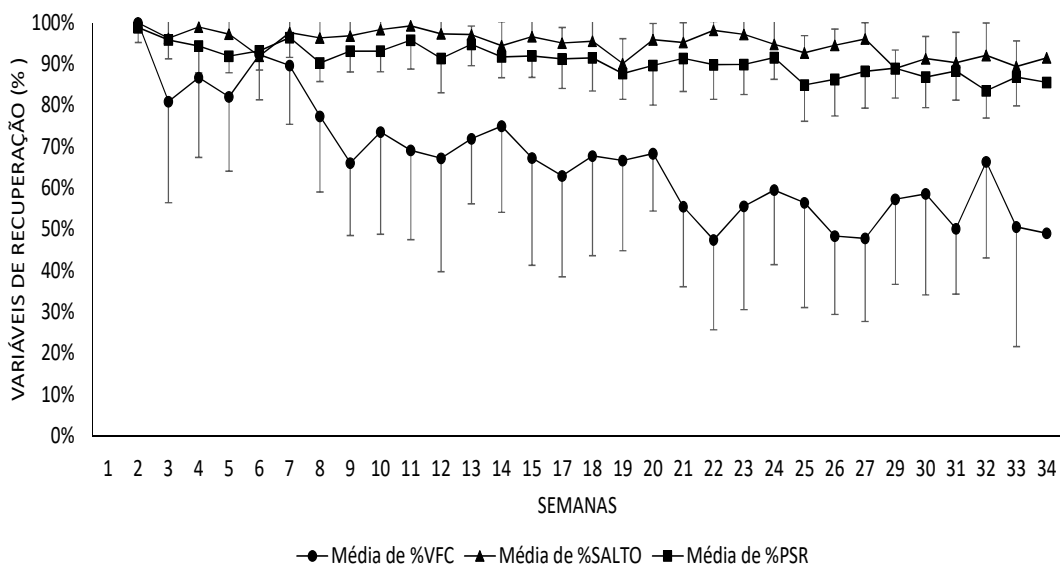


Figura 4 – Variáveis de recuperação ao longo do tempo (média ± desvio padrão).

Tabela 1 – Correlação entre SCM e variáveis de carga e recuperação

Correlação	Carga Interna	Minutos Jogados	VFC	PSR
<i>r</i>	0,39*	-0,34	0,74*	-0,08
<i>p</i>	0,02	0,12	0,001	0,62

Fonte: Próprio autor. \**p* < 0,05.





#### 4 Discussão

O objetivo do presente estudo foi avaliar o nível de influência das variáveis de carga e recuperação no desempenho do SCM e propor um modelo dinâmico de interação e análise entre o monitoramento da carga e o planejamento em longo prazo. A hipótese era que o desempenho no SCM sofreria alterações significativas a partir das variações de carga e recuperação, atingindo valores maiores nas semanas com menor carga e tempo de jogo e maior VFC e PSR. A nossa hipótese foi confirmada, mas foram excluídas do modelo de influência o tempo de jogo e a PSR. A primeira por parecer excessivamente generalista para refletir o desgaste individual; e a segunda, pela limitação do próprio instrumento.

Esperava-se que o tempo de jogo seria uma variável que influenciaria na altura do SCM devido ao efeito da fadiga pós-jogo para o atleta que jogou mais tempo. Contudo, resultados inconsistentes são relatados na literatura para a altura do SCM após os jogos durante períodos competitivos de diversos esportes, visto que alguns autores não encontraram diferenças significativas para esta variável nesta fase (GIBSON et al., 2016; SPITERI et al., 2013), enquanto outros autores observaram um decréscimo na altura do SCM (DELESTRAT et al., 2012; OLIVER et al., 2015; RONGLAN et al., 2006). O mesmo acontece com o tempo necessário para a recuperação do desempenho neuromuscular após uma partida de basquetebol, já que Pliuga et al. (2015) demonstraram em jogadores universitários que jogar uma partida completa de basquetebol pode provocar alterações negativas na altura do SCM 24 horas após o término, o que não foi observado 48 horas após os jogos. Por outro lado, Chatzinikolaou et al. (2014) mostraram uma redução no desempenho da altura do SCM 48 horas após o jogo. Diante disso, o desempenho neuromuscular pode ser afetado depois de um jogo de basquetebol por diferentes períodos, conforme demonstrado na literatura e elucidada a tendência revelada no presente estudo através da correlação negativa, porém o tempo necessário para a recuperação total ainda é incerto e multifatorial, exigindo futuras investigações para esclarecer esse processo.

Apesar da inconsistência dos estudos em demonstrar a utilização do SCM como marcador de fadiga e recuperação, esta medida é consolidada na literatura enquanto ferramenta de controle em longo prazo do desempenho de potência neuromuscular, sendo uma variável de desempenho específica dentro do contexto de jogo do basquetebol (BEN ABDELKRIM et al., 2007; PLIUGA et al., 2015). Dessa forma, o presente estudo avança dentro das informações contidas na literatura ao demonstrar que maiores valores de VFC levam a aumentos do desempenho de SCM. A VFC mensurada através do parâmetro RMSSD (que mensura a variância do intervalo R-R) é descrita na literatura como a “medida mais confiável e aplicável para o monitoramento diário” (PLEWS et al., 2013), sendo linearmente associada ao *overreaching* não funcional (BUCHHEIT, 2014). Contudo, alguns autores argumentaram da

possibilidade de a VFC ser um indicador de fadiga geral (SCHMITT et al., 2015). Nesse sentido, um estudo com nadadores demonstrou que as mudanças na VFC podem estar associadas à percepção da qualidade do sono, fadiga, estresse ou humor, mas pouco associada à dor muscular tardia. Além disso, este estudo verificou que essa associação é variável entre indivíduos, demonstrando que alterações perceptivas influenciam de formas diferentes a resposta autonômica (FLATT et al., 2018). Portanto, o presente estudo demonstra que o monitoramento da “fadiga geral” pode auxiliar na manutenção de um elevado desempenho de potência.

O presente estudo também fortalece a hipótese de que elevadas cargas gerais de treinamento podem estar associadas a reduções do desempenho de potência. Foi demonstrado na literatura que a carga interna mensurada através do produto entre PSEs e duração do treinamento é um instrumento sensível para averiguar diferenças no volume e na intensidade dos treinamentos durante o período competitivo no basquetebol (AOKI et al., 2016). Assim, semanas com menor carga interna poderiam representar uma menor fadiga acumulada no momento pré-jogo, ocasionando uma menor queda no desempenho do SCM após o jogo. Markwick (2015) não encontrou uma relação entre a carga interna medida através de PSEs com o desempenho em saltos verticais durante uma temporada competitiva de 27 semanas com atletas profissionais da primeira divisão australiana de basquetebol. Nesta investigação, contudo, demonstramos a associação inversa entre as variáveis. Este efeito pode ter ocorrido devido a transformação das variáveis em percentual do máximo, que pode ter reduzido a variância intramostral, e permitido uma melhor associação entre as variáveis. Além disso, usamos a carga interna considerando também o volume (tempo) das atividades que originaram as PSEs.

É importante ressaltar as diferentes demandas de cada posição no jogo, conforme descrito por Svilar et al. (2018), que observou diferentes cargas internas e externas para as diferentes posições durante a temporada competitiva de atletas profissionais de basquetebol, evidenciando uma maior quantidade de ações em alta intensidade em armadores e alas do que em pivôs. Outros autores também já demonstraram essa relação através da análise de medidas de tempo durante os jogos (BEN ABDELKRIM et al., 2007; TORRES-RONDA et al., 2016). As diferentes demandas durante a partida podem influenciar a resposta de recuperação após o jogo. Segundo Ben Abdelkrim et al. (2007), as respostas de frequência cardíaca são significativamente menores durante o segundo e o quarto período do jogo, salientando uma menor quantidade de atividades em alta intensidade durante essas fases da partida. Diante disso, jogadores que jogam uma maior quantidade de minutos durante o segundo e o quarto período podem realizar cargas internas e externas diferentes de jogadores com mais minutos jogados durante o primeiro e o terceiro período. Portanto, a não associação entre a quantidade de minutos jogados durante a partida e a alteração do desempenho pode ter sido influenciada pelas

diferentes demandas proporcionadas pela dinâmica do jogo e posições dos jogadores.

## 5 Conclusão

A partir dos dados apresentados neste estudo, de que a VFC e a Carga Interna podem influenciar o desempenho de salto, foi proposto um modelo dinâmico de monitoramento da carga (Figura 5). Neste modelo a VFC seria o sinal para alteração da carga, e o teste de SCM a medida de desempenho para verificação da necessidade de mudança ou não da característica da carga. O nosso estudo não encontrou evidências de que as respostas de percepção de recuperação e o tempo jogado podem auxiliar na manutenção ou evolução do desempenho de potência. Sendo assim, treinadores e preparadores físicos podem utilizar dados fisiológicos (VFC), perceptivos (CI) e neuromusculares (SCM) para ajustar o planejamento de equipes de basquetebol de alto rendimento e garantir que os atletas estejam no melhor nível de desempenho em momentos decisivos.

## Referências

- AOKI, M. S. et al. Monitoring training loads in professional basketball players engaged in a periodized training program. **The Journal of Strength & Conditioning Research**, v. 31, n. 2, p. 348-358, 2017.
- BELLENGER, C. R. et al. Monitoring Athletic Training Status Through Autonomic Heart Rate Regulation : A Systematic Review and Meta-Analysis. **Sports Medicine**, v. 46, n. 10, p. 1461–1486, 2016.
- BEN ABDELKRIM, N. et al. Time-motion analysis and physiological data of elite under-19-year-old basketball players during competition \* Commentary. **British Journal of Sports Medicine**, v. 41, n. 2, p. 69–75, fev. 2007.
- BUCHHEIT, M. Monitoring training status with HR measures: Do all roads lead to Rome? **Frontiers in Physiology**, v. 5, p. 1–19, 2014.
- BUCHHEIT, M.; LAURSEN, P. B.; AHMAIDI, S. Parasympathetic reactivation after repeated sprint exercise. **American journal of physiology. Heart and circulatory physiology**, v. 293, n. 1, p. H133–H141, 2007.
- CARDINALE, Marco; VARLEY, Matthew C. Wearable training-monitoring technology: applications, challenges, and opportunities. **International journal of sports physiology and performance**, v. 12, n. Suppl 2, p. S2-55-S2-62, 2017.
- CASTAGNA, C. et al. Validity of an On-Court Lactate Threshold Test in Young Basketball Players. **Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 24, n. 9, p. 2434–2439, set. 2010.
- CATALDO, A. et al. Influences of baseline heart rate variability on repeated sprint performance in young soccer players. **The Journal of Sports Medicine and Physical Fitness**, v. 56, n. 4, p. 491–6, 2016.
- CHATZINIKOLAOU, A. et al. The microcycle of inflammation and performance changes after a basketball match. **Journal of Sports Sciences**, v. 32, n. 9, p. 870–882, maio 2014.
- CLAUDINO, J. et al. Pre Vertical Jump Performance to Regulate the Training Volume. **International Journal of Sports Medicine**, v. 33, n. 02, p. 101–107, fev. 2012.
- CORMACK, S. J. et al. Neuromuscular and Endocrine Responses of Elite Players During an Australian Rules Football Season. **International Journal of Sports Physiology and Performance**, v. 3, p. 439–453, 2008.

- DELEXTRAT, A.; TROCHYM, E.; CALLEJA-GONZÁLEZ, J. Effect of a typical in-season week on strength jump and sprint performances in national-level female basketball players. **The Journal of sports medicine and physical fitness**, v. 52, n. 2, p. 128–36, abr. 2012.
- FLATT, A. A.; ESCO, M. R.; NAKAMURA, F. Y. Association between Subjective Indicators of Recovery Status and Heart Rate Variability among Division-1 Sprint-Swimmers. **Sports**, v. 6, n. 93, p. 1–9, 2018.
- FOSTER, C. Monitoring training in athletes with reference to overtraining syndrome. **Medicine and science in sports and exercise**, v. 30, n. 7, p. 1164–8, jul. 1998.
- FOSTER, C.; RODRIGUEZ-MARROYO, J. A.; DE KONING, J. J. Monitoring training loads: the past, the present, and the future. **International journal of sports physiology and performance**, v. 12, n. Suppl 2, p. S2-2-S2-8, 2017.
- GABBETT, T. J. The training—injury prevention paradox: should athletes be training smarter and harder?. **Br J Sports Med**, v. 50, n. 5, p. 273-280, 2016.
- GIBSON, N. E.; BOYD, A. J.; MURRAY, A. M. Countermovement Jump is Not Affected During Final Competition Preparation Periods in Elite Rugby Sevens Players. **Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 30, n. 3, p. 777–783, mar. 2016.
- HEIDARI, J. et al. Multidimensional monitoring of recovery status and implications for performance. **International Journal of Sports Physiology and Performance**, p. 1–24, 2018.
- HOFFMAN, J. R. et al. A Comparison Between the Wingate Anaerobic Power Test to Both Vertical Jump and Line Drill Tests in Basketball Players. **The Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 14, n. 3, p. 261, 2000.
- HOPKINS, W. G. et al. Progressive statistics for studies in sports medicine and exercise science. **Medicine and Science in Sports and Exercise**, v. 41, n. 1, p. 3–12, 2009.
- KOMI, P. V. Stretch-shortening cycle: a powerful model to study normal and fatigued muscle. **Journal of Biomechanics**, v. 33, p. 1197–1206, 2000.
- LEE, E. C. et al. Biomarkers in sports and exercise: Tracking health, performance, and recovery in athletes. **Journal of strength and conditioning research**, v. 31, n. 10, p. 2920–2937, 2017.
- MARKWICK, W. **Training load quantification in professional Australian basketball and the use of the reactive strength index as a monitoring tool**. [s.l.: s.n.]. 2015
- MIZUNO, K. et al. Mental fatigue caused by prolonged cognitive load associated with sympathetic hyperactivity. **Behavioral and brain functions**, v. 7, n. 17, p. 1–7, 2011.
- MIZUNO, K. et al. Fatigue correlates with the decrease in parasympathetic sinus modulation induced by a cognitive challenge. **Behavioral and brain functions**, v. 10, n. 1, p. 25, 2014.
- NAKAMURA, F. Y. et al. Alteração do limiar de variabilidade da frequência cardíaca após treinamento aeróbio de curto prazo. **Motriz**, v. 11, n. 1, p. 1–9, 2005.
- NAKAMURA, F. Y. et al. Ultra-Short-Term Heart Rate Variability is Sensitive to Training Effects in Team Sports Players. **Journal of sports science & medicine**, v. 14, n. 3, p. 602–605, 2015.
- NAKAMURA, F. Y. et al. Monitoring weekly heart rate variability in futsal players during the preseason: the importance of maintaining high vagal activity. **Journal of Sports Sciences**, v. 34, n. 24, p. 2262–2268, 2016.
- NARAZAKI, K. et al. Physiological demands of competitive basketball. **Scandinavian Journal of Medicine & Science in Sports**, v. 19, n. 3, p. 425–432, jun. 2009.
- NICOL, C.; AVELA, J.; KOMI, P. V. The stretch-shortening cycle : a model to study naturally occurring neuromuscular fatigue. **Sports medicine**, v. 36, n. 11, p. 977–99, 2006.
- OLIVER, J. L.; LLOYD, R. S.; WHITNEY, A. Monitoring of in-season neuromuscular and perceptual fatigue in youth rugby players. **European Journal of Sport Science**, v. 15, n. 6, p. 514–522, ago. 2015.

- PANISSA, V. L. G. et al. High-intensity intermittent exercise and its effects on heart rate variability and subsequent strength performance. **Frontiers in Physiology**, v. 7, p. 1–7, 2016.
- PLEWS, D. J. et al. Training Adaptation and Heart Rate Variability in Elite Endurance Athletes : Opening the Door to Effective Monitoring. **Sports Medicine**, v. 43, n. 9, p. 773–781, 2013.
- PLIAUGA, V. et al. The Effect of a Simulated Basketball Game on Players' Sprint and Jump Performance, Temperature and Muscle Damage. **Journal of human kinetics**, v. 46, p. 167–75, jun. 2015.
- RONGLAN, L. T.; RAASTAD, T.; BORGESSEN, A. Neuromuscular fatigue and recovery in elite female handball players. **Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports**, v. 16, n. 4, p. 267–273, ago. 2006.
- SCHMITT, L.; REGNARD, J.; MILLET, G. P. Monitoring Fatigue Status with HRV Measures in Elite Athletes : An Avenue Beyond RMSSD ? **Frontiers in Physiology**, v. 6, p. 1–3, 2015.
- SPITERI, T. et al. Monitoring neuromuscular fatigue in female basketball players across training and game performance. **ECU Publications 2013**, jan. 2013.
- SVILAR, L. et al. Positional Differences in Elite Basketball: Selecting Appropriate Training - Load Measures. **International Journal of Sports Physiology and Performance**, p. 1–24, jan. 2018.
- TARVAINEN, M. P. et al. Kubios HRV - Heart rate variability analysis software. **Computer Methods and Programs in Biomedicine**, v. 113, n. 1, p. 210–220, 2014.
- TASK FORCE. Heart rate variability - Standards of measurement, physiological interpretation, an clinical use. **European Heart Journal**, v. 17, p. 354–381, 1996.
- TAYLOR, J. B. et al. Activity Demands During Multi-Directional Team Sports: A Systematic Review. **Sports Medicine**, v. 47, n. 12, p. 2533–2551, 2017.
- TORRES-RONDA, L. et al. Position-Dependent Cardiovascular Response and Time-Motion Analysis During Training Drills and Friendly Matches in Elite Male Basketball Players. **Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 30, n. 1, p. 60–70, jan. 2016.
- TWIST, C.; HIGHTON, J. Monitoring fatigue and recovery in rugby league players. **International journal of sports physiology and performance**, v. 8, n. 5, p. 467–74, set. 2013.
- VESTERINEN, V. et al. Individual endurance training prescription with heart rate variability. **Medicine and science in sports and exercise**, v. 48, 2016.
- WALLACE, L. K.; SLATTERY, K. M.; COUTTS, A. J. The Ecological Validity and Application of the Session-RPE Method for Quantifying Training Loads in Swimming. **Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 23, n. 1, p. 33–38, jan. 2009.

Artigo recebido em: 26/06/2019

Artigo aceito para publicação em: 09/09/2019



**CRIAÇÃO DO CONHECIMENTO NAS FEDERAÇÕES OLÍMPICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: FONTES DE INFORMAÇÕES E AGENTES EXTERNOS UTILIZADOS NA OBTENÇÃO DO CONHECIMENTO**

**CREATION OF KNOWLEDGE IN THE OLYMPIC FEDERATIONS OF THE STATE OF SÃO PAULO: SOURCES OF INFORMATION AND EXTERNAL AGENTS USED FOR OBTAINING KNOWLEDGE**

**CREACIÓN DEL CONOCIMIENTO EN LAS FEDERACIONES OLÍMPICAS DEL ESTADO DE SÃO PAULO: FUENTES DE INFORMACIÓN Y AGENTES EXTERNOS UTILIZADOS EN LA OBTENCIÓN DEL CONOCIMIENTO**

Alexandre Ribeiro Arantes<sup>1</sup>  
Ivan Furegato Moraes<sup>2</sup>  
Flávia da Cunha Bastos<sup>3</sup>

**Resumo:** O conhecimento no ambiente corporativo tem se apresentado como um dos aspectos relevantes em organizações de diferentes setores, com impacto na maximização de seus recursos. Apesar do reconhecimento do tema no mercado organizacional, ele ainda é incipiente e pouco explorado na gestão de entidades esportivas. O objetivo desta pesquisa foi identificar quais fontes de informações são utilizadas durante o processo de criação do conhecimento pelas federações olímpicas do estado de São Paulo e com quais agentes externos elas interagem para obter conhecimento. A pesquisa se caracteriza como aplicada, descritiva e de abordagem quantitativa, sendo realizada com base no método *Survey*. Percebe-se uma relação interorganizacional entre as federações e organizações homogêneas. Conclui-se que as federações necessitam criar, por meio de políticas e elaboração de instrumentos e estrutura, alianças com organizações heterôgenas, entre elas, o setor público.

**Palavra-chave:** Gestão do esporte. Criação do conhecimento. Transferência do conhecimento. Federações. Setor público.

---

<sup>1</sup> Professor adjunto na Universidade Paulista UNIP, administrador de empresas, especialista em gerência de cidade e mestre em gestão do esporte pela Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (EEFE-USP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão do Esporte (GEPAE)/CNPq. (alexandre.arantes@alumni.usp.br)

<sup>2</sup> Jornalista e educador físico, especialista em administração e marketing esportivo (ESPM), mestre em gestão do desporto (FADEUP-Portugal) e doutorando em marketing esportivo na Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo (EEFE-USP). (ifuregato@gmail.com)

<sup>3</sup> Professora associada da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gestão do Esporte (GEPAE)/CNPq. Fundadora da ABRAGESP (Associação Brasileira de Gestão do Esporte). (flaviacb@usp.br)

**Abstract:** The Knowledge in the corporate environment has been presented as one of the relevant aspects in organizations from different sectors, with an impact on the maximization of their resources. Despite the recognition of the theme by the organizations, it is still incipient and little explored in the management of sports entities. The objective of this research was to identify which sources of information are used during the process of knowledge creation by the Olympic federations of the State of São Paulo and with which external agents they interact to obtain knowledge. The research is characterized as applied, descriptive, and with quantitative approach, being carried out based by the Survey method. An interorganizational relationship between federations and homogeneous organizations is perceived. It is concluded that federations need to create, through policies, the elaboration of instruments and structure, alliances with heterogeneous organizations, among them, the public organizations.

**Keywords:** Sport Management. Creation of knowledge. Transfer of knowledge. Federations. Public Organizations.

**Resumen:** El conocimiento en el ambiente corporativo se describe como uno de los aspectos relevantes en las organizaciones, con impacto en la maximización de sus recursos. Aunque del reconocimiento del tema por las organizaciones, todavía él es incipiente y poco explotado en la gestión de entidades deportivas. El objetivo de esta investigación fue identificar qué fuentes de información son utilizadas durante el proceso de creación del conocimiento por las federaciones olímpicas del Estado de São Paulo y con qué agentes externos ellas interactúan para obtener conocimiento. La investigación se caracteriza como aplicada, descriptiva y de abordaje cuantitativo, siendo realizado con base en el método Survey. Se percibe una relación interorganizacional entre las federaciones y organizaciones homogéneas. Se concluye que las federaciones necesitan crear, por medio de políticas, elaboración de instrumentos y estructura, alianzas con organizaciones heterogéneas, entre ellas, el sector público.

**Palabras clave:** Gestión Deportiva. Creación del conocimiento. Transferencia del conocimiento. Federaciones. Sector público.

## 1 Introdução

O estudo sobre o conhecimento humano tem sido o tema central da filosofia e da epistemologia desde o período grego, sendo tão antigo quanto a própria história do homem (NONAKA; TAKEUCHI, 1997). Para Polanyi (1966), a crença é o ponto de partida para a compreensão do conhecimento, considerando-a como fonte de todo o saber. Já Nonaka e Takeuchi (1997, p. 24, 2008, p. 56) e Goldman (1986, p. 42) definem conhecimento como “crença verdadeira justificada”.

No ambiente corporativo, o conhecimento tem se apresentado como um dos aspectos mais relevantes da gestão das organizações de diferentes setores, públicas ou privadas, especialmente no que tange à maximização dos recursos organizacionais (BABIÁK, 2007). Partindo do princípio de que em uma economia onde a única certeza é a incerteza, a fonte certa



de uma vantagem competitiva duradoura é o conhecimento (CHOO, 2003; NONAKA, 2008).

Academicamente, as primeiras obras sobre a gestão do conhecimento no mundo corporativo foram publicadas a partir de meados do século XX, sendo que a de Polanyi (1966) é considerada um marco na literatura sobre o tema (GIRGINOV; TOOHEY; WILLEM, 2015).

Quanto ao processo de criação do conhecimento, Nonaka; Takeuchi (1995), com base nos conceitos de Polanyi (1966), desenvolveram um modelo de criação e conversão do conhecimento no âmbito das organizações, conhecido por SECI (Socialização, Externalização, Combinação e Internalização). Esse modelo sistematizou a criação do conhecimento em organizações, gerando a denominada “espiral do conhecimento”.

Pelo modelo SECI existem dois tipos de conhecimento nas organizações: (i) o conhecimento explícito, que se refere ao conhecimento possível de ser transcrito por meio de manuais, vídeos, fórmulas; e (ii) o conhecimento tácito, que não é facilmente visível e explicável, sendo altamente pessoal e de difícil descrição (NONAKA; TAKEUCHI, 1995).

Na gestão do esporte, o tema conhecimento é referenciado por diferentes autores em termos práticos no âmbito da gestão de eventos. O Comitê Olímpico Internacional (COI), em 1999, lançou o programa Gestão do Conhecimento do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Sydney de 2000, voltado ao compartilhamento do conhecimento entre as edições de Jogos Olímpicos (FLYVBJERG; BUDZIER; STEWART, 2016; HALBWIRTH; TOOHEY, 2001; PARENT; MACDONALD; GOULET, 2014; PHILIPS; DUNCOMBE, 2016).

Quanto à produção científica na área da gestão do esporte, o tema tem sido alvo de estudos recentes de diferentes autores no sentido de identificar tendências e lacunas. Pitts; Danylchuk; Quarterman (2014), ao analisarem os principais periódicos internacionais da área, entre 1994 e 2012, identificaram que a grande parte dos artigos é ligada a quatro temas: gestão e competências organizacionais no esporte; negócios esportivos no contexto social; *marketing* esportivo; e economia do desporto; não sendo identificadas pesquisas sobre o tema gestão do conhecimento.

No Brasil, Bastos (2016) identificou que a gestão do esporte no país ainda não alcançou a mesma maturidade que possui no âmbito internacional. Para a pesquisadora, a área ainda se encontra em estágio inicial de desenvolvimento em termos da formação acadêmica, de pesquisas científicas e mesmo em relação à clareza conceitual. A autora ainda identificou que, em termos de temáticas pertinentes à gestão do esporte, há lacunas e diversos temas, teóricos e práticos, a serem explorados sobre as práticas gerenciais das organizações esportivas brasileiras (BASTOS, 2016).

Estudos acerca do estado da arte do tema conhecimento e esporte são muito recentes. Arantes & Bastos (2017a), ao analisarem a produção acadêmica sobre os processos de criação do conhecimento (CC) e a transferência do conhecimento (TC) em organizações esportivas, identificaram que a primeira publicação foi a de Babiak (2007). Os autores revelam que um maior número de trabalhos passou a ser produzido a partir de 2013, com 50% dos identificados

publicados entre 2016 e 2017, demonstrando que o estudo sobre o tema é recente no âmbito da gestão do esporte, não sendo encontrado nenhum trabalho publicado no Brasil sobre a temática.

Em 2018 foram publicados dois estudos brasileiros sobre o tema: o de Nery et al. (2018), sobre a gestão do conhecimento e os fatores de inovação organizacional na gestão do esporte, baseado no fluxo de conhecimento; e o de Quinaud, Milistetd e Nascimento (2018), sobre situações de aprendizagem profissional no ambiente de trabalho de gestores de federações esportivas catarinenses, demonstrando haver interesse pelo desenvolvimento do assunto.

Com relação ao tema comunicação interorganizacional entre entidades esportivas e o setor público, Arantes & Bastos (2017b), ao analisarem revistas científicas brasileiras especializadas na área, identificaram 32 artigos com predomínio de temas relacionados ao setor público e a entidades (clubes, ligas, ONGs, Sistema S), havendo escassez de estudos a respeito de confederações e federações.

A partir do contexto apresentado, constata-se que os temas gestão do conhecimento e criação do conhecimento são muito recentes na literatura científica da gestão do esporte, principalmente em relação ao âmbito interorganizacional. Em relação ao processo de criação do conhecimento em organizações esportivas, a lacuna na literatura é ainda mais expressiva.

Tendo em vista esse cenário, o objetivo que norteou o presente estudo foi identificar quais fontes de informações são utilizadas durante o processo de criação do conhecimento pelas federações olímpicas do estado de São Paulo e com quais agentes externos elas interagem para obter conhecimento.

## **2 Revisão de Literatura**

Kunsch (2003) entende que, para que ocorra a comunicação interorganizacional, é necessário criar um *mix* comunicacional considerando as comunicações institucional, mercadológica, interna e administrativa. Kunsch (2009, 2016) acrescenta que deve existir uma relação sinérgica da comunicação entre o mundo e as organizações, ou seja, a comunicação precisa ser compreendida de forma ampla e abrangente numa economia movida a informação e conhecimento.

Marchiori (2009) destaca que é fundamental que se criem, por meio da comunicação, redes de relacionamento interorganizacionais que tenham valor e gerem conhecimento para a organização. Já Ahmadjian (2008) considera que a criação do conhecimento ocorre não apenas dentro das empresas, mas também a partir dos relacionamentos entre elas.

Dessa forma, a comunicação também deve ser considerada no âmbito interorganizacional, pois a participação em redes ou alianças externas é vital para as organizações se manterem atualizadas em um mundo em rápida mudança, permitindo o acesso a notícias e recursos que não podem ser gerados internamente (BABIAK, 2007; CHELLADURAI, 2014; POWELL; KOPUT; SMITH-DOERR, 1996).

Este cenário epistemológico de rede, criado pela comunicação, pode estabelecer relações a partir da troca de experiências e de conhecimentos com todas as outras áreas da organização que permeiam a sua concepção e suas práticas (CHELLADURAI, 2014; DRUCKER, 1999; HOULIHAN, 2005; HOULIHAN; GREEN, 2008; REBOUÇAS, 2010; RODRIGUES et al., 2011).

De acordo com Nonaka e Takeuchi (1997, 2008), uma organização não opera em um sistema fechado, mas em um sistema aberto, no qual o conhecimento é trocado. Os autores destacam que uma organização cria e utiliza o conhecimento convertendo o conhecimento tácito em conhecimento explícito e vice-versa. Takeuchi e Nonaka (2008) desenvolveram um ciclo, conhecido na literatura como modelo SECI, espiral SECI ou processo SECI, que significa Socialização, Externalização, Combinação e Internalização (Figura 1).

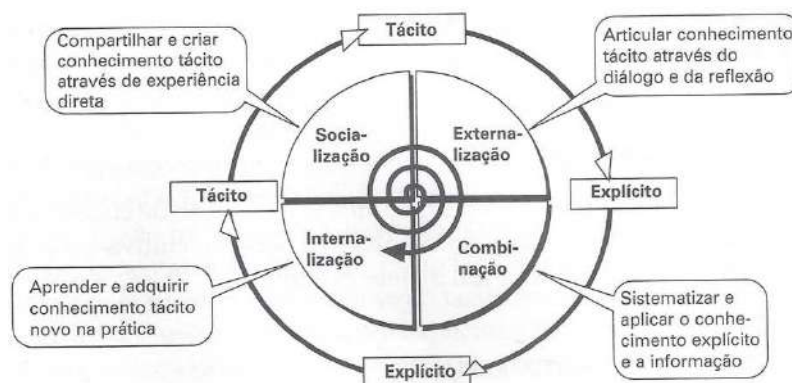


Figura 1 - Modelo SECI  
 Fonte: Takeuchi e Nonaka (2008, p. 24)

Nestas fases da criação é onde o conhecimento criado pelos indivíduos é transformado nos níveis de grupos dependentes uns dos outros, interagindo entre si de maneira constante (Figura 1). Em cada fase é criada outra espiral que se inter-relaciona (Figura 2) (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, 2008).

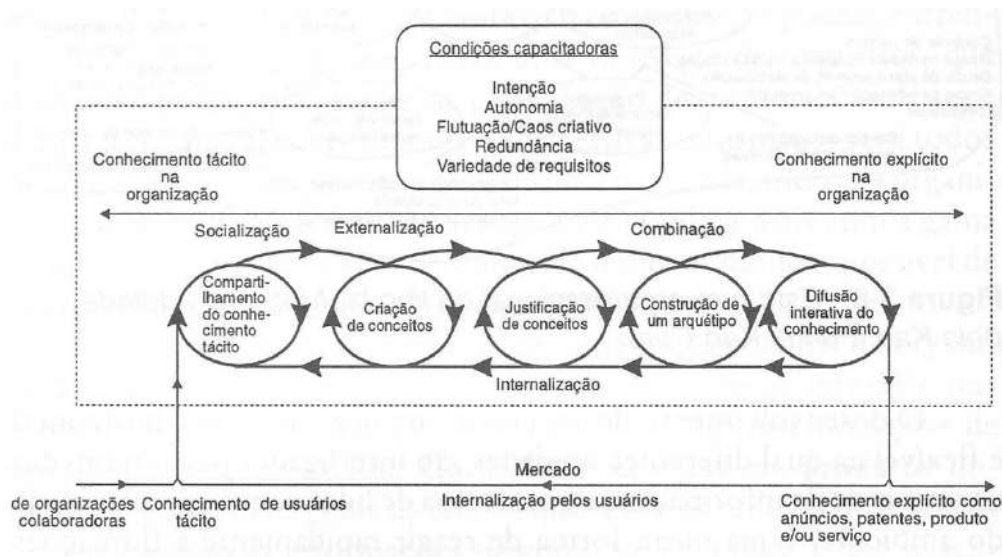


Figura 2 - Modelo de cinco fases do processo de criação do conhecimento organizacional.  
Fonte: Nonaka e Takeuchi (1997, p. 97).

Este processo é definido por Nonaka e Takeuchi (1997, 2008) como modelo integrado de cinco fases do processo de criação do conhecimento organizacional (Figura 2), no qual estão envolvidos os seguintes aspectos (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, 2008):

1 - Compartilhamento do conhecimento tácito: é necessário um “campo” para que os indivíduos possam dialogar e interagir com os outros, compartilhando experiências. O “campo” de interação típico é uma equipe auto-organizada, na qual membros de vários departamentos funcionais trabalham juntos para alcançar uma meta comum;

2 - Criação do conhecimento: o compartilhamento do conhecimento tácito é verbalizado em palavras e frases e, finalmente, cristalizado em conceitos explícitos. Nessa fase, os conceitos são criados cooperativamente por meio do diálogo;

3 - Justificação dos conceitos: inicialmente definimos conhecimento como crença verdadeira justificada (GOLDMAN, 1986; NONAKA; TAKEUCHI, 1997, 2008). Neste sentido, novos conceitos criados pela equipe ou pelos indivíduos necessitam ser justificados de uma forma mais explícita, semelhante a um processo de filtragem de informações, conceitos ou conhecimentos. Estes conceitos necessitam ser acompanhados a fim de se verificar se a intenção organizacional continua intacta e se eles atendem às necessidades da sociedade de forma mais ampla. Assim, uma das principais funções da alta gerência é formular os critérios de justificação de acordo com a intenção organizacional, que é expressa em termos de estratégia ou visão (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, 2008);

4 - Construção de um arquétipo: representa algo tangível ou concreto. Segundo Nonaka e Takeuchi (1997, 2008), um arquétipo pode ser considerado um protótipo, no caso do processo de desenvolvimento de um novo produto, serviço ou inovação organizacional, além dos modelos de mecanismos operacionais. O arquétipo resulta da combinação do conhecimento explícito

recém-criado com o conhecimento explícito existente (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, 2008);

5 - Difusão interativa do conhecimento: a criação do conhecimento é um processo interminável, que se atualiza continuamente, não se encerrando com a conclusão do arquétipo. Este novo modelo/arquético passa para um novo ciclo de criação de conhecimento em um nível ontológico diferente. Nonaka e Takeuchi (1997, 2008) chamam esse processo interativo em espiral de difusão interativa do conhecimento, ocorrendo tanto no ambiente interno quanto interorganizacional. Para que essa fase seja eficaz, é essencial que exista uma autonomia em relação à unidade organizacional, aplicando-o livremente em outros lugares, em diferentes níveis, sejam internos ou externos.

Observa-se que no modelo integrado de cinco fases o conhecimento criado pelos indivíduos é transformado em conhecimento do grupo e organizacional. Esses níveis não são independentes entre si, mas interagem mútua e continuamente (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, 2008).

Para que se promova a criação do conhecimento, no âmbito da gestão do esporte, é cada vez mais claro que as organizações esportivas se deparam com questões que exigem abordagens inovadoras para a resolução de problemas e para a tomada de decisões, exigindo conhecimento especializado em múltiplos níveis de experiência em gestão, de diferentes colaboradores dentro das organizações ou de grupos fora da hierarquia tradicional (NERY et al., 2018; SCOTT, 2014).

As considerações de Scott (2014) também foram realizadas por Girginov (2008), que evidenciou a relação entre o desenvolvimento esportivo, as principais funções da gestão e as competências essenciais necessárias aos gestores esportivos para as tomadas de decisões que envolvem o conhecimento organizacional (Quadro 1).

Quadro 1 - Relação entre desenvolvimento esportivo, funções gerenciais e habilidades gerenciais

<b>Desenvolvimento do esporte</b>	<b>Principais funções de gestão</b>	<b>Competências essenciais exigidas</b>
Visão (Gestão para)	Estabelecimento de políticas, elaboração de instrumentos e estruturas, coordenação entre administradores, gestão de relações interorganizacionais.	Negociação e corretagem, análise de políticas, angariação de fundos, convergência, aprendizagem interorganizacional.
Mudança (Gestão em)	Mudança de enquadramento em nível social, comunitário e individual, estratégias de mudança de engenharia, desenvolvimento de políticas e programas práticos, gestão de recursos a partir de múltiplas fontes.	Psicologia pessoal e social, planejamento e previsão, comunicação pessoal e de massa, elaboração de subsídios, desenvolvimento de bases de dados (TI).
Prática (Gerenciamento de)	Planejamento dos resultados de várias intervenções, capacitação, capacitação pessoal e comunitária, gerenciamento operacional, monitoramento e avaliação de intervenções.	Observação, pesquisa e redação, aprendizado pessoal e organizacional, comunicação individual e de grupo, planejamento e entrega de sessões esportivas, gestão de conflitos e financeira.

Fonte: adaptado de Girginov (2008, p. 23)

As principais funções de gestão e as competências exigidas compõem as necessidades do desenvolvimento do esporte, que está presente em diferentes culturas, comunidades e países, por vezes com mais destaque; em outras situações, a gestão nem ao menos é conhecida, mas, na realidade do esporte mundial, gerir com eficiência e eficácia organizações e instituições esportivas deixou de ser necessário, passando a ser obrigação (BASTOS; MAZZEI, 2012).

A gestão e a transferência do conhecimento ocorrem através do relacionamento das organizações em forma de redes interorganizacionais ou alianças estratégicas (GIRGINOV, 2008). Slack e Parent (2006) apontam que pequenas organizações esportivas utilizavam alianças estratégicas, nas quais o conhecimento está envolvido, como uma solução para alcançar seus objetivos comuns ou objetivos individuais, solução que seria praticamente impossível individualmente.

Benson (1975) definiu as redes interorganizacionais como uma economia política. Este conceito é mais especificado no trabalho realizado por Babiak (2007), que indica que a escassez de recursos estimula a cooperação entre as organizações com metas ou interesses comuns por meio de relações benéficas. Segundo Van Gils (1998), essa vantagem pode ser obtida por meio de alianças estratégicas, com o pressuposto de que as organizações seriam mais fortes com parceiros do que por conta própria. Assim, a vantagem é obtida através da cooperação, com uma rede interorganizacional que consista em “organizações independentes, autônomas, interdependentes, com interesses e características convergentes, mas também divergentes, que estão conectadas entre si através de relações de intercâmbio interativas e recíprocas” (VAN GILS, 1998, p. 92).

As redes interorganizacionais criam um maior acesso aos recursos para as organizações participantes por meio de intercâmbios, estímulo aos processos inovadores, aprendizagem e transferência do conhecimento técnico, gerando credibilidade, além de auxiliar no aumento do desempenho financeiro (PARK, 1996). Babiak (2007), Chelladurai (2014) e Powell; Koput; e Smith-Doerr (1996) complementam destacando que a capacidade interna e a colaboração externa não são substitutas, mas complementares e que

Isso sugere que as organizações podem aumentar sua competência de comunicação, transferindo seletivamente para seus próprios sistemas conhecimento e habilidades relacionadas à comunicação que aprendem sobre suas relações interorganizacionais (JABLIN; SIAS, 2001, p. 850).

No âmbito da gestão das organizações esportivas, Babiak (2007), ao abordar os fatores determinantes da relação interorganizacional nas entidades esportivas sem fins lucrativos do Canadá, destaca que surgiu uma nova forma de governança precipitada por fatores ambientais como a globalização, as tecnologias em constante evolução, os desafios econômicos e as expectativas sociais. Para a autora, a gestão desses fatores deve ser realizada por meio das práticas de colaboração, coordenação, criação de parcerias e cooperação, que se tornaram os principais

princípios organizacionais. A inovação, o valor estratégico e a eficácia são mais comumente gerados em redes de interações entre organizações (BABIÁK, 2007).

Segundo Slack e Parent (2006), uma aliança estratégica é baseada no aprendizado organizacional e trata-se, normalmente, de uma parceria entre duas organizações formadas em resposta a uma oportunidade essencial ou uma ameaça no ambiente.

Isso permite que clubes esportivos sem fins lucrativos troquem experiências com várias fontes de conhecimento externo (BABIÁK; THIBAUT, 2009; QUATMAN; CHELLADURAI, 2008; WEMMER; EMRICH; KOENIGSTORFER, 2016). Além disso, os clubes esportivos são, por padrão, "abertos", estando conectados a várias organizações, como federações esportivas e entidades governamentais. Vale destacar que, além disso, os clubes esportivos podem usar serviços fornecidos pelas federações esportivas como um "guarda-chuva", no sentido de se relacionar com profissionais e parceiros externos (BABIÁK; THIBAUT, 2009; QUATMAN; CHELLADURAI, 2008; WEMMER; EMRICH; KOENIGSTORFER, 2016).

Os autores chamam atenção a esse aspecto ao lembrar que uma das características do esporte é a realização de campeonatos que só podem ocorrer se houver atletas inscritos. Desta maneira, por uma condição estratégica, é necessário que os clubes cooperem entre si, ou seja, definam essa relação como uma "coopetição" = "competição + cooperação" (BABIÁK; THIBAUT, 2009; QUATMAN; CHELLADURAI, 2008; WEMMER; EMRICH; KOENIGSTORFER, 2016).

Segundo Wemmer, Emrich e Koenigstorfer (2016), a "coopetição" utiliza uma lógica de integração do conhecimento (clubes concorrentes) sobre segmentos de mercado relevantes, melhorando o desempenho organizacional.

Para os autores, os clubes capazes de integrar o conhecimento externo dos clubes concorrentes podem melhorar seus resultados competitivos, aumentar a qualidade dos serviços oferecidos aos sócios, obter estabilidade financeira e capacidade de reagir a circunstâncias conjunturais. Os procedimentos sugeridos são: reuniões dentro e entre setores com o propósito de trocar conhecimento (por exemplo, conferências e reuniões comunitárias); compartilhar funcionários com alta especialização e voluntários com outras áreas do clube, o que pode aumentar a probabilidade de troca de conhecimento e consulta a vários clubes esportivos, em vez de apenas um (WEMMER; EMRICH; KOENIGSTORFER, 2016).

Babiak (2007) destaca que é importante se concentrar no lado humano e que muitas alianças não conseguem atender às expectativas devido à falta de atenção dada à compreensão e ao fortalecimento das estreitas relações de trabalho e conexões interpessoais que unem as organizações parceiras. A autora considera que as teorias econômicas e estratégicas do intercâmbio ignoram, muitas vezes, o papel das pessoas e a sua importância na formação, gerenciamento e avaliação das redes interorganizacionais. Nesse sentido, Kunsch (2016, p. 38) afirma que "os resultados desse processo podem se converter em contribuições relevantes para a

construção do conhecimento de forma a proporcionar benefícios para a prática de gestão”.

Conforme exposto por Girginov (2008), há a necessidade de o gestor basear-se em conhecimentos multidisciplinares, aprendizagem interorganizacional, comunicação pessoal e entre grupos; entretanto, é indispensável uma formação específica em gestão do esporte (BASTOS; MAZZEI, 2012; CHELLADURAI, 1987; MATTAR, 2012; PIRES; LOPES, 2001; PITTS, 2001).

A aprendizagem organizacional é a característica-chave que diferencia as alianças estratégicas de outras estratégias cooperativas (SLACK; PARENT, 2006). Misener e Doherty (2013) corroboram tal afirmação ao considerar que engajar-se em relacionamentos com outras organizações é uma maneira para as organizações esportivas sem fins lucrativos adquirirem os recursos, conhecimentos e outros benefícios sociais necessários, ao mesmo tempo em que alcançam importantes objetivos públicos e constroem a coesão da comunidade.

A comunicação interorganizacional entre entidades esportivas e o setor público passou a fazer parte do planejamento estratégico dessas entidades, assim como a transformação da informação gerada em conhecimento, contribuindo com o desenvolvimento epistemológico do sistema de gestão (CHELLADURAI, 2014; HOULIHAN, 2005; HOULIHAN; GREEN, 2008; RODRIGUES et al., 2011). Além disso, Ahmadjian (2008), ao abordar a criação do conhecimento interorganizacional, destaca que a criação do conhecimento ocorre não apenas dentro das empresas, mas também a partir dos relacionamentos entre empresas.

### **3 Metodologia**

A pesquisa se caracteriza como aplicada, descritiva e de abordagem quantitativa, sendo realizada com base no método *Survey* (VEAL; DARCY, 2014). Importante destacar que ela é originária e derivada da dissertação de mestrado de um dos autores do artigo, desenvolvida no âmbito do programa de pós-graduação em educação física e esporte da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário eletrônico formado por questões fechadas de múltipla escolha elaborado com base no referencial teórico e nas questões do instrumento desenvolvido e validado por Schons (2008), que foi adaptado aos objetivos da pesquisa conforme as três fases indicadas por Thomas; Nelson e Silverman (2012): (i) leitura do instrumento original para adaptação ao objeto do estudo (federações esportivas); (ii) análise e avaliação do instrumento adaptado por dois acadêmicos especialistas em gestão do esporte; e (iii) realização de pré-teste com cinco ex-gestores de federações para avaliar a clareza, pertinência e o tempo de resposta do instrumento.

Após o processo de adaptação, o questionário final foi composto por seis categorias e 23 questões sobre a criação do conhecimento nas organizações esportivas. Para o presente estudo foi considerada apenas a subcategoria relativa às fontes de informações, internas ou externas, e a



interação com agentes externos para a obtenção de informações, formada por duas questões:

- 1) Se há interação com os agentes do meio externo com o intuito de importar conhecimento e quais agentes são consultados;
- 2) Quais fontes de informações internas e externas, formais e informais, são utilizadas durante o processo de criação de conhecimento na federação.

Os sujeitos da pesquisa foram os membros do quadro administrativo das federações que atuam no vértice estratégico, na linha hierárquica e no centro operacional (MINTZBERG, 2010), ou seja:

- a) Presidentes/diretores;
- b) Gerentes/superintendentes;
- c) Assistentes administrativos/assistentes técnicos.

O primeiro contato com os sujeitos ocorreu por meio dos membros da administração que atuam no vértice estratégico (presidentes/diretores) e na linha hierárquica (gerentes/superintendentes) através de contatos telefônicos ou eletrônicos, via redes sociais, para apresentação da pesquisa e envio de *e-mail* contendo uma carta de apresentação e o *link* do questionário eletrônico, hospedado na plataforma *LimeSurvey* e que foi autoaplicado pelos respondentes, sem a participação direta dos pesquisadores.

Durante o contato com os presidentes ou gerentes das federações, foi solicitado que o *link* do questionário fosse encaminhado para os demais membros da diretoria e para os funcionários da área administrativa e técnica. Contudo, a grande maioria dos gestores contactados respondeu ao questionário sem compartilhá-lo com os demais membros da entidade, de forma que na maioria das federações foi obtida apenas a visão de uma pessoa.

A análise dos dados obtidos através dos questionários foi realizada por meio da estatística descritiva, com a utilização da frequência e dos percentuais de respostas para a descrição dos resultados (VEAL; DARCY, 2014).

#### **4 Resultados e discussão**

O questionário foi respondido por representantes de 13 federações, o que representa 48% do total das federações de esportes olímpicos paulistas contatadas. Entretanto, somente uma federação compartilhou com outro gestor, totalizando, assim, 14 respondentes. Os respondentes estão identificados nos resultados como R1, R2-A, R2-B, R3, até R13, ordenados conforme a sequência de respostas ao questionário *online*.

Em relação ao cargo ou função dos 14 respondentes, a caracterização obtida foi: sete presidentes, quatro diretores e três gerentes/superintendentes, ou seja, não houve resposta de sujeitos que atuam em área operacional das federações. Dessa forma, a visão obtida dos resultados é restrita a gestores do vértice estratégico e da linha hierárquica das federações (MINTZBERG, 2010; PEDROSO et al., 2010).

O nível de instrução dos respondentes é apresentado no Gráfico 1, e o tempo de vínculo com a federação no Gráfico 2. Essa diversidade do nível de instrução e tempo de vínculo também foi verificada por Pedroso et al. (2010) no estado de Pernambuco; por Carelli et al. (2016) em Minas Gerais; e por Quinaud, Milistetd e Nascimento (2018) no estado de Santa Catarina, respectivamente.

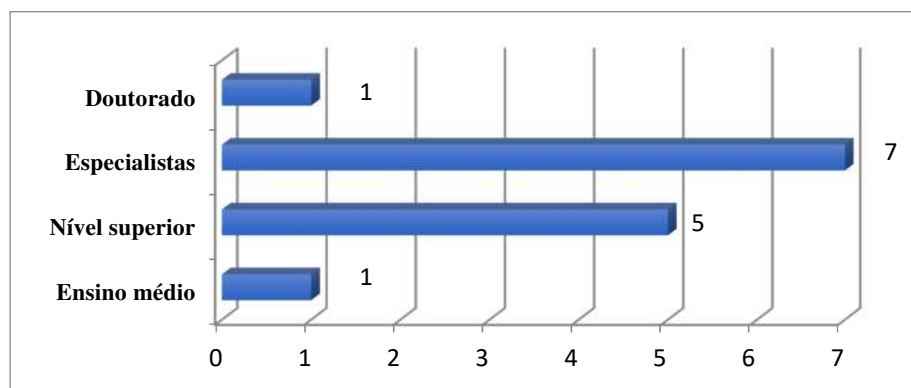


Gráfico 1 - Nível de instrução dos respondentes  
Fonte: Elaborado pelos autores

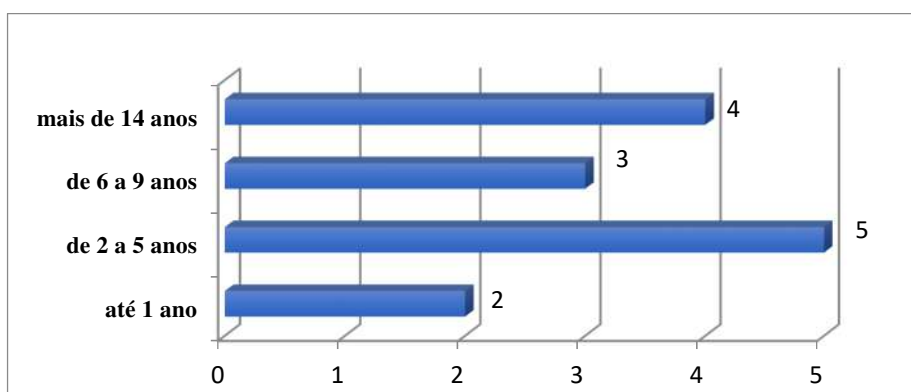


Gráfico 2 - Tempo de vínculo na federação  
Fonte: Elaborado pelos autores

As informações obtidas quanto ao ambiente do estudo indicam que os participantes da pesquisa apresentam um perfil semelhante aos gestores de organizações de outras regiões do país (MISENER; DOHERTY, 2013; PEDROSO et al., 2010; QUINAUD; MILISTETD; NASCIMENTO, 2018).

Devido à não obtenção de respostas de gestores do nível hierárquico operacional, não podemos afirmar que as respostas aos itens do questionário representam as possíveis diferentes visões sobre a criação do conhecimento nos níveis hierárquicos das federações.

Com relação aos agentes externos utilizados para a obtenção de conhecimentos foi constatado que as federações buscam importar conhecimento por meio do relacionamento com os técnicos, filiados, clubes, atletas, confederação brasileira da modalidade, árbitros, entre outras

fontes (Tabela 1). Esses agentes estão relacionados diretamente com a organização e com a participação dos campeonatos da modalidade. Já as entidades e órgãos internacionais e as universidades/faculdades estão mais próximos das federações, se compararmos com o Comitê Olímpico Brasileiro e os órgãos governamentais.

Tabela 1 - Interação com agentes do meio externo com o intuito de importar conhecimento.

<b>Agentes</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Técnicos	13	92,86%
Filiados	11	78,57%
Clubes / academias / outras entidades de prática	11	78,57%
Confederação brasileira da modalidade	11	78,57%
Atletas	10	71,43%
Árbitros	10	71,43%
Entidades e órgãos internacionais	8	57,14%
Universidades/faculdades	8	57,14%
Outras modalidades	5	35,71%
Comitê Olímpico Brasileiro	5	35,71%
Ligas da modalidade	4	28,57%
Órgãos governamentais	4	28,57%
Meios de comunicação	4	28,57%
Público em geral não filiado à federação	3	21,43%
Fornecedores	1	7,14%
Outros	1	7,14%

Fonte: Elaborado pelos autores

Com relação às fontes de informações utilizadas pelas federações analisadas durante o processo de criação de conhecimento, foram consideradas as fontes internas e externas e as formais e informais, apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 - Fontes de informações utilizadas durante o processo de criação de conhecimento da federação

<b>FONTES INTERNAS</b>			
<b>Formais</b>	<b>%</b>	<b>Informais</b>	<b>%</b>
Regulamentos/normas	92,86%	Parecer de especialistas	78,57%
Relatórios de projetos	71,43%	Contato pessoal	71,43%
Registros	57,14%	Experiências e pesquisas	50,00%
Base de dados	57,14%	Correio eletrônico	42,86%
Métodos e metodologias	42,86%	Grupos de discussão / <i>Chats</i> / <i>Whatsapp</i>	42,86%
Jornal da organização / <i>Sites</i> / <i>Blog</i>	35,71%	Departamento de Marketing	21,43%
Fluxogramas	14,29%	Contato telefônico	21,43%
Fluxos de processos	14,29%	Conversas de corredor	14,29%
Relatórios sobre concorrentes	7,14%	Equipe de serviços de atendimento ao filiado	14,29%
		<i>Intranet</i>	14,29%
		Departamento pessoal	0,00%
<b>FONTES EXTERNAS</b>			
<b>Formais</b>	<b>%</b>	<b>Informais</b>	<b>%</b>

Relatórios	64,29%	Técnicos	85,71%
Documentos de outras entidades esportivas	57,14%	Entidades esportivas	78,57%
Sites da Internet	50,00%	Palestras	71,43%
Revistas especializadas	42,86%	Clubes / academias / outras entidades de prática	71,43%
Revistas, artigos acadêmicos e livros	35,71%	Filiados	64,29%
Jornais	35,71%	Atletas	64,29%
Revistas, artigos acadêmicos e livros	35,71%	Encontros profissionais	50,00%
Legislação, tratados	35,71%	Congressos	50,00%
Informações tratadas	28,57%	Árbitros	50,00%
Documentos governamentais	28,57%	Meios de comunicação	50,00%
Anais de congressos	21,43%	Grupos de discussão	42,86%
Catálogos, <i>folders</i> , folhetos	21,43%	Seminários	42,86%
Teses, dissertações etc.	14,29%	Visita e parceria com universidades/faculdades	28,57%
Patentes e normas técnicas	14,29%	Sindicatos	28,57%
		Feiras	21,43%
		Público em geral	21,43%
		ONGs	21,43%
		Agências de publicidade e <i>marketing</i>	14,29%
		Entidades públicas	14,29%
		Fornecedores	7,14%
		Associações comerciais	7,14%
		Ex-funcionários dos concorrentes	0,00%

Fonte: Elaborado pelos autores

Com relação às fontes internas e formais, verifica-se que os regulamentos e normas são citados pela grande maioria dos respondentes como a principal fonte interna formal de criação de conhecimento, seguido dos relatórios de projetos, registros e base de dados. Fluxogramas e fluxos de processos são pouco utilizados pelas federações, e a opção “relatórios sobre concorrentes” obteve 7,14%, demonstrando a pouca utilização de dados externos. A utilização de métodos e metodologias é citada por 42,86% dos respondentes, enquanto que os processos, que devem ser utilizados como instrumentos de medição e desempenho (TAKEUCHI; NONAKA, 2008), são pouco citados.

Sobre as fontes internas e informais, observa-se que o parecer de especialistas e o contato pessoal são os mais citados. O telefone, para troca de experiências, é pouco utilizado, se compararmos com outras ferramentas de comunicação, entre elas o correio eletrônico e grupos de discussão/*Chats/WhatsApp*.

Já sobre fontes externas formais responsáveis pelo processo de criação de conhecimento na federação, foram assinalados, com frequência acima de 50%, os “relatórios” e “documentos de outras entidades esportivas” e o “acesso aos *sites* de internet”. Com menor frequência, entre 35% e 43%, estão as revistas especializadas, artigos acadêmicos, jornais, legislação e tratados.

Teses e dissertações, patentes e normas técnicas possuem 14%, diferentemente da pesquisa realizada por Schons (2008), em que obtiveram primeiro lugar artigos acadêmicos e livros, seguidos de teses e dissertações e revistas especializadas. Já sobre o uso das normas técnicas, o resultado obtido (11%) é próximo ao obtido na presente pesquisa.

Por fim, com relação às fontes externas e informais responsáveis pelo processo de criação do conhecimento, mais de 50% dos respondentes assinalaram os técnicos; as entidades esportivas; as palestras; os clubes/academias/outras entidades de prática; os filiados e os atletas. Este resultado reafirma as respostas dadas sobre a interação com agentes do meio externo com intuito de importar conhecimento (Tabela 1), demonstrando um forte relacionamento entre as federações e os agentes citados. Além dessas fontes, destaque para participação em “Encontros profissionais” e “Congressos”, assinaladas, cada, por 50% dos respondentes.

Com relação aos meios de comunicação, observa-se que metade das federações aponta os meios de comunicação como fonte de informação, agente também presente na Tabela 1, que apontou que a federação possui pouca interação/relacionamento com os veículos de comunicação como fontes para a criação do conhecimento.

As entidades públicas também são pouco citadas como fontes de conhecimento externo informal (14,29%), evidenciando que, entre as entidades estudadas, existe uma cultura de não interação com organizações públicas. O mesmo ocorre com as parcerias com universidades/faculdades/sindicatos (28,57%). Este cenário não retrata as orientações de diversos autores, entre eles Slack e Parent (2006) e Babiak (2007), que alertam sobre a necessidade da formação de alianças baseadas no aprendizado organizacional, devendo tais alianças fazer parte do planejamento estratégico das federações.

Meira e Bastos (2016) obtiveram resultados semelhantes ao verificarem que a comunicação dos técnicos e atletas com as entidades (clubes, confederações e COB) é melhor do que com o governo, o que confirma os resultados identificados nas Tabelas 1 e 2, relacionados ao ambiente de redes entre as federações e o setor público.

Nesse sentido, verificamos que as respostas não retratam as colocações de Girginov (2008), que destaca a importância da capacidade de visão do gestor, pois ele é o responsável pelo estabelecimento de políticas, elaboração de instrumentos e estruturas, coordenação entre administradores e gestão de relações interorganizacionais com empresas de outras áreas, públicas ou privadas.

Analisando as respostas obtidas em relação às fontes externas formais e informais, podemos considerar que as federações buscam obter informações e conhecimento de outras entidades esportivas, assim como da própria legislação em vigor, corroborando, no que diz respeito ao fluxo de informações, com Bettencourt e Cianconi (2012), que entendem que o conhecimento é resultado de experiências múltiplas e depende dos fluxos da informação e comunicação. Para os autores, esse conhecimento nas organizações pode ser armazenado e

acumulado, criando meios para possibilitar a comunicação e a produção de novos documentos e manuais, que poderão disseminar a memória da organização.

A conexão das federações com outras organizações acontece de forma semelhante ao que ocorre com os clubes esportivos sem fins lucrativos (BABIAK; THIBAUT, 2009; QUATMAN; CHELLADURAI, 2008; WEMMER; EMRICH; KOENIGSTORFER, 2016). Os autores citados enfatizam que os clubes, por possuírem uma característica de padrão “aberto”, podem trocar experiências com várias fontes de conhecimento externo. Um dos serviços que a federação pode oferecer é descrito por Vreuls (2013), ao analisar a transferência do conhecimento nos clubes da Holanda, que identificou que as relações interorganizacionais e a transferência do conhecimento entre os clubes são positivas, reafirmando que é necessário que eles estejam abertos para absorver esses conhecimentos e contar com pessoas capacitadas. A justificativa do relacionamento das federações com os clubes e os filiados é permitir a utilização dos serviços fornecidos pelas federações esportivas como um “guarda-chuva”, no sentido de se relacionar com outros profissionais e parceiros externos (BABIAK; THIBAUT, 2009; QUATMAN; CHELLADURAI, 2008; WEMMER; EMRICH; KOENIGSTORFER, 2016).

Em relação à criação do conhecimento, Ahmadjian (2008), ao abordar a criação do conhecimento interorganizacional, destaca que ela ocorre não apenas dentro das empresas, mas também a partir dos relacionamentos entre empresas diferentes. Analisando os resultados obtidos, percebe-se pouco envolvimento com alguns segmentos organizacionais, como as universidades, feiras, ONGs, fornecedores, setor público e associações comerciais.

## 5 Conclusão

O objetivo que norteou o presente estudo foi identificar quais fontes de informações são utilizadas durante o processo de criação do conhecimento pelas federações olímpicas do estado de São Paulo e com quais agentes externos elas interagem para obter conhecimento.

As fontes de criação do conhecimento utilizadas no ambiente interno são diversificadas (parecer de especialistas na área, contato pessoal no ambiente interno, telefones utilizados para troca de mensagens de texto, regulamentos). Com relação às fontes externas formais e informais, ficou demonstrado existir um forte relacionamento com os agentes (técnicos, filiados, árbitros) e organizações pertencentes à modalidade da federação.

Nesse ambiente de rede interorganizacional, percebe-se um domínio de organizações homogêneas, contrariando Nonaka e Takeuchi (1997, 2008) sobre o processo de criação do conhecimento organizacional, ao mencionarem a “justificação de conceitos”. Esses conceitos necessitam ser acompanhados a fim de se verificar se a intenção organizacional continua intacta e se eles atendem às necessidades da sociedade de forma mais ampla.

Essa amplitude deve estar atrelada à estratégia ou visão da federação, que, segundo Girginov (2008), uma das principais funções do gestor esportivo é a gestão de relações

interorganizacionais. De acordo com a Tabela 2, as universidades, sindicatos, feiras, público em geral, ONGS, governo e fornecedores são pouco citados como fonte para o processo de criação do conhecimento da federação.

A construção de um arquétipo pode ser observada no item “experiências e pesquisas”, assinalado por 50% dos respondentes. Um arquétipo resulta da combinação do conhecimento explícito recém-criado com o conhecimento explícito existente (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, 2008). A continuidade da elaboração de novos produtos e a difusão interativa do conhecimento está atrelada à utilização dos “fluxos de processos” e “fluxogramas”, que foram pouco citados (14,29%), demonstrando não existir um acompanhamento dos processos responsáveis pela construção de um arquétipo.

Com relação “aos agentes externos” com o intuito de importar conhecimento, os resultados são semelhantes “às fontes de informações”, o que pode ser justificado em função da escassez de recursos financeiros e humanos. A literatura identificou como solução a necessidade da criar alianças estratégicas nas quais o conhecimento está envolvido, como uma solução para alcançar seus objetivos comuns ou objetivos individuais, solução que seria praticamente impossível individualmente.

Conclui-se sobre as fontes de criação do conhecimento, que as federações, por meio de políticas, elaboração de instrumentos e estruturas, necessitam de forma mais ampla estreitar seu relacionamento com organizações heterógenas, entre elas o setor público, sendo que, conforme destaca a literatura, a comunicação interorganizacional entre entidades esportivas e o setor público passou a fazer parte do planejamento estratégico.

Com relação às limitações da pesquisa, indicamos que a grande maioria dos gestores respondeu ao questionário sem compartilhá-lo com os demais membros da entidade. Neste sentido, conseguimos obter, na maioria das federações, a visão somente de uma única pessoa. Um outro ponto é o fato de não ter sido levantada previamente a quantidade de colaboradores (remunerados e não remunerados) pertencentes a essas federações de forma a obter a participação de um número maior de colaboradores ocupantes de diferentes cargos e níveis hierárquicos.

O presente trabalho não encerra as possibilidades de pesquisas futuras e, assim, sugerimos que sejam realizadas novas pesquisas sobre a adoção de práticas para a criação e a gestão do conhecimento em diferentes organizações, sejam de administração ou de prática do esporte, de outros segmentos, como o privado e o público, permitindo comparações sobre essas práticas no sentido de se aprofundar o desenvolvimento acadêmico do tema no âmbito da gestão das organizações esportivas brasileiras, possibilitando tomadas de decisões certeiras baseadas em evidências.

## **Referências**

AHMADJIAN, C. L. Criação do Conhecimento Interorganizacional: conhecimento e

- redes. In: **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008. p. 201–216.
- ARANTES, A. R.; BASTOS, F. DA C. **Gestão do conhecimento em redes de organizações esportivas**. Anais do 8o Congresso Brasileiro de Gestão do Esporte 2017. Anais...Curitiba: ABRAGESP, 2017aDisponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0B3SUUtxxIKPpf196NDVFUHJtWno4a2xCNFY1Q1NYYzJVRzBNSI94QWZoOEV3eTY2a3JRREU>>
- \_\_\_\_\_ **Comunicación interorganizacional entre entidades deportivas y el sector público: una revisión sistemática**. V Congreso de La Asociación Latinoamericana de Gerencia Deportiva. Anais...Buenos Aires: ALGEDE, 2017b
- BABIAK, K. Determinants of Interorganizational Relationships: The Case of a Canadian Nonprofit Sport Organization. **Journal of Sport Management**, v. 21, p. 338–376, 2007.
- BABIAK, K.; THIBAUT, L. Challenges in Multiple Cross-Sector Partnerships. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 38, n. 1, p. 117–143, 2009.
- BASTOS, F. DA C. **Gestão do Esporte no Brasil: reflexões sobre avanços, limites e desafios**. [s.l.] UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2016.
- BASTOS, F. DA C.; MAZZEI, L. C. **Gestão do Esporte no Brasil: desafios e perspectivas**. 1a. ed. São Paulo: Icone Editora, 2012.
- BENSON, J. K. The Interorganizational Network as a Political Economy. **Administrative Science Quarterly**, v. 20, n. 2, p. 229, jun. 1975.
- BETTENCOURT, M. P. DA L.; CIANCONI, R. DE B. Produção e Compartilhamento do Conhecimento Nuclear: um estudo de caso no instituto de engenharia nuclear da comissão nacional de energia nuclear (IEN/CNEN). **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 2, p. 175–187, 2012.
- CARELLI, F. G. et al. O Perfil dos Presidentes das Federações Olímpicas Mineiras. **Revista Univiçosa**, v. 8, n. 1, p. 628–635, 2016.
- CHELLADURAI, P. Multidimensionality and Multiple Perspectives of Organizational Effectiveness. **Journal of Sport Management**, v. 1, n. 1, p. 37–47, 1987.
- \_\_\_\_\_ **Managing organizations for sport and physical activity: a systems perspective / Packianathan Chelladurai**. 4a. ed. Arizona: Holcomb Hathaway, Publishers, Inc., 2014.
- CHOO, C. W. **A Organização do Conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: senac, 2003.
- DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1999.
- FLYVBJERG, B.; BUDZIER, A.; STEWART, A. **The Oxford Olympics Study 2016 : Cost and Cost Overrun at the Games**. Oxford: [s.n.].
- GIRGINOV, V. Management of Sports Development as an Emerging Field and Profession. In: **Management of Sports Development**. 1a. ed. Burlington: Elsevier Ltd., 2008. p. 3–37.
- GIRGINOV, V.; TOOHEY, K.; WILLEM, A. Creating and leveraging knowledge to promote sport participation: the role of public governing bodies of sport. **European Sport Management Quarterly**, v. 15, n. 5, p. 555–578, 2015.
- GOLDMAN, A. I. **Epistemology and cognition**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1986.
- HALBWIRTH, S.; TOOHEY, K. The Olympic Games and knowledge management: A



case study of the Sydney organising committee of the Olympic Games. **European Sport Management Quarterly**, v. 1, n. 2, p. 91–111, 2001.

HOULIHAN, B. Public Sector Sport Policy. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 40, p. 163–185, 2005.

HOULIHAN, B.; GREEN, M. **Comparative Elite Sport Development**. [s.l.] Elsevier Ltd., 2008.

JABLIN, F. M.; SIAS, P. M. Communication Competence. In: **The New Handbook of Organizational Communication: advances in theory, research, and methods**. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc., 2001. p. 819–864.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4a. ed. São Paulo: summus editorial, 2003.

\_\_\_\_\_ Percursos paradigmáticos e avanços epistemológicos nos estudos da comunicação organizacional. In: **Comunicação organizacional: histórico, fundamentos e processos**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 63–89.

\_\_\_\_\_ A comunicação nas organizações: dos fluxos lineares às dimensões humana e estratégica. In: **Comunicação organizacional estratégica: aportes conceituais e aplicados**. São Paulo: summus editorial, 2016. p. 392 p.

MARCHIORI, M. R. As interconexões entre cultura organizacional e comunicação. In: **Comunicação Organizacional**. São Paulo: [s.n.]. p. 293–320.

MATTAR, M. F. Gestão de clubes de futebol. In: **Gestão do Esporte no Brasil: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Ícone Editora Ltda, 2012. p. 119–137.

MEIRA, T. DE B.; BASTOS, F. DA C. Governança, organização e estrutura de políticas para o esporte. In: **Esporte de alto rendimento: fatores críticos de sucesso - gestão - identificação de talentos**. 1a. ed. São Paulo: Phorte editora, 2016. p. 99–128.

MINTZBERG, H. **Estrutura e Dinâmica das Organizações**. 4a. ed. Alfragide: Dom Quixote, 2010.

MISENER, K.; DOHERTY, A. Understanding capacity through the processes and outcomes of interorganizational relationships in nonprofit community sport organizations. **Sport Management Review**, v. 16, n. 2, p. 135–147, 2013.

NERY, L. C. P. et al. Gestão do Conhecimento e os Fatores de Inovação Organizacional na Gestão do Esporte Baseado no Fluxo de Conhecimento: uma Revisão Sistemática. **Brazilian Journal of Information Studies**, v. 12, n. 3, p. 64–85, 2018.

NONAKA, I. A empresa criadora do conhecimento. In: **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008. p. 39–53.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **The knowledge-creating company**. New York: Oxford University Press, 1995.

\_\_\_\_\_ **Criação de conhecimento na empresa**. 14a. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_ Teoria da criação do conhecimento organizacional. In: **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008. p. 54–90.

PARENT, M. M.; MACDONALD, D.; GOULET, G. The theory and practice of knowledge management and transfer: The case of the Olympic Games. **Sport Management Review**, v. 17, n. 2, p. 205–218, 2014.

PARK, S. H. Managing an Interorganizational Network: A Framework of the Institutional Mechanism for Network Control. **Organization Studies**, v. 17, n. 5, p. 795–824, 1 jan.

1996.

PEDROSO, C. A. M. DE Q. et al. Perfil do gestor desportivo das federações olímpicas do Estado de Pernambuco. **efdeportes.com**, v. 145, n. 15, p. 1, 2010.

PHILIPS, M.; DUNCOMBE, R. Knowledge Management And Transfer In 2010 Vancouver Olympic Winter Games. **American Journal of Engineering and Technology Research**, v. 16, n. 1, p. 78–85, 2016.

PIRES, G. M. V. DA S.; LOPES, J. P. S. DE R. Conceito de Gestão do Desporto. Novos desafios, diferentes soluções. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 1, n. 1, p. 88–103, 2001.

PITTS, B.; DANYLCHUK, K.; QUARTERMAN, J. A Content Analysis of the European Sport Management Quarterly and its Predecessor the European Journal for Sport Management : 1984-2012. **Sport Managemnt International Journal**, v. 10, n. 2, p. 45–72, 2014.

PITTS, B. G. Sport Management at the Millennium: A Defining Moment. **Journal of Sport Management**, v. 15, p. 1–9, 2001.

POLANYI, M. **The Tacit Dimension**. New York: Doubleday, 1966.

POWELL, W. W.; KOPUT, K. W.; SMITH-DOERR, L. Interorganizational Collaboration and the Locus of Innovation : Networks of Learning in Biotechnology Author ( s ): Walter W . Powell , Kenneth W . Koput and Laurel Smith-Doerr Published by : Sage Publications , Inc . on behalf of the Johnson Graduate Sch. **Administrative Science Quarterly**, v. 41, n. 1, p. 116–145, 1996.

QUATMAN, C.; CHELLADURAI, P. The Social Construction of Knowledge in the Field of Sport Management: A Social Network Perspective. **Journal of Sport Management**, v. 22, n. 6, p. 651–676, 2008.

QUINAUD, R. T.; MILISTETD, M.; NASCIMENTO, J. V. DO. Situações de aprendizagem profissional no ambiente de trabalho de gestores de federações esportivas catarinenses. **Journal of Physical Education**, v. 29, n. 1, 2018.

REBOUÇAS, N. A comunicação como agente de transformação do ambiente empresarial. In: **A comunicação como fator de humanização das organizações**. 1. ed. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2010. p. 185–201.

RODRIGUES, R. P. et al. Gestão da Política Intersetorial: contribuições do PELC. In: **Cadernos interativos – elementos para o desenvolvimento de políticas, programas e projetos intersetoriais, enfatizando a relação lazer, escola e processo educativo**. 1. ed. Brasília - DF: Gráfica e Editora Ideal, 2011. p. 24 p.

SCHONS, C. H. **Um estudo do processo de criação do conhecimento nas pequenas empresas de base tecnológica quando do desenvolvimento de novos produtos**. [s.l.] Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

SCOTT, D. **Contemporary Leadership in Sport Organizations**. Champaign: Human Kinetics, 2014.

SLACK, T.; PARENT, M. M. **Understanding Sport Organizations**. 2a. ed. Champaign: Human Kinetics, 2006.

TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. Criação e Dialética do Conhecimento. In: **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008. p. 17–38.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física**. 6a ed. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VAN GILS, M. R. Interorganizational Networks. In: **Handbook of Work and Organizational Psychology Volume 4: Organizational Psychology**. 2nd ed. ed. Hove: Psychology Press, 1998. p. 89–111.

VEAL, A. J.; DARCY, S. **Research Methods in Sport Studies and Sport Management: A Practical Guide**. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2014.

WEMMER, F.; EMRICH, E.; KOENIGSTORFER, J. The impact of coopetition-based open innovation on performance in nonprofit sports clubs. **European Sport Management Quarterly**, v. 16, n. 3, p. 341–363, 2016.

Artigo recebido em: 26/06/2019

Artigo aceito para publicação em: 09/09/2019



## O PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO NO BRASIL

### THE PROGRAM FORCES IN SPORTS AS A FACTOR OF SOCIAL INCLUSION AND SPORTIVE DEVELOPMENT IN BRAZIL

### EL PROGRAMA FUERZAS EN EL DEPORTE COMO FACTOR DE INCLUSIÓN SOCIAL Y DESARROLLO ESPORTIVO EN BRASIL

Pedro Georges Galvão<sup>1</sup>  
Renata Osborne<sup>2</sup>  
Roberto Ferreira dos Santos<sup>3</sup>  
Carla Isabel Paula da Rocha de Araujo<sup>4</sup>

**Resumo.** Muitas escolas não possuem espaço adequado para a prática esportiva. Uma alternativa a essa falta de estrutura tem sido a realização de projetos sociais esportivos. O objetivo deste estudo foi verificar se o Programa Forças do Esporte (Profesp), vertente do Programa Segundo Tempo, desenvolvido pelas Forças Armadas, é fator de inclusão social e desenvolvimento esportivo no Brasil. Foi realizada uma pesquisa mista, com aplicação de entrevista e questionários aos coordenadores de polos do programa. Verificamos que o Profesp apresenta algumas barreiras e facilitadores, pode trazer benefícios ou riscos, caso percam o foco principal, e possui pontos fortes e oportunidades de melhoria. Concluímos que o Profesp, por si só, não é fator determinante para a inclusão social e desenvolvimento esportivo do Brasil, pois atualmente não atende a percentual significativo, porém, atende a dezenas de milhares de crianças e adolescentes, o que já o coloca como uma polícia pública relevante para o Brasil.

**Palavra-chave:** Projetos sociais esportivos. Iniciação esportiva. Inclusão social. Desenvolvimento esportivo.

**Abstract:** many schools do not have adequate space for sports. An alternative to this lack of structure has

---

<sup>1</sup> Mestre em ciência da atividade física pela Universidade Salgado de Oliveira. Bacharel em educação física pela Escola de Educação Física do Exército. Bacharel em ciências militares pela Academia Militar das Agulhas Negras. Instrutor na Seção de Educação Física da Academia Militar das Agulhas Negras. (pedrogalvao@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em liderança educacional pela Universidade Florida Atlantic (EUA) e mestre em educação pela Pontifícia Universidade Católica. Professora titular da Universidade Salgado de Oliveira no programa de mestrado em ciências da atividade física, no qual ministra a disciplina métodos qualitativos. (rerafadeo@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutor em ciências do desporto e educação física pela Universidade do Porto e mestre em educação pela Universidade Federal Fluminense. Professor titular da Universidade Salgado de Oliveira no programa de mestrado em ciências da atividade física, no qual ministra a disciplina seminário de pesquisa. (rob.fersantos@oi.com.br)

<sup>4</sup> Doutora em ciências do desporto pela Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, validado pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora científica no Brasil e no exterior em parceria com equipes nacionais e internacionais. Pesquisadora do Centro de Estudos Olímpicos da UERJ. (carla\_mpompilho@hotmail.com)

been the implementation of social sports projects. The purpose of this study was to verify if the Program Forces in Sports (PROFESP), part of the Second Time Program developed by the Armed Forces, is a factor of social inclusion and sports development in Brazil. A mixed survey was carried out, with interview application and questionnaires to the program polo coordinators. We find that PROFESP presents some barriers and facilitators, can bring benefits or risks if they lose the main focus, and have strengths and opportunities for improvement. We conclude that PROFESP, by itself, is not a determining factor for social inclusion and sports development in Brazil, since it currently does not meet the significant percentage, but it serves tens of thousands of children and adolescents, which already puts it as a public politics relevant to Brazil.

**Keywords:** Social sports projects. Sports initiation. Social inclusion. Sports development.

**Resumen:** muchas escuelas no tienen espacio adecuado para la práctica deportiva. Una alternativa a esta falta de estructura ha sido la realización de proyectos sociales deportivos. El objetivo de este estudio fue verificar si el Programa Fuerzas en el Deporte (PROFESP), vertiente del Programa Segundo Tiempo desarrollado por las Fuerzas Armadas, es factor de inclusión social y desarrollo deportivo en Brasil. Se realizó una investigación mixta, con aplicación de entrevista y cuestionarios a los coordinadores del programa. Verificamos que el PROFESP presenta algunas barreras y facilitadores, puede traer beneficios o riesgos si pierden el foco principal, y tiene puntos fuertes y oportunidades de mejora. Concluimos que el PROFESP, por sí solo, no es un factor determinante para la inclusión social y el desarrollo deportivo de Brasil, pues actualmente no atiende el porcentaje significativo, pero atiende a decenas de miles de niños y adolescentes, lo que ya lo coloca como una la política pública relevante para Brasil.

**Palabras clave:** Proyectos sociales deportivos. Iniciación deportiva. Inclusión social. Desarrollo deportivo.

## 1 Introdução

A Unesco coloca a prática da educação física e do esporte como direito inalienável do ser humano ("esporte para todos"), o que também é previsto na Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e estimula o desenvolvimento de projetos e ações que promovam inclusão social. Na última Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Responsáveis pela Educação Física e pelo Esporte (MINEPS), Berlim (2013), que visa a ser uma facilitadora na troca de informações e conhecimentos em educação física e esporte, foram recomendadas políticas concretas que contribuam: a) para o acesso ao esporte como direito fundamental; b) para o estímulo a investimentos em programas de esporte e educação física; e c) para a preservação da integridade do esporte (UNESCO, 2013).

Por inclusão social, Spinieli (2018) entende que é a busca por oportunizar e criar, para todas as pessoas, condições de acesso e participação exequíveis, lembrando que a Constituição Federal de 1988 ordena que não haja discriminação de qualquer forma com nenhum cidadão,

garantindo assim a busca do direito de igualdade entre todos. Já Significados (2017) traz que a inclusão social é a busca de participação igualitária de todos os indivíduos por meio de um conjunto de ações que visa a esta garantia.

A escola é um ambiente propício às atividades educativas e apresenta intenso convívio social, devendo, por isso, ser encorajada a promoção de hábitos de vida saudáveis no seu ambiente. O estímulo a esses hábitos saudáveis deve ser inserido o quanto antes, aproveitando-se inclusive a formação da personalidade que ocorre na adolescência, quando se pode consolidar tais hábitos. Isso pode trazer benefícios para a vida adulta (ENES; SLATER, 2010). Porém, muitas escolas não têm infraestrutura adequada para a prática de atividades físicas e esportivas (espaços, instalações e material), e o desporto escolar torna-se, assim, sem objetividade. Aliado a isso, a baixa remuneração dos professores dificulta seu aprimoramento, até porque, via de regra, eles têm que pagar por conta própria para realizarem cursos de qualificação (MARIA; MARTINS; RENNÓ, 1997).

Cortes Neto, Dantas e Maia (2015) observaram que, além das escolas, o Brasil como um todo vem apresentando cada vez menos áreas disponíveis para atividades culturais, educacionais e sociais devido aos bolsões de moradias que têm aumentado. Com isso, o esporte, que é uma excelente opção para se enfrentar os problemas sociais que afetam o dia a dia das pessoas, principalmente de crianças e adolescentes, encontra cada vez mais dificuldade de ser praticado por falta de espaços adequados.

Aqui vale ressaltar que, por crianças, entende-se a pessoa até 12 (doze) anos incompletos, e por adolescentes a de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos (BRASIL, 1990).

Uma alternativa que tem surgido à falta de espaço para a prática de educação física e esportes nas escolas que não têm estrutura são os projetos sociais esportivos (PSE), ou projetos socioesportivos, que normalmente são desenvolvidos no contraturno escolar, mediante convênios e/ou parcerias entre escolas e outras instituições públicas e/ou privadas, ou mesmo pela implementação de políticas públicas nesse direcionamento. Um exemplo de política pública voltada para a prática de atividade física e esporte para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social é o Programa Forças no Esporte (PROFESP), desenvolvido dentro das Organizações Militares (OM) das Forças Armadas (FFAA), que é uma vertente do Programa Segundo Tempo (PST), do governo federal.

Como o desenvolvimento de políticas públicas ligadas ao desenvolvimento de programas/projetos sociais esportivos tem sido utilizado para compensar a problemática da falta de infraestrutura para a prática de atividade física e esporte nas escolas, este estudo teve por objetivo analisar a contribuição do Profesp para a inclusão social e o desenvolvimento esportivo do Brasil, através do oferecimento de infraestrutura adequada à prática de atividades físicas e esportes em grande parte do território

nacional.

## 2 Métodos

O presente estudo é uma pesquisa mista em que os componentes quantitativos e qualitativos se complementam, fazendo uma análise paralela (YIN, 2016).

Tal escolha se deu devido à grande complexidade existente entre as relações interpessoais, nas organizações, nos valores dos adolescentes, para que seja utilizado um único enfoque, mostrando que a pesquisa precisa ser multidisciplinar e multimetódica. Foi feita uma integração sistemática dos métodos qualitativo e quantitativo visando obter um panorama mais completo do fenômeno (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

Buscamos quantificar informações de forma que elas auxiliassem na identificação dos principais dados que nos dessem o panorama atual do Profesp. Além disso, complementamos os dados quantitativos com as visões, opiniões, críticas e sugestões de pessoas diretamente envolvidas na condução das atividades do programa nos seus polos espalhados por todo o Brasil, para dar mais qualidade à argumentação e discussão dos resultados obtidos.

Participaram os coordenadores do Profesp em todo o território nacional no ano de 2018, voluntários a participar das entrevistas e/ou responder aos questionários.

Considerando que existem 160 (cento e sessenta) organizações militares (OM) do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica que desenvolvem o Profesp (DE PAULA, 2018), conseguimos e-mail de 226 (duzentos e vinte e seis) coordenadores e professores diretamente envolvidos com o Profesp, para os quais enviamos questionários, dos quais obtivemos um retorno de 82 (oitenta e dois).

Além dos questionários, foram realizadas entrevistas com três coordenadores de OM da cidade do Rio de Janeiro, sendo um de cada Força Armada (Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira).

Foi realizada análise documental para melhor embasamento sobre os assuntos relacionados com o tema, como exclusão social, programas sociais esportivos, inclusão social através do esporte, iniciação esportiva e o desenvolvimento esportivo, Programa Segundo Tempo, Programa Forças no Esporte, as Forças Armadas e o esporte. Foram analisados artigos científicos, livros, documentos da ONU, Unesco, Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB), MD, PubMed, Scielo, Google Acadêmico, páginas de projetos socioesportivos na internet e outros.

O questionário e o roteiro de entrevista propostos foram validados em estudo piloto, realizado no polo do Profesp no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro (CPOR-RJ), onde, após serem realizados, foram aprimorados conforme as observações apresentadas pelos participantes voluntários daquele polo, com nova redação, inclusão e exclusão de perguntas.

As informações obtidas na análise documental, questionários e entrevistas foram analisadas separadamente e, posteriormente, trianguladas visando dar maior confiabilidade ao estudo, com uma análise mais completa das opiniões, atividades, processos e resultados do Profesp, como pode ser constatado no capítulo de apresentação e discussão dos resultados.

Obviamente alguns dados obtidos ficaram fora da pesquisa, sendo que os critérios de exclusão iniciais foram a falta de relacionamento com o tema do estudo ou a saturação dos dados, evitando-se qualquer tipo de tendenciosidade, buscando que a pesquisa seja sempre honesta, precisa e justa (Yin, 2016).

Ainda segundo Yin (2016), todo estudo, como este, com participação de humanos, exige prévia aprovação de um comitê institucional de ética (CIE).

Houve a aplicação de modos de proteção às pessoas, o que, neste caso, foram o respeito no tratamento de todos, a garantia de sigilo de identidade e confidencialidade a todos os participantes que responderam a questionários ou participaram de entrevistas. Além disso, todos preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes de sua participação, onde o participante indicou que era voluntário e entendia o propósito e a natureza da pesquisa.

### **3 Projetos Sociais Esportivos**

Inúmeros estudiosos e instituições no Brasil e no mundo publicam sobre Projetos Sociais Esportivos (PSE), apontando características, pontos positivos e negativos, facilitadores e barreiras para a execução, entre muitos outros aspectos que visam a analisar sua realização e contribuir para que os projetos sejam aprimorados, priorizando e potencializando a formação cidadã completa das crianças e adolescentes participantes, além de contribuir para a inclusão social desse público, em especial os que vivem em situação de vulnerabilidade social, ou seja, que estão à margem da sociedade, passando por processo de exclusão.

Segundo a Unesco (2013), os programas de educação física e esporte devem trazer conteúdo e ser desenvolvidos de maneira que auxiliem na criação de hábitos e padrões de comportamento que indiquem o pleno desenvolvimento do indivíduo. Devem-se buscar atividades que apresentem maior valor educacional, focando na formação da criança e do jovem.

O profissional de educação física dedicado e comprometido, que entende a importância do esporte para a transformação social, favorece o desenvolvimento de características como respeito, solidariedade, fraternidade, honestidade e responsabilidade, que são valores inseridos no contexto do ser humano integral. Programas sérios e compromissados com o bem-estar da sociedade contribuem para trazer felicidade e uma perspectiva positiva à vida dos participantes (SANCHES FILHO; BARRETO, 2010).

Os programas de educação física e esporte devem contar com instalações e equipamentos adequados e suficientes para que haja uma participação massiva e segura, seja no



horário escolar ou no contraturno, exigindo de todos os agentes (governos, autoridades públicas e privadas) a união de esforços e o correto planejamento para a execução dos programas (Unesco, 2013).

A falta de infraestrutura esportiva nas escolas faz com que o direito fundamental de crianças e adolescentes à prática de atividade física e esporte não seja respeitado. De um total de 144,5 mil escolas de ensino fundamental e médio existentes no Brasil (FORTUNA, 2018), apenas 0,58% (838 escolas) foram consideradas escolas ativas, que são as que possuem estrutura e distribuição de tempo adequadas à prática das atividades físicas, no último relatório do PNUD, da ONU (GAZETAONLINE, 2017). É um número muito pequeno de escolas em condições de garantir às crianças e adolescentes o seu direito à prática de atividade física e esporte. Esse número se torna ainda mais relevante quando vemos que, das 116 mil escolas de ensino fundamental, 34,5% (40 mil escolas) possuem instalações esportivas, e das 28,5 mil instituições de ensino médio, 39,3% (11,2 mil escolas) possuem instalações esportivas (THOMÉ, 2017), o que nos mostra que mesmo muitas escolas que, tendo estrutura, ou não fazem sua adequada manutenção para que estejam em condições de utilização ou simplesmente não destinam tempo para a prática de atividade física e esporte.

Vários estudos como os de De Castro e SOUZA (2011), Souza, Castro e Vialich (2012) e Souza, Castro e Mezzadri (2012) concordam em que a participação de crianças e adolescentes em projetos sociais esportivos apresenta muitos facilitadores e barreiras. Entre os facilitadores temos: a) o fato de o projeto ser percebido como um "porto seguro", pois afasta as crianças das ruas, drogas, violência e criminalidade, protegendo-as da marginalidade; b) acesso à prática desportiva; c) incentivo por parte dos pais e/ou responsáveis; e d) oferta de oportunidades educacionais. Entre as barreiras encontradas, temos: a) a falta de segurança nos bairros onde as crianças moram e/ou o projeto é desenvolvido, principalmente no trajeto até o local das atividades devido à violência na região que pode vir a vitimar os participantes ou levá-los a abandonar o programa; b) obrigações domésticas que são impostas a algumas crianças e adolescentes; c) falta de participação de alguns pais e/ou responsáveis; e d) o clima, dependendo da região, pois o frio ou calor excessivo, assim como a chuva, podem atrapalhar as atividades em locais que não haja proteção. Como muitos projetos trabalham com voluntários, isso pode se transformar em problema, pois eles podem não ter o mesmo comprometimento e não ter a formação pedagógica adequada. Alguns fatores como esses interferem na implementação de programas, assim como os materiais disponíveis para a execução e a participação ou não dos pais/responsáveis.

Em 1978, a Unesco divulgou a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte, em que coloca o esporte e a educação física a serviço do progresso humano, promovendo o seu desenvolvimento. Dentre os principais pontos da Carta, destaco: para o desenvolvimento da personalidade, a educação física e o esporte contribuem de forma essencial, devendo ser

considerados direitos fundamentais o acesso a tais práticas, em que se busca desenvolver aptidões físicas, morais e intelectuais. Para o indivíduo, elas contribuem para melhora e manutenção da saúde, sendo atividade de lazer saudável, contribuindo para a diminuição e superação de fatores causadores de *stress*. Para a sociedade, elas contribuem para o aprimoramento das relações sociais (UNESCO, 2013).

A Unesco (2013) mostrou que por meio da prática esportiva podem-se reforçar valores positivos como o companheirismo, o espírito de equipe e o *fairplay*, dentre outros. Com isso o esporte e a educação física contribuem para a socialização e desenvolvimento humano de crianças e adolescentes. Além dos valores, também contribuem para o ensinamento de regras de convivência e respeito aos demais. Outro benefício é no que tange à saúde, já que com a prática esportiva há estímulo para se obter um estilo de vida mais saudável, contribuindo inclusive para a diminuição de gastos públicos com saúde e segurança pública. Além de ser bom para o próprio indivíduo no que se refere aos aspectos de desenvolvimento humano e social, o esporte também é capaz de reunir em torno da prática esportiva pessoas de raças, credos e crenças totalmente diferentes.

Segundo Osborne e dos Santos (2015), as quatro horas de ensino ofertadas pela maioria das escolas não são suficientes para atender as necessidades dos jovens. Uma dificuldade para a solução dessa situação é a falta de continuidade dos projetos educacionais governamentais, que normalmente são deixados de lado por novos governos, inviabilizando, assim, a efetivação de projetos significativos. Os autores mostraram a preocupação de que haja a realização de projetos esportivos sem bases educacionais, apenas utilizando o esporte como ferramenta política e sem contribuir para o desenvolvimento do povo.

Em seu estudo sobre competitividade e inclusão social por meio do esporte, Azevedo e Gomes Filho(2011) mostram que as críticas à busca obsessiva pelo rendimento em detrimento de outros valores humanos existem e são corretas, porém todo esporte deve apresentar "testes artificiais" aos participantes que envolvam o desempenho de habilidades físicas. Além disso, como os esportes de alto rendimento são regulados por ligas e federações, podem vir a representar uma ocupação duradoura no futuro, dependendo do nível de excelência atingido pelo praticante. E os praticantes de modalidades esportivas, sejam elas realizadas por instituição social (sem competição) ou como esporte institucionalizado, saem ganhando de algum modo, seja em saúde e qualidade de vida, formação cidadã, seja como opção de ocupação ou de carreira.

#### **4 O Exército Brasileiro e o Esporte – o caminho até o Profesp**

Há uma íntima ligação entre o esporte e a atividade militar, sendo o primeiro visto como a forma mais econômica e próxima para se imitar a dura realidade do combate (tanto pelo lado fisiológico, quanto físico e emocional) no dia a dia da caserna (quartéis). Ao treinar seus

soldados usando o esporte, fazendo-os buscar o seu melhor atuando sozinhos ou em grupos nas quadras, pistas, piscinas ou campos, os chefes militares também estão preparando sua tropa para buscar superar desafios em combates reais (RIBAS, 2007).

Em sua palestra para o Curso de Bacharel em Educação Física da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), o historiador do Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx), coronel (Cel.) R/1 Mauro Secco, falou sobre o envolvimento histórico do Exército Brasileiro (EB) com as atividades físicas e o esporte, que remonta aos idos de 1915 e permanece até os dias atuais, como mostra a linha do tempo abaixo:



**Figura 1** – Linha do Tempo do Esporte no Exército Brasileiro  
**Fonte:** Mauro Secco

Segundo Secco (2017), em 1929 foi formada, no Centro Militar de Educação Física (CMEF), embrião da EsEFEx, a primeira turma de militares e civis diplomados em educação física no Brasil, no Curso Provisório de Educação Física. A partir de 1930, já sediada na Fortaleza de São João, foram reorganizados e reiniciados regularmente os cursos de Instrutor e de Monitor de Educação Física, de Especialização em Medicina e Mestre D'Armas, mostrando a vocação da EsEFEx para influenciar a educação física no Brasil e no mundo, com a presença de alunos do exterior.

Em 1936 a EsEFEx organizou sua primeira "colônia de férias", atividade precursora do esporte recreativo como inclusão social, a qual funciona até os dias atuais, sendo a mais antiga do país, recebendo centenas de crianças, inclusive portadoras de necessidades especiais.



A "Colônia de Férias" iniciada em 1936.

**Figura 2** – 1ª Colônia de Férias da Escola de Educação Física do Exército, 1936  
**Fonte:** Mauro Secco

Ainda sobre o esporte e atividade física voltados para crianças e adolescentes, o EB dá grande ênfase à educação física nos seus colégios militares, realizando, inclusive, os “Jogos da Amizade do Sistema Colégio Militar do Brasil”, competição anual que promove o conagraçamento desses colégios por meio do esporte, visando harmonizar a prática esportiva, valorizando o caráter educativo do esporte, desenvolvendo atributos da área afetiva (respeito, dedicação, companheirismo, espírito de corpo, dentre outros) que são necessários à formação do cidadão, além de estimular o desempenho escolar (SECCO, 2017).



JOGOS DA AMIZADE: competição entre os Colégios Militares

**Figura 3** – Jogos da Amizade do Sistema Colégio Militar do Brasil

**Fonte:** Mauro Secco

Aumentando ainda mais sua ligação com a atividade física, em 2013 as FFAA e o EB aderiram à execução de projetos sociais esportivos dentro de suas organizações militares (OM) por meio do Programa Forças no Esporte (PROFESP), a vertente do Programa Segundo Tempo (PST) do governo federal, desenvolvida pelo Ministério da Defesa (MD).

Esse programa foi normatizado através da Portaria Normativa Interministerial N° 2.203/MD/ME, de 26 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) n° 147, Seção 1, de 1° de agosto de 2013, que prevê, dentre outras coisas:

Art. 1° - Instituir a formalização do Programa Forças no Esporte (Profesp), com a finalidade de proporcionar atividades esportivas e físicas saudáveis para a comunidade em geral, priorizando o atendimento de crianças, adolescentes e jovens em estado de vulnerabilidade social, nos termos desta Portaria Normativa Interministerial.

§ 1° - (...).

§ 2° - (...).

§ 3° - A contribuição para a melhoria da qualidade de vida, o acesso à prática esportiva educacional orientada, bem como a descoberta, o desenvolvimento e o acompanhamento de novos talentos esportivos, terão como suporte a utilização das instalações esportivas, dos equipamentos esportivos, da infraestrutura e da logística disponibilizados pelas Organizações Militares (OM) das Forças Armadas que aderirem ao Programa, em parceria com a comunidade, iniciativa privada, demais segmentos do poder público, terceiro setor e o sistema esportivo organizado civil e militar.

Art. 2° - As OM participantes do Profesp deverão:

- I - propor campanhas promocionais, estratégias de marketing e ações ajustadas às necessidades das comunidades a serem atendidas;
- II - identificar as necessidades, existentes e potenciais, das comunidades próximas;
- III - monitorar o desenvolvimento do Programa na localidade onde for implantado, por meio de análises estatísticas, tendências e perfis;
- IV - divulgar a existência do Programa como ferramenta para geração de oportunidades para crianças e jovens carentes;
- V - divulgar os eventos esportivos realizados na OM ou aqueles dos quais irá participar;
- VI - trabalhar em conjunto com terceiros envolvidos na promoção e captação de investimentos destinados ao desenvolvimento do esporte; e
- VII - elaborar em conformidade com as diretrizes e metodologias do Programa Segundo Tempo (PST), seus projetos e respectivos planos de trabalho (BRASIL, 2013, p. 10).

O Profesp busca a educação integral, fazendo uma sintonia entre as atividades e a vida, possibilidades, necessidades e interesses dos alunos. Atuando no contraturno escolar dentro de instalações militares com boa infraestrutura esportiva, o programa busca o desenvolvimento físico, intelectual, cultural, humanístico, artístico e sanitário. Ele estimula a responsabilidade das crianças e adolescentes, lembrando-as dos seus direitos e deveres, fazendo-os cidadãos criativos, participantes e empreendedores, que ajudarão o Brasil e a humanidade na promoção da paz e da fraternidade e na busca da justiça e da solidariedade. Um exemplo é o polo da Base Aérea de Natal, que, em seu relatório no final do ano de 2015, apontou como resultados alcançados a diminuição da violência familiar, fortalecimento da consciência ambiental, aumento do interesse pelas atividades esportivas, melhora no rendimento pedagógico, progresso no convívio e na integração social, melhora das condições de saúde e recuperação da autoestima (JANUZZI; GUEDES, 2015).

Atualmente o Profesp está presente em 111 municípios, 26 estados e no Distrito Federal, sendo executado em 160 organizações militares das FFAA, atendendo a 23.731 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos de idade (DE PAULA, 2018). Ele é uma parceria interministerial envolvendo, além do MD (responsável pela coordenação das atividades nas OM, além de atendimento médico, odontológico e assistência social, transporte e monitores), o Ministério do Esporte (ME) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). O ME paga os professores e estagiários enquanto que o MDSA é o responsável pelos custos de alimentação dos participantes (BRASIL, 2018).

Em minha opinião, os números do Profesp ainda são pequenos em relação ao potencial do programa, se levada em consideração a quantidade de organizações militares das Forças Armadas espalhadas por todo o Brasil. Vale lembrar também que o programa é uma vertente que serve de apoio e complementação do Programa Segundo Tempo. Acredito que os dois programas podem e devem ser ampliados para que possam atingir a quase totalidade das crianças brasileiras, para que, assim, o Estado cumpra seu papel constitucional de fazer valer para as crianças e adolescentes do país o seu direito inalienável de acesso à educação física e ao

esporte, principalmente nos locais onde as escolas não possuem, nem tem como possuir, por falta de espaço, estruturas compatíveis para a adequada prática de atividades físicas. Essa última realidade, a da falta de instalações esportivas adequadas, faz com que a ampliação de programas como estes, PST e Profesp, seja de suma importância para o combate ao sedentarismo, com a inclusão social e o desenvolvimento completo das crianças e adolescentes brasileiras. Tais programas deveriam ter caráter permanente nas regiões onde não há como as escolas oferecerem educação física e esporte para todos.

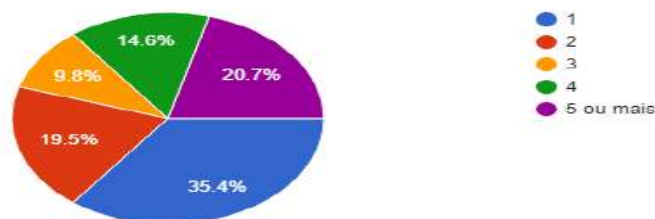
Segundo o Portal Brasil (2018) o programa promove o desenvolvimento integral dos jovens, além de democratizar o acesso à cultura do esporte através de atividades de lazer, atividades esportivas educacionais e atividades complementares (ações cívico-sociais, reforço escolar, alimentação saudável e de qualidade, orientações de civismo, de cidadania, palestras e campanhas educativas, além de desenvolvimento de habilidades profissionais). Pelo trabalho desenvolvido no Profesp, o programa concorreu em 2016 ao prêmio internacional *Peace & Sport Award*, em Mônaco, que foi criado em 2008 pela “*Peace and Sport, L’Organization pour la Paix par le Sport*”, agraciando instituições e pessoas que tenham contribuído para o diálogo, a estabilidade social e o desenvolvimento da paz no mundo por meio do esporte.

## **5 Apresentação e discussão dos resultados**

Através da revisão da literatura, principalmente, buscamos identificar em diversas análises, as características marcantes de vários programas/projetos sociais esportivos (PSE) realizados por entes privados e/ou desenvolvidos a partir de políticas públicas governamentais. Os questionários e entrevistas visaram analisar, além dos aspectos já observados na revisão da literatura, o panorama atual do Profesp em todo o Brasil. Abordamos os resultados obtidos após a aplicação dos questionários, relacionando suas respostas com as respostas das entrevistas e com a revisão da literatura. Eles foram enviados aos coordenadores do Profesp das 160 organizações militares (OMs) das FFAA em que há polos do programa (para se ter ideia, somente o Exército Brasileiro possui 648 OMs, mostrando que o programa ainda pode ser difundido e implementado em muitos outros quartéis das FFAA, pois o percentual ativo ainda é pequeno.

### Quantos professores(as) / orientadores (as) trabalham em seu polo?

82 respostas



**Figura 4** – 1º questionamento

Foi observado que mais da metade das OMs (54,9%) possuem apenas um ou dois professores para orientar as atividades das crianças. Pelas respostas das entrevistas, foi observado que as OMs hoje enfrentam uma grande dificuldade administrativa para contratação de pessoal capacitado (professores): “Atualmente os militares conduzem as atividades, pois existem entraves administrativos que nos impedem de contratar professores autônomos”, afirmou o entrevistado 3. Assim, uma saída é a execução de parcerias para, a partir delas, contratar os profissionais das diversas áreas: “Como não conseguimos contratar diretamente os professores, buscamos parcerias com instituições e empresas, expondo suas marcas nos uniformes e locais de atividades em troca da contratação dos profissionais pelos parceiros”, afirmou o entrevistado 2. Essas questões administrativas, com soluções diferentes em cada Força Armada, fazem com que não haja uma padronização de execução do Profesp em todos os polos. Como resultado, há prejuízo aos participantes, já que o núcleo que não pode contratar e não consegue realizar parcerias não monta equipe de trabalho multidisciplinar, com profissionais como pedagogos(as), nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos(as), profissionais de educação física, dentre outros.

O ideal é que esses entraves administrativos que Exército e Força Aérea vêm apresentando para a contratação direta de profissionais sejam solucionados. Assim, os núcleos, ao receber recurso dos ministérios para realizar a contratação de todos os profissionais necessários, poderão fazê-lo e prestar o melhor apoio possível às crianças e adolescentes participantes do programa.



### Quantos estagiários(as) trabalham em seu polo?

82 responses

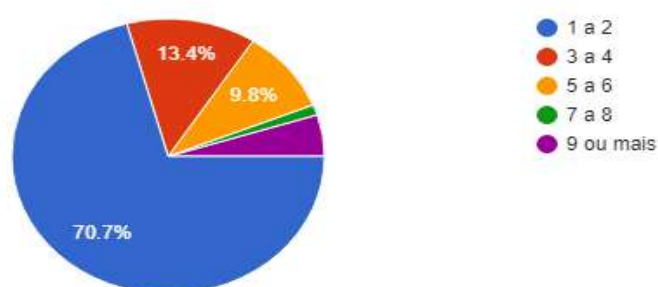


Figura 5 – 2º questionamento

Observou-se que 70,7% das OMs não possuem mais que 2 (dois) estagiários para apoiar as atividades. Esse baixo contingente ocorre porque, apesar de contar como estágio para as universidades, ele não é remunerado, não há auxílio transporte ou qualquer outro incentivo, principalmente financeiro (devidos aos entraves administrativos mencionados no questionamento anterior), que atraia os estudantes para realizar essa atividade extracurricular. Os Ministérios têm de apoiar os núcleos com recursos financeiros suficientes para a remuneração dos estagiários e pagamento de auxílio-transporte a eles, para ser mais atrativo, revertendo em benefício direto aos participantes, além de auxiliar na busca pela solução das barreiras administrativas que inviabilizam a contratação direta.

### Em qual região do Brasil se localiza o polo em que o senhor(a) trabalha?

82 responses

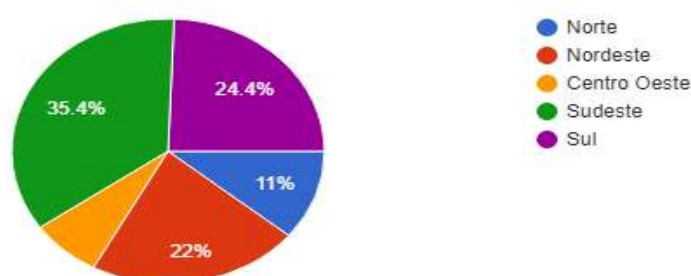


Figura 6 – 3º questionamento

A representatividade nacional das respostas ao questionário seguiu percentual muito similar à distribuição das organizações militares que desenvolvem o Profesp pelo Brasil, informada pela CDMB, pois hoje temos 16,9% dos programas na Região Norte (contra 11% de retorno), 21,9% na Região Nordeste (contra 22% de retorno), 10% na Região Centro-Oeste

(contra 7,3% de retorno), 30% na Região Sudeste (contra 35,4% de retorno) e 21,3% na Região Sul (contra 22% de retorno). Isso pode indicar que a nossa amostra foi bastante representativa em nível nacional.

### O senhor(a) trabalha, no PROFESP, com crianças de qual faixa etária? (marque mais de uma alternativa, se for o caso)

82 responses

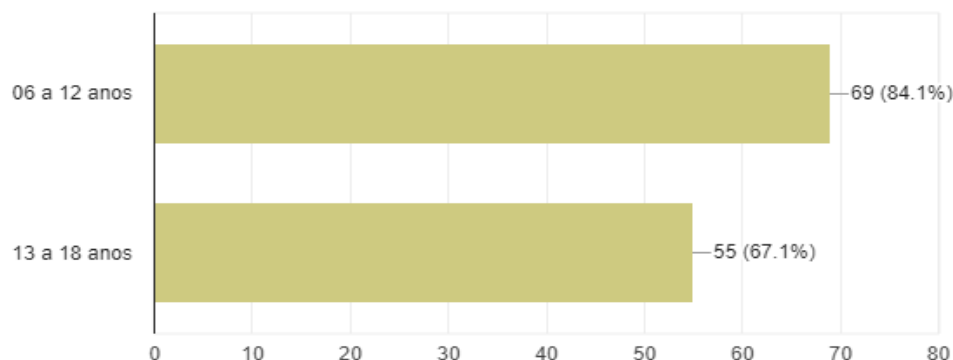


Figura 7 – 4º questionamento

Aqui pudemos constatar que os polos em funcionamento abarcam crianças de várias idades, tendo grupos de crianças e grupos de adolescentes. Isso requer que haja uma divisão das atividades para melhor aproveitamento de todos, de acordo com a fase de desenvolvimento de cada um. Assim, a fase de maturação e de desenvolvimento corporal será respeitada, e o aproveitamento da atividade será mais eficiente.

### Qual o número de crianças e jovens participantes do PROFESP em seu polo?

82 responses

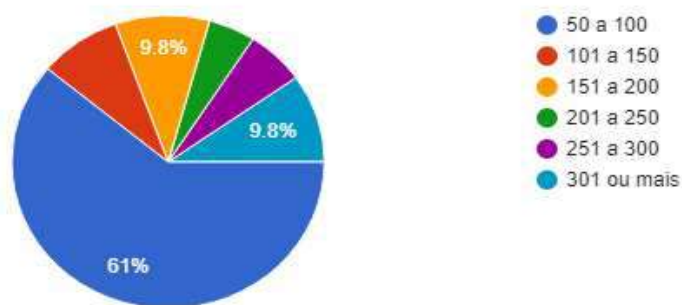
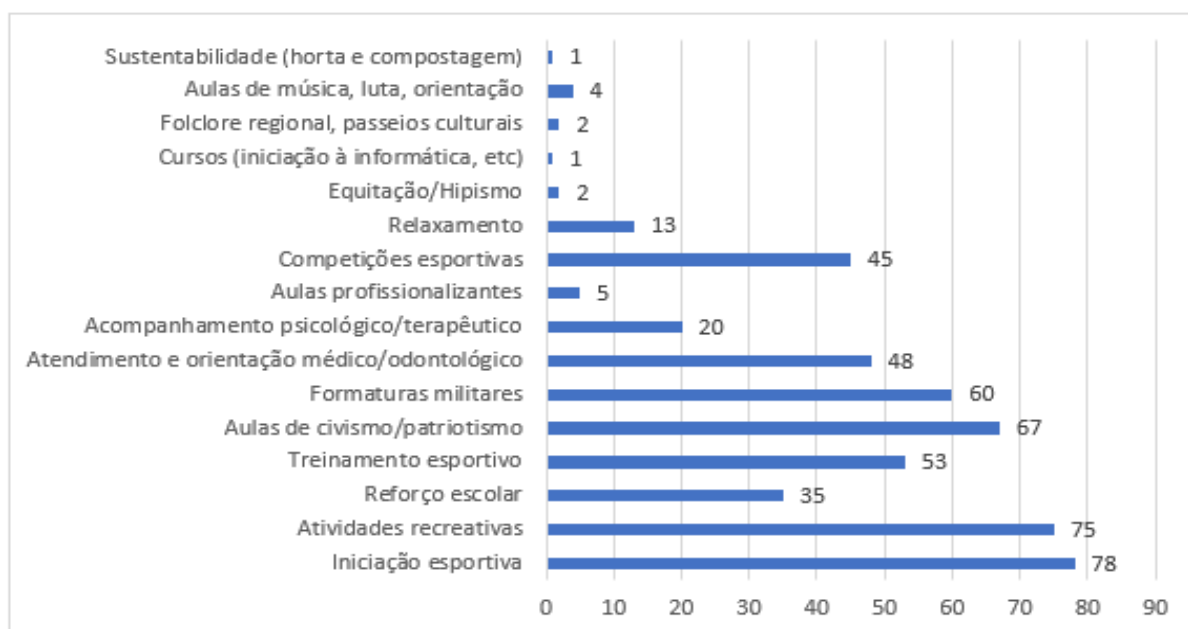


Figura 8 – 5º questionamento

Observou-se que 61% das OMs trabalham com até 100 participantes. Isso pode ser resultado da falta de capacidade de receber efetivo maior devido à não existência de instalações ou, simplesmente, por falta de estudo prévio de capacidade de alunos para aquele polo do programa, o que pode vir a subestimar o potencial daquela OM quanto ao número de crianças apoiadas. Em todo o Brasil, o Profesp atende a 23.731 crianças e adolescentes de 6 a 18 anos. Segundo informações do IBGE (2017), existem, entre 6 e 14 anos, 26,2 milhões de crianças e adolescentes em escolas, sendo 99,2% do total existente nesta faixa etária. Isso nos mostra que o programa do MD atualmente alcança um número muito pequeno de crianças e adolescentes. Considerando ainda que existem cerca de 850 organizações militares das Forças Armadas em todo o país (EB, 2018; FAB, 2018; MARINHA, 2018) e que apenas 160 delas, ou seja, cerca de 18,8%, possuem núcleos do Profesp, dos quais 61% atendendo somente 100 crianças e adolescentes, observa-se que o programa tem potencial muito maior, tanto em quantidade de núcleos quanto, conseqüentemente, em quantidade de participantes. Porém, a implantação do Profesp nas OMs não é obrigatória, ficando a mercê do poder discricionário de cada comandante a sua implantação. Como muitos desses responsáveis por OMs não priorizam essa atividade, tendo em vista que a atividade militar é a atividade finalística dos seus quartéis, não o desenvolvimento do Profesp, muitas crianças deixam de ser beneficiadas pelo programa em todo o Brasil.

**De quais atividades as crianças e adolescentes do seu polo participam? (marque mais de uma alternativa, se for o caso)**



**Figura 9** – 6º questionamento

Com as respostas a este questionamento, vemos que, de acordo com a criatividade e dedicação dos coordenadores e professores do Profesp, inúmeras atividades podem e são

oferecidas para contribuir com a formação cidadã do participante do programa. Porém, as atividades que podemos considerar como básicas de quase todos os polos são: iniciação esportiva, atividades recreativas, aulas de civismo/patriotismo, participação em formaturas militares, atendimento e orientação médico/odontológico e o treinamento esportivo. Todas essas atividades são realizadas em pelo menos metade dos polos dos respondentes. Sendo que foi identificado nas entrevistas que os núcleos, em sua maioria, sofrem com entraves administrativos para a contratação de pessoal, o desenvolvimento de atividades variadas fica condicionado à realização de parcerias, em que os parceiros contratam os profissionais, sendo que nem todos os polos conseguem realizar parcerias.

### Quais refeições são servidas para os alunos? (marque mais de uma alternativa, se for o caso)

82 responses

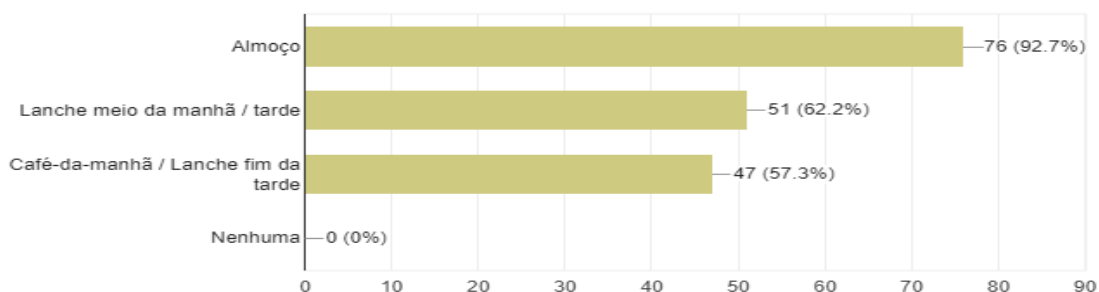


Figura 10 – 7º questionamento

### Qual a qualidade da alimentação fornecida pela OM sede do programa?

82 responses

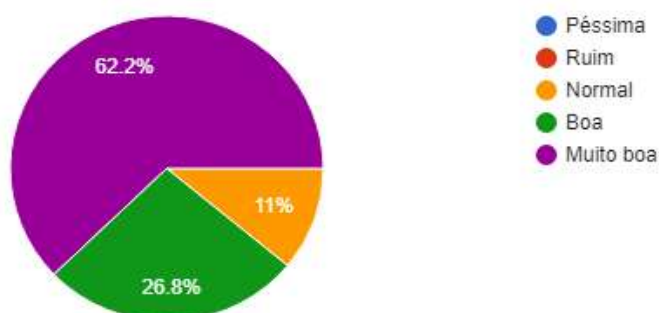


Figura 11 – 8º questionamento

Para 62,2% dos respondentes, a alimentação pode ser considerada de muito bom nível. As OMs que ainda têm uma alimentação considerada boa ou normal devem ser estimuladas a oferecer, a cada dia que passa, uma alimentação melhor para crianças e adolescentes, atingindo

um padrão muito bom. Todas as refeições devem ser de excelente qualidade. Porém, visando melhorar inicialmente as atividades, sugere-se que o almoço, que é realizado em 92,7% dos polos, seja paulatinamente aprimorado. Assim, quase que a totalidade dos participantes sentirão os benefícios da melhoria.

Um ponto positivo a ser destacado é o de que nenhum dos respondentes dos questionários considerou a comida ruim ou péssima. Em se tratando de alimentação e sabendo-se que nem todos possuem o mesmo paladar, as mesmas opiniões, isso é um ponto importante.

### Como as crianças e jovens chegam e saem das Organizações Militares (OM)?

82 responses



Figura 12 – 9º questionamento

Podemos ver que não há uma padronização sobre como os participantes do Profesp se deslocam de suas escolas ou residências para as OMs. Utilizam de meios próprios para esse deslocamento 35,4% das crianças e adolescentes, o que não vejo como sendo o ideal, pois pode vir a dificultar a participação deles no programa. Outros 62,1% são levados através de transporte fornecido pelas prefeituras, ou pelas próprias Oms, ou pelas escolas ou recebem carteirinhas que lhes possibilitam o transporte gratuito, o que deveria ser o padrão em todos os polos, ou seja, que o participante não utilizasse recursos próprios para chegar ao local de sua atividade, tendo em vista que estamos falando de uma política pública.

Considero que, para garantir a adesão e permanência do maior número de crianças possível, o ideal é que o transporte lhes seja ofertado, por quaisquer que sejam os meios.

### Há acompanhamento, por parte da coordenação do programa, do rendimento escolar das crianças e jovens participantes?

82 responses

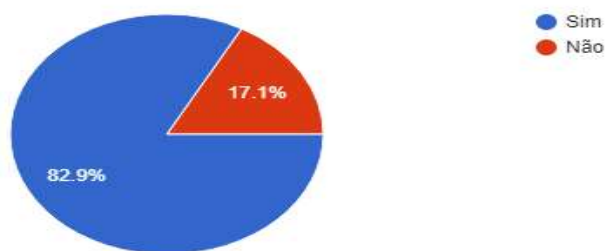


Figura 13 – 10º questionamento

Julgamos este fato (F 13) como um aspecto muito positivo para incentivar as crianças e adolescentes a se manterem com bom desempenho escolar. Do total dos respondentes, 82,9% mostram que seus polos acompanham os resultados escolares dos seus participantes. Nas entrevistas confirmamos esse fato, porém cada OM busca essa informação da maneira que bem deseja, não há padronização.

“Realizamos reunião no início e no encerramento das atividades, quando verificamos com os pais e com os representantes das escolas se houve mudança no comportamento e no rendimento escolar dos nossos jovens”, respondeu o entrevistado 2.

Já o entrevistado 1 disse que: “Buscamos realizar reuniões mensais com as escolas e semestrais com os pais, para verificar se houve mudança positiva ou negativa no comportamento dos meninos e meninas em casa e na escola”.

### Existe desistência de participantes? Em caso positivo, tem conhecimento dos motivos que levam a tais desistências?

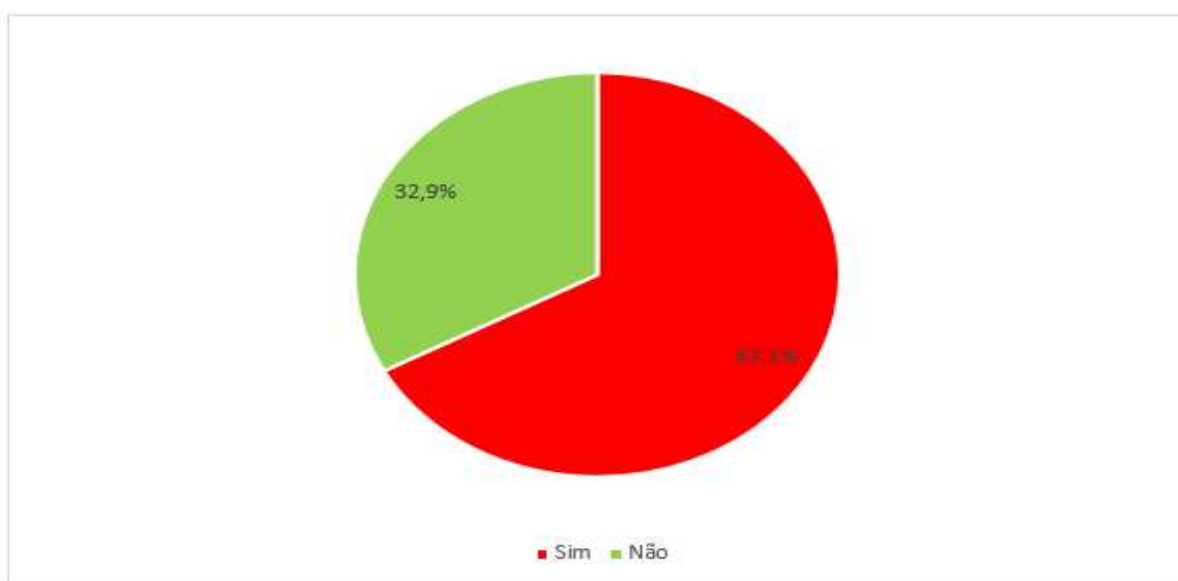


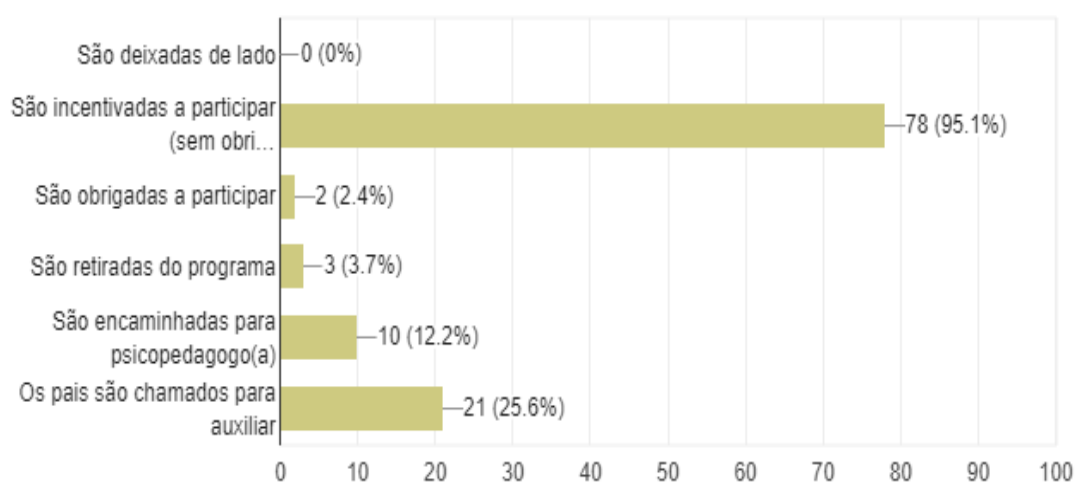
Figura 14 – 11º questionamento

Um dado que chamou a atenção foi de que 67,1% dos participantes desistem do Profesp, o que considero um índice muito elevado. Para buscar melhorias no programa, devem-se conhecer os motivos das desistências.

Segundo os respondentes, somente 2,4% não têm conhecimento dos motivos de desistência. Os motivos relatados, que levam à evasão do programa costumam ser a mudança de endereço ou de escola, falta de comprometimento do participante e/ou do familiar, necessidade de auxiliar no sustento de casa, mau comportamento e/ou indisciplina por parte do participante que não se adapta à rotina e exigências do programa e a dificuldade de acesso ao programa devido à dificuldade de transporte ou de locomoção dentro das comunidades. Esses motivos se alinham a barreiras existentes em vários outros projetos sociais esportivos, como já citado por De Castro e Souza (2011), Souza, Castro e Vialich, (2012) e Souza, Castro e Mezzadri(2012).

### Qual o tratamento dado às crianças ou jovens que não querem participar das atividades? (marque mais de uma alternativa, se for o caso)

82 respostas



**Figura 15** – 12º questionamento

Este questionamento nos trouxe um retorno interessante, mostrando que, em 95,1% dos polos do Profesp respondentes, as crianças e adolescentes são estimuladas ou incentivadas a participar de todas as atividades, mesmo nos momentos em que se recusam, mas sem obrigatoriedade e, em algumas situações (25,6%), com a presença dos pais para auxiliar nesse incentivo. Esta última medida pode contribuir sobremaneira para que os que estão isolados voltem a participar das atividades com o restante do grupo, tornando a atividade ainda mais

inclusiva. Além desta, em alguns polos (12,2%) as crianças e adolescentes são encaminhadas a profissional capacitado, psicopedagogo(a) para a tentativa de reincluir o participante.

### As atividades esportivas das crianças de 06 a 12 anos são mais voltadas para quais aspectos? (marque mais de uma alternativa, se for o caso)

82 respostas

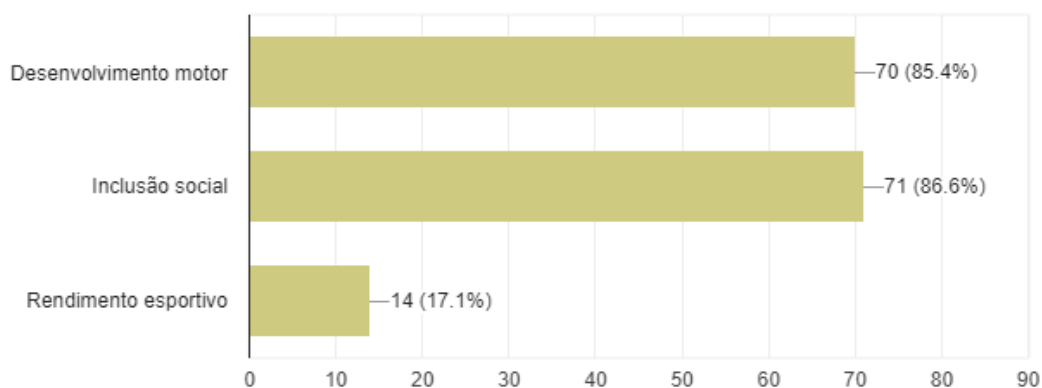


Figura 16 – 13º questionamento

### As atividades esportivas das crianças de 13 a 18 anos são mais voltadas para quais aspectos? (marque mais de uma alternativa, se for o caso)

82 respostas

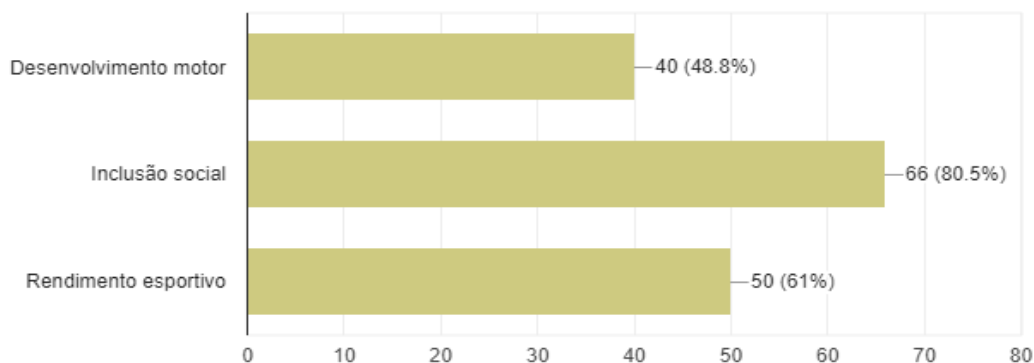


Figura 17 – 14º questionamento

Esses últimos dois questionamentos nos mostram uma realidade importante, de que a maioria das OMs que desenvolvem o Profesp busca respeitar as fases de desenvolvimento das crianças e adolescentes, evitando, por exemplo, a busca precoce pelo rendimento esportivo para crianças abaixo de 12 anos, o que só acontece em 17,1% dos polos dos respondentes e pode ser prejudicial às crianças, como também observaram Gregório e Silva (2014) e Milistetd e Colaboradores (2014). O foco do programa, mesmo na parte esportiva, deve ser o



desenvolvimento motor e a inclusão social, ensinando às crianças e adolescentes participantes os valores inerentes ao esporte, para contribuir com a formação cidadã desses jovens brasileiros. O surgimento de expoentes esportivos deve ser uma consequência de uma iniciação esportiva bem realizada, com foco no desenvolvimento motor completo das crianças e adolescentes.

São realizados quais testes para mensurar o desenvolvimento das qualidades físicas das crianças ou jovens? (marque mais de uma alternativa, se for o caso)

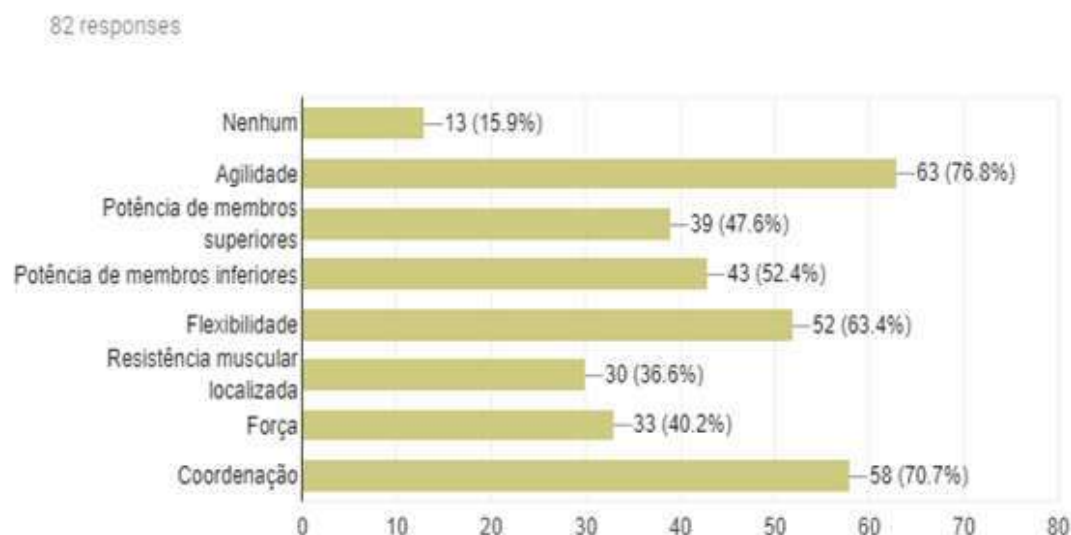


Figura 18 – 15º questionamento

Testes de acompanhamento são sempre importantes, principalmente quando falamos de atividade física e esporte, para sabermos se está havendo resultados positivos ou negativos após certo período de realização das atividades. Estas devem contribuir para o aprimoramento motor e a saúde dos participantes.

Apenas 15,9% dos polos do Profesp respondentes não realizam esse tipo de acompanhamento, mostrando que esta prática comum e importante da educação física não vem sendo negligenciada em grande parte dos polos do programa.

As crianças ou jovens que se destacam nas modalidades esportivas têm algum tipo de tratamento diferenciado? (marque mais de uma alternativa, se for o caso)

82 respostas.

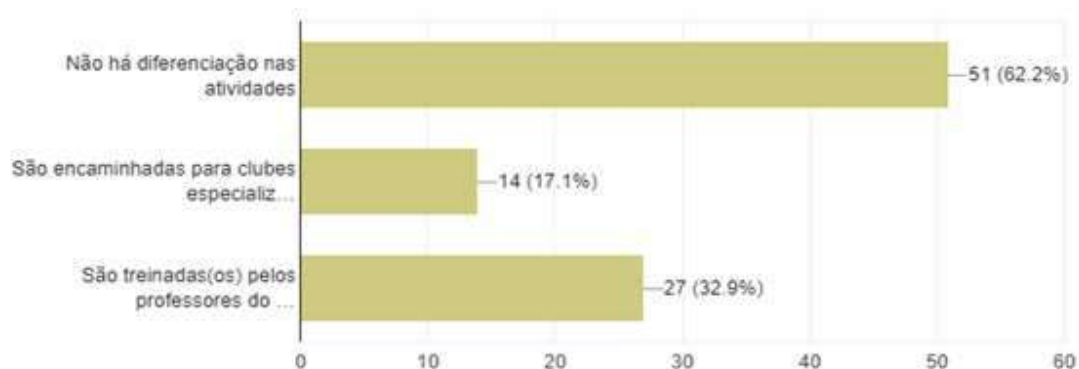
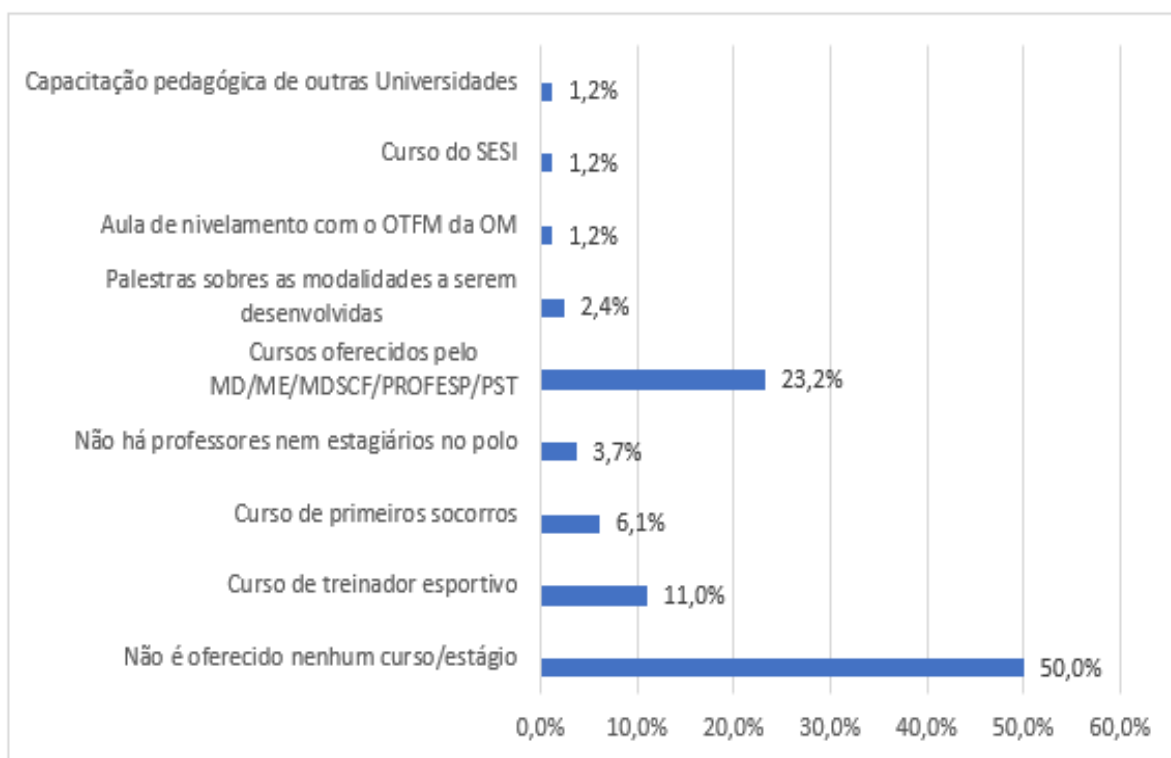


Figura 19 – 16º questionamento

O foco do programa deve ser a iniciação esportiva e a inclusão social das crianças e adolescentes. A iniciação esportiva, quando executada corretamente, pode vir a revelar alguns talentos, fazendo com que estes possam vir, futuramente, a ter carreira no mundo esportivo. O foco do programa, do nosso ponto de vista, nunca pode ser o rendimento esportivo, porém, como um dos focos é a inclusão social, não pode ser negado pelo Profesp, aos participantes com potencial, a oportunidade de desenvolvimento deste, sendo no próprio programa ou em parceria com clubes, como também observaram Vianna e Lovisolo(2011) e Azevedo e Gomes Filho (2011), o que não acontece na maioria dos polos. Caso surja algum expoente esportivo, a esse deve ser dado o direcionamento adequado para aproveitar seu talento e, quem sabe, lhe proporcionar um futuro profissional como atleta de alto rendimento. Porém, o rendimento esportivo deve ser consequência de uma iniciação esportiva bem executada e não o objetivo do programa.

### Aos professores e/ou estagiários são oferecidos cursos/estágios de capacitação?



**Figura 20** – 17º questionamento

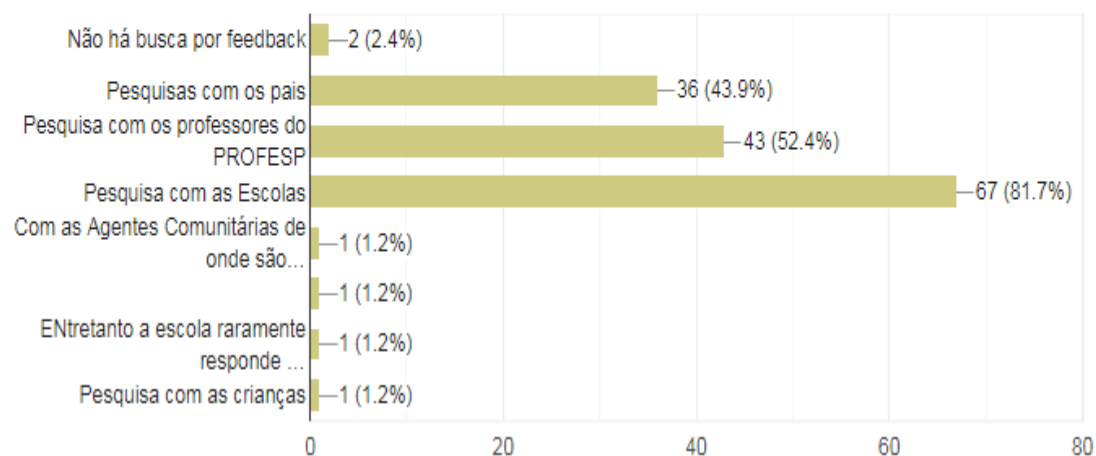
A capacitação do pessoal é uma atividade mais do que necessária para o sucesso de qualquer atividade, como também observaram Luguetti e colaboradores (2015). Pelo que foi dito pelos respondentes dos polos do Profesp, em 50% das OMs não é realizada nenhum tipo de capacitação dos professores orientadores e estagiários, e nos outros 50% há pouca coisa além da atualização pedagógica anual oferecida pela coordenação geral do programa.

Julgamos extremamente importante que os polos busquem oferecer cursos e estágios aos seus professores e estagiários para o seu aprimoramento técnico profissional, o que trará, como consequência, mais qualidade às atividades desenvolvidas no programa.

A capacitação do quadro de coordenadores, professores e estagiários do programa está diretamente ligada ao sucesso do Profesp. Uma política pública eficiente precisa ter pessoal capacitado nos seus quadros de coordenação, nos mais diversos níveis. A não realização de capacitações em 50% dos polos respondentes é um dado mais do que preocupante e deve ser um ponto a ser atacado emergencialmente para correção desse índice.

Quais as formas para obtenção de feedback sobre o rendimento escolar e o comportamento das crianças e jovens participantes após o ingresso no PROFESP? (marque mais de uma alternativa, se for o caso)

82 respostas



**Figura 21** – 18º questionamento

A busca por retorno é muito importante para a realização do processo de melhoria contínua das atividades. Neste cerne, com mais de 80% das OMs buscando retorno sobre os resultados observados nas escolas dos participantes, tem-se boas referências sobre o que manter e o que aprimorar no programa. Contudo, apenas 43,9% dos pais são consultados, um percentual que julgamos baixo, já que os pais são os que melhor podem dar esse retorno sobre a mudança de comportamento ou não, pra melhor ou pra pior, de seus filhos. Alguns núcleos realizam reuniões mensais com os pais, outros no início e no final de cada período, visando obter retorno e reavaliar o planejamento para as próximas etapas do programa. A opinião das escolas é importante, claro, mas a dos pais pode trazer informação mais fidedigna. Somente 1,2% dos polos buscam a opinião das crianças e adolescentes. Este percentual também pode ser melhorado, pois os participantes são os principais interessados na atratividade e melhoria do programa, não devendo ser deixados de lado no momento de coleta de opiniões.

Os respondentes das entrevistas comprovaram a falta de padronização no método de desenvolvimento do Profesp ao afirmarem que: “são realizadas pesquisas semestrais” (entrevistado 3); “Realizamos reunião no início e no encerramento das atividades” (entrevistado 2); e “Buscamos realizar reuniões mensais” (entrevistado 1).

De uma maneira geral, como o senhor(a) avalia o PROFESP no que tange à inclusão social das crianças e jovens participantes?

82 responses

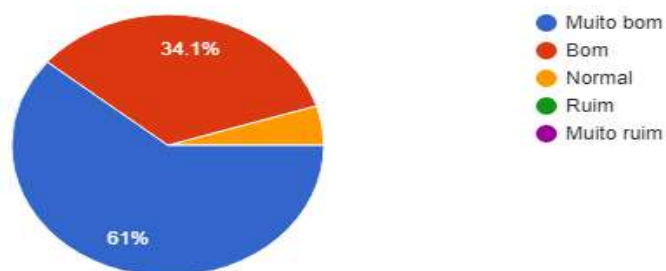


Figura 22 – 19º questionamento

De uma maneira geral, como o senhor(a) avalia o PROFESP no que tange ao desenvolvimento motor das crianças e jovens participantes?

82 responses

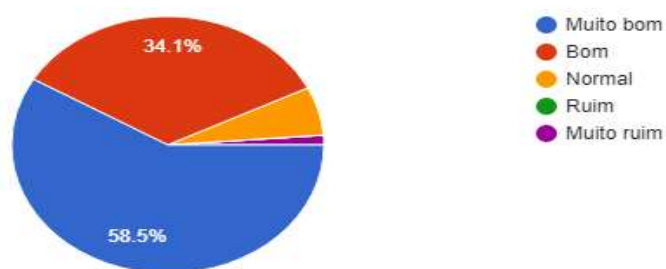


Figura 23 – 20º questionamento

De uma maneira geral, como você avalia o PROFESP no que tange ao desenvolvimento esportivo das crianças e jovens participantes?

82 responses

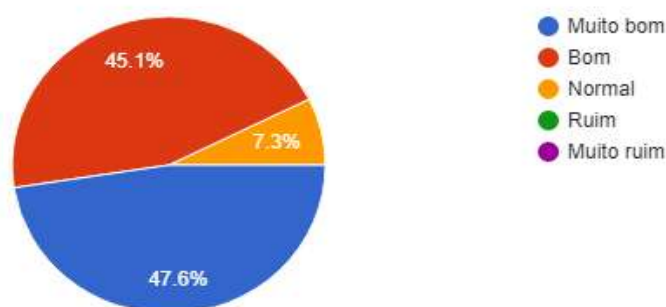


Figura 24 – 21º questionamento

De uma maneira geral, como o senhor(a) avalia o PROFESP no que tange à formação cidadã das crianças e jovens participantes?

82 responses

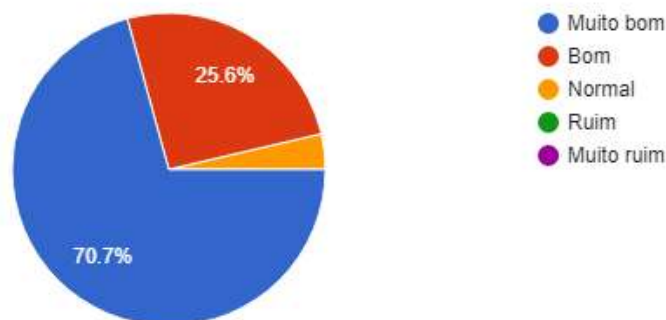


Figura 25 – 22º questionamento

Observando-se a opinião dos respondentes sobre os diversos aspectos que são foco de nosso estudo, como a inclusão social, o desenvolvimento motor, o desenvolvimento esportivo e a formação cidadã, vemos que, em todos os aspectos, entre 92% e 95% avaliam como bom e muito bom. Isso mostra que eles estão satisfeitos com o que tem sido desenvolvido e com os resultados alcançados. O que pode ser buscado agora, visando o aprimoramento contínuo, é aumentar o índice de muito bom, buscando a excelência do programa em suas OMs.

Como última pergunta do questionário, foi feita a seguinte indagação: “Quais as sugestões e as oportunidades de melhorias que o senhor(a) identifica no PROFESP, para que o programa contribua cada vez mais para a formação cidadã completa, para a inclusão social e para o desenvolvimento motor e esportivo das crianças e adolescentes participantes?” A partir deste questionamento, muitos comentários foram colocados, sendo os principais:

- a) Na área administrava do programa: contratação de professores e estagiários para o desenvolvimento das atividades, pois o coordenador e o auxiliar não conseguem se envolver diretamente nelas, pois acumulam suas funções nas OMs; envio dos recursos, por parte dos ministérios para os polos, tempestivamente, para aquisição de materiais e contratação de serviços; tentar aumentar os recursos para melhoria das instalações; verificar a viabilidade de aquisição de materiais e uniformes de forma centralizada pela coordenação geral do Profesp, incluindo itens regionais, como luvas, juponas e outros acessórios importantes em regiões de clima frio, dentre outros; oferecer transporte para todos, com contratação de ônibus, tendo em vista que em algumas regiões mais perigosas, as FFAA não podem entrar com segurança; aumentar o número de OMs participantes do Profesp para beneficiar

mais crianças. Para isso o MD teria de fazer uma campanha de divulgação dos benefícios que o programa pode trazer para os quartéis, visando tornar a implantação atrativa aos comandantes; buscar maior exposição do programa na mídia para facilitar a busca por parceiros nas diversas áreas que possam vir a beneficiar as crianças e adolescentes do Profesp; e buscar que não haja interrupção nas atividades dos polos, que sejam ações continuadas, respeitando somente as férias da escola dos participantes.

- b) Na área educacional, social e de capacitação profissional do programa: estímulo à maior interação com as prefeituras e suas secretarias visando maior suporte pedagógico aos participantes; enfatizar a formação cidadã, sem prejuízo dos demais aspectos, pois as crianças serão difusoras das boas atitudes e valores aprendidos no programa; buscar oferecer cursos e palestras sobre definição profissional e formação familiar, além de buscar parcerias com clubes, escolas e cursos para dar oportunidades aos jovens após a idade-limite de permanência no programa; se possível, dar algum tipo de assistência e suporte às famílias; oferecer cursos e estágios aos professores e estagiários do programa, assim como cursos e estágios profissionalizantes para as turmas mais próximas de “estourar” a idade de permanência; realizar competições esportivas regionais e nacionais entre os polos, visando maior integração e conagração entre estes; buscar formas atrativas para se conseguir mais estagiários, como validação de carga horária de estágios obrigatórios das universidades, remuneração, transporte, alimentação, dentre outras possibilidades; e criar, por parte do MD, cartilhas sobre cidadania, civismo, patriotismo, valores morais, saúde etc, para distribuição às OMs para padronização do conteúdo ministrado.

Já nas entrevistas, além dos pontos já citados na apresentação e discussão dos resultados, algumas respostas que podemos destacar foram que:

- a) “quem seleciona os alunos é a prefeitura” (entrevistado 2); “a seleção dos participantes é feita pelos agentes comunitários” (entrevistado 1); e “as próprias escolas escolhem quais alunos vão participar”. Mais uma vez fica comprovada a falta de padronização nos processos do Profesp, fazendo-se necessária uma padronização que sirva de norte para o desenvolvimento do programa em toda e qualquer OM do Brasil;
- b) “os recursos enviados pelos ministérios não são suficientes para adaptação das áreas esportivas” (entrevistado 1); “os uniformes são adquiridos centralizadamente, porém a verba para aquisição de material esportivo e para manutenção das quadras é muito pequeno” (entrevistado 2); e “o recurso que recebemos para manutenção das

instalações esportivas não cobre todas as despesas, sendo necessário que o quartel use verba que seria para outras atividades” (entrevistado 3). A opinião dos entrevistados mostra que é necessário buscar junto aos ministérios apoiadores do Profesp, principalmente o Ministério do Esporte, recursos compatíveis com as necessidades de adaptação, modernização e/ou reestruturação das áreas esportivas das OMs.

## **6 Conclusão**

Como alternativa à situação de falta de prática de atividade física e esporte nas escolas e de espaço para a prática nas cidades, muitos programas/projetos sociais esportivos (PSE) vêm sendo desenvolvidos no meio público ou privado.

Políticas públicas como o PST e o Profesp ainda serão necessárias em muitas oportunidades, assim como o PSE da iniciativa privada, pois durante um tempo considerável ainda haverá escolas sem espaço para que seja criada estrutura esportiva adequada à prática de atividade física e de esportes. Contudo, vemos que esses programas devem ser uma forma de apoio onde não há alternativa para a garantia do direito das crianças e dos adolescentes, não a solução final para a falta de estrutura esportiva adequada das escolas brasileiras.

Os PSEs contribuem consideravelmente para a melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes por meio do ensino de valores diretamente ligados à prática esportiva como o jogo limpo, o trabalho em equipe, o respeito às regras, a coragem, a dedicação e a superação, entre outros.

Alguns programas/projetos vão além da parte física e esportiva, oferecendo atendimento médico e odontológico, acompanhamento psicológico e terapêutico, aulas de civismo, reforço escolar, ensino profissionalizante e outras atividades que possam vir a beneficiar os participantes que estão em processo de formação de sua cidadania.

O Profesp, segundo os respondentes do questionário e os entrevistados, segue a mesma linha dos programas/projetos mais completos, podendo vir a oferecer vários tipos de atividades. Em muitos polos, isto é impossibilitado, pois as OMs das FFAA, em particular da Força Aérea e do Exército, têm tido dificuldades administrativas na contratação direta de profissionais das áreas de interesse para montagem de equipe multidisciplinar, ficando na dependência de conseguir parcerias que disponibilizem esses profissionais e, assim, desenvolver as mais variadas atividades com os participantes do programa.

Outro ponto em que o Profesp se assemelha aos demais PSEs é no tocante às suas barreiras e facilitadores, já que oferece as mesmas oportunidades dos demais e encontra as mesmas dificuldades, como a falta ou desistência de crianças por necessidades domésticas, a dificuldade de locomoção das crianças para os núcleos onde não é ofertado transporte, a falta de incentivo de alguns responsáveis, entre outras. Isso acaba contribuindo para a ausência ou até



mesmo a desistência em prosseguir no programa por algumas crianças e adolescentes.

Também observamos que os PSEs e o Profesp têm que ter cuidado para não incorrer em um erro comum, o de realizar a especialização precoce das crianças, deixando de dar ênfase à formação cidadã dos participantes e buscando o rendimento esportivo fora do momento ideal.

Como sabemos, a correta iniciação esportiva e a prática contínua podem vir a desenvolver o talento de algumas crianças e adolescentes, o que não lhes pode ser negado, porém isso nunca pode ser o foco do PSE ou do Profesp, e sim uma consequência de um trabalho bem realizado, sem que as etapas sejam desrespeitadas. O foco principal deve ser a inclusão social das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social por meio da prática de atividade física e esporte.

Inicialmente imaginávamos que o Programa Forças no Esporte, devido à capilaridade nacional das organizações militares das Forças Armadas, teria um potencial altíssimo de contribuição no que tange à realização de prática de atividade física e esporte por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e que estudassem em escolas sem infraestrutura esportiva disponível. Assim se tornaria fator determinante para a inclusão social e o desenvolvimento esportivo no Brasil.

Porém, analisando os números absolutos, em que vimos que o Profesp atende atualmente cerca de 23,7 mil crianças de 6 a 18 anos, num país onde, de 6 a 14 anos, temos um universo de mais de 26,2 milhões, constatamos que essa contribuição ainda é muito pequena, quase insignificante. Só não consideramos irrisória a contribuição porque a garantia do direito à prática de atividade física e ao esporte a cada criança e adolescente já é um grande avanço. E mesmo que não alcance os milhões que precisam ser alcançados, o Profesp garante o direito de quase 24 mil crianças. Isso, sem mencionarmos que o programa é uma vertente de outra política pública nacional, o Programa Segundo Tempo.

Em 2018 tínhamos, em média, 150 participantes por núcleo do programa. Mesmo se todas as 850 OMs das FFAA possuíssem núcleos, mantendo essa média, seriam atendidas cerca de 127,5 mil crianças e adolescentes, ou seja, ainda uma contribuição muito pequena.

Mais uma vez, há que ser considerado que já é bastante válido qualquer jovem ter seu direito à prática de atividade física e esporte garantido. Porém, mesmo que as FFAA quisessem atender a todas as crianças e adolescentes vulneráveis, isso não seria possível. Por mais importante que seja o Profesp na vida dos seus milhares de participantes, ele não tem como alcançar parcela significativa do público-alvo, pois o número de OMs é limitado e a realização desse programa é uma missão secundária das Forças Armadas, fazendo com que muitos comandantes de organizações militares optem por não realizá-lo e priorizem a atividade-fim de seus quartéis, ou seja, a atividade inerentemente militar.

Para que haja uma solução mais efetiva e que atenda aos milhões de jovens do Brasil, entendemos que o ideal seria a realização de políticas públicas e outros incentivos para a

disponibilização de infraestrutura adequada à prática de atividade física e esporte nas próprias escolas.

Com isso, concluímos que o Profesp é fator de inclusão social e desenvolvimento esportivo no Brasil, porém não é determinante, tendo em vista o número que crianças e adolescentes participantes, entre 6 e 18 anos em 2018 (23,7 mil), face ao contingente total de crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos (mais de 26,2 milhões).

Porém não podemos desconsiderar a importância do programa para os milhares de cidadãos em formação que são atendidos, os quais têm garantido o seu direito à prática de atividade física e esporte, além de outros benefícios que o Profesp oferece, como os mencionados pelos respondentes aos questionários ou entrevistas, como, por exemplo, reforço escolar, cuidados com saúde física e mental, inclusão social, civismo, dentre outros que foram apresentados pelos coordenadores dos núcleos do programa.

Também observamos, por meio das opiniões, que o programa apresenta diversas oportunidades de melhoria do atendimento a seus participantes, como, principalmente, maior aporte de recursos e de forma mais tempestiva (para aquisição de materiais e manutenção das instalações), e soluções administrativas para possibilitar a contratação dos profissionais de diversas áreas, a fim de formar equipe multidisciplinar e oferecer a maior quantidade de atividades possíveis, importantes para contribuir com a formação cidadã das crianças e adolescentes participantes.

Como oportunidade de novos estudos, achamos válida a busca pelas observações e opiniões de professores, estagiários, parceiros, escolas, pais/responsáveis e das crianças e adolescentes participantes do Profesp que não foram alvo de observação deste estudo, além da pesquisa de possibilidades administrativas para que a administração pública consiga contratar os profissionais necessários para a realização do programa.

## Referências

ALVES, H. C.; CHAVES, A. D.; GONTIJO, D. T. “Uma Andorinha Só Não Faz Verão”: a Integração Do Educador Físico Na Rede De Suporte Social De Crianças E Adolescentes Em Situação De Vulnerabilidade – Discussões a Partir De Um Curso De Educação Continuada. **Pensar a Prática**, v. 15, n. 2, p. 331–347, 2012.

ANDRÉ LUIZ PEREIRA SPINIELI. **Mas afinal o que é inclusão social?** Disponível em: <<http://www.justificando.com/2018/08/13/mas-afinal-o-que-e-inclusao-social/>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

ARANHA, J. G. **Impacto de um programa público de iniciação esportiva para crianças: gastos, antropometria, rendimento escolar e qualidade de vida**. São Paulo: USP, 2014.

AZEVEDO, M. A. O. DE; GOMES FILHO, A. Competitividade E Inclusão Social Por Meio Do Esporte. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Florianópolis**, v. 33, n. 3, p. 589–603, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 30 maio. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 29 maio. 2019.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial Nº 2.203/MD/ME, 2013.**

BRASIL. **Programa Forças no Esporte.** Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-forcas-no-esporte>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

CORTES NETO, E. D.; DANTAS, M. M. C.; MAIA, E. M. C. Benefícios dos projetos sociais esportivos em crianças e adolescentes. **Saúde e Transformação Social**, v. 6, p. 109–117, 2015.

COSTA, R. DE S. O. DA. Considerações sobre um programa esportivo de iniciativa do governo federal brasileiro. nov. 2006.

DE CASTRO, S. B. E.; SOUZA, D. L. Significados de um projeto social esportivo: Um estudo a partir das perspectivas de profissionais, pais, crianças e adolescentes. **Movimento**, v. 17, n. 4, p. 145–163, 2011.

EB. **Quartéis por Estado - Exército Brasileiro.** Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/quarteis-por-estado1>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

EIRAS, S. B. et al. Objetivos da oferta e da procura de projetos sócio- esportivo. **Licere**, v. 13, n. 3, p. 1–24, 2010.

ENES, C. C.; SLATER, B. Obesidade na adolescência e seus principais fatores determinantes. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 13, n. 1, p. 163–171, 2010.

FAB. **Força Aérea Brasileira — Asas que protegem o país.** Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/organizacoes>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

FORTUNA, D. MEC divulga dados do Censo Escolar da educação básica. **Correio Braziliense**, 2018.

FRANKENTHAL, R. **Entenda o que é Escala Likert e como aplicá-la - MindMiners.** Disponível em: <<https://mindminers.com/pesquisas/entenda-o-que-e-escala-likert>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

GAZETAONLINE. **Estudo da ONU destaca a falta de atividade física nas escolas públicas.** Disponível em: <[https://www.gazetaonline.com.br/esportes/mais\\_esportes/2017/11/estudo-da-onu-destaca-a-falta-de-atividade-fisica-nas-escolas-publicas-1014105918.html](https://www.gazetaonline.com.br/esportes/mais_esportes/2017/11/estudo-da-onu-destaca-a-falta-de-atividade-fisica-nas-escolas-publicas-1014105918.html)>. Acesso em: 4 nov. 2018.

GREGÓRIO, K. M.; SILVA, T. Iniciação esportiva X especialização esportiva precoce: quando iniciar estas práticas? **Horizontes- Revista de Educação**, v. 2, n. 3, p. 49–65, 2014.

IBGE. **Educação 2017 - PNAD.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

JANUZZI, A. M.; GUEDES, G. B. **Programa Forças no Esporte na Base Aérea de Natal: a integração entre a educação escolar e a prática desportiva na socialização de jovens em situação de risco.** Natal: UFRN, 2015.

LUGUETTI, C. N. et al. O planejamento das práticas esportivas escolares no ensino fundamental na cidade de Santos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 4, p. 314–322, 2015.

MARIA, A.; MARTINS, M.; RENNÓ, T. Esportes no Brasil: situação atual e propostas para desenvolvimento. **BNDES**, p. 154–168, 1997.

MARINHA. **Sites das Organizações | Marinha do Brasil.** Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/content/sites-das-organizacoes>>. Acesso em: 3 nov. 2018.

MCLENNAN, N. **The Power of Sport Values O poder dos valores do esporte.** Brasília: UNESCO, 2016.

MENDES, R. R.; DE MATOS, J. A. B.; DE PINHO, A. C. Propostas Metodológicas da Iniciação Esportiva Escolar. n. 1993, p. 1–13, 2010.

- MENEZES, R. P.; MARQUES, R. F. R.; NUNOMURA, M. Especialização esportiva precoce e o ensino dos jogos coletivos de invasão. **Movimento**, v. 20, n. 1, p. 351–373, 2014.
- MILISTETD, M. et al. Análise da organização competitiva de crianças e jovens: adaptações estruturais e funcionais. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 3, p. 671–678, 2014.
- ONU-BR. **Esporte para o desenvolvimento e a paz**, 2016.
- OSBORNE, R.; DOS SANTOS, R. F. Implicações de projetos educativos atuais para a educação física e a escola pública. **Corpus et Scientia**, v. 8, n. 2, p. 21–35, 2015.
- PALMA, M. S.; DE CAMARGO, V. A.; PONTES, M. F. P. Efeitos da atividade física sistemática sobre o desempenho motor de crianças pré-escolares. **Revista da Educacao Fisica**, v. 23, n. 3, p. 421–429, 2013.
- PEREIRA, I. I. L.; DIAS, M. A. Narrativas visuais: sentido e motivação do adolescente sobre o programa segundo tempo - Forças no Esporte. 2016.
- REIS, N. S. et al. O Esporte Educacional Como Tema Da Produção De Conhecimento No Periodismo Científico Brasileiro: Uma Revisão Sistemática. **Pensar a Prática**, v. 18, n. 3, p. 709–724, 2015.
- RIBAS, P. R. CITIUS, ALTIUS, FORTIUS. A ARTE DE TREINAR PARA VENCER: O ESPORTE IMITA A GUERRA. **REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA / JOURNAL OF PHYSICAL EDUCATION**, v. 138, p. 55–62, 2007.
- SANCHES FILHO, R. R.; BARRETO, M. O. **PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO INTEGRAL DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA ATUAÇÃO NO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO – FORÇAS NO ESPORTE**. Bahia: 2010.
- SANCHES, S. M.; RUBIO, K. A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e a resiliência. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 4, p. 825–841, 2011.
- SANTOS, A. M.; NETO, F. R.; PIMENTA, R. A. Avaliação das habilidades motoras de crianças participantes de projetos sociais/esportivos. **Motricidade**, v. 9, n. 2, p. 50–60, 2013.
- SECCO, M. B. G. **Mauro B. G. Secco - Cel (MSc)**. Rio de Janeiro: 2017
- SIGNIFICADOS. **Significado de Inclusão social - O que é, Conceito e Definição**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/inclusao-social/>>. Acesso em: 9 nov. 2018.
- SILVA PERFEITO, R.; MAGALHÃES DE SOUZA, W. M.; DE SÁ ALVES, D. G. Treinamento de força muscular para crianças e adolescentes: Benefícios ou malefícios? **Adolescência e Saude**, v. 10, n. 2, p. 54–62, 2013.
- SIMÕES, P. DE T. et al. EDUCAÇÃO FÍSICA , ESPORTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO PROGRAMA ESCOLA ABERTA. **Revista Intercontinental de Gestão Desportiva**, v. 1, n. 1, p. 33–43, 2011.
- SOUZA, D. L. DE S. et al. Determinantes para a implementação de um projeto social. **Motriz**, v. 16, n. 3, p. 689–700, 2010.
- SOUZA, C. E. DE. ESTADO COSMOPOLITA , ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A TERCEIRA VIA: o esporte enquanto Política Social. **Motrivivência**, v. 26, n. 4, p. 41–54, 2014.
- SOUZA, D. L. DE; CASTRO, S. B. E. DE; MEZZADRI, F. M. Facilitadores e barreiras para a implementação e participação em projetos sociais que envolvem atividades esportivas: os casos dos projetos Vila na Escola e Esporte Ativo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 26, n. 3, p. 419–430, 2012.
- SOUZA, D. L. DE; CASTRO, S. B. E. DE; VIALICH, A. L. Barreiras e facilitadores para a participação de crianças e adolescentes em um projeto socioesportivo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, n. 3, p. 761–774, 2012.
- STIGGER, M. P.; THOMASSIM, L. E. Entre O “Serve” E O “Significa”: Uma Análise Sobre Expectativas Atribuídas Ao Esporte Em Projetos Sociais. **Licere**, v. 16, n. 2, p. 1–33, 2013.

THOMASSIM, L. E. C.; STIGGER, M. P. **O “público-alvo” nos bastidores da política: um estudo sobre o cotidiano de crianças e adolescentes que participam de projetos sociais esportivos.** Porta Alegre: 2010.

THOMÉ, C. Estrutura esportiva em escolas é deficitária, mostra pesquisa do IBGE. **ESTADÃO**, 2017.

UNESCO. **A UNESCO e o esporte**, 2013.

VIANNA, J. A. Projetos de inclusão social por meio do esporte: localização e adesão. **EFDeportes.com, Revista Digital**, v. Año 18, n. 184, p. 1–8, 2013.

VIANNA, J. A.; LOVISOLO, H. R. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (Impresso)**, v. 25, n. 2, p. 285–296, 2011.

VILLAS, R.; LIMA, B. Impacto da atividade física e esportes sobre o crescimento e puberdade de crianças e adolescentes. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 26, n. 4, p. 383–391, 2008.

Artigo recebido em: 26/06/2019

Artigo aceito para publicação em: 09/09/2019



**O DIRECIONAMENTO DO GASTO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE DE 2003 A 2018**

**THE SPENDING DIRECTION OF THE MINISTRY OF SPORTS FROM 2003 TO 2018**

**EL DIRECCIÓN DEL GASTO DEL MINISTERIO DEL DEPORTE DE 2003 A 2018**

Fernando Henrique Silva Carneiro \*

**Resumo:** Este artigo tem o objetivo de analisar o direcionamento do gasto realizado pelo Ministério do Esporte (ME) ao longo de 2003 a 2018. Este estudo tem caráter quantitativo-qualitativo e se apoiou em levantamento documental realizado nos planos plurianuais e na execução orçamentária do ME no SIGA Brasil. No período houve grande oscilação dos valores gastos pelo ME, expressa no direcionamento para diferentes categorias de gastos. A maior parte do gasto foi com infraestrutura esportiva e megaeventos esportivos. Além disso, houve gastos para “esporte, educação, lazer e inclusão social”, gestão e esporte de alto rendimento. Em um primeiro momento o foco de gasto do ME foi com os programas sociais esportivos, contudo a prioridade passou a ser os megaeventos e o esporte de alto rendimento.

**Palavras-chave:** Estado. Gasto público. Política esportiva. Ministério do Esporte.

**Abstract:** This article has the objective of analyzing the direction of the expenditure carried out by the Ministry of Sports (ME) throughout 2003 to 2018. This study has a quantitative-qualitative character and was supported by a documentary survey carried out in the Pluriannual Plans and in the budgetary execution of the ME in the SIGA Brasil. During the period there were large fluctuations in the amounts spent by ME expressed in directing for different categories of spending. Most of the spending was with Sports Infrastructure and Sports Mega events, in addition, there were expenses for "Sports, Education, Leisure and Social Inclusion", Management and Sports of High Yield. At first, the focus of ME spending was on social sports programs, but the priority was Mega-events and High-Performance Sports.

**Keywords:** State. Public spending. Sports policy. and Ministry of Sport.

**Resumen:** Este artículo tiene el objetivo de analizar el direccionamiento del gasto realizado por el Ministerio del Deporte (ME) a lo largo de 2003 a 2018. Este estudio tiene carácter cuantitativo-cualitativo y se apoyó en levantamiento documental realizado en los Planos Plurianuales y en la ejecución presupuestaria del ME en el marco SIGA Brasil. En el período hubo gran oscilación de los valores

---

\* Professor de educação física no Instituto Federal de Goiás, doutor em educação física pela Universidade de Brasília, pesquisador do Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer (AVANTE/UnB) e editor executivo da *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. (fernandohenriquesc@gmail.com)

gastados por el ME, expresado en el direccionamiento para diferentes categorías de gastos. La mayor parte del gasto fue con Infraestructura deportiva y Megaeventos deportivos, además, hubo gastos para "Deporte, Educación, Ocio e Inclusión Social", Gestión y Deporte de Alto Rendimiento. En un primer momento el foco de gasto del ME fue con los programas sociales deportivos, sin embargo la prioridad pasó a ser los Megaeventos y el Deporte de Alto Rendimiento.

**Palabras clave:** Estado. Gasto público. Política deportiva. Ministerio del Deporte.

## 1 Introdução

O Ministério do Esporte (ME) foi criado em 2003 no início do governo presidido por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT). Esta foi a primeira vez na história brasileira que o esporte teve uma pasta ministerial exclusiva, pois anteriormente teve diferentes configurações: Ministério do Esporte e Turismo, Ministério Extraordinário do Esporte, Secretaria de Desportos, Secretaria de Desportos da Presidência da República, Secretaria de Educação Física e Desporto, Departamento de Educação Física e Desportos e Divisão de Educação Física (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2018). O ME existiu de 2003 a 2018, tendo perpassado os governos Lula, Dilma Rousseff, do PT (2011-2016) e Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (2016-2018). A partir de 2019 o esporte voltou ao *status* de secretaria, sendo chamada de Secretaria Especial do Esporte, vinculado ao Ministério da Cidadania.

De acordo com Starepravo, Mezzadri e Marchi Junior (2015), o ME foi criado de última hora com a necessidade de o governo Lula acomodar o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – que apoiara o PT em todas as eleições presidenciais anteriores – na nova estrutura ministerial. A criação do ME não despertou interesse dos principais partidos que compunham a base governista. Mesmo o PCdoB teve resistência em aceitá-lo, pois era recém-criado, tinha escassez de infraestrutura física e pessoal, baixa visibilidade política e baixa dotação orçamentária (MELO; HÚNGARO; ATHAYDE, 2015).

Na criação do ME, sua estrutura organizacional ficou com quatro secretarias: a Secretaria Executiva, a Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED), a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR) e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer (SNDEL) (BRASIL, 2003). Destas, a gestão da SNDEL foi delegada a quadros ligados ao PT, enquanto as demais ficaram sob responsabilidade do PCdoB<sup>1</sup> – cabe ressaltar que a convivência entre esses dois partidos no interior do ME foi conflituosa, sendo marcada por divergências políticas e conceituais. Em 2011, no governo Dilma, o ME passou a ter uma outra configuração organizacional – continuou

---

<sup>1</sup> O PT tinha o Setorial Nacional de Esporte e Lazer, que teve expectativa de contribuir mais diretamente com os debates do governo sobre a temática (STAREPRAVO; MEZZADRI; MARCHI JUNIOR, 2015), contudo ficaram apenas uma secretaria no ME, em que o PCdoB teve a hegemonia.

a Secretaria Executiva e a SNEAR, contudo a SNEED e a SNDEL foram fundidas, surgindo a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNEELIS), além da criação da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDDT) (BRASIL, 2011), estrutura que durou até o final do governo Temer em 2018.

Se na organização inicial do ME, em 2003, havia uma equidade entre as diferentes manifestações do esporte nas secretarias, em 2011 houve privilégio do esporte de alto rendimento, dos megaeventos esportivos e do futebol em relação às outras manifestações esportivas (STAREPRAVO; MEZZADRI; MARCHI JUNIOR, 2015). Dessarte, o processo de reorganização administrativa do ME teve reflexo direto sobre a consecução das ações ministeriais na política esportiva nacional ao longo dos seus 16 anos de existência.

Partimos do princípio de que a compreensão do gasto de uma política é uma chave interpretativa importante para compreender como ela se materializou. Há diferentes estudos que analisaram o financiamento do ME em momentos diferentes: Athayde, Mascarenhas e Salvador (2015) analisaram o período do governo Lula; Castro (2016) abarcou de 2004 a 2011; Carneiro (2018) teve por base o período de 2004 a 2015; e Carneiro *et al.* (2019) analisaram de 2012 a 2015. Assim, ainda não existem estudos que tenham se dedicado a compreender todo o período de existência do ME, isto é, de 2003 a 2018.

Dessarte, com o fim da presença do esporte como uma pasta ministerial é importante compreender como se concretizaram as ações do ME ao longo da sua existência. Assim, temos como objetivo analisar o direcionamento do gasto realizado pelo ME ao longo de 2003 a 2018.

## **2 Metodologia**

Este estudo tem caráter quantitativo-qualitativo e se apoiou em levantamento documental. O recorte temporal foi de 2003 a 2018, abrangendo o período de existência do ME. A coleta de dados foi realizada nas leis que dispõem sobre os planos plurianuais (PPA) 2004-2007, 2008-2011, 2012-2015 e 2016-2019 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019) e o conjunto de dados da execução orçamentária do ME presentes no SIGA Brasil (SENADO FEDERAL, 2019).

Carneiro e Mascarenhas (2018) propõem uma metodologia de análise do financiamento e gasto com esporte a partir de três indicadores, a saber, fontes de financiamento, magnitude do gasto e direcionamento do gasto. Neste momento, utilizaremos apenas o indicador "direcionamento do gasto" na análise do ME. O gasto será apresentado a partir dos valores liquidados, pois esta etapa do orçamento se refere ao momento que o serviço foi prestado ou o produto foi entregue.

Os dados financeiros utilizados foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, a preços de dezembro de 2018, haja vista a necessidade de atualizar os valores para comparações



longitudinais, eliminando os efeitos da inflação e da desvalorização da moeda. Para realizar esse processo foi utilizada a ferramenta "calculadora cidadã", disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (2019).

### **3 Análise e discussão dos dados**

As ações a serem realizadas por um governo se consubstanciam legalmente a partir do PPA, que é uma peça legislativa integrante do ciclo orçamentário brasileiro, consagrado pela Constituição Federal de 1988. No art. 165, ela estabelece o conjunto das políticas públicas do governo para um período de quatro anos. A partir do PPA são elaboradas a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), isto é, as ações consignadas no orçamento federal partem do PPA.

O PPA é uma peça técnica e política que baliza todo o governo de um mandato presidencial, tendo impacto direto sobre o financiamento das políticas públicas, entre elas o esporte. Enquanto nos PPAs 2004-2007 e 2008-2011 existia uma organização por programas finalísticos, havendo aqueles vinculados ao esporte, nos PPAs 2012-2015 e 2016-2019 a organização se deu por programas temáticos – no primeiro foi intitulado “Esporte e Grandes Eventos” e no segundo, “Esporte, Cidadania e Desenvolvimento” – e programas de gestão e manutenção específicos para o ME. A seguir, no Quadro 1 apresentamos, relativamente ao ME, os programas finalísticos e seus objetivos nos PPAs 2004-2007 e 2008-2011 e os objetivos dos programas temáticos dos PPAs 2012-2015 e 2016-2019.

A nova organização do PPA 2012-2015, a partir de programas temáticos e programas de gestão, sofreu inúmeras críticas, uma vez que, ao agrupar os programas, causou dificuldade em monitorar as políticas públicas, ocasionando generalização e um esvaziamento dessas ações como categoria de programação de despesa (CABRAL, 2012). Esse mesmo modelo de construção do PPA foi utilizado no PPA 2016-2019. No âmbito do esporte, isso impactou mais diretamente as políticas de esporte, educação, lazer e inclusão social (EELIS), pois programas finalísticos dos PPAs 2004-2007 e 2008-2011 ligados aos Esportes de Criação Nacional e de Identidade Cultural, à inserção social pela produção de material esportivo, à inclusão social pelo esporte, ao Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e ao Programa Segundo Tempo (PST) passaram a ser parte de um objetivo do programa temático de esporte nos PPA 2012-2015 e 2016-2019.

Assim, estudos que trabalharam com a discussão de programas finalísticos como o PST (ATHAYDE, 2011; MATIAS, 2013), o PELC (TEIXEIRA et al., 2014) ou ambos os programas (ATHAYDE, 2014; ATHAYDE; SALVADOR; MASCARENHAS, 2015; CASTRO, 2016) teriam dificuldades em realizar a continuidade desses estudos no que se refere ao gasto, pois não há discriminação do gasto por programas finalísticos no SIGA Brasil no período de 2012 a 2018.

**Quadro 1** - Programas temáticos e finalísticos do esporte nos PPAs 2004-2007, 2008-2011, 2012-2015 e 2016-2019

<b>Categoria</b>	<b>PPA 2004-2007</b>	<b>PPA 2008-2011</b>	<b>PPA 2012-2015</b>	<b>PPA 2016-2019</b>
	Sem correspondência	Sem correspondência	Programa Temático: Esporte e Grandes Eventos	Programa Temático: Esporte, Cidadania e Desenvolvimento
	Programas finalísticos e seus objetivos:	Programas finalísticos e seus objetivos:	Objetivos:	Objetivos:
EELIS	<p>- Esportes de Criação Nacional e de Identidade Cultural: Incentivar a prática das modalidades esportivas de criação nacional e de identidade cultural, possibilitando a difusão e o conhecimento da sua história</p> <p>- Inserção social pela produção de material esportivo: Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social</p> <p>- Esporte e Lazer da Cidade: Promover o acesso ao esporte recreativo e ao lazer</p> <p>- Segundo Tempo: Democratizar o acesso e estimular a prática esportiva dos alunos da educação básica e superior</p>	<p>- Inclusão social pelo esporte: Contribuir para a inserção social por meio da fabricação de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e por populações em situação de vulnerabilidade social</p> <p>- Esporte e Lazer da Cidade: Ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrados às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social</p> <p>- Vivência e iniciação esportiva educacional – Segundo Tempo: Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens</p>	<p>- Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida</p>	<p>- Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e lazer, com fortalecimento das ações intersetoriais e redução das desigualdades regionais.</p> <p>- Fomentar e incentivar a prática do futebol, com ênfase ao futebol feminino, e garantir a defesa dos direitos do torcedor</p>
EAR	<p>- Brasil no esporte de alto rendimento: Melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais e promover a imagem do país no exterior</p>	<p>- Brasil no esporte de alto rendimento – Brasil campeão: Democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho</p>	<p>- Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base à excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão,</p>	<p>- Tornar o Brasil uma potência esportiva sustentável, mundialmente reconhecida, com a preparação de atletas da base ao alto rendimento, qualificação da gestão, melhoria e articulação das infraestruturas esportivas</p>

		do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais como forma de promover a imagem do país no exterior	melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica	
Mega-eventos	- Rumo ao Pan 2007: Realizar os Jogos Pan-Americanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro	- Brasil no esporte de alto rendimento – Brasil campeão: Democratizar o acesso ao esporte de alto rendimento, com o objetivo de diminuir as disparidades de resultados entre as modalidades esportivas e melhorar o desempenho do atleta de rendimento brasileiro em competições nacionais e internacionais como forma de promover a imagem do País no exterior	- Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo 2014 e eventos a ela relacionados - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária	- Preparar e realizar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Rio 2016 e gerir o legado esportivo
Gestão	- Gestão das políticas de esporte e lazer: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do esporte	- Gestão das políticas de esporte e lazer: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área do esporte	- Programa de gestão e manutenção do ME	- Programa de gestão e manutenção do ME

Fonte: MINISTÉRIO DA ECONOMIA (2019). Elaboração própria

Tendo por base os quatro PPAs do período que vai de 2004 a 2018, sistematizamos a presença de categorias de direcionamento de gasto do ME: EELIS, esporte de alto rendimento (EAR), megaeventos e gestão. Todavia, na pesquisa depreendeu-se uma quinta categoria, infraestrutura, pois no momento da consolidação dos dados, notamos que um percentual significativo de recursos do ME estava vinculado à construção, ampliação ou modernização de instalações esportivas. Estas cinco categorias de gasto público federal com o esporte têm sido utilizadas por diferentes estudos (MASCARENHAS, 2016; TEIXEIRA, 2016; PEREIRA, 2017; CARNEIRO; MASCARENHAS, 2018; CARNEIRO *et al.*, 2019). Na Tabela 1 apresentamos o direcionamento do gasto com esporte, tendo por base as categorias supracitadas.

**Tabela 1** - Gasto por categoria pelo ME – série 2003 a 2018

Ano	Infraestrutura	Mega-eventos	EELIS	Gestão	EAR	Total
2003	182,71	0,00	51,81	2,97	12,54	250,03
2004	299,13	91,76	122,28	57,45	11,64	582,27
2005	510,41	12,11	247,03	65,10	57,88	892,54
2006	581,85	507,29	268,73	106,35	38,09	1.502,30
2007	740,30	1401,25	313,05	137,46	110,20	2.702,25
2008	1.077,50	106,50	280,11	133,49	57,90	1.655,51
2009	1.184,63	0,00	304,64	146,24	81,88	1.717,40
2010	805,93	272,16	336,31	155,63	65,83	1.635,86
2011	805,64	314,81	318,98	183,99	100,19	1.723,60
2012	4,18	217,72	38,41	146,55	119,12	525,98
2013	19,04	145,95	59,97	129,90	173,89	528,74
2014	0,51	646,71	112,45	152,18	177,98	1.089,82
2015	9,82	384,69	106,73	138,52	128,14	767,90
2016	40,44	248,35	43,60	128,43	58,04	518,87
2017	119,51	0,00	35,75	131,96	53,57	340,79
2018	86,17	0,00	47,51	126,09	33,50	293,27
Total	6.467,78	4.349,30	2.687,36	1.942,32	1.280,37	16.727,12

Fonte: SIGA Brasil (SENADO FEDEDERAL, 2019). Elaboração própria

Obs.: Valores liquidados; valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2018 em R\$ milhões.

O gasto do ME ao longo de 2003 a 2018 teve grande variação no período. Estudos como o de Carneiro (2018) e Mascarenhas (2016) apontam que as variações de gasto da pasta estão articuladas com suas diferentes prioridades ao longo do tempo, mas também apresentam reflexos da conjuntura econômica e política do país. De maneira panorâmica, conforme pode ser visto na Tabela 1, os maiores gastos do ME foram com infraestrutura (R\$ 6,47 bilhões) e megaeventos (R\$ 4,35 bilhões). Em seguida há os gastos com EELIS (R\$ 2,69 bilhões), com gestão (R\$ 1,94 bilhão) e com EAR (R\$ 1,28 bilhão). A seguir explicitaremos os gastos com cada uma das categorias supracitadas, apontando aquilo que foi priorizado.

Conforme pode ser visto no Quadro 1, o EAR é a categoria que está relacionada aos

gastos para preparação e participação de atletas em competições de alto rendimento, buscando promover a imagem do país no exterior. Os gastos com EAR foram realizados pela SNEAR – secretaria do ME que existiu de 2003 a 2018. Já o EELIS se refere aos gastos do ME com políticas para democratização do acesso ao esporte e lazer. As políticas de EELIS de 2003 a 2011 foram realizadas pela SNEED e SNDEL, e de 2011 a 2018 pela SNEELIS – parte do nome desta secretaria dá título à categoria.

Os gastos com EAR e EELIS estão relacionados a vivência e prática esportiva. Vale destacar que na Constituição Federal de 1988 foi estabelecida a priorização de gasto na manifestação educacional e, em casos específicos, no esporte de rendimento. Se entendermos que EELIS corresponde à totalidade da manifestação educacional, podemos ver que no total do período houve mais gasto com EELIS (R\$ 2,69 bilhões) do que com EAR (R\$ 1,28 bilhão), tendo se cumprido o preceito constitucional.

No gasto com EAR é possível perceber que houve grande oscilação, tendo ido de R\$ 12,54 milhões em 2003 para R\$ 177,98 milhões em 2014, um aumento de mais de 13 vezes. De 2003 a 2006 foi o momento que o ME menos gastou com EAR. Há em 2007 um pico de gasto que pode ser explicado pelo maior direcionamento de recurso para a categoria buscando possibilitar que os atletas brasileiros tivessem melhores condições para participar dos Jogos Pan Rio 2007. De 2008 a 2010 há uma queda de recursos para EAR. De 2011 a 2015 foi o período que o ME mais direcionou recursos para EAR, fruto da realização de determinadas políticas.

Assim, o gasto realizado com EAR pelo ME tem articulação direta com a realização dos megaeventos esportivos no Brasil. A partir de 2007, com os Jogos Pan Rio 2007, houve uma inflexão para realização dos megaeventos esportivos (ATHAYDE, 2011), que passaram a ser o princípio organizador da agenda política de esporte e lazer no Brasil (MASCARENHAS *et al.*, 2012). Portanto, o aumento do gasto do ME com EAR em 2007 e de 2011 a 2015 guardam relação direta com a realização dos Jogos Pan Rio 2007 e dos Jogos Rio 2016.

Em 2010 foi elaborado o Plano Decenal de Esporte e Lazer – fruto da III Conferência Nacional do Esporte –, que influenciou diretamente a política esportiva desde então. Os reflexos disso são as alterações na estrutura organizacional do ME, o foco do PPA 2012-2015 no EAR e megaeventos esportivos e alterações nas legislações esportivas (FLAUSINO, 2013; CARNEIRO, 2018). Buscando ampliar o quantitativo de recursos para o EAR, foi lançado pelo governo federal em setembro de 2012 o Plano Brasil Medalhas 2016, cujo objetivo era colocar o Brasil entre os dez primeiros países nos Jogos Olímpicos, e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos, em 2016. Para isso, o ME e as empresas estatais deveriam alocar R\$ 1 bilhão adicional no esporte. De tal modo, houve uma atuação contundente do governo federal para garantir que houvesse o fortalecimento de recursos do EAR, haja vista o interesse em que os atletas brasileiros obtivessem bons resultados nos Jogos Rio 2016. Contudo, já em 2016, inicia o processo de nova queda de recursos para EAR até 2018, tendo retroagido a patamares de 2005 e

2006.

Como pode ser visto, as variações de recursos para EAR ao longo do tempo atenderam ao interesse de que os atletas brasileiros tivessem uma boa representação nos megaeventos esportivos realizados no país; contudo, fica clara a falta de continuidade do gasto. Não se pode apenas direcionar recursos nos anos de competições ou nos anos anteriores, é preciso um processo contínuo e não apenas intervenções pontuais por parte do governo federal.

De acordo com Carneiro (2018) e Carneiro e Mascarenhas (2018), a menor parte do financiamento federal do EAR foi realizada ao longo de 2004 a 2015 pelo orçamento do ME, pois recursos de loterias para entidades esportivas, patrocínios das estatais e gastos tributários foram mais volumosos, isto é, o ME não teria tido a centralidade do gasto com as políticas esportivas para EAR ao longo da sua existência (CARNEIRO, 2018).

Buscando aprofundar os gastos com EAR pelo ME ao longo dos 16 anos analisados, apresentamos a Tabela 2, na qual é possível identificar as principais ações de EAR.

**Tabela 2** - Gasto com as ações de EAR – total de 2003 a 2018

Ações	R\$	%
Concessão de Bolsa Atleta	842,38	65,79
Preparação de atletas	213,62	16,68
Participação de atletas em competições de alto rendimento	89,38	6,98
Promoção de eventos de alto rendimento	58,10	4,54
Gestão, manutenção e aperfeiçoamento da Rede Nacional de Treinamento	36,81	2,87
Implementação e desenvolvimento da política nacional de controle de dopagem	27,17	2,12
Deteção e avaliação de atletas de alto rendimento	12,92	1,01
Total	1.280,37	100,00

Fonte: SIGA Brasil (SENADO FEDEDERAL, 2019). Elaboração própria

Obs.: Valores liquidados; valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2018 em R\$ milhões.

A maior parte do gasto com EAR foi com a “Concessão de Bolsa Atleta” ao longo de 2005 a 2018 (R\$ 842,38 milhões), tendo se configurado como o foco de gasto da SNEAR o Programa Bolsa Atleta (PBA), cujo objetivo foi contribuir para que os atletas pudessem se preparar para participar de competições esportivas, sendo o público-alvo atletas de modalidades olímpicas e paralímpicas. O PBA foi instituído pela Lei nº 10.891/2004, regulamentado pela Lei nº 5.342/2005 e alterado pela Lei nº 12.395/2011. De acordo com Teixeira *et al.* (2017) o programa forneceu 46.246 bolsas de 2005 a 2015.

De acordo com Corrêa *et al.* (2014), o PBA foi a primeira política federal que beneficiou financeiramente os atletas diretamente, além de ter possibilitado uma melhor participação dos atletas nos Jogos Olímpicos (TEIXEIRA *et al.*, 2017). Há críticas levantadas de que o PBA destinaria recursos para atletas prontos, uma vez que priorizou, ao longo do tempo, atletas que já estavam competindo nacional e internacionalmente em esportes olímpicos

e paralímpicos, isto é, estando próximos ao topo da pirâmide esportiva (TEIXEIRA *et al.*, 2017).

A segunda ação com mais gasto de EAR foi a “preparação de atletas”, tendo gasto R\$ 213,62 milhões ao longo de 2003 a 2018. A referida ação agrega um conjunto de diferentes ações: “Preparação de atletas e capacitação de recursos humanos para o EAR” (R\$ 163,58 milhões), de 2003 a 2018; “Funcionamento de núcleos de categorias de base do EAR” (R\$ 27,97 milhões), de 2004 a 2011; “Fomento a projetos de esporte de base” (R\$ 21,16 milhões), 2005; e “Preparação de seleções principais para representação do Brasil” (R\$ 903,98 mil), em 2017 e 2018. Estas compõem um conjunto de ações que implementaram grande parte do que foi apresentado para EAR nos PPAs, conforme Quadro 1.

A terceira ação com mais gasto foi de “participação de atletas em competições internacionais de alto rendimento”, com R\$ 89,38 milhões, de 2003 a 2010. Esta ação é a consubstanciação de três ações: “Participação de delegação brasileira em competições internacionais de alto rendimento” (R\$ 69,62 milhões), de 2003 a 2005 e de 2007 a 2009; “Promoção e participação em competições internacionais de alto rendimento” (R\$ 10,8 milhões), em 2006 e 2010; e “Participação de delegação brasileira em competições internacionais de alto rendimento para pessoas portadoras de deficiência” (R\$ 8,95 milhões), de 2003 a 2009.

Já a quarta ação com mais gasto foi de “promoção de eventos de alto rendimento” com R\$ 58,10 milhões de 2003 a 2011. As ações que fizeram parte dessa foram: “Promoção de eventos esportivos nacionais de alto rendimento” (R\$ 37,84 milhões), de 2003 a 2011; “Captação e promoção de eventos esportivos internacionais de alto rendimento” (R\$ 13,53 milhões), em 2004, 2005 e 2011; “Promoção de eventos esportivos de alto rendimento para pessoas portadoras de deficiência” (R\$ 3,50 milhões), de 2003 a 2005; e “Promoção de eventos científicos e tecnológicos para o esporte de alto rendimento” (R\$ 3,23 milhões), de 2003 a 2005.

Além das ações supracitadas, houve diferentes ações, como a “Gestão, manutenção e aperfeiçoamento da Rede Nacional de Treinamento” (R\$ 36,81 milhões), em 2017 e 2018; a “Implementação e desenvolvimento da política nacional de controle de dopagem” (R\$ 27,17 milhões), de 2014 a 2018; e a “Detecção e avaliação de atletas de alto rendimento” (12,92 milhões), de 2003 a 2011.

Mesmo a SNEAR sendo a única secretaria finalística presente no ME de 2003 a 2018, ao longo do tempo houve mudanças nas diferentes ações que foram financiadas, expressando uma descontinuidade nas ações de EAR, elemento manifestado na Tabela 1. Além disso, ações que estavam especificadas na vigência dos PPAs 2004-2007 e 2008-2011 passaram a ser genéricas no período dos PPAs seguintes.

O gasto com EELIS contou com grande variação ao longo de 2003 a 2018, pois foi de R\$ 51,81 milhões em 2003 e chegou a R\$ 336,31 milhões em 2010. Houve, ao longo de 2003 a

2011, um crescimento praticamente crescente; contudo, desde 2012 o patamar de gasto foi próximo aos de 2003 e 2004.

Conforme já apontamos, os programas finalísticos de EELIS, presentes nos PPAs 2004-2007 e 2008-2011, foram os que mais sofreram com as mudanças na forma de apresentação nos PPAs 2012-2015 e 2016-2019. Assim, apenas no período de 2003 a 2011 é possível saber os recursos direcionados para o PST, o PELC, o programa de inserção/inclusão social pela produção de material esportivo e a realização dos Jogos dos Povos Indígenas. Essas políticas continuaram existindo, contudo, sem a discriminação de recursos para elas, passando a receber denominações genéricas.

De acordo com Carneiro (2018), quando o PST e o PELC eram programas finalísticos, eles contavam com maior quantidade de recursos para serem aplicados na vivência esportiva, mas à medida que ficaram genéricos, e ao serem agregados como ações de EELIS no PPA 2012-2015, eles perderam o quantitativo de recursos que eram recebidos nos PPAs 2004-2007 e 2008-2011. Entretanto, a diminuição de recursos para EELIS na vigência do PPA 2012-2015 se deve muito mais à questão da priorização de EAR e dos megaeventos esportivos (CARNEIRO, 2018).

**Tabela 3** - Gasto com as ações de EELIS – total de 2003 a 2018

Ações	R\$	%
Ações finalísticas do Programa Segundo Tempo	1.713,85	63,77
Desenvolvimento de atividades e apoio a projetos de esporte, educação, lazer, inclusão social e legado social	312,00	11,61
Ações finalísticas do Programa Esporte e Lazer da Cidade	300,57	11,18
Inserção/inclusão social pela produção de material esportivo	237,48	8,84
Realização e apoio a eventos de esporte, lazer e inclusão social	69,04	2,57
Realização e apoio a eventos e competições de esporte participativo e de esporte escolar	24,75	0,92
Promoção da defesa dos direitos do torcedor e apoio ao desenvolvimento do futebol masculino e feminino	22,55	0,84
Realização dos Jogos dos Povos Indígenas	7,12	0,27
<b>Total</b>	<b>2.687,36</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIGA Brasil (SENADO FEDEDERAL, 2019). Elaboração própria

Obs.: Valores liquidados; valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2018 em R\$ milhões.

Na Tabela 3 apresentamos os gastos com EELIS por ações que foram realizados ao longo de 2003 a 2018. Conforme pode ser visto, a maior parte dos recursos de EELIS foram para o PST – R\$ 1,71 bilhões – ao longo de 2003 a 2011. O PST foi um dos principais programas esportivos desenvolvidos pelo ME. Ele foi criado pela Portaria Interministerial n. 3.497/2003 do ME e do Ministério da Educação (MEC) e buscava democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte de maneira a promover o “[...] desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e



regularmente matriculados na rede pública de ensino.” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2011, p. 9).

A maneira de implementar o PST foi por meio de núcleos de esporte educacional e suas parcerias com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2011). As “Ações finalísticas do PST” são formadas por um conjunto de ações. A que teve mais gasto foi a de “Funcionamento de núcleos de esporte educacional” (R\$ 1,63 bilhões), de 2003 a 2011, assim, o principal gasto com PST foi para manter seus núcleos funcionando, isto é, uma ação que dava materialidade e continuidade nas atividades desenvolvidas pelo programa. Além desta ação, houve a de “Promoção de eventos de esporte educacional” (R\$ 51,71 milhões), de 2003 a 2011, a de “Desenvolvimento de atividades esportivas educacionais” (R\$ 16,52 milhões), de 2008 a 2011, e a de “Participação de crianças, adolescentes e jovens em atividades esportivas nacionais e internacionais” (R\$ 8,71), de 2008 a 2010. Fica claro que o foco do PST foi a realização de atividades que tinham continuidade, sendo este um elemento importante em uma política esportiva.

Athayde (2011) afirma que o PST tinha um forte caráter propagandístico, tanto que era proclamado como o maior programa socioesportivo do mundo. Além disso, aponta que a sua criação parecia expressar uma nova relação entre o Estado e o esporte no Brasil no sentido de política social, elemento que não se concretizou, conforme Castellani Filho (2008).

O PELC foi criado em 2003, tendo sido fruto de experiências de gestores públicos que estiveram à frente de secretarias municipais e estaduais de esporte que pertenciam ao âmbito popular e democrático da política, além do acúmulo de conhecimentos de setores acadêmicos da educação física e das ciências do esporte (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2008). Para Castellani Filho (2007, p. 6), um dos seus principais idealizadores, o PELC nasceu “[...] com o objetivo de responder a questões amplamente detectadas no quadro social brasileiro, indicativas de que parcela significativa da população brasileira não tem acesso ao lazer [...]”. Portanto, o PELC surge com o objetivo de “[...] suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica [...]” (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2008, p. 1).

Dessarte, o PELC partia do reconhecimento do lazer como um direito social, assim “[...] buscou expressar a vontade política e dar à ação governamental o sentido e a direção, a materialização do direito social aludido, oferecendo respostas à necessidade social por política de lazer apoiada no projeto histórico de emancipação humana.” (CASTELLANI FILHO, 2007, p. 7, grifos do autor). O PELC se organizava a partir de três eixos centrais: o funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer, o funcionamento da Rede CEDES (Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e Lazer) e a implantação e modernização de infraestrutura para esporte recreativo e lazer.

Como pode ser visto na Tabela 3, as “Ações finalísticas do PELC” foram a terceira ação com mais recursos – R\$ 300,57 milhões ao longo de 2003 a 2011. No conjunto das ações, a maior parte do valor foi para o “Funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer” (R\$ 233,48 milhões), de 2003 a 2011. Além desta ação, a partir de 2007 foram desenvolvidos núcleos do PELC voltados a pessoas a partir de 45 anos, chamado “Vida saudável”. Assim, de 2007 a 2011 houve R\$ 19,37 milhões para a ação de “Desenvolvimento de atividades esportivas, recreativas e de lazer para pessoas adultas e da terceira idade – Vida Saudável”. Essas ações expressam atividades contínuas para que o PELC se realizasse.

Além dessas, houve outras ações vinculadas ao PELC: “Promoção de eventos de esporte recreativo e de lazer” (R\$ 28,22 milhões), de 2003 a 2012; “Funcionamento de Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer – Rede CEDES” (R\$ 10,32 milhões), de 2004 a 2011; “Promoção de eventos científicos e tecnológicos voltados ao desenvolvimento de políticas sociais do esporte recreativo e de lazer” (R\$ 4,29 milhões), de 2004 a 2011; “Fomento a eventos interdisciplinares do esporte recreativo e do lazer” (R\$ 1,84 milhão), em 2005 e 2007; “Sistema Centro de Documentação e Informação do ME – CEDIME” (R\$ 1,12 milhão), de 2008 a 2011; “Concessão de prêmio de literatura do esporte recreativo e do lazer” (R\$ 1,08 milhão), de 2008 a 2011; e “Edição e distribuição de material técnico e científico relacionados ao esporte recreativo e ao lazer” (R\$ 0,76 milhão), em 2003 e de 2005 a 2007.

Diferentes estudos (CARNEIRO, 2018; CASTRO, 2016; ATHAYDE, 2014) apontam que o PST e o PELC foram os principais programas esportivos voltados ao direito do esporte e lazer pelo ME. Contudo, fica claro que houve priorização do PST em relação ao PELC nos gastos com EELIS, expressando o foco a um programa que esteve vinculado a quadros do PCdoB (CARNEIRO, 2018).

Houve a realização do programa voltado para a produção de material esportivo por detentos, adolescentes em conflito com a lei e populações em situação de vulnerabilidade social. Inicialmente essa política foi intitulada de “Inserção social pela produção de material esportivo” e depois passou a se chamar “Inclusão social pelo esporte”. Ao longo de 2003 a 2011 foram gastos R\$ 237,48 milhões com esta política. De 2003 a 2010 foram produzidos 8,6 milhões de itens de material esportivo, tendo atendido cerca de 40 milhões de pessoas envolvidas em programas esportivos sociais (BRASIL, 2010).

De 2005 a 2011 houve recurso específico para a realização dos Jogos dos Povos Indígenas, totalizando R\$ 7,12 milhões. Esta foi a única ação financiada que esteve vinculada aos programas finalísticos “Identidade étnica e patrimônio cultural dos indígenas” e “Proteção e promoção dos povos indígenas”.

A partir de 2012, o orçamento do ME passou a ter outra configuração, isto é, as ações desenvolvidas não estavam mais vinculadas a programas finalísticos, mas ao programa temático. Assim, houve três ações voltadas a EELIS de 2012 a 2018: a) “Desenvolvimento de

atividades e apoio a projetos de esporte, educação, lazer, inclusão social e legado social” (R\$ 312,00 milhões), de 2012 a 2018; b) “Realização e apoio a eventos de esporte, lazer e inclusão social” (R\$ 69,04 milhões), de 2014 a 2018; e c) “Realização e apoio a eventos e competições de esporte participativo e de esporte escolar” (R\$ 24,75 milhões) em 2012.

Ainda vinculada à EELIS, houve a ação de “Promoção da defesa dos direitos do torcedor e apoio ao desenvolvimento do futebol masculino e feminino” (R\$ 22,55 milhões), de 2012 a 2018. Esta é uma das ações que esteve vinculada à SNFDDT, criada em 2011.

Conforme pode ser visto na Tabela 1, a categoria infraestrutura foi a que recebeu mais recursos ao longo dos 16 anos analisados, foram R\$ 6,47 bilhões, representando 38,67% de todo o gasto do ME. O gasto com infraestrutura esportiva foi crescente ao longo de 2003 a 2009, tendo sido este último ano o pico de gasto (R\$ 1,18 bilhão). Em 2010 e 2011 há uma diminuição dos valores; contudo, a partir de 2012 há uma queda drásticas nos investimentos em obras públicas pelo ME – em 2014 o valor foi de apenas R\$ 510,19 mil.

De acordo com Carneiro (2018), o gasto com infraestrutura de 2005 a 2011 expressa o papel interventor do Estado no âmbito esportivo, pois o esporte é colocado a serviço do desenvolvimento econômico, mobilizando diversos interesses do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Na Tabela 4 apresentamos os gastos realizados com as ações de infraestrutura ao longo de 2003 a 2018.

**Tabela 4** - Gasto com as ações de infraestrutura esportiva – total de 2003 a 2018

Ações	R\$	%
Implantação e modernização de núcleos de esporte recreativo e de lazer	5.711,58	88,31
Implantação de infraestrutura para o desenvolvimento do esporte educacional	396,96	6,14
Implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte – CIE	189,14	2,92
Implantação e modernização de infraestrutura para o esporte de alto rendimento	60,33	0,93
Implantação e modernização de Centros Científicos e Tecnológicos Para o Esporte	59,65	0,92
Implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer	30,08	0,47
Gestão e Manutenção do Legado Olímpico e Paraolímpico sob responsabilidade da Autoridade de Governança do Legado Olímpico – AGLO	19,13	0,30
Implantação de Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer - Rede CEDES	0,91	0,01
<b>Total</b>	<b>6.467,78</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIGA Brasil (SENADO FEDEDERAL, 2019). Elaboração própria

Obs.: Valores liquidados; valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2018 em R\$ milhões.

Do gasto com infraestrutura esportiva, R\$ 6.139,53 milhões foram com infraestruturas de EELIS e R\$ 309,11 milhões foram com infraestruturas de EAR. Além disso houve o gasto com a “Gestão e manutenção do legado olímpico e paraolímpico sob responsabilidade da Autoridade de Governança do Legado Olímpico”, que totalizou R\$ 19,13 milhões, tendo sido

realizado apenas em 2018.

Do gasto com infraestrutura de EELIS, de 2003 a 2011 houve R\$ 5,71 bilhões direcionados para a “Implantação e modernização de núcleos de esporte recreativo e de lazer”. Conforme apontamos anteriormente, este foi um dos eixos centrais do PELC, – 88,31% de todo o gasto com infraestrutura do ME foi para esta ação. Um elemento que justifica a predominância do gasto com esta ação, de acordo com Carneiro (2018) é que esse foi o arranjo encontrado pelo ME para justificar o direcionamento de recursos para infraestrutura esportiva, tanto que a maior parte da infraestrutura direcionada para essa ação não passava pelo setor responsável pelo PELC, mas pela Secretaria Executiva, sendo mantido aquilo que era realizado antes de 2003 pela pasta do esporte.

Outra ação vinculada ao PELC foi a de “Implantação de Centros de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e de Lazer - Rede CEDES”, no valor de R\$ 905,53 mil, realizada em 2005 e 2006. Ainda de 2003 a 2011 houve R\$ 396,96 milhões gastos com a “Implantação de infraestrutura para o desenvolvimento do esporte educacional”, ação que esteve vinculada à estruturação dos PST. Dessarte, se nos gastos finalísticos com o PELC e PST houve o privilégio do segundo em relação ao primeiro, no gasto com infraestrutura a priorização foi do primeiro em detrimento do segundo.

De 2012 a 2018, as ações supracitadas de infraestrutura de EELIS passaram a ser agregadas na ação de “Implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer”, tendo totalizado R\$ 30,08 milhões. Assim, a mesma generalização que ocorreu nas ações de EELIS a partir de 2012 também se deu com o gasto de infraestrutura de EELIS.

As ações com infraestrutura de EELIS estão relacionadas principalmente à construção de equipamentos esportivos nos diferentes municípios brasileiros. Todavia,

Esses equipamentos são construídos com recursos federais, devendo ser mantidos por estados e prefeituras, que, por sua vez, encontram dificuldades em realizar a manutenção ou mesmo promover ações contínuas para que a população possa se apropriar desses bens. (CARNEIRO, 2018, p. 298).

Dessarte, para que o direito ao esporte e lazer se concretize, não basta a presença de infraestrutura esportiva; é importante que sejam realizadas atividades nesses equipamentos, além do processo de sua manutenção.

No que tange ao gasto com infraestrutura de EAR, a ação que teve mais gasto foi a de “Implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte – CIE”, no valor de R\$ 189,14 milhões, gasto que se deu de 2014 a 2018. A construção dos CIEs foi instituída pela Portaria nº 14/2013, caracterizando-o como um equipamento público multiuso que apresenta atividades voltadas à iniciação esportiva e ao esporte de alto rendimento, buscando detectar talentos esportivos e

realizar a formação de atletas e cuja prioridade para localização seriam áreas de vulnerabilidade social. Os CIEs foram colocados como um dos legados dos Jogos Rio 2016, sendo parte da Rede Nacional de Treinamento.

Outras ações de infraestrutura de EAR foram a de “Implantação e modernização de infraestrutura para o esporte de alto rendimento” no valor de R\$ 60,33 milhões – esta ação se deu em diferentes anos (2003, 2008, 2009, 2013 e de 2015 a 2018) – e de “Implantação e modernização de Centros Científicos e Tecnológicos Para o Esporte”, no valor de R\$ 59,65 milhões, tendo sido gastos de 2003 a 2011. Esta última ação esteve relacionada à proposta de estruturação da Rede CENESP. De acordo com o Ministério do Esporte (2017), esta Rede é composta por centros de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica na área do esporte, treinamento e aperfeiçoamento de atletas.

De acordo com Carneiro (2018), 95,58% dos recursos de infraestrutura do ME foram fruto de emendas parlamentares de 2004 a 2015. Assim, as emendas parlamentares tiveram um papel importante no ME, tendo sido graças a elas que a categoria contou com o maior quantitativo de recursos em relação às outras. De acordo com Teixeira (2016, p. 167),

[...] os recursos dessas emendas direcionadas aos investimentos em infraestrutura, vinculam-se recorrentemente aos objetivos eleitorais e partidários recorrentes na pequena política nacional. Características essas classificadas como fragmentárias, assistencialistas, clientelistas, patrimonialistas, populistas, suportadas com recursos sempre insuficientes, negociados não raramente em função do atendimento de interesses governamentais.

Assim, Teixeira (2016) ratifica que as emendas parlamentares são bastante utilizadas para a área de construção, ampliação e modernização de espaços esportivos, mas que isso seria uma forma de esvaziar e pouco acrescentariam às políticas públicas esportivas – expressão da hegemonia da “pequena política” no Estado brasileiro. A prática clientelista “[...] corrobora a pulverização dos recursos públicos, ou seja, a distribuição dos gastos com o esporte por inúmeras obras, por meio de parcelas muitas vezes insuficientes para a conclusão de projetos” (MASCARENHAS, 2016, p. 975). Nessa perspectiva, recursos que poderiam compor o orçamento global do esporte, sendo distribuídos por meio de uma política nacional democrática, participativa e descentralizada, acabam sendo articulados a demandas locais, integrando interesses econômicos de empreiteiras e eleitorais de parlamentares (MASCARENHAS, 2016).

Gastos com infraestrutura também se fizeram presentes na realização dos megaeventos esportivos – R\$ 2,78 bilhões. Contudo, por integrarem uma agenda específica, o gasto com infraestrutura para eles compôs a categoria megaeventos.

Em um primeiro momento, o ME focou sua atuação no desenvolvimento dos programas sociais esportivos, sobretudo PST e PELC (CARNEIRO, 2018; ATHAYDE, 2011), mas, conforme apontamos, houve o redirecionamento do foco da política esportiva para os

megaeventos esportivos e o EAR. Esse processo fez com que o gasto com megaeventos esportivos fosse o segundo maior, com R\$ 4,35 bilhões, que financiaram três megaeventos: Jogos Pan Rio 2007, Copa do Mundo FIFA 2014<sup>2</sup> e Jogos Rio 2016.

**Tabela 5** - Gasto com as ações de megaeventos esportivos – total de 2003 a 2018

Ações	R\$	%
Implantação de infraestrutura para a realização dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007	1.483,82	34,12
Implantação de infraestrutura para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	1.256,21	28,88
Preparação e organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016	550,36	12,65
Realização dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007	518,87	11,93
Apoio a realização da Copa do Mundo FIFA 2014	144,98	3,33
Captação de eventos esportivos internacionais de alto rendimento	116,22	2,67
Autoridade Pública Olímpica	174,06	4,00
Participação da União no capital da Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A.	66,12	1,52
Implantação de controle de acesso e monitoramento nos estádios de futebol para segurança do torcedor	38,65	0,89
Total	4.349,30	100,00

Fonte: SIGA Brasil (SENADO FEDEDERAL, 2019). Elaboração própria

Obs.: Valores liquidados; valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2018 em R\$ milhões.

Os Jogos Pan Rio 2007 tiveram gasto total de R\$ 2,00 bilhões ao longo de 2004 a 2007. Deste valor, R\$ 1,48 bilhão foi para implantação de infraestrutura e R\$ 518,87 milhões foram para a realização dos Jogos. Entretanto, 69,48% do gasto com os Jogos Pan Rio 2007 foram concretizados em 2007. Isto se deveu à falta de definição clara do que cada ente federado deveria realizar; assim, o governo federal acabou de última hora liberando grande parte dos recursos para que o referido megaevento fosse realizado.

O gasto inicial previsto com Jogos Pan Rio 2007 foram de R\$ 980,70 milhões, contudo foi gasto 3,16 vezes do que fora previsto inicialmente (COMITÊ DE GESTÃO DO GOVERNO FEDERAL PARA OS XV JOGOS PAN-AMERICANOS E III JOGOS PARAPAN-AMERICANOS RIO 2007, 2008). O Tribunal de Contas da União (2007) aponta que ter deixado ações importantes para última hora levou a contratações sem licitação e alterações posteriores no objeto dos contratos ou a realização de serviços sem cobertura contratual.

O Brasil foi definido como sede da Copa do Mundo FIFA 2014 em 30 de outubro de 2007, na sede da FIFA, em Zurique-Suíça. A cerimônia contou com autoridades como o então presidente Lula, 12 governadores de estados, ministros e senadores. A Copa do Mundo FIFA 2014, diferentemente dos outros megaeventos que tiveram a cidade do Rio de Janeiro como sede, teve 12 cidades-sede.

<sup>2</sup> Os gastos com a Copa da Confederações FIFA 2013 é um evento preparativo para a Copa do Mundo FIFA 2014; logo, os gastos daquele foram alocados neste.

O ME gastou R\$ 183,63 milhões ao longo de 2010 a 2014 com a Copa do Mundo FIFA 2014. Destes, R\$ 144,98 milhões foram para “Apoio à realização da Copa do Mundo FIFA 2014” e R\$ 38,65 milhões foram para “Implantação de controle de acesso e monitoramento nos estádios de futebol para segurança do torcedor”. Carneiro (2018) deixa claro que o ME compôs com uma pequena parte o financiamento da Copa do Mundo FIFA 2014, pois ele teria se dado por financiamento federal, estadual e municipal, além de recursos privados. Em valores nominais o gasto teria sido de R\$ 27,12 bilhões.

O último megaevento esportivo realizado, os Jogos Rio 2016, foi o que consumiu mais recursos do ME – R\$ 2,16 bilhões. Os gastos começaram a ser realizados com este megaevento antes mesmo de o Brasil ser definido como sede. Em 2007 e 2008 o ME gastou R\$ 116,22 milhões com a campanha de candidatura, entretanto a iniciativa privada também fez um investimento de R\$ 37 milhões, que foi patrocinado por Bradesco, Odebrecht, TAM, Embratel e Grupo EBX (MASCARENHAS *et al.*, 2012).

A justificativa para a realização dos Jogos Rio 2016 foi serem um catalisador de obras e investimentos, dinamizar a economia e fortalecer o Rio de Janeiro e o Brasil no mercado mundial (MASCARENHAS *et al.*, 2012), elementos que se vinculam diretamente ao projeto (neo)desenvolvimentista iniciado no segundo mandato de Lula e continuado por Dilma (CARNEIRO, 2018).

Em relação ao gasto do ME com os Jogos Rio 2016, em 2010 e 2013 foram gastos R\$ 66,12 milhões com a “Participação da União no capital da Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A.”; em 2011 e 2012 houve gasto de R\$ 174,06 milhões para constituição da “Autoridade Pública Olímpica”; e de 2010 a 2016 foram gastos R\$ 1,26 bilhão na implantação de infraestrutura e R\$ 550,36 milhões na preparação e organização.

O gasto com gestão do ME foi de R\$ 1,94 bilhão e se refere a ações para manutenção das atividades da pasta. No primeiro ano de existência do ME, o gasto com gestão foi de apenas R\$ 2,97 milhões. Ao longo do tempo, os recursos desta categoria foram crescendo, tendo alcançado o pico em 2011 – R\$ 183,99 milhões. Depois deste pico os valores caem, mas não abaixo da média do gasto com gestão anterior ao pico.

**Tabela 6** - Gasto com as ações de gestão – total de 2003 a 2018

Ação	R\$	%
Administração da unidade	1.068,61	55,02
Pessoal (pagamento e encargos sociais)	325,95	16,78
Publicidade	269,78	13,89
Gestão de programas	165,93	8,54
Avaliação das políticas públicas de esporte e lazer	55,76	2,87
Operações financeiras	27,80	1,43
Capacitação de pessoal	17,36	0,89

Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	5,27	0,27
Fomento a pesquisa, memória, difusão e formação em políticas sociais de esporte e lazer	2,65	0,14
Conferência Nacional do Esporte	2,31	0,12
Cooperação e intercâmbio internacional	0,73	0,04
Estudos e pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento do esporte	0,15	0,01
<b>Total</b>	<b>1.942,32</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIGA Brasil (SENADO FEDEDERAL, 2019). Elaboração própria

Obs.: Valores liquidados; valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de dezembro de 2018 em R\$ milhões.

Com gestão, a ação que teve mais recurso foi a de “Administração da unidade”, isto é, a manutenção das instalações onde o ME esteve sediado – o valor foi de R\$ 1,07 bilhão ao longo de 2004 a 2018. Esta ação consumiu 55,02% do gasto com gestão. A segunda ação com mais gasto foi com “Pessoal (pagamento e encargos sociais)”, com R\$ 325,95 milhões – teve recurso de 2004 a 2018. Além deste recurso com pagamento de pessoal, houve a ação de “Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais”, no valor de R\$ 5,27 milhões de 2016 a 2018, e a ação de “Capacitação de pessoal”, no valor de R\$ 17,36 milhões de 2003 a 2012. A terceira ação com gasto foi com “Publicidade”, com R\$ 269,78 milhões – apenas em 2007 não houve recurso para esta ação. A quarta ação com mais gasto, ou seja, “Gestão de programas”, teve R\$ 165,93 milhões, tendo sido realizada de 2004 a 2011. Até este último ano os programas finalísticos PST, PELC e Brasil no esporte de alto rendimento contavam com recurso específico voltados a suas gestões (CASTRO, 2016).

Além dessas houve outras ações na categoria Gestão: “Avaliação de políticas públicas de esporte e lazer” – (R\$ 55,76 milhões) de 2003 a 2012; “Operações financeiras” – (R\$ 2,80 milhões) de 2005 a 2011; “Fomento a pesquisa, memória, difusão e formação em políticas sociais de esporte e lazer” – (R\$ 2,65 milhões) em 2012 e 2013; “Conferência Nacional do Esporte” – (R\$ 2,31 milhões) em 2006 e 2008; “Cooperação e intercâmbio internacional” – (R\$ 0,73 milhão) em 2006 e 2007; e “Estudos e pesquisas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento do esporte” – (R\$ 0,15 milhão) em 2003.

#### 4 Considerações finais

Ao longo dos 16 anos de existência do ME, ele foi se remodelando na sua organização administrativa, nos programas esportivos realizados, nos quadros que estiveram à frente das políticas esportivas e no foco da sua atuação. Foi importante realizar o balanço sobre o direcionamento do gasto com ME ao longo de 2003 a 2018, pois deixa de existir como pasta ministerial, sendo rebaixado a secretaria especial a partir de 2019.

Elementos mais amplos do governo federal, como a nova forma de construção do PPA a partir de 2012, impactou diretamente a forma como as políticas esportivas do ME passaram a



ser estruturadas, provocando mudanças na forma de explicitação dos gastos com as diferentes políticas esportivas. Esse processo inviabilizou pesquisas que vinham acompanhando o gasto com as principais políticas de EELIS, o PST e o PELC.

Um elemento que chamou atenção é que o gasto do ME ao longo do período teve bastante oscilação, elemento que também se fez presente nas diferentes categorias de gasto. Infraestrutura esportiva foi a categoria que mais teve gasto, com prioridade para o gasto com infraestrutura de EELIS e, mais especificamente, voltado a núcleos do PELC. A maioria do gasto com infraestrutura só foi possível devido a emendas parlamentares. A segunda categoria com mais gasto foi a de megaeventos esportivos, que passaram a ser, a partir dos Jogos Pan Rio 2007, o princípio organizador das políticas de esporte e lazer desenvolvidas pelo ME, tendo possibilitado o desenvolvimento de diferentes políticas para o EAR, cujo financiamento contou com empresas estatais, recursos de loterias para entidades esportivas e a Lei de Incentivo ao Esporte.

No direcionamento de gastos finalísticos, a categoria EELIS foi priorizada em relação à EAR. No direcionamento dos recursos para as ações, o EELIS focou o PST, e o EAR privilegiou o PBA. Já no gasto com gestão, a maior parte foi para a manutenção da unidade e para gastos com pessoal.

O estudo priorizou uma análise longitudinal do ME, trazendo luz à materialização das políticas realizadas pela pasta a partir de seu gasto. É importante que novos estudos busquem analisar aquilo que foi realizado pelo ME, apontando novas abordagens e se utilizando de outras fontes de dados. Sem a presença de ministério para o esporte é ainda mais importante que haja a luta para que as políticas sejam materializadas, sendo importante que haja o financiamento delas.

## 5 Referências

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando; SALVADOR, Evilasio. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no governo Lula. In: MATIAS, Wagner Barbosa; Athayde, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando (Orgs.). **Política de esporte nos anos Lula e Dilma**. Brasília: Thesaurus, 2015. p. 117-139.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. O “lugar do social” na Política de Esporte do Governo Lula. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 184-209, jan./jun. 2011.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. **O ornitorrinco de chuteiras: determinantes econômicos da política de esporte e lazer do governo Lula e suas implicações sociais**. 2014. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Calculadora Cidadã**. 2019. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Brasil: 2003 a 2010**. Brasília: Presidência da República,

2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/lula/balancodegoverno/@@download/file/balan%C3%A7odegoverno.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2019.
- BRASIL. **Decreto n. 4.668, de 9 de Abril de 2003.** 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4668.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4668.htm). Acesso em: 13 abr. 2019.
- BRASIL. **Decreto n. 7.529, de 21 de Julho de 2011.** 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7529.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7529.htm). Acesso em: 13 abr. 2019.
- CABRAL, Gilda. **Chega de conversa fiada: Governo Dilma inviabiliza controle social das políticas públicas.** Brasília: 2012. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/en/cheqa-de-conversa-fiada-governo-dilma-inviabiliza-o-controle-social-das-politicas-publicas/> Acesso em: 10 mai. 2019.
- CARNEIRO, Fernando Henrique Silva. **O financiamento do esporte no Brasil: aspectos da atuação estatal nos governos Lula e Dilma.** 2018. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- CARNEIRO, Fernando Henrique Silva; MASCARENHAS, Fernando. O financiamento esportivo brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise. **E-legis**, Brasília, v. 11, n. Especial – Pesquisas e Políticas sobre Esporte II, p. 119-140, nov. 2018.
- CARNEIRO, Fernando Henrique Silva *et al.*. Orçamento do esporte no governo Dilma: aprimazia dos interesses econômicos e o direito escanteado. **RBCE**, Brasília, v. 41, n. 4, out./dez. 2019.
- CASTELLANI FILHO, Lino. O Estado Brasileiro e os Direitos Sociais: O Esporte. In: HÚNGARO, Edson Marcelo; DAMASCENO, Luciano Galvão; GARCIA, Carla Cristina (Orgs.). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais.** Santo André, SP: Alpharrabio, 2008. p. 129-144.
- CASTELLANI FILHO, Lino. O projeto social esporte e lazer da cidade: da elaboração conceitual à sua implementação. In: CASTELLANI FILHO, Lino (Orgs.). **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais.** Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo, 2007. (Coleção educação física e esportes)
- CASTRO, Suélen Barboza Eiras de. **Políticas públicas para o esporte e lazer e o ciclo orçamentário brasileiro (2004-2011): prioridades e distribuição de recursos durante os processos de elaboração e execução orçamentária.** 2016. Tese. (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- COMITÊ DE GESTÃO DO GOVERNO FEDERAL PARA OS XV JOGOS PAN-AMERICANOS E III JOGOS PARAPAN-AMERICANOS RIO 2007. **Relatório do governo federal sobre os XV Jogos Pan-americanos e III Jogos Parapan-americanos Rio 2007.** 2008. (Volume I). Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/panVolume1.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2019.
- CORRÊA, Amanda Jorge *et al.*. Financiamento do esporte olímpico de verão brasileiro: mapeamento inicial do programa “Bolsa Atletas” (2005-2011). **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 17, n. 4, out./dez. 2014.
- FLAUSINO, Michelle da Silva. **Plano Decenal: as políticas públicas de esporte e lazer em jogo.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- MASCARENHAS, Fernando. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. **RBEFE**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 963-80, out./dez. 2016.
- MASCARENHAS, Fernando. *et al.*. O Bloco Olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. **Revista da ALESDE**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 15-32, out. 2012.
- MATIAS, Wagner Barbosa. A política esportiva do governo Lula: o Programa Segundo Tempo.

**Licere**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 1-23, mar. 2013.

MELO, Marcelo Paula; HUNGARO, Edson Marcelo; ATHAYDE, Pedro Fernando. I mandato Governo Lula da Silva-PT (2003-2006) e as políticas de esportes: aprofundando o projeto neoliberal. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 280-297, set. 2015.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Planos Plurianuais**. 2019. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>. Acesso em: 13 mai. 2019.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Histórico**. 2018. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/institucional/historico.jsp>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Diretrizes do Programa Segundo Tempo 2011**. 2011. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/segundoTempo/diretrizes2011.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **CENESP**. 2017. Disponível em: <http://www2.esporte.gov.br/snear/cenesp/default.jsp>. Acesso em: 24 mai. 2019.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Orientações para implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade ações: funcionamento de núcleos, Vida Saudável e eventos interdisciplinares**. 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/129957/p07.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 abr. 2019.

PEREIRA, Claudia Catarino. **As empresas estatais e o financiamento do esporte nos governos Lula e Dilma**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SENADO FEDERAL. **SIGA Brasil**. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 10 mar. 2019.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; MEZZADRI, Fernando Marinho; MARCHI JUNIOR, Wanderley. Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas definições de espaços. **RBEFE**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 217-228, abr./jun. 2015.

TEIXEIRA, Marcelo Resende. **Esporte, fundo público e pequena política: os reverses de um orçamento (r)emendado**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TEIXEIRA, Marcelo Resende *et al.*. O Programa Bolsa Atleta no contexto esportivo nacional. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. esp., p. 92-109, dez. 2017.

TEIXEIRA, Marcelo Resende *et al.*. Política social de esporte e lazer no governo Lula: o Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Licere**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 134-161, set. 2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **1º Relatório de acompanhamento trimestral para o exercício de 2007 nas ações e obras relacionadas aos Jogos Panamericanos**. TC-005.437/2007-2. 2007. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/543720072.PROC/%252520DTRELEVANCIA%252520desc%252520C%252520NUMACORDAOINT%252520desc/0/sinonimos%253Dfalse>. Acesso em: 19 mai. 2019.

Artigo recebido em: 26/06/2019

Artigo aceito para publicação em: 09/09/2019



## **GESTÃO ESPORTIVA: A IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO CENÁRIO BRASILEIRO**

### **SPORT MANAGEMENT: THE IMPORTANCE OF THE CORPORATIVE GOVERNANCE IN THE BRAZILIAN SCENARIO**

### **GESTIÓN DEPORTIVA: LA IMPORTANCIA DE LA GOBERNANZA CORPORATIVA EN EL ESCENARIO BRASILEÑO**

Mateus David Finco\*

**Resumo:** A gestão esportiva no Brasil é um tema de grande importância para o desenvolvimento de diversas modalidades olímpicas e não olímpicas. O objetivo deste estudo foi de avaliar o nível de governança corporativa da Confederação Brasileira de Hóquei sobre Grama e Indoor (CBHG), avaliando os seguintes aspectos: estatuto, assembleia geral e estrutura organizacional. Como metodologia foi empregado um delineamento qualitativo envolvendo coleta de dados documentais e entrevista com o gestor da entidade. Como resultados deste estudo, foi possível averiguar que os itens estatuto e contrato social, assembleia geral e estrutura organizacional, papéis e responsabilidade necessitam de ações específicas para elevar o índice de boa governança na Confederação. Conclui-se que a entidade pode primar pelos princípios da governança corporativa para que todas as áreas de desenvolvimento da gestão esportiva sejam potencializadas e cada vez mais qualificadas.

**Palavra-chave:** Governança Corporativa. Gestão Esportiva. Estrutura Organizacional. Esportes. Hóquei sobre Grama.

**Abstract:** The sport management in Brazil is a topic of great importance for the development of several Olympic and non-Olympic modalities. This research aims to evaluate the level of corporate management adopted by the Brazilian Indoor and Field Hockey Confederation, assessing the following aspects: Statute, Organizational Structure and General Assembly. A method of quantitative analysis was applied, involving the collection of document data and interview with the entity manager. As a result of this study, it was possible to verify that the items Statutes; General Assembly and Organizational Structure; papers and liability require specific actions to increase the confederation levels of good management. Finally, it can be said that the entity may focus on the principles of corporate management so that all areas of development of sport management can be boosted and more and more enhanced.

---

\*Graduado em Licenciatura Plena em Educação Física, Mestre em Ciências do Movimento Humano e Doutor em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professor da Universidade Federal da Paraíba. (mateusfinco@gmail.com)

**Keywords:** Corporate Governance. Sports Management. Organizational Structure. Sports. Field Hockey.

**Resumen:** La gestión deportiva en Brasil es un tema de gran importancia para el desarrollo de las modalidades olímpicas y no olímpicas. El objetivo de este estudio fue de evaluar el nivel de gobernanza corporativa de la Confederación Brasileña de Hockey sobre Césped y Sala (CBHG), evaluando los siguientes aspectos: Estatuto, Asamblea General y Estructura Organizacional. Como metodología fue empleado un delineamiento cualitativo que implica colecta de datos documentales y entrevista con el gestor de la entidad. Como resultados de este estudio fue posible averiguar que los artículos Estatuto e Contrato Social; Asamblea General e Estructura Organizacional, papeles e responsabilidad necesitan de acciones específicas para elevar el índice de buena gobernanza en la Confederación. Se concluye que la organización deportiva puede sobresalir con los principios de la gobernanza corporativa, para que todas las áreas de desarrollo de gestión deportiva sean potencializadas y cada vez mas calificadas.

**Palabras clave:** Gobernanza Corporativa. Gestión Deportiva. Estructura Organizacional. Deportes. Hockey sobre Césped.

## 1 Introdução

A gestão esportiva no Brasil é um assunto de grande importância para o desenvolvimento de diversas modalidades olímpicas e não olímpicas. Precisamente, as modalidades olímpicas necessitam de um planejamento que propenda principalmente para investimentos e de um planejamento adequado, para que os ciclos olímpicos e a administração esportiva possam conceder um ambiente favorável. Desta maneira, contribui-se para que resultados expressivos (em nível nacional e internacional) e a popularidade dos esportes sejam uma constante realidade. Assim, as modalidades olímpicas poderão fruir de novos *stakeholders* para um consequente firmamento da modalidade no cenário nacional.

Por conseguinte, investimentos em diversas áreas precisam ser cuidadosamente elaborados, planejados e propostos, tais como marketing, finanças, gestão de pessoas, planejamento estratégico, entre outros, para que a governança corporativa possa estar alinhada e servir como uma engrenagem para o desenvolvimento da gestão do esporte. Destarte, também é de suma importância que um trabalho interdisciplinar seja destacado para que se produzam novos conhecimentos e conseqüentemente novas experiências positivas na administração esportiva.

Esse processo requer sempre uma manutenção e análise constantes de todas as ações realizadas dentro da Organização Esportiva Olímpica, pois renovação e modernização das atividades dentro da instituição são motivos de sucesso e de uma boa gestão, permitindo que inovações e um contínuo questionamento das práticas de governança sejam condicionantes de um amadurecimento da OEO para a sua própria atuação.

Como o retrato nacional atual se encontra assolado por denúncias de corrupção, falta de credibilidade política, problemas econômicos e sociais, torna-se imprescindível que as OEOs possam trazer bons princípios de governança para as suas práticas administrativas, possibilitando uma maior credibilidade por parte dos *stakeholders* e permitindo o incremento da confiança primordialmente entre as relações estabelecidas.

Isto posto, problemas de ordem administrativa podem ser substituídos por exemplos a serem seguidos em mandatos das gestões posteriores, tais como novos mecanismos de atuação da OEO, que podem se tornar referência e consolidar a boa governança.

A transparência é requisito essencial para que todas as práticas econômicas sejam divulgadas, tratando de apresentar os gastos e os investimentos da gestão em equipes nacionais, fomento do esporte e aquisição de equipamentos e espaços físicos para a prática da modalidade esportiva, ou seja, o bom emprego dos recursos financeiros, sejam eles de ordem pública ou privada, deve estar presente nas prestações de contas para todos os interessados, devendo tais informações serem disponibilizadas nos canais de comunicação da entidade. Desta forma, fortalece-se a gestão empresarial e também a credibilidade, tão necessária hoje em dia para que se possa modificar a realidade nacional.

Este estudo apresenta o caso da Confederação Brasileira de Hóquei sobre Grama e Indoor (CBHG), que, mesmo se tratando de uma entidade relativamente jovem em nosso território nacional, vem aplicando os princípios da governança corporativa para que todas as áreas de desenvolvimento de uma gestão sejam atendidas e paulatinamente qualificadas e melhoradas. Dentro dessa perspectiva, este estudo destaca a implementação de um projeto prático para a melhoria do índice de maturidade da entidade, tendo como objetivo qualificar três temas específicos de governança: estatuto e contrato social; assembleia geral; e estrutura organizacional, papéis e responsabilidades.

A estrutura deste artigo conta com a seção 1 abordando a conceituação da governança corporativa, assim como um breve histórico da Confederação Brasileira de Hóquei sobre Grama e Indoor. A seção 2 apresenta os benefícios práticos de se ter uma boa governança para a CBHG, fazendo uma análise sobre possíveis melhorias e o desenvolvimento da governança dentro da Organização Esportiva Olímpica (OEO). A seção 3 aborda o grau de maturidade da governança, por meio da qual são relatadas as experiências práticas da mensuração do índice de maturidade da governança da OEO. Já a seção 4 traz a abordagem do projeto prático deste estudo para melhorias no índice de maturidade da OEO, seguida da conclusão da realização deste estudo.

## **2 Governança corporativa: conceituação e histórico**

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de

administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle, assim como as demais partes interessadas (IBGC, 2017). As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum.

De acordo com Marques (2007),

O conceito de governança corporativa está, portanto, relacionado com a *accountability*, cujas exigências diferem consoante a natureza da organização em causa. O termo é vantajoso para agregar um número de processos destinados a assegurar a *accountability* dentro das entidades públicas, tendo, numa fase inicial, a sua popularidade ocorrida no contexto do setor privado (MARQUES, 2007, p. 1).

De acordo com Grün (2005), a evolução da governança corporativa no Brasil está intimamente associada ao coroamento dos instrumentos pontuais de imposição da lógica financeira nas sociedades modernas. O autor preconiza que o *blue-print* original da governança corporativa, ao se espalhar pelo país, tem-se alterado sensivelmente mediante as interações sociais dos diversos grupos de atores que dela se apropriam.

Já para Barros e Silveira (2008), a governança corporativa tem a seguinte característica:

A governança corporativa pode ser vista como o conjunto de mecanismos que visam a aumentar a probabilidade de os fornecedores de recursos garantirem para si o retorno sobre seu investimento. O risco de os recursos dos investidores não serem bem empregados ou serem desviados decorre fundamentalmente da existência de uma situação de separação entre propriedade e controle, em que as pessoas que fornecem capital não participam diretamente das decisões corporativas. Esta situação ocorre na maioria das grandes corporações, onde os gestores, executivos profissionais em companhias com estrutura de propriedade pulverizada ou acionistas controladores em companhias com estrutura de propriedade concentrada, não carregam todo o ônus financeiro das suas decisões (BARROS; SILVEIRA, 2008, p. 514).

De acordo com Oliveira e colaboradores (2008), o conceito de governança corporativa existe há aproximadamente 60 anos. Entretanto, ela vem se transformando em uma preocupação constante em diversos países desenvolvidos e emergentes, podendo ser definida como o conjunto de mecanismos internos e externos que tem por objetivo harmonizar a relação entre os gestores e os *stakeholders*.

Segundo Bianchi e colaboradores (2009), o elevado crescimento das empresas levou à separação da sociedade, de forma que o comando de diversas organizações passou para terceiros, entre administradores, proprietários ou *stakeholders*, os quais passaram a modificar sua função, preocupando-se com a fiscalização por meio dos conselhos de administração, conselhos fiscais e auditorias externas para melhor observar o funcionamento das instituições, assim como preconizar os bons princípios de transparência.

Corroborando os autores acima, Schnorrenberger (2012) afirma que a governança

corporativa é, sem dúvida, uma ferramenta que ajuda a subverter a assimetria das informações geradas pela cadeia de comando empresarial. No entanto, é preciso haver regras e normas bem delineadas, evoluídas com o tempo, para a sua implantação no ambiente diretivo das companhias.

Em uma comparação entres as citações utilizadas neste marco teórico referencial acerca da governança corporativa, é possível constatar que o conceito vem se reestruturando tanto no Brasil quanto no mundo afora. O cerne dos autores se situa, em especial, nas questões financeiras, cujas teses, desde 2005 (a mais antiga citada), já demonstram uma imposição da sociedade moderna, em especial na perquirição sobre transparência e ética. Também é notável o aprofundamento do conceito, em especial delineado pela motivação dos autores em apresentar a criação de boas práticas de governança frente aos epicentros de escândalos corporativos das últimas décadas e da necessidade de preservação de uma boa gestão para a longevidade das organizações. Também em uma analogia terminológica, é possível constatar que os autores reúnem argumentos direcionados aos diversos e inovadores recursos de interações e relacionamentos, que devem ser incentivados para que as gestões sejam participativas, democráticas e plurais em sua totalidade. Assim, Bianchi e colaboradores (2009) trazem uma definição ampla e completa, em especial no que concerne à fiscalização por meio de conselhos variados, visando sempre a excelência no funcionamento e perpetuando também os princípios de transparência.

Já relativamente a uma evolução entre os autores em seus conceitos, é perceptível que todos compartilham de simetria em suas definições, sendo possível a identificação de concepções que corroboram entre si e completam-se em sentidos correspondentes. Porém, é relevante destacar que os autores mais recentes (2009 e 2012) destacam a transparência das ações com a fiscalização e também a articulação das regras e normas com um bom delineamento, respaldadas pela evolução temporal.

E, por fim, é pertinente elucidar que a evolução da governança corporativa no Brasil ainda está ocorrendo (por meio de diversos fatos e por vários motivos no cenário nacional), impulsionada pelas mudanças nas estratégias empresariais, cenário econômico, social e político que perpassa por diversos setores, e também por esta análise, para o aprofundamento de boas práticas para a gestão esportiva.

### **3 A Confederação Brasileira de Hóquei sobre Grama e Indoor (CBHG)**

A Confederação Brasileira de Hóquei sobre Grama e Indoor (CBHG) está localizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ) e desde a sua fundação se mantém na mesma sede, sem ter passado por trocas de sedes entre municípios do estado do Rio de Janeiro e tampouco entre estados da Federação.

A fundação da CBHG foi estabelecida no ano de 2005 (logo após exatos quatro anos



como Associação Brasileira de Hóquei sobre Grama), onde modificou o seu *status* para Confederação, por conseguinte filiada ao Comitê Olímpico Brasileiro.

Atualmente, as modalidades sob responsabilidade da CBHG são:

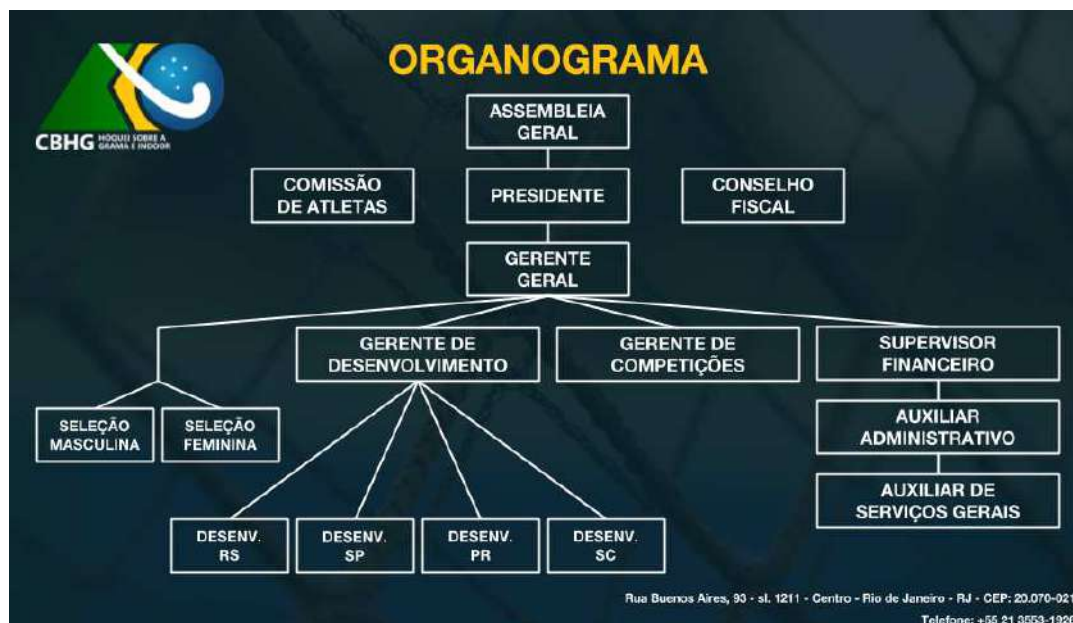
- a) Hóquei sobre Grama: única modalidade olímpica, disputada por 11 jogadores (10 de linha e mais um goleiro) em campo sintético;
- b) Hóquei Indoor: modalidade disputada em ginásios e ambientes fechados, disputada por 5 jogadores (4 de linha e mais um goleiro);
- c) *Hockey 5s*: modalidade disputada nos Jogos da Juventude Mundial, disputada por 5 jogadores (4 de linha e mais um goleiro) em campo sintético;
- d) *Beach Hockey* ou Hóquei sobre a areia: modalidade disputada na praia ou espaços padronizados com areia, disputada por 5 jogadores (4 de linha e mais um goleiro);
- e) Hóquei Adaptado: derivações das práticas anteriores para portadores de deficiências (intelectuais e físicas).

A CBHG conta com praticantes em cinco estados da Federação (formalizados, podendo haver praticantes informais em outros estados) sendo estes: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, totalizando menos de mil atletas e amantes da modalidade no Brasil. Além destes cinco estados, a modalidade está se desenvolvendo no estado da Paraíba, já contando com um grupo de estudos, disciplina específica em nível superior e projetos de extensão para a expansão da modalidade na Região Nordeste do Brasil.

No que diz respeito à história da gestão da modalidade no Brasil, atualmente ela está na sua quarta gestão, sendo o atual presidente o segundo a tomar posse. Por se tratar de uma confederação relativamente jovem (14 anos de existência), uma das principais mudanças estatutárias ocorreu no ano de 2018.

A missão atual está centrada em desenvolver as práticas do Hóquei em todo o território nacional, alcançando o sucesso com as seleções nacionais, bem como o gerenciamento da modalidade no Brasil. Fazendo vista à missão proposta pela CBHG, nota-se que primordialmente o principal objetivo destacado na missão é de tornar a prática do esporte mais acessível e ampla, podendo assim alcançar outras regiões e estados do país e melhorar o trabalho através de novos projetos nos estados onde já existe a modalidade. Outro ponto destacado na missão é o de investir nos selecionados nacionais, de ambos os naipes, para que o Brasil possa se tornar uma das forças no cenário internacional, nos mais diversos campeonatos organizados pela Federação Internacional de Hóquei e também em nível olímpico. E, por fim, a responsabilidade de potencializar a gestão da modalidade está acompanhada como a importância final na missão.

Já em questão a estrutura organizacional, temos o organograma que ilustra as funções e responsabilidades presentes na CBHG, conforme apresentado na Figura 1:



**Figura 1** – organograma da CBHG.

**Fonte:** site da CBHG (2019).

A assembleia geral está acima no organograma por ser soberana na gestão e tratar de forma democrática a votação frente às decisões tomadas pelos seus membros. Ela é realizada nos formatos Ordinária (anual, sempre no primeiro trimestre) e Extraordinária (podendo ocorrer a qualquer momento, logo após a convocação, que é sempre executada com 30 dias de antecedência).

Logo após, temos o presidente, que é o principal gestor da entidade e que conta com a participação nas Assembleias da Comissão de Atletas e do Conselho Fiscal. Seguindo a linha hierárquica, está situado o gerente-geral, que é o gestor administrativo e esportivo da entidade e que atua diretamente com as outras gerências (desenvolvimento e de competições) e com o supervisor financeiro.

O gerente de desenvolvimento trabalha com os desenvolvedores (formadores) dos cinco estados onde existem os projetos já implementados de fomento à modalidade, o supervisor financeiro e o auxiliar administrativo.

A classificação histórica da seleção masculina para as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro foi um dos fatos mais relevantes para a modalidade, conquistada através do inédito quarto lugar nos Jogos Panamericanos de Toronto, no Canadá, no ano de 2015. Através dessa conquista, a governança da CBHG focou especialmente nas boas ações (transparência) em todo o investimento direto à seleção nacional, sempre relatando e comunicando sobre as viagens e gastos específicos para a melhor preparação para a equipe nacional.

#### 4 Benefícios para a governança corporativa

Diversos benefícios podem ser alcançados dentro da Confederação Brasileira de Hóquei sobre Grama e Indoor (CBHG) por meio da potencialização do índice de melhoria de maturidade da governança. Promover uma aproximação com as necessidades diretas dos *stakeholders*, aprimorar técnicas de trabalho e na gestão (novas abordagens na administração), modernizar sistemas de comunicação e informação, endereçar as modalidades esportivas para um maior número de praticantes e atentar para a distribuição de projetos inovadores para o desenvolvimento esportivo são exemplos de causa e efeito que podem ser aprimorados e analisados constantemente.

A importância que os controladores e administradores devem dar a novas atribuições e sofisticções deve estar em consonância com o enfoque do tema, que, conforme Rappaport (1998, p. 1), deve seguir a seguinte premissa: Avaliar a entidade com o intuito de gerenciá-la com base na evolução do seu valor, dando a devida preocupação para todos os setores, observando constantemente o desempenho do negócio.

Já de acordo com La Porta e colaboradores (2000, p. 23), a governança corporativa lida com as maneiras pelas quais os fornecedores de recursos garantem que obterão para si o retorno sobre seu investimento, ou seja, aqui a credibilidade é a marca registrada, quando os *stakeholders* podem confiar em um trabalho consciencioso das atividades estabelecidas com a OEO. Dessa forma, é possível afirmar que o ambiente deve ser favorável para os princípios de transparência e eficiência, aprimorados pelas necessidades reais dos *stakeholders* e as ações desenvolvidas em parceria com a CBHG. Dessa maneira, a credibilidade em diversas atividades, assim como a satisfação e confiança, será proporcionalmente aumentada e elevada com as boas ações desempenhadas pela gestão da OEO.

Outro ponto importante a salientar, com a decorrente elevação do índice de melhoria de maturidade de governança, é que se crie um ambiente favorável para a evolução de áreas administrativas até então emperradas ou inexistentes na OEO. Andrade e Rossetti (2007) conceituam que a prática da governança corporativa está principalmente estruturada na gestão de conflitos, na diminuição dos custos e no gerenciamento de relacionamentos internos e externos da corporação. Com base no exposto, retiram-se os valores da boa prática da governança corporativa, que devem preconizar especialmente os seguintes quesitos:

- a) Senso de justiça, equidade;
- b) Transparência;
- c) Prestação responsável de contas;
- d) Conformidade.

Assim, possibilita-se que as diversas áreas administrativas da OEO possam reunir uma base comum para o bom andamento de todas as características inerentes à governança corporativa.

De acordo com Cerda (2000, p. 2), um sistema de governança corporativa possui dois objetivos essenciais:

a) Prover uma estrutura eficiente de incentivos para a administração da empresa, visando a maximização de valor;

b) Estabelecer responsabilidades e outros tipos de salva-guardas para evitar que os gestores (*insiders*) promovam qualquer tipo de expropriação de valor em detrimento dos acionistas (*shareholders*) e demais partes interessadas (*stakeholders*).

Analisando esses dois pontos essenciais para a governança corporativa, é admissível que, quanto mais eficaz os serviços administrativos se tornarem, melhores resultados para a boa governança serão atingidos em prol do bom funcionamento interno, que será externalizado, no caso da OEO com os *stakeholders*. Dessa forma, uma valorização na prestação dos serviços e atenção dedicada às constantes melhorias podem ser monitoradas pela gestão.

Com os níveis elevados para a melhoria da governança, inicia-se uma proposta de reorganização de pessoal, de estrutura e de manutenção que forjarão uma ampliação da atuação e abrangência. Com isso, tanto a OEO irá expandir o seu legado quanto os seus *stakeholders* encontrarão novas oportunidades para se apropriarem das melhorias.

De acordo com Bromberg (2010), o termo governança corporativa não é simples de ser trabalhado, pois este se divide em uma série de regulamentações que visam principalmente proteger os direitos, o sistema e as relações daqueles envolvidos direta ou indiretamente com o mundo corporativo. Assim, as boas práticas de governança corporativa não se resumem à manutenção dos direitos dos *stakeholders*, mas também envolve o relacionamento destes junto à OEO.

Com esta característica, foi possível mapear os principais *stakeholders* da CBHG, que diretamente podem fruir de um bom relacionamento e também dos benefícios de uma boa governança.

A promoção de um melhor relacionamento entre os administradores e os *stakeholders* primários e secundários pode estabelecer caminhos que tendam a uma maior valorização da OEO e melhores ambientes para a gestão corporativa e controladoria.

Conforme Bromberg (2010), esse mecanismo funciona como um sistema que visa fiscalizar se a OEO está de acordo com os estatutos legais e contratos, de modo que conduza a um gerenciamento eficaz da organização, atuando sempre com integridade, competência e responsabilidade.

A CBHG possui diversos segmentos de *stakeholders*, que foram detectados conforme a participação e envolvimento direto com as atividades administrativas e esportivas da entidade.

No mapeamento sobre os principais *stakeholders* da CBHG, podemos destacar os primários entre:

a) Federações estaduais: filiadas à CBHG, possuem importante papel para a discussão de regulamentos, organização de eventos em nível regional e nacional, assim como participam das assembleias para deliberar sobre assuntos pertinentes à gestão da modalidade em todo o território nacional.

b) Atletas: distribuídos em diferentes categorias, também podem compor os selecionados nacionais adultos e de base.

c) Treinadores e gestores: profissionais responsáveis pela organização técnica esportiva e administrativa de clubes, federações e da própria CBHG.

d) Comitê Olímpico Brasileiro: entidade que abriga todas as modalidades olímpicas do país, em que o Hóquei sobre Grama se insere e recebe apoio administrativo e financeiro para a participação em eventos, realização de cursos e atualizações nas áreas de gestão esportiva.

e) Ministério dos Esportes: órgão de fomento para o financiamento de projetos e a manutenção da OEO.

f) Federação Pan-Americana de Hóquei sobre Grama: entidade que gere a modalidade nas américas e estabelece contato direto com a CBHG nos eventos e atividades continentais.

g) Federação Internacional de Hóquei sobre Grama: entidade que gere a modalidade no mundo e estabelece contato direto com a CBHG nos eventos e atividades internacionais em nível mundial e olímpico.

h) Clubes: filiados às federações estaduais, apresentam importante papel na gestão, votação e decisão de metas e planejamento das gestões de cada estado em que haja federações.

Já os *stakeholders* secundários da CBHG são:

a) Mídia: responsável pela divulgação dos eventos esportivos e também do próprio funcionamento da CBHG, divulgando diversas informações e dados acerca da administração esportiva da OEO em cenários estaduais e nacional.

b) Escolas: apesar de muitos esportes não valorizarem o potencial do esporte na escola ou da escola, percebe-se que a base da modalidade em muitos estados (principalmente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul) surge da capacitação de professores e também da atuação dos mesmos em equipes de base, inclusive com expressivas participações em eventos regionais e nacionais.

c) Patrocinadores: apesar de não ser uma modalidade muito popular no Brasil, a própria CBHG já conta com três patrocinadores no ano de 2017, e muitas federações em seus próprios eventos estaduais conseguem reunir a participação e apoio de patrocinadores.

d) Universidades: tanto públicas como privadas, apresentam já em diversos estados (principalmente no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro) disciplinas nos currículos dos cursos

de educação física – licenciatura e bacharelado, projetos de extensão e pesquisas atividades das modalidades de hóquei sobre grama, indoor, entre outras práticas.

e) Fãs: pessoas que acompanham as modalidades da CBHG, tanto pela mídia como junto aos mais variados eventos e competições organizados pela CBHG.

Logo após a análise da importância de todos os *stakeholders* primários, foram escolhidos os três mais importantes, levando-se em conta os seguintes critérios de categorização e classificação:

- a) relação direta e conjunta com as atividades desenvolvidas na CBHG;
- b) trabalham diretamente em mecanismos que possam garantir a preservação de seus direitos;
- c) apresentam interesse para ganhos reais de reputação da OEO, para melhorar a captação de patrocínios e investimentos.

Levando-se em conta esses requisitos que corroboram a melhoria da governança da CBHG e também para os benefícios diretos, os três *stakeholders* primários selecionados foram:

a) Federações estaduais: podem se respaldar nas mesmas ações sugeridas e desenvolvidas na CBHG (concernentes à boa governança) para a sua própria gestão; podem melhorar a sua imagem conjuntamente frente aos clubes e seus atletas, desenvolver projetos conjuntos de transparência e boa gestão e compartilhar atividades, patrocinadores e investimentos.

b) atletas: estes podem se beneficiar de uma boa organização para ver suas modalidades crescendo, desenvolver trabalhos e oportunidades em conjunto com a OEO, compor comissão de atletas, respeitando os princípios de igualdade (gênero e inclusão);

c) treinadores/gestores da modalidade: possibilidade de cooperação de boas ações (palestras, oficinas, cursos) e compartilhamento de ideias para a gestão e atuação esportiva profissional na CBHG.

## 5 Metodologia

Esta pesquisa teve como delineamento a característica qualitativa, descritiva, transversal e exploratória acerca do nível de governança da CBHG. Como instrumentos para coleta de dados, a análise documental foi inicialmente utilizada para que fossem levantados conteúdos de relevância para a realização desta pesquisa, junto à técnica de entrevista semiestruturada envolvendo o dirigente da OEO.

Mensurar as condições de maturidade de uma organização, instituição ou órgão não é uma tarefa tão simples. Primeiramente, a depender da organização, questões históricas, hierárquicas, culturais e políticas podem ser grandes empecilhos para pesquisadores ou avaliadores atuarem para que possam coletar informações precisas para qualquer tipo de

avaliação. Muitas vezes, essa falta de flexibilidade por parte dos dirigentes e gerentes das diversas áreas da instituição podem delimitar informações que podem ser muito valiosas e pertinentes para a análise e validade do grau de maturidade da governança, o que pode resultar em um levantamento de dados incoerentes com a situação em que tal entidade pode realmente se encontrar.

Desta forma, todos os envolvidos em determinados levantamentos sobre a realidade da organização devem passar por esclarecimentos, palestras, reuniões, oficinas e *workshops* para que uma melhor compreensão e entendimento das ferramentas e instrumentos da coleta de dados possam ser apresentados e que, através dessas dinâmicas, as dúvidas, inquietações e resistências possam ser trabalhadas e sanadas para que o processo posterior, ou seja, da coleta das informações, possa ocorrer com o maior grau de credibilidade e transparência.

Assim sendo, resistências quanto à abertura de esclarecimentos podem ser minimizadas e a coleta pode desta forma ocorrer com uma condução fidedigna, sem que dirigentes e administradores omitam ou se sintam incomodados em disponibilizar informações pertinentes para o levantamento dos dados.

**Isso se deve**, como por exemplo, em organizações que estão há muito tempo com os mesmos dirigentes no poder, estando suas ações de governança correndo o risco de ser compreendidas como “fragilizadas” quando alguém ou uma iniciativa possa vir a contestar a falta de administração ou incoerência em determinadas áreas. Desta maneira, fornecer dados e informações detalhados para determinada coleta ou instrumento de pesquisa pode se tornar um verdadeiro desafio para que se possa realmente trabalhar e coletar com precisão. Muitas vezes, em contrapartida, podemos observar que, mesmo estando há muitos anos à frente da gestão de organizações, muitos reconhecem que determinadas iniciativas podem trazer melhorias para as entidades, assim como atualizações, inovações e apontamentos para melhorias na gestão da organização. Para tanto, o procedimento de coleta de informações para mensurar o grau de maturidade, antes de ser iniciado, deve trazer clareza sobre os benefícios que posteriormente serão aplicados ou sugeridos para a entidade.

Seguindo esses princípios, o avaliador ou grupo que irá coletar os dados, certamente, antes de iniciar qualquer iniciativa, deve ter clareza da metodologia. Assim, uma atribuição de um projeto piloto para testagem dos passos e etapas se torna pertinente e importante para que a coleta ocorra de forma serena e sem percalços durante o percurso, contribuindo para que todo o processo avaliativo não passe por resistências e problemáticas que possam comprometer o andamento das coletas e também da veracidade e fidedignidade dos dados.

Para isso, devem-se elucidar claramente as etapas, dentro de um planejamento que possa principalmente elencar os seguintes momentos:

- a) levantamento de dados da organização (dados gerais e necessidades a serem avaliadas);

b) escolha da ferramenta para atribuir o melhor grau de maturidade de governança da organização;

c) realização de um projeto piloto para testagem do instrumento (podendo ser realizado em uma outra organização ou com profissionais da área para a validação do instrumento);

d) planejamento do cronograma das atividades de coleta de dados (agendamentos, averiguação de disponibilidade, espaços, materiais para entrevista, questionários, enquetes etc);

e) dinâmicas para esclarecimentos, palestras, reuniões, oficinas e *workshops* para uma melhor compreensão e entendimento das ferramentas e instrumentos da coleta de dados;

f) realização da coleta de dados;

g) análise dos dados;

h) apresentação e intervenção para a melhoria do grau de maturidade de governança.

Todas as etapas devem seguir rigorosamente uma distribuição de prazos de realização, para que o processo todo tenha total sucesso e não ocorram atrasos dentro do cronograma planejado previamente. Assim, o processo terá fluidez e demonstrará uma estruturação adequada para sua execução posterior dentro da entidade, promovendo dessa forma uma boa organização para auxiliar na mensuração do grau de maturidade da governança.

Na Organização Esportiva Olímpica (OEO) – Confederação Brasileira de Hóquei sobre Grama e Indoor (CBHG), o levantamento de dados para a mensuração do grau de maturidade utilizou a ferramenta do questionário *online* GET, estruturado pela equipe de TI do Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

Esse instrumento consiste no preenchimento de questionamentos acerca de diversos itens que na plataforma apresentavam as opções das respostas em: a) Sim; b) Não; e em conjunto, como complementação, o *upload* de documentos digitalizados no formato *online* (estatuto, resoluções, atas etc.) como comprovação às respostas. Os questionamentos versavam em blocos de 1 a 5 (onde os questionamentos se agrupavam em uma classificação de grau mais simples até o mais complexo). Os seguintes tópicos foram estruturados para que os questionamentos ocorressem:

- a) Estatuto e Contrato Social;
- b) Assembleia Geral;
- c) Comitê de Auditoria;
- d) Conselho de Administração;
- e) Conselho Fiscal;
- f) Diretoria;



- g) Estrutura Organizacional, Papéis e Responsabilidades;
- h) Processo Eleitoral.

Após o completo preenchimento, o escore é apontado em todas estas áreas supracitadas, onde o *ranking* de 1 (mais baixo) a 5 (mais elevado) demonstra o grau de maturidade de governança nos determinados tópicos.

Os passos práticos para a mensuração do grau de maturidade da Confederação Brasileira de Hóquei sobre Grama e Indoor (CBHG) ocorreram durante o período de 45 dias, em que diversas etapas foram elaboradas para minimizar o impacto dentro da OEO.

Dentre os itens apresentados anteriormente, sobre o item "a" – levantamento da organização (dados gerais e necessidades), o próprio questionário do GET já veio estruturado com as áreas para coleta, porém, os documentos para análise documental foram investigados e todos elencados para posterior consulta e complementação no formulário *online*.

O item "b" – escolha da ferramenta para atribuir o melhor grau de maturidade de governança da organização, não foi necessário, por este item ser contemplado pela sugestão do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). A realização de um projeto piloto para testagem do instrumento, constituído pelo item "c" foi feito na realidade como um treinamento pelo próprio investigador, para avaliar a ferramenta, e não especificamente em uma outra entidade. Isso serviu para que ele tivesse um prévio conhecimento para poder ter um melhor domínio da ferramenta no momento da coleta.

O item "d" – planejamento do cronograma das atividades de coleta de dados, foi estruturado para que dois agendamentos de entrevista com o presidente da Confederação Brasileira de Hóquei sobre Grama e Indoor (CBHG) ocorressem durante duas semanas. Estas entrevistas aconteceram por videoconferência, em se tratando da distância geográfica entre o pesquisador e a sede da CBHG.

O item "e" – dinâmicas para esclarecimentos, palestras, reuniões, oficinas e *workshops* para uma melhor compreensão e entendimento das ferramentas e instrumentos da coleta de dados, não ocorreu de forma efetiva, pois por se tratar de uma entidade jovem e também com um dirigente que recentemente tomou posse de seu mandato, o investigador organizou os devidos esclarecimentos sobre a coleta de dados para que nenhum constrangimento ocorresse durante o processo.

Os itens "f", "g" e "h", envolvendo a realização da coleta de dados, análise dos dados e apresentação e intervenção para a melhoria do grau de maturidade de governança, ocorreram no período de duas semanas.

Para a realização da coleta de dados, o principal desafio foi a localização nos documentos da OEO dos dados para este estudo. Durante as entrevistas, o presidente auxiliou prontamente com diversos itens e também atuou na procura nos documentos das comprovações dos quesitos existentes e não existentes. Porém, no momento da entrevista, a

espontaneidade e auxílio do entrevistado foram marcas positivas para que um bom preenchimento ocorresse, de forma efetiva e completa.

## 6 Apresentação dos resultados

Logo após o período de 45 dias de coleta de dados, a análise foi realizada na base do sistema GET, onde foi calculado e sugerido o grau de maturidade nas diferentes áreas da entidade. Com isso, foi possível constatar, conforme os dados no Quadro 1, os seguintes resultados:

**Quadro 1** – pontuação atingida pela CBHG.

<b>Tema</b>	<b>Nota da OE</b>
Estatuto e Contrato Social	1
Assembleia Geral	1
Comitê de Auditoria	2
Conselho de Administração	1
Conselho Fiscal	1
Diretoria	1
Estrutura Organizacional, Papéis e responsabilidades	1
Processo Eleitoral	1

**Fonte:** relatório final da pesquisa (2018).

O quadro acima apresenta a pontuação, sendo que os itens diretoria, estrutura organizacional, papéis e responsabilidade e processo eleitoral não obtiveram pontuação. Por sua vez, o conselho fiscal, conselho de administração, assembleia geral, estatuto e contrato social ficaram com pontuação 1, e somente o comitê de auditoria com a pontuação mais elevada entre todas, com 2 pontos (sendo que o máximo possível de ser atingido é o de valor 5).

Através desses dados, uma análise prioritária foi realizada para o relatório final e seleção de três áreas (dentre as oito) para que o projeto de melhoria do índice de maturidade fosse colocado em prática.

Os três temas escolhidos para os projetos de implementação / melhoria foram:

- a) Estatuto e Contrato Social;
- b) Assembleia Geral;
- c) Estrutura Organizacional, papéis e responsabilidade.

A seleção desses itens para a análise de implementação se deu pela relevância de

poderem atingir a pontuação 5, pois eles se destacam como os pilares da organização e devem conseqüentemente apresentar melhorias.

Para que melhorias sejam efetuadas em qualquer OEO, torna-se imprescindível que um bom projeto seja organizado e estruturado para a sua devida implementação. No caso da CBHG, a melhoria do índice de maturidade é o objetivo principal para que a entidade possa gozar de uma evolução estrutural em sua gestão e que possa compartilhar com seus *stakeholders* excelentes níveis de boa governança.

Para isso, a seleção dos três temas de governança a) Estatuto; b) Assembleia Geral; c) Estrutura Organizacional, Papéis e Responsabilidade sustentam inicialmente a melhoria para que futuros temas possam também ser observados e planejados para atingir melhorias dentro da entidade. Estes três temas selecionados em questão trarão à Organização Esportiva Olímpica (OEO) uma estruturação na base, pois o estatuto é o princípio das ações da gestão e o regulamento para todas as atividades desempenhadas. Juntamente, a Assembleia Geral possui o poder executivo da entidade e detém soberania sobre todas as decisões a serem tomadas acerca da gestão do esporte em território nacional. E, por fim, a Estrutura Organizacional, Papéis e Responsabilidade demonstram o bom funcionamento, destacando as funções e atribuições a serem seguidos e desempenhados para a boa gestão e transparência da entidade.

O Estatuto se torna o principal mecanismo para a manutenção de uma boa gestão e também para o bom funcionamento de qualquer OEO. Através desse documento formalizado, a administração se torna bem estruturada e amplia as diversas ações para diversas frentes.

De acordo com o IBGC (2018), o estatuto deve estabelecer o objetivo social da organização, sua denominação, os direitos e deveres dos associados, a representação da organização e dispor sobre a assembleia geral e administradores, entre outros tópicos.

O estatuto social existe para ser conhecido, assim como suas devidas alterações devem ser constantemente estimuladas através de discussões e apreciação das partes e composição, pois o conhecimento e o cumprimento do seu conteúdo devem ser do interesse de todos os gestores, assim como dos respectivos *stakeholders*.

Um dos órgãos integrantes de uma OEO é a assembleia geral, cuja função é deliberativa. É por meio desse órgão que os filiados podem deliberar sobre assuntos de elevada importância para a entidade. Portanto, para que ele exerça sua função deliberativa, torna-se necessário que os associados reünam-se e votem sobre os assuntos apresentados nas assembleias gerais (POMPEU, 2014, p. 73).

A assembleia geral é classificada como ordinária (AGO) ou extraordinária (AGE), sendo que essas devem sempre ocorrer com uma pauta preestabelecida e enviada com antecedência mínima para que inclusões sejam feitas ou questionadas em cada um dos encontros deliberativos.

A assembleia geral ordinária é sempre estruturada anualmente (no início do ano, no

primeiro trimestre), para principalmente realizar a prestação e aprovação das contas e também tratar de eleições, para que as chapas dos grupos gestores sejam apreciadas e votadas. Já a assembleia geral extraordinária pode acontecer a qualquer momento do ano com a convocação e pautas específicas dos assuntos que serão abordados.

De acordo com o IBGC (2018) a Assembleia Geral é o foro para manifestação dos associados e para prestação de contas. As assembleias têm como competência a eleição e destituição dos membros do conselho de administração, a destituição dos membros da diretoria, a aprovação das contas, a alteração do estatuto social, a deliberação do orçamento e outras decisões do interesse do instituto, conforme seu estatuto social. Assim, todos os associados, desde que em situação regular de suas obrigações financeiras e associativas perante a OEO, têm direito a voto em decisões da entidade e nas eleições.

A respeito da Estrutura Organizacional, Papéis e Responsabilidade, pode-se destacar que este tema é o centro da atuação dos gestores de cada OEO e deve apresentar normatizações específicas, assim como coerência nas atribuições a serem desempenhadas nas entidades.

Conforme Araújo (2007), a estruturação organizacional é uma forma sistematizada de agrupar diversas atividades em frações organizacionais definidas, percorrendo um determinado critério, objetivando assim a melhor adequação da estrutura organizacional e sua própria dinâmica de ação. Ainda conforme o autor, os objetivos da estruturação podem ser definidos nos seguintes critérios:

- a) aproveitar a especialização: para poder tirar o máximo da qualificação das pessoas, aumentando a eficiência funcional, em benefício da própria organização;
- b) maximizar os recursos disponíveis: a estruturação de unidades obedece aos vários recursos existentes; a maximização desses recursos ocorre no momento do agrupamento das atividades da organização;
- c) controlar: na estruturação, as responsabilidades devem estar claramente delimitadas para um adequado processo de controles e mensuração de resultados;
- d) coordenar: quanto maior for o grau de coordenação em uma organização, mais serão integrados os esforços individuais;
- e) descentralizar: a descentralização resulta de procedimentos relacionados à delegação da responsabilidade e da autoridade;
- f) integrar ambiente e organização: a estruturação organizacional deve ser planejada e executada levando-se em conta as perspectivas internas e os fatores externos.

Dessa forma, para a OEO é de suma importância que esses aspectos possam ser respeitados e seguidos para uma boa manutenção de papéis a serem desempenhados, assim como a responsabilidade nas atribuições que são destinadas para os gestores e também para os colaboradores que compõem as OEO.

Para que todos esses três temas possam seguir as preconizações da literatura consultada,

assim como destacar os resultados obtidos através da ferramenta GET, os resultados deste estudo apontam necessidades de organização dos parâmetros dos níveis iniciais ao nível almejado, com a estruturação de uma meta acompanhada de uma ação para a intervenção junto à CBHG.

Dentre as metas do Quadro 2, apresenta-se o nível pretendido para se alcançar (inicialmente 3, passando pelo 4 até o nível 5) com relação ao Estatuto:

**Quadro 2** – metas pretendidas perante o Estatuto.

<b>NÍVEL A ALCANÇAR</b>	<b>ITEM</b>	<b>METAS</b>	<b>AÇÃO</b>
3	Criação de uma Comissão de Atletas e Ex-Atletas para a promoção do desenvolvimento da modalidade.	Realizar a alteração no estatuto.	Convite aos atletas e ex-atletas e reunião para a formação da Comissão e deliberar sobre o assunto.
4	Proibição de concessão de empréstimos e garantias em favor do controlador e demais administradores.	Realizar a alteração no estatuto.	Organização do código de conduta da CBHG (implementação do EC Finanças).
5	O Estatuto adota política de igualdade, diversidade e inclusão para mulheres na composição de seus colegiados deliberativos.	Realizar a alteração no estatuto.	Reunião atletas, ex-atletas e comissões técnicas do naipe feminino para assumirem futuramente cargos.
5	As revisões do Estatuto levam em conta as sugestões do público interessado, que pode comunicar-se com a entidade a partir de um canal específico.	Realizar a alteração no estatuto.	Disponibilizar no <i>site</i> institucional um espaço para sugestões do público interessado.

**Fonte:** Relatório da pesquisa (2018).

As ações apresentadas foram estruturadas em consonância com as metas, sempre tendo em vista a melhoria a ser atingida gradativamente perante o nível a ser alcançado no grau de maturidade do item.

O Quadro 3 apresenta o nível pretendido para se alcançar (inicialmente 2, passando pelo 3 e 4 até o nível 5) com relação à Assembleia Geral:

**Quadro 3** – metas pretendidas perante a Assembleia Geral.

NÍVEL	ITEM	METAS	AÇÃO
2	Principais regras de funcionamento da AGO e AGE – convocações, atribuições, composição, documentação.	Normalizar as principais regras (regulamento).	Reunião com a Presidência e o Gerente Geral para redação e organização das regras (regulamento).
3	Convocações com antecedência mínima de 30 dias.	Normalizar a convocação.	Institucionalizar a norma para todas as AG.
4	Estabelecer na AG orçamento total anual da remuneração dos membros dos poderes da entidade.	Normalizar as principais regras (regulamento).	Reunião com a Presidência e o Gerente Geral para redação e organização das regras (regulamento).
5	A AG aprova o orçamento total anual da remuneração dos membros dos poderes da entidade.	Realizar a alteração no estatuto.	Apresentação na AG.

**Fonte:** Relatório da pesquisa (2018).

A respeito das alterações na Assembleia Geral, na própria Assembleia Geral Ordinária de 2019 já foram instituídas modificações que foram deliberadas, assim como o tratamento das convocações para se atingir o nível máximo de 5.

Já o quadro 4 apresenta o nível pretendido para se alcançar (inicialmente 2, passando pelo 3 e 4 até o nível 5) com relação à Estrutura Organizacional, Papéis e Responsabilidade:

**Quadro 4** – metas pretendidas perante a Estrutura Organizacional, Papéis e

## Responsabilidade.

NÍVEL	ITEM	META	AÇÃO
2	Definir e formalizar os principais papéis e responsabilidades de cada função.	Estruturação do RH para as funções.	Reunião com a Presidência e Gerência. Reuniões com o <i>Staff</i> para sugestões e deliberação da formalização.
3	Customizar o sistema de informação que suporta os processos da entidade.	Apresentar um Canal de transparência no <i>site</i> institucional	Estruturação, no <i>site</i> institucional, de relatórios trimestrais.
4	Estabelecer que o controle da conformidade das tomadas de decisão seja de responsabilidade da área de controles internos.	Realizar a alteração no estatuto e formalizar os principais <i>stakeholders</i> .	Reunião com a Presidência e deliberação para mudança estatutária.
5	Disponibilizar um canal de comunicação e um procedimento para recebimento de contribuições das melhorias.	Apresentar um Canal de transparência no <i>site</i> institucional	Disponibilizar no <i>site</i> institucional um espaço para sugestões do público interessado. Reuniões bimestrais para análise das contribuições.

**Fonte:** Relatório da pesquisa (2018).

No que concerne às metas referentes às melhorias da Estrutura Organizacional, Papéis e Responsabilidade, o quadro acima apresenta características pontuais quanto à prestação de serviços da OEO, assim como ações que trazem propósitos para serem implementados no decorrer do ano de 2019. Estas ações irão ao encontro da elevação do nível, para que a CBHG possa manter a melhor estruturação organizacional possível e que possa constantemente discutir e aprovar progressos nessa referida área.

Seguindo uma organização para uma estrutura analítica de projetos (EAP), conforme o modelo de Xavier (2009), a seguinte organização foi estruturada para a implementação de ações para as melhorias do índice de governança através da seguinte forma:

- a) Definição do projeto: melhoria do índice de maturidade da CBHG: apreciação do projeto completo, contendo as suas etapas, cronograma, metas e ações.
- b) Organização dos objetivos: especificar dentro do projeto o que cada objetivo almeja para que o nível do *rating* seja contemplado e aprimorado dentro das ações propostas.

- c) Ações para o estatuto: conforme já apresentado no Quadro 2, estas ações serão sequenciais e desencadearão diversas etapas para que todos os objetivos propostos sejam alcançados. Os pontos seguintes serão incluídos no cronograma de execução para as devidas melhorias para o estatuto:
- d) Criar uma comissão de atletas e ex-atletas para a promoção do desenvolvimento da modalidade.
- e) Normatizar a proibição de concessão de empréstimos e garantias em favor do controlador e demais administradores.
- f) Prever no estatuto adoção de política de igualdade, diversidade e inclusão para mulheres na composição de seus colegiados deliberativos.
- g) Desenvolver um canal específico para que o público interessado possa enviar as sugestões acerca do estatuto.
- h) Ações para a assembleia geral: conforme já apresentado no Quadro 3, estas ações serão sequenciais e desencadearão diversas etapas para que todos os objetivos propostos sejam alcançados. Os pontos seguintes serão incluídos no cronograma de execução para as devidas melhorias para a assembleia geral:
  - i) Estruturar as principais regras de funcionamento da AGO e AGE – convocações, atribuições, composição, documentação.
  - j) Normatizar o envio das convocações com antecedência mínima de 30 dias.
  - k) Apresentar nas AG o orçamento total anual da remuneração dos membros dos poderes da entidade.
  - l) Normatizar que nas AG seja aprovado o orçamento total anual da remuneração dos membros dos poderes da entidade.
- m) Ações para a Estrutura Organizacional, Papéis e Responsabilidades: conforme já apresentado no Quadro 4, estas ações serão sequenciais e desencadearão diversas etapas para que todos os objetivos propostos sejam alcançados. Os pontos seguintes serão atribuídos no cronograma de execução para as devidas melhorias para a Estrutura Organizacional, Papéis e Responsabilidades:
  - n) Definir e formalizar os principais papéis e responsabilidades de cada função dentro da CBHG.
  - o) Customizar o sistema de informação que possa suportar os processos da entidade.
  - p) Estabelecer que o controle da conformidade das tomadas de decisão seja de responsabilidade da área de controles internos.
  - q) Disponibilizar um canal de comunicação e um procedimento para recebimento de contribuições de melhorias.

Assim sendo, esta organização de estrutura analítica de projetos contemplou a execução do pacote de trabalho para acompanhar e efetivar as mudanças pertinentes a cada item de



melhoria de índice de maturidade da entidade. Essa concretização já se esboça como um importante legado para as futuras gestões esportivas da CBHG, em especial pelo respaldo que deve ser adotado para legitimação coletiva (deliberação em assembleia geral) dessas mudanças, para que o OEO possa desfrutar de um padrão elevado de governança corporativa e para que essa mudança fique registrada na história da gestão da entidade como um exemplo a ser seguido e sempre aprimorado.

## 7 Conclusão

A boa governança dentro de uma organização esportiva olímpica é um ponto crucial para o sucesso da administração e boa utilização dos recursos para que a modalidade possa tanto se desenvolver em nível nacional como se manter com bons resultados. Para tanto, um grande empenho por parte dos grupos gestores se faz necessário para que diversos problemas encontrem soluções, para que oportunidades se tornem concretizações, para que falhas possam ser sanadas.

Frente a diversos quesitos que devem ser constantemente analisados e discutidos, neste estudo entraram o estatuto, a assembleia geral e a estrutura organizacional. Estes três temas constituem a base para que o OEO possa gozar de boa atuação, sobre a qual diretamente o estatuto apresentará o funcionamento, suas regras, deveres, sendo o conteúdo que rege a administração da modalidade em território nacional. Seria o aporte que deve estar sempre condizente com as boas ações em prol do esporte e de seus *stakeholders*. Já a atualização da assembleia geral, órgão deliberativo mais importante de qualquer OEO, também deve apresentar uma boa regulamentação para a interação com os associados e para prestação de contas. E, por fim, a estrutura organizacional é a composição vital para que o OEO possa ter uma atuação plena em sua funcionalidade e competências a serem atribuídas na gestão em todas as áreas. Desta forma, torna-se fundamental uma reestruturação para que o OEO possa usufruir de um bom funcionamento.

Um bom caminho para implementar as melhorias para a organização esportiva olímpica, também, é buscar se espelhar em boas ações de governança de outras entidades, tanto em nível nacional como internacional (independentemente de ser a mesma modalidade), pois através de bons exemplos se pode analisar o cenário de outrora e as contribuições que foram realizadas para determinada entidade. Com isso, essa percepção de resolução de um fato isolado, ou até mesmo da governança como um todo, é fundamental dentro de uma organização esportiva olímpica e deve ser constantemente discutida pelos gestores. Através dessa conscientização, diversas ações podem se modernizar, atualizar e oferecer uma nova atmosfera para a administração, contribuindo diretamente para o sucesso de projetos que tragam melhorias diretas para o esporte.

O esporte olímpico brasileiro poderá conquistar grandes avanços e conquistas se o seu

pilar principal, ou seja, a gestão do desporto, estiver afinado com a determinação, transparência e competência. Porém, essas características fundamentais para a adequação de uma boa gestão exigem total perseverança e investimento, em especial do seu quadro de colaboradores, que devem ser estimulados com o suporte e apoio da gestão de pessoas, para que sejam realizados treinamentos, atualizações e cursos específicos para a atuação nas mais variadas áreas da OEO. Esse incentivo, apesar de ser visto por alguns como custoso ou inapropriado, deve ser encarado como um recurso fundamental para motivação dos colaboradores e abertura de novas experiências laborais que contribuirão diretamente para o bom funcionamento e gestão da entidade. Assim, a OEO poderá estar atualizada com novos conceitos de gestão e manter um ambiente ativo, dinâmico e com boas relações interpessoais para as tomadas de decisões. Essa é uma das premissas da gestão corporativa, que pode ser amplamente correspondida para a evolução de novas ações.

Corroborando com essa proposta, também é viável uma constante coleta de retroalimentação por parte dos colaboradores sobre todos os setores, além da observação das falhas e dos componentes que precisam ser melhorados e atualizados. Como uma engrenagem, todas as áreas da gestão (*marketing*, finanças, esportiva-técnica, administrativa) perceberão que mudanças são sempre necessárias e pertinentes para a evolução de qualquer organização. Esse fortalecimento, boa comunicação e participação trarão excelentes avanços para a união, favorecendo um trabalho conjunto e coeso para alavancar a OEO.

Dentro dessa perspectiva, uma maior credibilidade dos *stakeholders* se elevará, tanto nas relações já estabelecidas quanto em futuras ações conjuntas. Assim, ao apresentar essas melhorias para implementação na Confederação Brasileira de Hóquei sobre Grama e Indoor (CBHG), que, mesmo se tratando de uma entidade relativamente jovem em nosso território nacional, busca primar por princípios da governança corporativa, para que todas as áreas de desenvolvimento de uma gestão sejam potencializadas e cada vez mais qualificadas.

Para novos desdobramentos é recomendado, através da finalização deste estudo, que a governança corporativa seja analisada em outras entidades esportivas a fim de manter níveis de igualdade na gestão esportiva nacional e que exemplos de boa governança possam ser avaliados e compartilhados em comunicações científicas.

## Referências

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José Paschoal. **Governança Corporativa. Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

ARAÚJO, Luis César. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional: arquitetura organizacional, benchmarking, empowerment, gestão pela qualidade total, reengenharia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BARROS, Lucas Ayres; SILVEIRA, Alexandre. Determinantes da Qualidade da Governança Corporativa das Companhias Abertas Brasileiras. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 14,

n. 3, 2008.

BIANCHI, Márcia; SILVA, Carolina Vianna; GELATTI, Rosemary; ROCHA, João Marcos Leão. **A evolução e o perfil da governança corporativa no Brasil: um levantamento da produção científica do ENANPAD entre 1999 - 2008**. Encontro Anual da ANPAD (33.: 2009 set.: São Paulo). [Anais do EnANPAD]. São Paulo: ANPAD, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/11329/6702>>. Acesso em: 12 set. 2018.

BROMBERG, Bruno Ouriques. **Conceituação, Evolução e Benefícios da Governança Corporativa no Âmbito Empresarial: Estudo do Desempenho da Empresa Gaúcha Renner S.A.** 2010. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CERDA, Álvaro Clark. **Tender Offers, Takeovers and Corporate Governance**. The Latin America Corporate Governance Roundtable, São Paulo, abril, 2000.

GRÜN, Roberto. Convergência das Elites e Inovações Financeiras: a governança corporativa no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, UAEM, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Governança Corporativa**. Disponível em: <<https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>>. Acesso em: 10 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Assembleia Geral**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/index.php/ibgc/governanca-do-ibgc/assembleia-geral>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

MARQUES, Maria da Conceição da Costa. Aplicação dos princípios da governança corporativa ao setor público. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 2, Curitiba, abr./jun. 2007.

OLIVEIRA, Alexandre Martins Silva; FARIA, Anderson de Oliveira; OLIVEIRA, Luiz Martins; ALVES, Paulo Sávio Lopes da Gama. **Contabilidade internacional: gestão de riscos, governança corporativa e contabilização de derivativos**. São Paulo: Atlas, 2008.

POMPEU, Ivan Guimarães. **Assembleia Geral de Credores**. São Paulo: Ed. Dplacido, 2014.

RAPPAPORT, Alfred. **Creating Shareholder Value; A Guide for Managers and Investors**. 2. ed. Nova Iorque: The Free Press, 1998.

SCHNORRENBERGER, Alan Paveck. **A Evolução da Governança Corporativa no Brasil**. 2012. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis - Faculdade de Ciências Econômicas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LA PORTA, Rafael; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio; SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert. Investor Protection and Corporate Governance. **Journal of Financial Economics**. v. 58, n. 1-2, 2000.

XAVIER, Carlos Magno da Silva. **Gerenciamento de Projetos: Como definir e controlar o escopo do projeto**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Artigo recebido em: 26/06/2019

Artigo aceito para publicação em: 09/09/2019